



NÚMERO: 174/2012

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS

INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS

SILVANA CRISTINA DA SILVA

**CIRCUITO ESPACIAL PRODUTIVO DAS CONFECÇÕES E EXPLORAÇÃO DO
TRABALHO NA METRÓPOLE DE SÃO PAULO. OS DOIS CIRCUITOS DA
ECONOMIA URBANA NOS BAIRROS DO BRÁS E BOM RETIRO (SP)**

TESE DE DOUTORADO APRESENTADA AO INSTITUTO
DE GEOCIÊNCIAS DA UNICAMP PARA OBTENÇÃO DO
TÍTULO DE DOUTOR EM GEOGRAFIA NA ÁREA DE
ANÁLISE AMBIENTAL E DINÂMICA TERRITORIAL.

ORIENTADOR: PROF. DR. MÁRCIO ANTONIO CATAIA

ESTE EXEMPLAR CORRESPONDE À VERSÃO FINAL DA
TESE DEFENDIDA POR SILVANA CRISTINA DA SILVA
E ORIENTADA PELO PROF. DR. MÁRCIO ANTONIO CATAIA.

Orientador

Campinas, 2012

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA POR
CÁSSIA RAQUEL DA SILVA – CRB8/5752 – BIBLIOTECA “CONRADO PASCHOALE” DO
INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS
UNICAMP

Si38c Silva, Silvana Cristina da, 1980-
Circuito espacial produtivo das confecções e
explorações do trabalho na Metrópole de São Paulo. Os
dois circuitos da economia urbana nos bairros do Brás e
Bom Retiro (SP) / Silvana Cristina da Silva --
Campinas, SP.: [s.n.], 2012.

Orientador: Márcio Antonio Cataia.
Tese (doutorado) - Universidade Estadual de
Campinas, Instituto de Geociências.

1. Divisão territorial e administrativa. 2. Geografia
urbana. 3. Economia urbana – São Paulo. 4. Vestuário -
Industrial. I. Cataia, Márcio Antonio, 1962- II.
Universidade Estadual de Campinas, Instituto de
Geociências. III. Título.

Informações para a Biblioteca Digital

Título em inglês: Clothing productive spatial circuit and exploration of work in the Metropolis of São Paulo. The two circuits of the urban economy in Brás and Bom Retiro neighborhoods (SP)..

Palavras-chaves em inglês:

Administrative and territorial division

Urban geography

Urban economy – São Paulo

Clothing - Industrial

Área de concentração: Análise Ambiental e Dinâmica Territorial

Titulação: Doutor em Geografia.

Banca examinadora:

Márcio Antonio Cataia (Presidente)

Adriana Maria Bernardes da Silva

Catia Antonia da Silva

Marcos Antonio Moraes Xavier

Maria Mónica Arroyo

Data da defesa: 20-04-2012

Programa de Pós-graduação em Geografia



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS
PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA
ÁREA DE ANÁLISE AMBIENTAL E DINÂMICA TERRITORIAL

AUTORA: Silvana Cristina da Silva

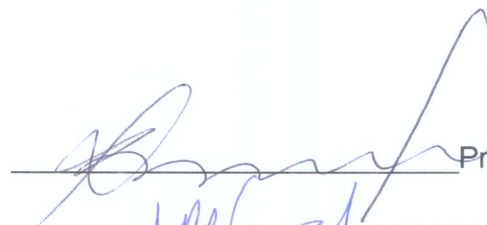
“Circuito espacial produtivo das confecções e exploração do trabalho na Metrópole de São Paulo. Os dois circuitos da economia urbana nos bairros do Brás e Bom Retiro (SP)”

ORIENTADOR: Prof. Dr. Márcio Antonio Cataia

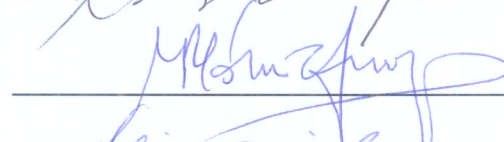
Aprovada em: 20 / 04 / 2012

EXAMINADORES:

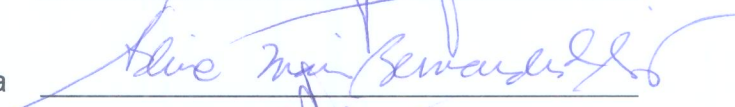
Prof. Dr. Márcio Antonio Cataia

 Presidente

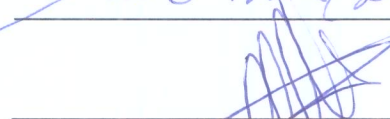
Profa. Dra. Maria Mónica Arroyo



Profa. Dra. Adriana Maria Bernardes da Silva



Prof. Dr. Marcos Antonio de Moraes Xavier



Profa. Dra. Catia Antonia da Silva



Campinas, 20 de abril de 2012.

Dedico aos meus pais Maria Teresa e Divino Leal e
aos meus irmãos Susana e Márcio, pelos exemplos de vida.

AGRADECIMENTOS

O momento dos agradecimentos é gratificante no sentido de que é uma oportunidade de falar àqueles que ajudaram diretamente ou indiretamente na execução desta pesquisa. Eu agradeço:

Primeiramente ao Professor Márcio Cataia por mais essa oportunidade de pesquisa. Agradeço a generosidade em compartilhar conhecimento com seus alunos e pela construção de um grupo de pesquisa cooperativo e não competitivo, o que torna nosso cotidiano ainda mais agradável no fazer geográfico. A presença e participação do professor no desenvolvimento desta pesquisa certamente serviram de estímulo para pensar não apenas o trabalho acadêmico em si, mas pensá-lo como contribuição para a compreensão do território brasileiro.

À Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo pela bolsa concedida, pois o financiamento foi decisivo para a execução desta pesquisa.

Ao Instituto de Geociências, seus professores e funcionários que compõem nossa vida cotidiana e que permitem (e contribuem) para a realização de nosso trabalho. Agradeço especialmente a Val, que, sem falsas palavras durante anos me ajudou com infraestrutura, informações precisas, empenho e carinho.

Ao professor José Carpio Martín pela recepção e orientação durante o período de intercâmbio na Universidade Complutense de Madrid. Igualmente agradeço à Professora Rosa de La Fuente do Departamento de Ciências Políticas pelas conversas e pelo conhecimento transmitido nas aulas de Geografia Política sobre a formação dos Estados Territoriais europeus.

Às professoras Adriana Bernardes da Silva (IG-Unicamp) e Mónica Arroyo (FFLCH-USP) pelas reflexões, sugestões, críticas e questionamentos elencados durante o exame de qualificação do doutorado. Certamente não atendi totalmente todos os questionamentos nesta versão final, no entanto, alguns desses me acompanharão em futuras pesquisas.

Aos professores Marcos Xavier (UNILA), Cátia Antonia da Silva (FFP-UERJ) e novamente Mónica Arroyo (FFLCH-Usp) e Adriana Bernardes (IG-Unicamp) pelo rico debate desenvolvido durante a defesa dessa tese. O que muito me animou para o futuro das pesquisas geográficas.

Ao professor Aldo Dantas pela recepção na Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN durante a missão de pesquisa no âmbito do Programa Nacional de Cooperação Acadêmica Novas Fronteiras – PROCAD/NF.

Às pessoas que durante quatro anos forneceram entrevistas (formalizadas ou não) e constituíram a base desta pesquisa, alguns não poderei citar, sobretudo para preservar a identidade. Sou grata aos integrantes do quadro de funcionários da Superintendência Regional do Trabalho do Estado de São Paulo pelo fornecimento de entrevistas, dados, relatórios, especialmente a Renato Bigname e Luis Alexandre de Faria.

Aos colegas do grupo de pesquisa “Federação e Território” que possibilitaram a realização de debates teóricos e empíricos durante seminários de leitura e de pesquisa, além das conversas geográficas cotidianas: Luis Ribeiro, Fabrício Gallo, Ana Mestre, Telma Galli, Rodrigo Souza, André Rodrigo, Carol Torelli, Greiziene e Renan. Agradeço aos novíssimos do grupo Mari, Livia, André, Luciano, Diego e Diogo pelo vigor nos estudos geográficos.

Aos amigos do grupo de pesquisa, novamente Luisinho, sempre disposto a ler e discutir meus textos, inclusive contribuiu na leitura e revisão final da tese. Fico feliz pelo seu retorno à academia. Agradeço também ao Rodrigo, que me ajudou a sair da ignorância cartográfica, sempre com muita paciência e respondendo às dúvidas das mais elementares. Também sou grata ao Fabrício que em plena mudança fez um esforço de leitura do meu texto. Isento-os de qualquer responsabilidade pelas incorreções encontradas ao longo da tese.

Igualmente agradeço a Aninha pelos dez, onze... anos de amizade, que começou por causa do livro do Raffetin, *Por uma Geografia do Poder*, agradeço também pela leitura cuidadosa do texto da tese e pelo incentivo durante esses anos todos. Novos momentos de nossas vidas renovaram nossa amizade, sempre sincera e verdadeira.

Ao “Grupo Espanha” pela experiência única durante o intercambio na Espanha, especialmente ao núcleo Rê, Henrieth, Miriã e a todos os outros que me ajudaram a ser *estrangeira* durante os meses vividos em Madrid, especialmente Livia, Dani, Rô e os componentes da inesquecível Expedição Marrocos.

A todos que me receberam em Natal durante o estágio Procad/NF, especialmente Sandra e Luciana.

Às queridas Flávia Cristine e Ana Tereza por compartilharem as experiências de estudos na UFRN, trabalhos de campo, o teto e as aventuras inesquecíveis no cotidiano potiguar.

Aos companheiros de alguns dos trabalhos de campo: Bruno Mastrocola por ter sido guia no primeiro trabalho de campo no Brás e por ter dado apoio nas correrias em busca de bibliografias na finalização da tese; Fabio Tozi pelos momentos compartilhados nos trabalhos de campo na Feira da Madrugada, momentos de sono, tensão e divertimento; Agradeço também à Roberta Sakai pela excelente companhia em alguns trabalhos de campo e aos colegas pesquisadores que me ajudaram na aplicação de questionário no Brás e Bom Retiro: Sandra, Luciana, Flávia, Dalison, Alexandre e Diego.

A Telma pelo apoio, incentivo e carinho despendido a mim durante anos. Suas conquistas atuais me fazem muito feliz. Sua determinação e capacidade de superação me inspiram. Você me ensinou muita sobre a vida, principalmente que cada um tem seu projeto de felicidade. Desejo de todo coração muita felicidade a você, Adhemar e às lindezas Rafaela e Miguel.

A Angela por fazer justiça ao seu nome e ter trazido um pouco de espiritualidade ao meu mundo extremamente racional e pela amizade sincera, que muito me alegra. Sou grata por você ter aberto as portas de sua casa para me recepcionar incondicionalmente por muitas vezes.

A Roseli, que revolucionou minha vida com seus saberes e sensibilidade.

Aos colegas da sala 09 da pós-graduação que convivi em diferentes momentos, especialmente a Andréia Koga e Patrícia Merlin.

Aos novos amigos, especialmente Elivelton, Janaína e Zeca da Redefor-Unesp, e também Lilian, que tornaram a mudança para Presidente Prudente tranquila e alegre no momento delicado de finalização da tese.

Por último e, não menos importantes, agradeço aos meus pais Maria Teresa e Divino Leal, por ter me transmitido amor, caráter e por terem me ensinado a ser determinada. Aos meus irmãos Márcio e Susana por serem tão queridos, carinhosos e unidos em nossas dificuldades e sucessos.

Homem; As Viagens

Carlos Drummond de Andrade

O homem, bicho da terra tão pequeno
Chateia-se na terra
Lugar de muita miséria e pouca diversão,
Faz um foguete, uma cápsula, um módulo
Toca para a lua
Desce cauteloso na lua
Pisa na lua
Planta bandeirola na lua
Experimenta a lua
Coloniza a lua
Civiliza a lua
Humaniza a lua.
Lua humanizada: tão igual à terra.
O homem chateia-se na lua.
Vamos para marte — ordena a suas máquinas.
Elas obedecem, o homem desce em marte
Pisa em marte
Experimenta
Coloniza
Civiliza
Humaniza marte com engenho e arte.
Marte humanizado, que lugar quadrado.
Vamos a outra parte?
Claro — diz o engenho
Sofisticado e dócil.
Vamos a vênus.
O homem põe o pé em vênus,
Vê o visto — é isto?
Idem
Idem
Idem.
O homem funde a cuca se não for a júpiter
Proclamar justiça junto com injustiça
Repetir a fossa
Repetir o inquieto
Repetitório.

Outros planetas restam para outras colônias.
O espaço todo vira terra-a-terra.
O homem chega ao sol ou dá uma volta
Só para tiver?
Não-vê que ele inventa
Roupa insiderável de viver no sol.
Põe o pé e:
Mas que chato é o sol, falso touro
Espanhol domado.
Restam outros sistemas fora
Do solar a col-
Onizar.
Ao acabarem todos
Só resta ao homem
(estará equipado?)
A difícilíssima dangerousíssima viagem
De si a si mesmo:
Pôr o pé no chão
Do seu coração
Experimentar
Colonizar
Civilizar
Humanizar
O homem
Descobrimo em suas próprias inexploradas
entranhas
A perene, insuspeitada alegria
De con-viver.

Sumário

Agradecimentos	vii
Sumário	xiii
Lista de Figuras	xv
Lista de Fotos	xvii
Lista de Gráficos	xxi
Lista de Mapas	xxiii
Lista de Quadros	xxv
Lista de Tabelas	xxvii
Lista de abreviaturas e siglas	xxix
Resumo	xxxi
Abstract	xxxiii
Introdução	1
Capítulo 01 - Brás e Bom Retiro: das chácaras ao circuito espacial do vestuário	11
1.1. A formação da especialização produtiva do ramo do vestuário	13
1.2. A deterioração do meio construído e a pobreza urbana: substratos à ampliação do circuito inferior	31
1.3. A metrópole de São Paulo como <i>relé</i> dos circuitos produtivos: circuitos superiores e inferiores	45
Capítulo 02: O circuito espacial de produção do vestuário e os dois circuitos da economia urbana	55
2.1. A composição do circuito espacial de produção do vestuário	57
2.2. A reorganização das etapas do circuito espacial de produção a partir da década de 1990	79
2.3. Dinâmica do circuito espacial de produção do vestuário no território brasileiro	87

Capítulo 03 - O circuito superior: as grandes redes de varejo de confecções e os atacadistas do Brás e Bom Retiro	109
3.1. A difusão da subcontratação: o encontro entre a mundialização do capital e a <i>flexibilidade tropical</i>	111
3.2. A economia política da urbanização e da cidade: as grandes redes de varejo do vestuário	137
3.3. O Estado e as grandes empresas do ramo do vestuário	161
3.4. Crédito, publicidade e consumo: a expansão das atividades das grandes empresas do ramo de vestuário	167
3.5. O circuito superior marginal do Brás e Bom Retiro	179
Capítulo 04 - O circuito inferior como possibilidade de sobrevivência: da oficina ao consumo	193
4.1. O ramo do vestuário e a geração de atividades no circuito inferior	195
4.2. A nova cara da metrópole: a imigração Sul-Sul	213
4.2.1. As normas e as marcas da nova imigração na cidade	213
4.2.2. Os imigrantes e as atividades do circuito inferior no ramo do vestuário	235
4.3. A Feira da Madrugada: um reduto do circuito inferior na metrópole	247
4.4. As políticas públicas na Cidade de São Paulo: rumos do Brás e Bom Retiro	259
Conclusões	269
Referências	275
Apêndice	289
Anexo I	297
Anexo II	301
Anexo III	311

LISTA DE FIGURAS

<i>Figura 2.1: São Paulo e o circuito espacial de produção do vestuário</i>	74
<i>Figura 3.2: Organograma de uma situação concreta do circuito espacial de produção das Lojas Marisa</i>	133
<i>Figura 4.3: Caderno de anotações com a “folha de pagamento” da oficina Indústria de Comércio e Roupas GSV Ltda.</i>	202
<i>Figura 4.4: Folder da empresa Western Union distribuído na Praça Kantuta - 2010</i>	226
<i>Figura 4.5: Folder de pousada especializada no atendimento de bolivianos distribuídos na Praça Kantuta - 2010</i>	227
<i>Figura 4.6: Projeto de construção do Shopping Popular do Brás</i>	260

LISTA DE FOTOS

<i>Foto 1.1: Presença das antigas indústrias às margens da ferrovia na Estação de Metrô do Brás - 2010</i>	20
<i>Foto 2.2: Retalhos depositados na Rua Bresser no Brás/São Paulo – 2009</i>	66
<i>Foto 2.3: Estação de trem no Brás – 2010</i>	72
<i>Foto 3.4: Oficina de costura subcontratada pela Collins na Zona Norte de São Paulo – agosto de 2010</i>	121
<i>Foto 3. 5: vestidos prontos para serem entregues pela oficina à Collins –</i>	122
<i>Foto 3.6: Oficina de costura subcontratada pela W&J Confeccões Ltda - intermediária da marca Sete Sete Cinco/Zona Norte de São Paulo – agosto de 2010</i>	123
<i>Foto 3.7: Modelos das peças encontradas na sede W&J Confeccões Ltda – intermediária da marca Sete Sete Cinco – agosto de 2010</i>	123
<i>Foto 3.8: Peças produzidas pela oficina de costura subcontratada pela W&J Confeccões Ltda, intermediária da marca Sete Sete cinco – agosto de 2010</i>	124
<i>Foto 3.9: Coletes do IBGE produzidos por uma oficina de costura subcontratada - 2010</i>	125
<i>Foto 3.10: Oficina de costura subcontrada por uma intermediária da Rede Pernambucanas (Dorbyn Fashion Ltda) - 2011</i>	126
<i>Foto 3.11: Oficina de costura subcontrada por uma intermediária da Rede Pernambucanas (Dorbyn Fashion Ltda) - 2011</i>	127
<i>Foto 3.12: Oficina de Costura subcontratada por fornecedores da C&A - 2006</i>	128
<i>Foto 3.13: Imóvel onde funcionava oficina de costura subcontratada por intermediária da Zara no centro de São Paulo - 2011</i>	129
<i>Foto 3.14: oficina de costura subcontratada por intermediária da Zara no centro de São Paulo - 2011</i>	129
<i>Foto 3.15: Blusa confeccionada por uma oficina subcontratada pela intermediária (AHA Indústria e Comércio de Roupas Ltda) da rede Zara em São Paulo - 2011</i>	130

<i>Foto 3.16: Oficina de costura (Indústria de Comércio e Roupas CSV Ltda) subcontratada por uma intermediária da rede Marisa - 2010</i>	130
<i>Foto 3.17: Etiquetas da rede Marisa encontradas na oficina de costura (Indústria de Comércio e Roupas CSV Ltda) subcontratada por uma intermediária da rede - 2010</i>	131
<i>Foto 3.18: Peça-piloto apreendida durante fiscalização em uma oficina de costura –2010</i>	131
<i>Foto 3.19: Blusa (mesmo modelo da peça-piloto da Foto 3.16 e 3.18) exposta para a venda em unidade da Marisa na capital paulista</i>	132
<i>Foto 3.20: Unidade de Produção da rede Riachuelo pertencente ao Grupo Guararapes</i>	145
<i>Foto 3.22: Área interna do centro de distribuição da rede Riachuelo em Guarulhos/SP</i>	147
<i>Foto 3.21: Vista aérea do centro de distribuição da Riachuelo em Guarulhos/SP</i>	147
<i>Foto 3.23: Comércio do Brás - Esquina da Rua Maria Joaquina com Mendes Jr. - 2010</i>	179
<i>Foto 3.24: Comércio na tradicional rua José Paulino no Bom Retiro - 2011</i>	180
<i>Foto 3.25: Mega Polo Moda Shopping -2010</i>	184
<i>Foto 3.26: Interior do Shopping Mega Polo Moda: campanha publicitária usando modelos de expressão nacional e internacional</i>	184
<i>Foto 3.27: Lojas especializadas em equipamentos de mostruário para lojas na esquina das ruas Barão de Ladário com João Teodoro no Brás - 2010</i>	186
<i>Foto 3.28: Largo da Concórdia - 2005</i>	187
<i>Foto 3.29: Largo da Concórdia após “revitalização” - 2009</i>	188
<i>Foto 3.30: Comércio atacadista no Bom Retiro - 2011</i>	189
<i>Foto 3.31: Comércio atacadista no Brás - 2010</i>	190
<i>Foto 4.33: Anúncio de loja solicitando oficina de costura com CNPJ no Bom Retiro - 2011</i>	200
<i>Foto 4.32: Anuncio na Rua Oriente no Brás – 2010</i>	200
<i>Foto 4.34: Casa de fundo onde funciona a oficina de Costura na ponte rasa em são paulo - 2010</i>	205
<i>Foto 4.35: Oficina de Costura no bairro ponte rasa em são paulo - 2010</i>	205

<i>Foto 4.36: Circulação de veículos de entregas no Bom Retiro - 2011</i>	208
<i>Foto 4.37: Entregas sendo realizadas em lojas do Brás - 2011</i>	208
<i>Foto 4.38: Anúncios de vagas de trabalho no Brás - 2010</i>	209
<i>Foto 4.39: Anúncios de vagas de trabalho no Brás - 2010</i>	210
<i>Foto 4.40: Cartaz de divulgação de excursão para a Feira da Madrugada em Campinas – 2010</i>	211
<i>Foto 4.41: Vendedores e carregadores de mercadorias no Brás - 2010</i>	212
<i>Foto 4.42: Bolivianos assistindo atividades culturais na Praça Kantuta - 2010</i>	223
<i>Foto 4.43: Apresentação cultural na Praça Kantuta - 2011</i>	223
<i>Foto 4.44: Propaganda de vaga para costureiro (para trabalhar na cidade de Camanducaia/MG) na Praça Kantuta - 2011</i>	224
<i>Foto 4.45: Propaganda de candidatos a deputados - 2010</i>	225
<i>Foto 4.46: Propaganda da empresa Aerosur na Praça Kantuta - 2011</i>	227
<i>Foto 4.47: Dinâmica da rua Coimbra no Brás aos sábados</i>	228
<i>Foto 4.48: Restaurante de comida típica boliviana localizado na Rua Coimbra no Brás</i>	229
<i>Foto 4.49: Cabeleireiro na rua Coimbra no Brás</i>	229
<i>Foto 4.50: Panorama da Feira ao amanhecer - 2010</i>	248
<i>Foto 4.51: Feira da Madrugada nas ruas do brás ao amanhecer - 2010</i>	248
<i>Foto 4.52: Feira da Madrugada nas ruas do brás ao amanhecer - 2010</i>	248
<i>Foto 4.53: Entrada da Feira da Madrugada no pátio do Pari - 2010</i>	248
<i>Foto 4.54: Área interna da Feira da Madrugada no pátio do Pari - 2010</i>	249
<i>Foto 4.55: Terreno da Rede Ferroviária Federal concedido à Prefeitura de São Paulo pela SPU para implantação da Feira da Madrugada – 2005</i>	250
<i>Foto 4.56: Terreno da Rede Ferroviária ocupado pela Feira da Madrugada - 2006</i>	250

<i>Foto 4.57: propaganda do uso do cartão Visa na Área interna Feira da Madrugada no pátio do pari - 2010</i>	253
<i>Foto 4.58: Ônibus oriundo de Goiânia/GO estacionado no Pátio do Pari na Feira da Madrugada - 2010</i>	255
<i>Foto4. 59: Estacionamento de ônibus no Pátio do Pari na a Feira da Madrugada - 2010</i>	256
<i>Foto 4.60: Protesto contra fechamento da Feira da Madrugada em agosto de 2011</i>	266
<i>Foto 4.61: Protestos contra fechamento da Feira da Madrugada – 28/10/2011</i>	266
<i>Foto 4.62: Protesto do sindicato dos comerciários na rua Oscar Freire em São Paulo contra o uso de trabalho análogo ao escravo pelas grandes marcas - 26/08/2011</i>	266
<i>Foto 4.63: Protesto do sindicato dos comerciários na rua Oscar Freire em São Paulo contra o uso do trabalho análogo ao escravo pelas grandes marcas - 26/08/2011</i>	266
<i>Foto 4.64: Protesto dos camelôs imigrantes contra o fechamento da rua Barão de Ladário onde funciona parte da Feira da Madrugada e há concentração dos imigrantes latinos - 2011</i>	267
<i>Foto 4.65: Camelôs protestam contra o fechamento da Feira da Madrugada na avenida do estado em são paulo – 06/08/2011</i>	267

LISTA DE GRÁFICOS

<i>Gráfico 2.1: Volume comercializado (%) em diferentes canais de distribuição de confecções</i>	69
<i>Gráfico 2.2: Estabelecimentos da atividade de confecção e acessórios (1994-2009)</i>	88
<i>Gráfico 2.3: Ocupados na produção de confecção e acessórios (1994-2009)</i>	98
<i>Gráfico 3.4: Formas de pagamentos utilizadas nas compras nas Lojas Marisa - 2010</i>	172
<i>Gráfico 4.5: Procedência dos Imigrantes abrigados na Casa do Migrante 1997-2008</i>	217

LISTA DE MAPAS

<i>Mapa 1.1: Cortiços e loteamentos irregulares no município de São Paulo - 2006</i>	42
<i>Mapa 2.2: Estabelecimentos de produção de confecções e acessórios - 1994</i>	92
<i>Mapa 2.3: Estabelecimentos de produção de confecções e acessórios - 2009</i>	93
<i>Mapa 2.4: Estabelecimentos de produção de confecções e acessórios - 1994</i>	94
<i>Mapa 2.5: Estabelecimentos de produção de confecções e acessórios - 2009</i>	95
<i>Mapa 2.6: Estabelecimentos de produção de confecções e acessórios - 1994</i>	96
<i>Mapa 2.7: Estabelecimentos de produção de confecções e acessórios - 2009</i>	96
<i>Mapa 2.8: Pessoal ocupado na produção de confecção e acessórios - 1994</i>	100
<i>Mapa 2.9: Pessoal ocupado na produção de confecção e acessórios - 2009</i>	101
<i>Mapa 2.10: Pessoal ocupado na produção de confecção e acessórios - 1994</i>	103
<i>Mapa 2.11: Pessoal ocupado na produção de confecção e acessórios - 2009</i>	104
<i>Mapa 2.12: Pessoal ocupado na produção de confecção e acessórios - 1994</i>	105
<i>Mapa 2.13: Pessoal ocupado na produção de confecção e acessórios - 2009</i>	105
<i>Mapa 3.14: Localização das lojas da rede Pernambucanas – 2010</i>	141
<i>Mapa 3.15: Localização das lojas C&A no mundo - 2010</i>	142
<i>Mapa 3.16: Localização das lojas da rede C&A no Brasil – 2010</i>	143
<i>Mapa 3.17: Localização das lojas da Riachuelo no Brasil – 2010</i>	146
<i>Mapa 3.18: Localização das lojas da rede Renner no Brasil – 2010</i>	149
<i>Mapa 3.19: Localização das lojas Zara no mundo - 2010</i>	150
<i>Mapa 3.20: Localização das lojas da rede Zara no Brasil – 2010</i>	151
<i>Mapa 3.21: Localização das lojas da rede Marisa no Brasil – 2010</i>	152
<i>Mapa 3.22: Localização das Lojas Ellus no Brasil – 2011</i>	154
<i>Mapa 4.23: Localização das Oficinas do município de São Paulo por distritos - 2010</i>	198

<i>Mapa 4.24: População nascida na Bolívia por município de residência no Brasil em 2000</i>	218
<i>Mapa 4.25: Distribuição da população nascida na Bolívia residente na Região Metropolitana de São Paulo (RMSP) em 2000 (áreas de ponderação).</i>	232
<i>Mapa 4.26: Localização das oficinas de costura de propriedade de brasileiros por distritos em São Paulo – 2010</i>	240
<i>Mapa 4.27: Localização das oficinas de costura de propriedade de coreanos por distritos em São Paulo – 2010</i>	241
<i>Mapa 4.28: Localização das oficinas de costura de propriedade de bolivianos por distritos em São Paulo – 2010</i>	242
<i>Mapa 4.29: Localização das oficinas de costura de propriedade de libaneses por distritos em São Paulo – 2010</i>	243

LISTA DE QUADROS

<i>Quadro 2.1: Funções diretamente ligadas ao circuito espacial de produção de confecções</i>	63
<i>Quadro 2.2: Circuito espacial de produção do vestuário e a dinâmica da economia urbana na cidade de São Paulo</i>	77
<i>Quadro 4.3: Origem dos consumidores do Brás e Bom Retiro</i>	254

LISTA DE TABELAS

<i>Tabela 1.1: Taxas anuais de Crescimento populacional na RMSP e municípios (1950-2009)</i>	25
<i>Tabela 1.2: Evolução do número de empregos – todas as atividades/Brasil (1985-2010)</i>	38
<i>Tabela 1.3: Remuneração média (R\$) em dezembro de 2009 e 2010 – Brasil por subsetor de atividade econômica</i>	39
<i>Tabela 1.4: Remuneração média (R\$) por subsetor de atividade econômica – Município de São Paulo - 2010</i>	40
<i>Tabela 1.5: Taxa de Desemprego por Tipo no município de São Paulo – 1991 a 2009</i>	41
<i>Tabela 1.6: População em Domicílios em favelas no município de São Paulo</i>	41
<i>Tabela 1.7: Cursos de Moda no Brasil</i>	51
<i>Tabela 2.8: Oficinas de costura na RMSP (Exceto São Paulo) - 2009</i>	65
<i>Tabela 2.9: Estabelecimentos da atividade de confecção e acessórios (1994-2009)</i>	88
<i>Tabela 2.10: Estabelecimentos da atividade de confecções por estados (1994-2009)</i>	91
<i>Tabela 2.11: Ocupados na produção de confecção e acessórios (1994-2009)</i>	98
<i>Tabela 2.12: Ocupados na produção de confecção e acessórios (1994-2009)</i>	99
<i>Tabela 2.13: Ocupados na atividade de confecção e acessórios por municípios - 2009</i>	102
<i>Tabela 3.14: principais redes varejistas do vestuário que atuam no território nacional - 2011</i>	139
<i>Tabela 3.15: Distribuição dos fornecedores e oficinas da rede C&A no Brasil - 2009</i>	144
<i>Tabela 3.16: Evolução e uso de cartões no Brasil</i>	170
<i>Tabela 3.17: Ranking de agências de publicidade (investimentos/R\$)- 2011</i>	175
<i>Tabela 3.18: Investimentos em Publicidade por tipo de mídia - 2011</i>	176
<i>Tabela 4.19: Número de oficinas de costura em São Paulo por distritos - 2010</i>	196
<i>Tabela 4.20: Partilha do valor pago por uma peça vendida pelas Lojas Marisa</i>	203
<i>Tabela 4.21: Autorizações concedidas a estrangeiros por países de origem</i>	214

<i>Tabela 4.22: Tipo de autorizações de trabalho concedidas a estrangeiro no Brasil</i>	215
<i>Tabela 4.23: Autorizações concedidas para os países do MERCOSUL e Associados</i>	216
<i>Tabela 4.24: Imigrantes atendidos na Casa do Migrante em São Paulo (1997-2008)</i>	217
<i>Tabela 4.25: Ocupação principal dos ocupados nascidos na Bolívia residentes na RMSP de acordo com a Classificação Brasileira de Ocupações - 2000</i>	219
<i>Tabela 4. 26: Oficinas de costura por país de origem do proprietário no município de São Paulo - 2010</i>	237

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABIT – Associação Brasileira da Indústria Têxtil

BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social

CAGED – Cadastro Geral de Empregados e Desempregados

CD – Centro de Distribuição

CNPJ – Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

MERCOSUL – Mercado Comum do Sul

RAIS – Relação Anual de Informações Sociais

RMSP – Região Metropolitana de São Paulo

SPFW – São Paulo Fashion Week

SPU - Superintendência do Patrimônio da União

SRTESP – Superintendência Regional do Trabalho do Estado de São Paulo



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS

Circuito espacial produtivo das confecções e exploração do trabalho na Metrópole de São Paulo. Os dois circuitos da economia urbana nos bairros do Brás e Bom Retiro (SP)

RESUMO

Tese de Doutorado

Silvana Cristina da Silva

Em período recente, houve uma reorganização do circuito espacial de produção do vestuário em escala planetária. No Brasil, as etapas da produção, distribuição, comércio e consumo passaram por transformações significativas. No entanto, a cidade de São Paulo, apesar de perder relativamente parte da produção, ainda possui centralidade neste ramo de atividade. A compreensão do redesenho do circuito produtivo do vestuário demanda o entendimento da divisão territorial do trabalho, que se revela pela economia urbana da cidade e da urbanização. Deste modo, apresentamos nesta tese a caracterização do circuito espacial de produção do vestuário em diálogo com a teoria dos dois circuitos da economia urbana (circuito superior e inferior) da cidade de São Paulo, enfocando as áreas de especialização produtiva (os bairros do Brás e Bom Retiro), juntamente com os principais agentes estruturadores do espaço nesta cidade. O circuito superior do vestuário, composto pelas empresas modernas, vem se apropriando das formas de organização típicas do circuito inferior por meio da subcontratação. As grandes empresas varejistas de atuação nacional e internacional e os atacadistas do Brás e Bom Retiro se especializam nas atividades mais sofisticadas e destinam a execução (etapa da costura) para as pequenas oficinas de costura que, em geral, utilizam mão de obra imigrante, sobretudo de bolivianos. Identificamos assim os nexos entre as atividades do circuito superior e inferior vinculados ao ramo do vestuário.

Palavras-chaves: Circuito espacial de produção do vestuário; Circuito superior; circuito inferior.



UNIVERSITY OF CAMPINAS
INSTITUTE OF GEOSCIENCE

**Clothing productive spatial circuit and exploration of work in the Metropolis of São Paulo.
The two circuits of the urban economy in Brás and Bom Retiro neighborhoods (SP)**

ABSTRACT

Doctorate thesis

Silvana Cristina da Silva

Recently there has been a reorganization of the clothing production spatial circuit in planetary scale. In Brazil, the stages of production, distribution, trade and consumption have had meaningful transformations. However, the city of São Paulo, besides losing relatively part of the production, still has centrality in this branch of activity. The understanding of the redesign of the clothing production circuit demands the understanding of the territorial division of work, which is revealed by the urban economy of the city and urbanization. Thus, in this thesis we show the characterization of the clothing production spatial circuit in dialogue with the theory of the two circuits of the urban economy (upper and lower circuits) of the city of São Paulo, focusing the areas of productive specialization (Brás and Bom Retiro neighborhoods), together with the main space structuring agents in this city. The upper clothing circuit, composed of modern companies, has been appropriating the forms of organization typical of the lower circuit through subcontracting. The big retail companies of national and international performing and the wholesalers of Brás and Bom Retiro specialize themselves in the more sophisticated activities and lead the execution (stage of sewing) to the small sewing workshops that, in general, use immigrant work force, specially Bolivians. Then, we identify the connections among the activities of the upper and lower circuit related to the clothing branch.

Keywords: Clothing productive spatial circuit; upper circuit; lower circuit.

INTRODUÇÃO

O objetivo de nossa pesquisa é compreender como se configura a horizontalização do circuito espacial produtivo do vestuário nos bairros do Brás e Bom Retiro (SP). Esse enraizamento toma uma feição própria no centro “antigo” da cidade de São Paulo e, analiticamente, pode ser interpretado a partir dos dois circuitos da economia urbana. Os nexos entre circuito espacial produtivo e circuitos da economia urbana ganham uma nova dimensão no período atual, especialmente em razão das novas possibilidades abertas ao trânsito de mercadorias e pessoas e, mais profundamente, à circulação das informações.

Numa perspectiva intraurbana, nossa hipótese de trabalho é a de que as interações entre os dois circuitos da economia urbana, tornam-se, a cada dia, mais intensas e mais complexas. Terceirização e subcontratação não são somente estratégias do circuito superior para auferir maiores lucros, mas especialmente são ações organizacionais que promovem novas articulações entre os dois circuitos, autorizando maior capilaridade do circuito superior em áreas do centro da cidade de São Paulo antes características do circuito inferior.

Partimos do princípio de método de que o espaço geográfico é um sistema indissociável e contraditório de objetos e ações, não se configurando como mero palco para as ações sociais, pois o espaço é interpretado como uma instância social, ao lado da economia, da cultura e da política, e, portanto, como um condicionante social (SANTOS, 2002). A existência é condicionada pelo lugar de vida de cada um.

Em cada período histórico objetos e ações combinam-se para formar em cada lugar um meio geográfico próprio, e, a combinação única entre objetos e ações autoriza afirmar a existência de lugares únicos, onde o passado é atualizado diferentemente em face aos ditames do mundo. As atuais divisões sociais e territoriais do trabalho não são isentas ao espaço herdado, pois dispõem-se sobre antigas divisões dando a cada lugar uma feição própria. Ainda que o processo de modernização tenda à homogeneidade, o espaço herdado – com sua cultura, sua economia e sua política – é elemento fundamental de atualização do tempo do mundo no lugar, fazendo com que cada lugar tenha um funcionamento próprio (SANTOS, 2002; SANTOS E SILVEIRA, 2001; SILVEIRA, 2008, 2010). Quando as variáveis-chave de cada período

implantam-se nos lugares, criam objetos e condicionam as novas ações, assim podemos afirmar que um novo meio geográfico se configura.

Milton Santos (2002) propõe a existência de quatro grandes períodos que se conformam em meios geográficos: meio natural (pré-técnico), meio técnico, meio técnico científico e meio técnico-científico-informacional. No primeiro a natureza está no comando das ações humanas. No segundo, as técnicas chegam para prolongamento do corpo humano. No terceiro período, a ciência chega como promessa de resolução sistemática dos problemas da humanidade, tornando o homem um ser capaz de comandar a natureza. No quarto, o meio técnico-científico-informacional, a informação comanda o espaço, logo, comanda a vida da sociedade.

O período atual, denominado técnico-científico-informacional é a cara geográfica do processo de globalização (SANTOS, 2002). A globalização pode ser definida genericamente como um processo extremo de internacionalização do capital, que por sua vez possibilitou a globalização de valores culturais e políticos. A globalização para Santos (2000) manifesta-se pela: unicidade técnica, convergência dos momentos, unicidade do motor – a *mais valia* global – que são interdependentes.

Dos sistemas técnicos atuais, um é portador de dimensões planetárias e promotor de mudanças também nesta escala, a telemática (telecomunicações + informática + microeletrônica). Esta permitiu o armazenamento de informação e a possibilidade de comunicação entre os lugares, trazendo para a humanidade maior conhecimento do planeta e a denominada *convergência dos momentos*. Para Santos (2000), a convergência dos momentos, além do tempo do relógio comum, permite que se saiba dos *eventos* de maneira simultânea, o que traz implicações não apenas no lugar de recepção da ação, mas sim em todo o sistema. Além disso, o sistema técnico atual foi fundamental para que as grandes empresas segmentassem a sua produção por todo o mundo em busca da *mais valia* global. As finanças, forma mais acabada do capitalismo, é viabilizada pela possibilidade de comunicação entre os lugares, num processo tendente à homogeneização das condições de exploração dos territórios.

Chesnais (1996) elege a expressão “mundialização do capital” como a expressão da globalização. Para ele, a mundialização diz respeito “a capacidade estratégica de todo grande grupo oligopolista, voltado para a produção manufatureira ou para as principais atividades de serviços, de adotar, por conta própria, um enfoque e conduta ‘globais’” (p. 17). O autor realiza uma profunda análise da dinâmica das grandes empresas e suas estratégias de ação planetária,

evidenciando a dimensão econômica da globalização, indicando a importância dos aspectos técnicos e financeiros do modo de organização das empresas na atualidade.

Para Veltz (2005) há profundas articulações entre os processos de mundialização e seus condicionantes para cidades e territórios. A mundialização da economia concretiza-se por meio da mutação dos modos de organização das firmas, especialmente a concentração territorial crescente da economia nas grandes metrópoles, e, apesar desse processo, há o crescimento da distância entre as áreas diretamente integradas à globalização hegemônica (ditas no vocabulário midiático como “desenvolvidas”) e as áreas periféricas (chamadas de “atrasadas”) do território. Veltz (2005) defende a tese de que o espaço é um elemento ativo e não externo à economia.

Cátia A. da Silva (2005) destaca que os espaços urbano-metropolitanos, enquanto categoria da existência da vida coletiva, têm o poder de aceleração dos ritmos do tempo social, sendo a modernização capitalista intensa (alto grau da aceleração dos fluxos e concentração de fixos) nestes lugares. Os fluxos das informações, dinheiro, pessoas e ideias convivem e interagem com a massa de excluídos.

Na cidade de São Paulo, podemos afirmar, uma única economia urbana, um único sistema econômico urbano, subdivide-se em dois subsistemas não duais, o circuito superior da economia urbana e o circuito inferior da economia urbana. Um único espaço econômico metropolitano integrado apresenta materialidade e ações construídas para o exercício da economia globalizada – das grandes e poderosas empresas –, enquanto que em seus interstícios materiais mais pobres abre-se a possibilidade do exercício de uma economia não hegemônica, onde a divisão do trabalho é multiplicada para acolher um contingente cada vez maior de pessoas.

O mundo globalizado não é sinônimo de homogeneização dos espaços, pelo contrário, aprofundam-se as desigualdades territoriais nesse novo período, pois os sistemas técnicos conduzem à diferenciação e à desigualdade dos lugares, que agora não são dadas pela natureza, mas sim pelos desígnios humanos (SANTOS, 2002). Alguns atores têm maior ou menor força na imposição de seus desígnios, consequentemente, têm diferentes poderes em usar os espaços.

A globalização e seu discurso homogeneizante não colocou fim ao Centro e à Periferia do sistema econômico mundial. Não sendo produtor de informações e ordens capazes de impor comportamentos econômicos, culturais e políticos ao mundo, o Brasil posiciona-se na periferia desse sistema, por isso, entendemos que os nexos entre os circuitos espaciais produtivos – que chegam à escala do planeta – e os dois circuitos da economia urbana, precisam ser interpretados a

partir do Sul. Atualmente, o controle de diversos sistemas técnicos, sobretudo da inovação, é um mecanismo válido para a permanência da sujeição das periferias às ordens longínquas. Mas, para além dos atores hegemônicos e suas ordens e imposições – as globalizações vistas como “fábula” e como “perversidade” –, há uma outra globalização em curso, menos afeita às *verticalidades* e mais sujeita às solidariedades domésticas, e que pode ser denominada de “globalização possível” (SANTOS, 2000) ou ainda de “altermundialização”¹. Esta globalização é aquela em que atores não hegemônicos dispõem de margem de liberdade suficiente para construir outras formas de solidariedade que não aquelas ditadas pelo mundo das grandes empresas, mas que nem por isso, são isentos às desigualdades e precariedades.

Na perspectiva da globalização, como altermundialização ou alterglobalização destacamos B. de Sousa Santos (2001), segundo o autor, diferentemente da globalização hegemônica, a altermundialização é internamente muito fragmentada, pois assume predominantemente a forma de iniciativas locais de resistência à globalização hegemônica. Essas iniciativas pautam-se nas especificidades do lugar, no “espírito do lugar”, ou seja, ocorrem segundo os contextos, atores e horizontes construídos localmente, ainda que possam ser expressos por um cosmopolitismo ou por uma busca à preservação do patrimônio da humanidade.

Assim, nossa pesquisa busca encontrar uma leitura da economia urbana paulistana sob a perspectiva dos conflitos e cooperações, isto é, das interações entre atores hegemônicos e não hegemônicos, sem perder de vista a relação da metrópole com o território brasileiro e o mundo.

Na perspectiva intraurbana, a interpretação dos bairros do Brás e Bom Retiro, onde se localiza importante atividade do ramo do vestuário em São Paulo, foi feita com base na teoria dos dois circuitos da economia urbana, o circuito superior e o inferior, proposta por Milton Santos – especialmente no livro “O espaço dividido: os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos” (1979)². O circuito superior é aquele das grandes empresas e instituições, e o circuito inferior, são as formas utilizadas pela população pobre, que é maioria e tende ao crescimento, de gerar renda a partir de atividades de organização simples, que dependem de mão de obra intensiva e pouco (ou nenhum) capital. Esses dois circuitos formam o subsistema urbano,

¹ Conforme Benzaquen (2009) o termo “altermundialização” foi proposto pela Ação pela Tributação das Transações Financeiras em Apoio aos Cidadãos (ATTAC), ligada ao jornal “Le Monde Diplomatique”. Esse termo teve origem no lema “um outro mundo é possível” e na ideia de “globalizar a luta contra a globalização”.

² Obra publicada primeiramente em francês: SANTOS, Milton. L’espace partagé. Les deux circuits de l’économie urbaine des pays sous-développés. Paris, M-Th Génin. Librairies Techniques, 1975. A primeira edição em português é de 1979.

funcionam de forma complementar e concorrente, e o circuito inferior subordina-se ao circuito moderno das grandes empresas porque este controla as variáveis-chave do período. A *economia urbana das cidades* é inseparável da *economia política da urbanização* (SANTOS, 2009b), ou seja, a divisão intraurbana do trabalho conecta-se à divisão territorial do trabalho – aquela do território nacional como um todo – e da escala mundial. Assim, propomos nesta tese, interpretar a economia dos bairros do Brás e Bom Retiro a partir dos nexos entre os circuitos espaciais produtivos – que possuem uma escala mais ampla que o intraurbano –, com foco no ramo do vestuário (confeções) e os dois circuitos da economia urbana, focando a análise destes circuitos nas atividades dos comércios atacadistas e varejistas, na Feira da Madrugada, nas oficinas de costura, nas grandes redes varejistas (nacionais e multinacionais) e no papel dos imigrantes bolivianos para o ramo do vestuário na cidade de São Paulo na atualidade.

Compreendendo que a investigação científica aborda problemas circunscritos e decompõe todos seus elementos, nosso recorte analítico trata de entender toda “situação total” em termos de seus componentes, tentando compreender os elementos que compõem cada totalidade e as interconexões que explicam sua integração. A análise dos problemas e das coisas (das ações e dos objetos) não é tanto um objetivo, mas especialmente uma ferramenta para construir sínteses teóricas (BUNGE, 1975). A complexidade da totalidade da economia política da cidade de São Paulo, assim, nos encaminhou para sua decomposição analítica, dessa forma, recortamos uma atividade, a de vestuário, como sendo a razão empírica da nossa pesquisa.

A cidade de São Paulo em anos recentes, podemos citar a década 1990, vem construindo novas formas de trabalho a partir da utilização de força de trabalho imigrante. Essa imigração ocorre com base na *indocumentação*. Paraguaio, peruanos, colombianos e, sobretudo, bolivianos tem mudado, silenciosamente, a cara da metrópole. Essa mudança conecta-se com o momento econômico e político vivenciado hoje pelo Brasil. Essa população vem para o Brasil para trabalhar no *circuito espacial de produção*³ (SANTOS, 1986a, MORAES, 1991) de confecção⁴, que tem as etapas da costura e comércio concentrados em bairros antigos da metrópole, especialmente Brás e Bom Retiro (Anexo I – Localização dos distritos do município de São

³ O circuito espacial de produção refere-se às etapas que a matéria-prima percorre até transformar-se em produto e chegar ao consumo final. Trabalhamos essa categoria no Capítulo 02, item 2.1.

⁴ Conforme apontamos no decorrer deste trabalho, os bolivianos não estão inseridos apenas nas atividades do circuito espacial de produção do vestuário. Profissionais de nível superior como médicos, dentistas, advogados, entre outros atuam significativamente na cidade. Também os bolivianos muitas vezes inserem-se como empregados domésticos. Ressaltamos que há um predomínio desse grupo de imigrantes no ramo de confecções. Dessa forma, nosso enfoque analítico volta-se para essa atividade.

Paulo). Esses bairros constituem-se em áreas de especialização na produção e comércio de vestuário anteriores à chegada dos bolivianos. No entanto, a chegada dos imigrantes latino-americanos relaciona-se com um novo momento dos bairros, que hoje apresentam um dinamismo econômico que contrasta com a visão midiática da estagnação dessas áreas da cidade.

O aumento das *interações espaciais* (CORRÊA, 1997) entre o Brasil e países da América do Sul pode ser medido pelos novos fluxos da força de trabalho nas atividades de confecções da cidade de São Paulo. Para a compreensão desse complexo processo analisamos o modo de organização do circuito espacial de produção do vestuário a partir de um diálogo com a economia urbana da cidade: circuito superior e inferior. Com base nos três elementos fundamentais que distinguem os dois circuitos da economia urbana – capitais, tecnologia e organização – caracterizamos o funcionamento da área de especialização na atividade de vestuário da metrópole.

Os bairros do Brás e Bom Retiro, historicamente ocupados por chácaras, foram transformados em bairros operários de imigrantes. Em anos mais recentes transformaram-se em bairros comerciais e de fabricação de pequeno porte, com destaque para a fabricação de artigos de vestuário. Essa atividade surgiu com os judeus, árabes e libaneses e foi apropriada pelos coreanos a partir da década de 1970, sobretudo década de 1980, ganhando reforço com a chegada dos imigrantes bolivianos.

O Instituto Migrações e Direitos Humanos, ligado à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), aponta entre 250 mil e 300 mil bolivianos *indocumentados* vivendo em São Paulo; o Ministério da Justiça calcula 50 mil irregulares. A fala de Carlos Danilo Soto Gomez⁵, fundador da Praça Kantuta, reitera o dinamismo dessa imigração: “Chegam toda semana, que eu sei, cerca de cinco ônibus de bolivianos”. Ainda que não se possa medir exatamente quantos são, a imigração de sulamericanos no Brasil, destacadamente de bolivianos, é marcante, e sua inserção no circuito de produção do vestuário da metrópole é significativa.

Com a globalização, as possibilidades de mobilidade das mercadorias e do dinheiro também trouxeram as possibilidades e mobilidade da força de trabalho. Tradicionalmente, pelas mãos das mídias hegemônicas, as migrações internacionais são apresentadas como um problema para os países do Norte, especialmente Estados Unidos, países da União Europeia e Japão (a famosa Tríade). No entanto, pouco se fala das migrações “Sul / Sul”. As desigualdades territoriais

⁵ Entrevista realizada em 15/08/2010.

entre os países periféricos também vem induzindo migrações⁶. Esse é o caso dos bolivianos no Brasil. Dessa forma, o circuito inferior da economia urbana ganha novas feições, pois por um lado há capilaridade, enraizamento desses grupos sociais numa nova divisão social e territorial do trabalho construída no centro da cidade de São Paulo, e, por outro lado, o circuito inferior, tradicionalmente uma atividade intraurbana, ganha dimensões internacionais em razão da dinâmica das redes estabelecidas pelos imigrantes. Em período recente, muitos trabalhos sobre a imigração boliviana vêm sendo publicados com diferentes objetivos e abordagens, citamos apenas alguns como de Sidney da Silva (1997, 2005a, 2005b, 2006), um dos precursores na análise da imigração boliviana em São Paulo, Freire da Silva (2008), Freitas (2007, 2009), Souchaud, Carmo, Fusco (2007), Souchaud (2010a, 2010b), Xavier (2010), entre outros. Não é nosso objetivo estudar a imigração boliviana em si, mas sim como ela cumpre um papel na economia urbana da cidade de São Paulo, especialmente nas atividades de confecção.

Sublinhamos que o circuito espacial de produção compõe-se pelas etapas às quais passa a matéria-prima até transformação da mesma em produto final: produção, distribuição, comércio e consumo perfazem tais etapas (SANTOS, 1986a). Nesse movimento o espaço é um elemento ativo, pois é por meio da divisão territorial do trabalho que a produção se efetiva e localiza-se em determinados lugares. As cidades nos países periféricos funcionam a partir da existência de dois subsistemas da economia urbana, o circuito superior – moderno, afeito ao desenvolvimento tecnológico, engloba as grandes empresas, bancos, seguradoras, etc. – e o subsistema inferior – composto pelas atividades de pequena dimensão, com o uso de trabalho intensivo e não domina as variáveis tecnológicas, ainda que possa utilizá-las, engloba atividades formais e não formais, autônomas, serviços, pequena indústria, ou seja, todo o tipo de trabalho gerado na cidade para gerar renda à população pobre.

Desta forma, propomos em nossa tese uma interpretação da cidade por meio da conexão entre o circuito espacial de produção e os dois circuitos da economia urbana, tendo como foco as áreas de especialização do ramo de confecção na metrópole de São Paulo, pois como afirma Arroyo (2008), podemos pensar a cidade a partir da justaposição da análise dos circuitos espaciais de produção e dos dois circuitos da economia urbana (superior e inferior), sendo que esse último enfocaria mais o agente econômico (circuito das firmas), que envolve todos os ramos;

⁶ Dados da Polícia Federal apontam que há 1.233.000 imigrantes regularizados no Brasil. Desses, 233.231 seriam sulamericanos. Disponível em <<http://noticias.uol.com.br/ultnot/internacional/2009/07/02/ult1859u1169.jhtm>> Acesso em 14/07/09).

já os circuitos espaciais de produção, a ênfase da análise é mais no ramo, com todas as empresas que participam do circuito. Complementa a autora sobre a importância de observarmos que sempre o circuito inferior compõe o circuito espacial de produção, seja por estar interligado diretamente à comercialização (fornecendo ou comprando insumos), seja por formar ele mesmo um circuito produtivo completo. Inclusive, para o ramo de vestuário, indicamos que o circuito inferior passa a executar as etapas produtivas menos nobres, como a costura, nas situações de produção das grandes empresas.

O circuito espacial de produção do vestuário possui uma especificidade própria: grande demanda por mão de obra na etapa da costura. Mesmo as grandes empresas do ramo, pertencentes ao circuito superior, não conseguem criar uma forma de substituição do binômio costureiro/máquina de costura no processo produtivo.

Considerando essa especificidade do circuito espacial de produção de confecção, nossa hipótese é a de que o circuito superior do vestuário modificou sua forma de organização aprofundando sua articulação com o circuito inferior via subcontratação de oficinas de costura. Deste modo, o circuito superior ganha a capilaridade e a flexibilidade necessárias à produção valendo-se das estratégias de organização do próprio circuito inferior. A demanda por mão de obra no circuito superior de vestuário, composto principalmente pelas grandes redes varejistas (de atuação em território nacional) e pelos atacadistas do Brás e Bom Retiro, acabou por se articular muito bem com os atuais fluxos migratórios de bolivianos para a metrópole de São Paulo.

A tese está organizada em quatro capítulos. No primeiro, “Brás e Bom Retiro: das chácaras ao circuito espacial do vestuário”, resgatamos a história territorial dos bairros do Brás e Bom Retiro, destacando a origem da formação da especialização produtiva. Também mostramos como a valorização e desvalorização do meio construído é substrato para o crescimento das atividades do circuito inferior. Neste capítulo também indicamos que a cidade de São Paulo abriga uma enorme diversidade de circuitos espaciais de produção, ou seja, acumula uma divisão territorial do trabalho diversa, por isso é uma *cidade global*, mas também é centro das atividades do circuito inferior. No segundo capítulo, “O circuito espacial de produção do vestuário e os dois circuitos da economia urbana”, nos preocupamos em descrever o funcionamento do circuito produtivo do vestuário a partir da metrópole, mostrar a dinâmica da reorganização das atividades de confecção na década de 1990, além de destacar a relativa dispersão da etapa da produção no território nacional. No terceiro capítulo, “O circuito superior: as grandes redes de varejo de

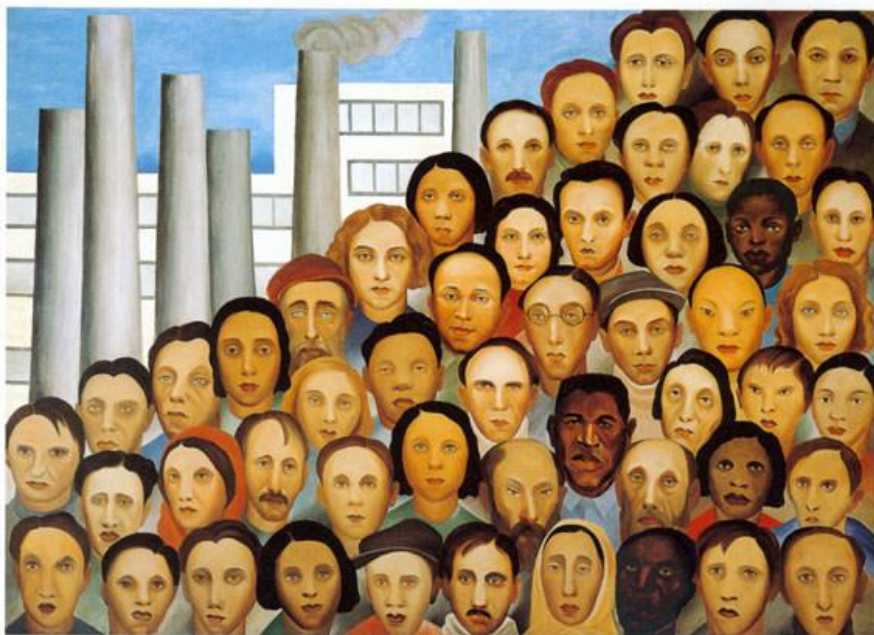
confeções e os atacadistas do Brás e Bom Retiro”, trabalhamos com dados empíricos mostrando como a subcontratação foi adotada de maneira sistemática pelas empresas do circuito superior e vem dominando as atividades do circuito inferior. Destacamos ainda, a dinâmica da economia política da urbanização na formação das estratégias empresariais das empresas de varejo e a importância do Estado para tais empresas. Além disso, realizamos algumas considerações sobre a importância do crédito e da publicidade na expansão do consumo no atual período. Expomos ainda o funcionamento dos comércios/oficinas do Brás e Bom Retiro, que apresentam particularidades de *circuito superior marginal* (SANTOS, 2004). Para finalizar, no quarto capítulo, “O circuito inferior como possibilidade de sobrevivência: da oficina ao consumo”, elencamos as principais atividades do circuito inferior que surgem a partir do circuito espacial do vestuário. Também debatemos a importância dos imigrantes para o ramo do vestuário na metrópole de São Paulo, destacando as normas e as formas que o grupo de bolivianos deixa na cidade. Sublinhamos a importância da Feira da Madrugada como reduto do circuito inferior e o papel das políticas territoriais de Estado na esfera municipal de combate às atividades do circuito inferior.

A imigração *indocumentada* de bolivianos (e outras nacionalidades) insere-se no contexto da necessidade de trabalho, logo, admite-se que as possibilidades de extração de renda não são encontradas em qualquer lugar, inclusive, os territórios de origem não conseguem oferecer condições a essa população. A explicação desses fluxos migratórios está no *território usado* (SANTOS, 1994; SANTOS E SILVEIRA, 2001; SILVEIRA, 2008), mais precisamente nos lugares que revelam os diferentes usos dos territórios. Deste modo, neste trabalho objetivamos analisar o *uso* do território a partir do lugar, mais precisamente a partir da especialização do circuito espacial de produção do vestuário presente na metrópole paulista. Operacionalizamos esse objetivo por meio de coleta de dados estatísticos secundários em órgãos governamentais e organizações não governamentais, consulta a relatórios das empresas do ramo, associações comerciais e empresariais e por meio da produção de dados primários qualitativos como a realização de entrevistas com agentes do circuito espacial de produção do vestuário, funcionários de empresas do ramo, representantes de associações de bolivianos, expositores da Feira da Madrugada, consumidores do Brás e Bom Retiro. Além disso, realizamos trabalhos de campo de

observação e registros fotográficos nestes bairros e em áreas de forte presença boliviana na cidade de São Paulo⁷.

⁷ Os procedimentos de pesquisa adotados foram detalhados no Apêndice – Método e Metodologia da pesquisa.

CAPÍTULO 01 - BRÁS E BOM RETIRO: DAS CHÁCARAS AO CIRCUITO ESPACIAL DO VESTUÁRIO



Operários, 1933
Tarsila do Amaral

1.1. A FORMAÇÃO DA ESPECIALIZAÇÃO PRODUTIVA DO RAMO DO VESTUÁRIO

A cidade, segundo Maria E. B. Sposito (1999), é expressão do processo de urbanização. Deriva simultaneamente dos papéis urbanos desempenhados no decorrer do tempo histórico, e condiciona as práticas sociais, de diferentes naturezas, que se realizam, por meio do cotidiano. A autora ressalta que os papéis urbanos se tornaram mais diversos e complexos. No entanto, a concentração continua sendo uma marca das cidades, pois as formas de centralização econômica e de gestão política e financeira se realizam nas cidades. As mudanças ocorreram no plano territorial, havendo um rompimento da continuidade do tecido urbano e a acentuação do processo de periferização.

O Brás e o Bom Retiro nasceram como chácaras e tornaram-se bairros tradicionais importantes por terem sido abrigo da primeira fase da industrialização da cidade. A metropolização de São Paulo, baseada na expansão da área urbana, promoveu o processo de “deterioração” do meio construído no Brás e Bom Retiro. Contudo, esses bairros criaram na obsolescência a possibilidade profícua de abrigo de uma forte especialização produtiva, ou seja, novos papéis urbanos foram assumidos por esse fragmento da cidade. A “deterioração” do meio construído é parte do próprio fenômeno de modernização e expansão da cidade, pois, a modernização das atividades econômicas exige novos sistemas técnicos, juntamente a esse processo, agem os atores da especulação imobiliária, explicando o movimento intenso de obsolescência e abandono dos bairros na cidade de São Paulo. Inclusive Montenegro (2006, 2009) ressalta que o circuito inferior na cidade de São Paulo tem no meio construído deteriorado e na grande quantidade de fluxos das áreas centrais uma verdadeira economia de aglomeração para o desenvolvimento das suas atividades.

Adriana M. B. da Silva (2001) indica para a cidade de São Paulo três recortes espaço-temporais chaves para a formação e afirmação de sua centralidade como metrópole informacional no território brasileiro. O primeiro período compreende o final do século XIX até 1945; o segundo período vai de 1945 a 1970/80 e o recente, compreendendo década de 1980 ao período atual, cujo conteúdo confere o caráter de metrópole informacional. A autora destaca que não há grandes rupturas desses “momentos histórico-territoriais” e estes têm como base os três

elementos definidores da *vida de relações*⁸ na metrópole no território nacional: o comércio, a indústria e a informação (SANTOS, 2009b).

A migração dos “centros” da cidade de São Paulo revela o processo de valorização e desvalorização das áreas nos diferentes momentos geográficos. Primeiramente a área central (Sé e República) exerce a centralidade das atividades econômicas na cidade, período em que o café motiva a vida de relações; posteriormente, década de 1940 a 1970/80 a Avenida Paulista exerce o papel de símbolo da metrópole industrial e recentemente a Avenida Luis Carlos Berrini e arredores (“vetor Sudoeste”) expressa o papel de São Paulo como centro dos objetos técnicos mais elaborados como redes de acesso fácil, prédios “inteligentes”, helipontos, redes de telecomunicações, condizentes com as necessidades de criação, distribuição e controle de informações, variável chave do período atual.

No período inicial da formação da metrópole (final do século XIX até 1945), a vida de relações na cidade passou paulatinamente a ser animada pelo ritmo das acelerações técnicas do capitalismo industrial. São Paulo neste momento constituiu-se em centro mundial do comércio de café⁹, além de abastecer uma vasta região com inúmeros produtos manufaturados, tornando-se capital regional, esboçando seu papel de comando regional na hierarquia urbana. Nesse período o território brasileiro encontrava-se em fase de mecanização: a produção agroexportadora, as nascentes indústrias, juntamente com os sistemas de objetos que surgem (telégrafo e as ferrovias) conformam uma integração regional orientada por São Paulo (SILVA, 2001).

O período de 1945 a 1970/80 é o momento que o Brasil conhece o fenômeno da forte expansão da industrialização, São Paulo concentra grande parte do parque industrial que tem suas origens no desenvolvimento do complexo cafeeiro (CANO, 1997). Essa cidade afirmou-se como pólo acolhedor de modernizações do território nacional e, ademais, assume o papel de metrópole nacional, sendo a indústria o elemento dinamizador desse momento geográfico. Os investimentos na cidade ocorreram, sobretudo, na circulação. O padrão rodoviário passa a predominar na paisagem da cidade, sendo o aumento do número de automóveis nas ruas o símbolo dessa nova etapa da metrópole.

⁸ O conceito de “vida de relações” foi cunhado por P. George (1968) para referir-se às solidariedades internas aos lugares.

⁹ Silva (2001) lembra que, embora São Paulo fosse o centro comercial cafeeiro, esse era subordinado ao capital inglês e a cidade do Rio de Janeiro apresentava-se como o principal centro político do território nacional.

Já na década de 1960 o BNH (Banco Nacional de Habitação) mostra-se com papel fundamental na expansão urbana e periferação do trabalhador. Os elevados investimentos em circulação, em grandes projetos habitacionais e as operações urbanas de renovação ativaram o ciclo vicioso de valorização urbana e expulsão dos pobres dos bairros centrais e mais antigos e, posteriormente, o certo abandono das áreas centrais para a função residencial e industrial.

A enorme expansão dos limites territoriais da área metropolitana construída, a presença na aglomeração de uma numerosa população de pobres e a forma como o Estado utiliza os seus recursos para a animação das atividades econômicas hegemônicas em lugar de responder demandas sociais conduzem à formação do fenômeno que chamamos de metrópole corporativa, voltada essencialmente à solução dos problemas das grandes firmas e considerando os demais como residuais (SANTOS, 2009a).

Gradativamente reconhece-se que a metrópole informacional vai se configurando, conformando o período recente (1970/1980-hoje), em que São Paulo toma o controle do território via controle dos fluxos imateriais, sem deixar de depender da força dos fluxos materiais da indústria (SILVA, 2001; SANTOS, 2009b).

A informação passa a ser substrato para a aceleração do consumo e da ampliação da *mais-valia*, pois, é elemento de poder. Para Santos (1986a, p. 127), “a informação é privilégio do aparelho de Estado e dos grupos econômicos hegemônicos, constituindo uma estrutura piramidal. No topo, ficam os que podem captar as informações, orientá-las a um centro coletor, que as seleciona, organiza e redistribui em função do seu interesse próprio”, sendo os demais incapazes de decodificar essas informações transmitidas pela grande mídia. Considerando o papel estratégico da informação hoje, a rede urbana passa por uma reorganização, segundo o poder de concentrar e redistribuir as informações. São Paulo compõe a inteligência informacional do território brasileiro, todavia, a “cidade abastada e a cidade pobre formam uma só cidade” (SANTOS, 2009a, p. 14). O autor ainda destaca que São Paulo, apesar do processo de desconcentração industrial, ainda continua concentrando parte das atividades industriais do país, o que lhe confere grande comando nacional.

Outros autores dedicaram-se à periodização da história territorial da cidade de São Paulo como Langenbuch (1971) e Maria A. de Souza (1994). O primeiro destaca o período pré-metropolitano (1875-1915); o início da metropolização (1915-1940); metropolização recente (a partir de 1940). Já Souza (1994) encontra onze fases¹⁰ de transformação da paisagem da

¹⁰ Estas fases são: 1ª) 1554: fundação de São Paulo; 2ª) 1554-1640: caracteriza-se pela consolidação da vila; 3ª) 1640-1765: vila é elevada à capital da Capitania e consolida-se como entreposto comercial e centro de convergência

metrópole de São Paulo, destacando o processo de verticalização da cidade. Para a autora, nestas mudanças estão imbricadas as múltiplas formas do capital (fundiário, produtivo, imobiliário e financeiro).

Dentro dos grandes momentos territoriais da metrópole, o Brás e o Bom Retiro apresentam algumas especificidades, por isso identificamos alguns períodos significativos para a vida de relações desses bairros¹¹: **período dos “bairros das chácaras” (1850 a 1889)** – predomínio das chácaras e de uma vida marcada por elementos rurais; **período “dos bairros operários” (1889-1930)** – a industrialização (com base na indústria, alimentos, bebidas, móveis, artigos de vidro e, sobretudo têxtil) e imigração consolidam o Brás e o Bom Retiro (entre outros) como bairros industriais e de residência de operários; **período da “decadência industrial” dos bairros (de 1930 a 1950)** – migração das indústrias para outros bairros e formação da especialização produtiva comercial em atividades de confecções; **período da consolidação da especialização no circuito espacial de produção de confecções (1950 a 1980)** – trazidas por imigrantes libaneses e judeus, as atividades de fabricação e comércio de vestuário foi reforçada pela forte migração dos nordestinos, em seguida há a ascensão dos imigrantes coreanos, estes assumem a lógica do período da globalização que se tornará dominante posteriormente – e **período da reorganização do circuito espacial de confecções (1980/90 aos dias atuais)** – os coreanos assumem a especialização dos bairros, tanto na produção, quanto na comercialização das confecções. A partir da década de 1990, os elementos da globalização também são incorporados no processo produtivo das empresas do circuito superior de confecção, reverberando nas atividades do circuito inferior. A ascensão da imigração indocumentada e mesmo documentada de bolivianos compõe parte desse novo período.

e irradiação de caminhos; 4ª) 1765-1840: reforça o seu papel de centro comercial, agregando o papel de centro econômico e cultural; 5ª) 1840-1889: esboça sua dinâmica atual, apresenta intensa movimentação econômica (criação de bancos) e implantação de infraestrutura; 6ª) 1889-1916: intenso dinamismo urbano, a cidade consolida-se como centro comercial e industrial, representando 40% da produção nacional; 7ª) 1916-1945: intenso processo migratório, torna-se o maior centro industrial da América do Sul, com intensa movimentação operária, crescimento das atividades de serviços e início do processo de verticalização; 8ª) 1945-1954: fase de enorme caos urbano, desenvolve-se os meios de comunicação e crescem o número de bancos, além do desenvolvimento industrial intensificar-se; 9ª) 1954-1964: expansão da periferia, além do déficit dos equipamentos urbanos; 10ª) 1964-1982: expansão horizontal e vertical da cidade, modernização da infraestrutura (água, esgoto, metrô, legislação urbana, planejamento urbano) e 11ª) 1982-atual: tentativas de resgate da dívida social, de redemocratização da gestão urbana (SOUZA, 1994).

¹¹ Essa periodização tem como base os trabalhos de Langenbuch (1971), Martin (1984), Martin e Frugóli Jr. (1992) e Andrade (1994).

No período dos “bairros das chácaras” (1850 a 1889), o Brás mostrava um crescimento incipiente que perdurou até o fim do século XIX (Anexo II - Mapa 01). Caracterizava-se por elementos rurais e funções suburbanas. O nascimento do Brás como bairro individualizado é de difícil localização como afirma Martin (1984), apesar de controvérsias, o censo militar de 1765 apresenta o bairro com 14 unidades residenciais e 73 habitantes livres (Maria Luíza Marcílio 1974 *apud* Martin 1984). Lagenbuch (1971) assinala que em 1730 já havia se estabelecido nas margens da estrada para a Penha “o português José Brás”, que teria dado nome ao bairro, com casa de comércio e albergue. O Brás apresentava-se como um loteamento de tamanho intermediário, encontrava-se isolado do centro e constituía-se por chácaras. No entanto, Langenbuch (1971) aponta que o Brás organizava-se para atender à cidade, uma vez que além de chácaras residenciais (das classes abastadas e de ranchos não tão aristocráticos), ele fornecia frutas ao mercado. Disponha também de boa infraestrutura para os “pousos de tropas”. O bairro era ponto de articulação entre as tropas de mulas que circulavam entre o Rio de Janeiro, São Paulo e São Caetano do Sul. O fato de ser área de passagem dos tropeiros, surgiram ao longo da estrada da Penha atividades de fabricação de arreios, cangalhas e estribos.

Resguardadas as especificidades, o Bom Retiro também se caracteriza por ser um bairro de chácaras até pelo menos 1865. Daí em diante, entramos na fase denominada por Souza (1994) como “metrópole prenunciada”, que na verdade marca a fase de transição dos padrões para as novas técnicas, das quais a ferrovia será a mais proeminente porque impôs uma nova vida de relações à cidade e aos bairros próximos ao centro em expansão. A “metrópole prenunciada” caracteriza-se pela implantação maciça de infraestruturas e pela ocorrência de grandes loteamentos nas áreas periféricas, dentre as quais podemos citar os empreendimentos Manfred Meyer (Bom Retiro), Victor Nothmann e Frederick Glette (Campos Elísios) e o Barão de Mauá (imediações ao sul das estações Sorocabana e da Luz) (EVASO, 2003).

No período de formação dos “bairros operários” (1889-1930) (Anexo II - Mapa 02 e Mapa 03), o Brás e o Bom Retiro apresentam uma enorme efervescência econômica, cultural e política. As obras de circulação e de alguns melhoramentos urbanos chegam aos bairros operários. No Bom Retiro é implantada a interligação das ruas João Teodoro, Ribeira de Lima e Helvetia facilitando o acesso as estações Luz e Brás. Os investimentos nas vias de circulação no bairro indicavam as necessidades da crescente população residente e das indústrias. Das 47 linhas de bondes elétricos as existentes em São Paulo, 11 passavam pelo Bom Retiro em 1914. Até essa

data, o bairro estava conectado ao Cambuci, ao Brás, ao Pari, à Santa Cecília, à Ponte Grande, à Vila Mariana, à Liberdade, aos Campos Elíseos e Santana, além de duas linhas que o ligavam ao centro (EVASO, 2003).

O adensamento dos sistemas de transporte, juntamente com a implantação da primeira Hospedaria de Imigrantes na rua José Paulino (que funcionou entre 1882 até 1887 no bairro) condicionaram a concentração da população, das atividades industriais e comerciais neste área (ANDRADE, 1994). A associação da ferrovia, da Hospedaria dos imigrantes, da imigração e da industrialização tornou o Bom Retiro um bairro com centralidade proeminente. Os imigrantes que não eram absorvidos rapidamente pelas indústrias em expansão ou pelas fazendas de café, fixavam residência nas proximidades e surgia também a característica comercial do bairro, fruto da própria necessidade do grande contingente populacional que passa morar nesta área. Trata-se de um bairro operário com crescimento das relações comerciais.

A Hospedaria dos Imigrantes foi transferida para o Brás em 1887, no entanto, o dinamismo do Bom Retiro não foi totalmente abalado, pois os imigrantes recém chegados a São Paulo eram obrigados a passarem pelo Desinfectório Central, que permaneceu no Bom Retiro, para serem aceitos na hospedaria do Brás. Dessa maneira, o comércio local seria pouco afetado, uma vez que ainda servia como alternativa de moradia e mesmo de trabalho para os que chegavam (EVASO, 2003).

O Brás passa por caminho semelhante ao do Bom Retiro, porém o caráter político e cultural do bairro na cidade foi mais acentuado. A forte industrialização de São Paulo tem no Brás um dos seus principais abrigos, torna o conhecido como “bairro operário”¹² de São Paulo (MARTIN, 1984). Durante o fim do século XIX e início do século XX, a indústria esteve subordinada ao capital cafeeiro e, a partir de então, houve um elemento fundamental na mudança do bairro, a figura do imigrante. Como afirma Martin (1984), o imigrante oferecia mão de obra para o café (colonos) e operários à indústria. Conectados a esses processos estão materialidades importantes que condicionaram parte desses fenômenos como a presença no bairro do entroncamento de duas importantes ferrovias do país: a D. Pedro II e a São Paulo Railway (São Paulo – S.P.R.). Além disso, inaugurada em 1887, a nova Hospedaria dos Imigrantes viria a ser uma infraestrutura fundamental para o Brás e para a cidade. Abrigava os imigrantes que chegavam a Santos e eram transferidos para São Paulo até serem encaminhados para as fazendas.

¹² Martin (1984) usa essa designação para sua periodização para o bairro do Brás, estendemos a denominação ao Bom Retiro, ainda que, comparativamente esse último tenha abrigado menos indústrias que o Brás.

Após aquela construção, o Brás registrou um crescimento impressionante. De 1886 a 1890 passou de 5.998 habitantes para 16.807, isto é, o triplo em apenas 4 anos. Três anos mais tarde nova duplicação, chegando em 1893 a 32.387 moradores. Num período de 7 anos, um crescimento de nada menos que 6 vezes [...] o Brás estava conhecendo a sua primeira mudança estrutural, ao deixar de ser um subúrbio ruralizado, para tornar-se um verdadeiro bairro industrial (MARTIN, 1984, p. 66).

O Brás apresentou uma vida cultural intensa com bares, cafés e atividades teatrais. Muitos teatros surgiram no período dos quais destacamos o Teatro Colombo no Largo da Concórdia, inaugurado em 1908. Além do mais, foi palco das primeiras lutas da classe operária no Brasil. A primeira greve de operários fabril em São Paulo eclodiu na fábrica Sant'anna (indústria têxtil), que até 1910 foi a maior fábrica de São Paulo (MARTIN, 1984).

O Brás, Bom Retiro, Mooca, Belenzinho e Pari tornaram-se nessa época o berço da industrialização de São Paulo. O carro chefe das atividades nestes bairros foi a indústria têxtil. Andrade (1994) aponta que as fábricas de tecidos, de cerveja, de calçados, entre outros produtos de consumo, tinham a produção concentrada em algumas grandes empresas. Entretanto, pequenas indústrias e oficinas marcavam presença no bairro.

Entre o final do século XIX e início do século XX, as margens das ferrovias passariam a constituir os sítios mais procurados pelas indústrias para instalação de suas atividades. A ferrovia funcionou como instrumento de reorganização local e regional de São Paulo, substituindo o antigo sistema de muares e caminhos de tropas, juntamente com os serviços ligados a estas atividades. “Os ‘povoados-estação’ cresciam enquanto os aglomerados apartados as linhas, de um modo geral, estagnavam” (LANGENBUCH, 1971). Desta forma, o padrão de ocupação industrial pode ser explicado pelo par perfeito: ferrovia e indústria (Foto 1.1).

FOTO 1.1: PRESENÇA DAS ANTIGAS INDÚSTRIAS ÀS MARGENS DA FERROVIA NA ESTAÇÃO DE METRÔ DO BRÁS - 2010



Fonte: Trabalho de Campo; Silvana Cristina da Silva, 15/08/2010

No Brás também cresceram as atividades comerciais. No entanto, logo em 1930, o bairro sofre uma desaceleração econômica e populacional. Houve expansão da industrialização para outras áreas da cidade, que acompanharam os eixos de modernização rodoviária. Então, cresce a metrópole industrial, ao mesmo tempo em que se deterioram os primeiros bairros industriais mais centrais como Brás e Bom Retiro.

A especulação imobiliária, a formação de cortiços e a implantação de alguns melhoramentos urbanos, já caracterizavam essas áreas da cidade. Entramos no período da “decadência industrial dos bairros” (de 1930 a 1950). Enquanto São Paulo apresenta uma explosão industrial e urbana, o Brás e o Bom Retiro perdem parte dessas atividades por conta da valorização dos terrenos (as empresas precisam de mais espaços para se expandirem), o sistema ferroviário perde espaço para o padrão rodoviário e a imigração já não é tão intensa. No Brás a população de 80 mil habitantes em 1940 passa a ser 63 mil em 1960. As fábricas começam a

acompanhar a expansão das rodovias¹³ e muitos moradores de origem operária também se afastam do Brás, em busca de emprego, da compra de terrenos ou da conquista da casa própria. Além disso, uma segunda geração de imigrantes italianos sai aos poucos do bairro, uma vez que atingem uma condição econômica mais elevada (MARTIN, 1984).

São Paulo tem uma forte ampliação da área urbanizada (Anexo II – Mapa 04), fruto da expansão da industrialização para outros bairros. Assim, já se identifica um elemento fundamental da formação da metrópole: a fragmentação (SANTOS, 2009a). A periferização e o “abandono” de áreas mais centrais na cidade de São Paulo pela economia moderna são dimensões territoriais da concretização do capitalismo no Brasil. O urbano responde às demandas do mercado modernizando as materialidades, com isso cria-se a cidade moderna do capital e o “resto”. Quando a industrialização se generaliza, o Brás e o Bom Retiro tornam-se obsoletos para a indústria crescente e para a cidade do automóvel. Enquanto a “locomotiva nacional” mostra toda sua potência, alguns bairros de São Paulo começam a assimilar os sinais do processo de modernização. O Bom Retiro, por exemplo, é superado por outros bairros industriais. Estes últimos criam intraestruturas mais adequadas e têm terrenos mais espaçosos, além da menor influência sindical. Barra Funda, Lapa, Ipiranga, Osasco e a região do ABC destacam-se neste período (EVASO, 2003)

Ao mesmo tempo em que decaem as atividades industriais no Brás e Bom Retiro, São Paulo segue sua expansão industrial. O crescimento da área urbanizada dá a dimensão do processo de metropolização da cidade de São Paulo. Santos (2009b) afirma que podemos usar o mesmo raciocínio dos autores da obsolescência das máquinas pelo progresso técnico ao espaço urbano, reiterando que o envelhecimento das máquinas, bem como da materialidade urbana, é um atributo sociogeográfico e não técnico. Logo, o conteúdo é moral porque emana dos conflitos de condições diferenciais da luta de classe. Se algumas partes do sistema urbano não respondem eficazmente à produtividade capitalista, os capitalistas buscam novas áreas, cujas possibilidades de lucros, pelas técnicas mais modernas, são maiores.

Gradativamente consolida-se a especialização no circuito espacial de produção de confecções (1950 a 1980). Esse período corresponde a um enorme crescimento da área urbanizada da cidade de São Paulo (Anexo II - Mapas 05, 06 e 07), constituindo-se em um dos elementos da reorganização dos “bairros antigos”, pois a expansão territorial horizontal (e

¹³ Importantes auto-estradas são instaladas a partir desse período como: a Via Anchieta, a Via Anhanguera, a Presidente Dutra, posteriormente a Raposo Tavares, a Fernão Dias e a Regis Bittencourt (LANGENBUCH, 1971).

vertical) revela o processo de deterioração urbana, provocado pela necessidade do capital imobiliário incorporar novas áreas e das atividades econômicas construírem novas materialidades, condizentes com o seu conteúdo moderno. O período entre 1950 e 1962 corresponde ao processo de periferização urbana da cidade. Entre 1962 e 1985, observamos certo resfriamento da ampliação da área urbana no município de São Paulo, indicando que, o crescimento se dará em direção a outros municípios da Região Metropolitana de São Paulo (RMSP).

Enquanto a cidade se expande, o centro antigo abriga novos conteúdos. Os libaneses são os primeiros a trazer o ofício da confecção para São Paulo. Ainda na década de 1930, se instalaram na rua 25 de Março, no Centro e na rua Oriente (no Brás), onde já havia fábricas e comércio atacadista de tecidos. Aos poucos a atividade vai ganhando proporções e torna-se alternativa de trabalho para a população que permaneceu no bairro e para as novas correntes migratórias, desta vez, a migração interna, oriunda do Nordeste brasileiro destaca-se.

Os nordestinos começam a chegar a São Paulo aos milhares sendo que o Brás tornou-se central na recepção dessa população. A Hospedaria que abrigava italianos recebeu os nordestinos, que passaram a vivenciar situações de moradia ainda piores que a dos antigos moradores. Com a nova população, uma nova vida de relações se estabelece exigindo a renovação das materialidades como: o surgimento de hotéis, casas especializadas em artigos típicos do Nordeste, empresas de ônibus constituem paradas no bairro para atender às demandas dessa população. Com essa dinâmica perdura o mercado de mão de obra do bairro.

O Brás passa por um processo de recriação, onde a indústria de confecções e o seu comércio vai se expandindo pouco a pouco, até sua hegemonia nas ruas do bairro. O crescimento urbano implica uma reorganização desses espaços já ocupados (GOMES, 2002, p. 86).

Os nordestinos também se serviram das estratégias da rede migratória para consolidar-se no Brás. Além de fornecerem mão de obra aos confeccionistas já estabelecidos, em função das redes familiares e pessoais com os estados de origem, eles passaram a produzir roupas de baixa qualidade (chamada popularmente de *carregação*), que eram enviadas para a venda em seus estados de origem. Também produziam marcadorias aos magazines populares. As pequenas oficinas eram montadas entre conterrâneos de migração mais recente, sendo que na década de

1970 essas oficinas multiplicaram-se espantosamente no bairro. O crescimento do comércio atacadista induziu o deslocamento das oficinas para a periferia da cidade¹⁴ (KONTIC, 2007).

Os judeus concentraram seus negócios na região do Bom Retiro. Investiram principalmente em moda feminina e logo formaram aglomerados industriais, que envolviam desde a fabricação dos tecidos até grandes lojas atacadistas e varejistas (FREIRE DA SILVA, 2008). Os árabes, juntamente com os sírios e os libaneses no pós-guerra trouxeram a produção em escala industrial, os nordestinos serviram de mão de obra para operar as máquinas implantadas por esse grupo de empresários.

Esse período de formação dos bairros do Brás e Bom Retiro, que estamos denominando de consolidação da especialização no circuito espacial de produção de confecções (1950 a 1980), apresenta uma enorme quantidade de *eventos*¹⁵ que se materializaram e permitiram que tais bairros se tornassem uma “fábrica de vestuário” de grande parte do Brasil.

A migração (externa e interna) é um desses eventos, um dos mais importantes no caso da especialização histórica no Brás e Bom Retiro. A intensa urbanização é outra face desse processo. Na década de 1970 a maior parte da população brasileira passou a viver em cidades. De 1940 a 1980 houve um aumento de 653,03% da população urbana no Brasil (SANTOS, 2005). Isso significa que cresceu o mercado consumidor e as possibilidades de produção.

O encurtamento do ciclo produção-consumo é propiciado pelo modo urbano capitalista de viver (SPOSITO, 1998). As mudanças na forma de organização, dos valores e modernização nos sistemas técnicos no mundo também influenciaram a organização da produção no Brasil.

A dinâmica política de resistência é silenciada pela Ditadura Militar no Brás. Assim, os projetos de “renovação” foram sendo implantados sem qualquer preocupação com os moradores e as atividades historicamente existentes nesta área. Localizamos alguns eventos que foram decisivos na estrutura atual do Brás como a implantação da Radial Leste. A instalação de um viaduto (em 1968) passou a impedir a comunicação entre os bairros do Brás e da Mooca para servir às demandas por circulação na cidade. Essas transformações leva Martin (1984) a falar de uma transição da “deterioração espontânea” para uma “deterioração planejada”. O projeto de construção do metrô, que data de 1968, viria a ser o projeto que mais trouxe a “deterioração

¹⁴ Aprofundaremos a questão da migração das oficinas para outros bairros no Capítulo 04.

¹⁵ Para Santos (2002) a assimilação da ideia de evento e da ideia de ação é fundamental para a construção de uma teoria geográfica. Para o autor, evento e ação seriam sinônimos. Os eventos não seriam apenas fatos, mas também ideias: um instante no tempo e um ponto no espaço, sendo sua extensão conectada ao poder do ator da ação (SANTOS, 2002).

planejada” ao bairro. A construção do metrô no Brás começa a ocorrer efetivamente em 1975, em uma velocidade sem precedentes, as demolições começam em janeiro de 1976 e terminam em fevereiro do mesmo ano. Foram demolidos 944 imóveis, atingindo principalmente o setor mais populoso do bairro, onde estava localizada a maior parte dos cortiços (MARTIN, 1984).

O bairro do Brás, reconhecidamente importante para a indústria do vestuário paulista, também sofre modificações em sua vida de relações em virtude de influência externa, haja vista que as transformações na maneira de pensar e produzir vestuário no mundo incidem também no Brasil, especialmente nas áreas especializadas no ramo. O surgimento *do prêt-à-porter* nos anos 50 em Paris é apontado como evento significativo para o mundo da moda. A roupa pronta para vestir traz uma nova forma de pensar a moda, fora dos padrões das estilistas da alta costura (KONTIC, 2007). O *prêt-à-porter* difunde-se rapidamente e chega ao Brasil na década de 1960. A nova maneira de pensar o vestuário pautava-se no consumo de massa, sendo o desafio a criação de produtos para uma massa de consumidores, porém que representasse cada coletividade. O segundo desafio é a transformação da produção em escala industrial, ou seja, é a capitalização que se torna mais voraz no ramo econômico em que havia uma presença marcante do “artesanal”. O alfaiate, as costureiras (chamadas de modelistas), o conhecimento no seio da família da arte da costura e as pequenas lojas de vestuário ilustram a fase anterior da origem da roupa produzida em massa. A ideia central do *prêt-à-porter* é produzir roupas em grande quantidade, mas com estilo, que nascem à sombra da alta costura, extremamente elitizada.

Dessa inovação surgem grandes marcas mundiais como as americanas *Levi's* e *Fruit of the Loom*. Essas empresas influenciaram o mercado brasileiro, tendo surgido (principalmente no Rio de Janeiro e posteriormente em São Paulo) muitas marcas que continham a ideia da produção em massa com estilo. Constata-se que esse padrão influenciou a produção do vestuário em outros segmentos, até os mais populares. A partir da ativação do desejo de consumo dos produtos do circuito superior, há o incremento do consumo dos produtos populares baseados na imitação dos produtos da moda das grandes marcas.

A expansão urbana recente de São Paulo ocorre em direção aos outros municípios da metrópole (Anexo II – Mapa 08), ou seja, os municípios da Região Metropolitana de São Paulo crescem mais rapidamente que a sua sede. A Tabela 1.1 expõe o enorme incremento populacional na cidade de São Paulo e, sobretudo dos municípios vizinhos, oferecendo uma medida do tamanho da população que passou a ocupar as periferias e viver na pobreza e a depender do

circuito inferior para sobreviver. Junto com a urbanização e a metropolização do território ocorre o crescimento das demandas por consumo. O circuito espacial de produção de roupas consolida-se frente essas demandas.

TABELA 1.1: TAXAS ANUAIS DE CRESCIMENTO POPULACIONAL NA RMSP E MUNICÍPIOS (1950-2009)

Municípios	Taxas de Crescimento					
	1950/60	1960/70	1970/80	1980/91	1991/2000	2000/2009
RMSP	5,97	5,56	4,46	1,88	1,64	1,21
Arujá	3,99	5,41	6,21	7,21	5,16	3,04
Barueri	12,95	9,54	7,14	5,14	5,31	3,42
Biritiba-Mirim	2,13	4,75	4,00	2,65	3,66	2,20
Caieiras	19,56	5,19	4,92	4,08	6,90	2,99
Cajamar	5,42	4,91	7,80	3,99	4,64	2,77
Carapicuíba	10,43	13,09	12,97	3,92	2,19	1,77
Cotia	2,40	7,16	7,37	4,98	3,70	2,65
Diadema	15,05	20,44	11,23	2,66	1,76	1,18
Embu	2,18	13,77	18,10	4,53	3,23	2,57
Embu-Guaçu	2,22	8,02	7,43	5,08	5,13	0,88
Ferraz de Vasconcelos	12,08	9,68	8,16	5,20	4,46	3,10
Francisco Morato	22,88	16,01	9,77	10,30	5,32	2,30
Franco da Rocha	0,45	3,69	3,42	4,85	2,64	1,93
Guararema	(0,79)	5,15	1,80	1,59	2,23	1,84
Guarulhos	11,25	8,92	8,45	3,62	3,49	2,37
Itapeçerica da Serra	5,58	5,96	9,10	4,00	3,75	2,76
Itapevi	7,71	10,59	6,84	6,60	4,64	3,27
Itaquaquecetuba	8,37	9,78	9,64	7,68	5,75	3,94
Jandira	4,08	18,97	11,17	5,16	4,33	2,48
Juquitiba	0,00	2,21	5,57	4,36	3,18	1,15
Mairiporã	3,15	4,34	3,47	3,44	4,65	2,91
Mauá	11,70	13,51	7,30	3,33	2,34	1,65
Mogi das Cruzes	6,13	3,98	3,62	2,97	2,13	1,67
Osasco	10,64	9,57	5,30	1,65	1,55	1,14
Pirapora do Bom Jesus	1,03	4,08	2,62	4,69	5,05	2,78
Poá	6,87	6,95	5,01	3,41	2,56	1,64
Ribeirão Pires	4,57	5,42	6,89	3,79	2,31	1,72
Rio Grande da Serra	-	7,90	9,12	3,68	2,42	1,89
Salesópolis	0,40	0,52	1,09	0,59	2,64	1,96
Santa Isabel	3,34	3,87	5,39	2,48	1,58	1,14
Santana de Parnaíba	1,56	0,51	6,46	12,76	7,89	4,56
Santo André	8,58	5,60	2,82	1,00	0,57	0,51
São Bernardo do Campo	11,96	9,52	7,76	2,64	2,42	1,68
São Caetano do Sul	6,59	2,86	0,83	(0,79)	(0,72)	0,63
São Lourenço da Serra	-	-	-	-	-	3,84
São Paulo	5,48	4,91	3,67	1,16	0,88	0,59
Suzano	8,90	7,80	6,18	4,20	4,13	2,94
Taboão da Serra	-	19,12	9,08	4,60	2,37	2,03
Vargem Grande Paulista	-	-	-	-	8,36	3,94

Fonte: Dados, IBGE; Elaboração: Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano/SMDU - Departamento de Estatística e Produção de informação/Dipro.

Disponível em <<http://sempla.prefeitura.sp.gov.br>> Consulta em 23/12/2010

Os antigos bairros do Brás e do Bom Retiro vão ganhando novos conteúdos, novas ações, prolongando, de certa maneira, à moda da globalização, a especialização produtiva iniciada com os judeus, libaneses e árabes.

A chegada dos coreanos transforma a vida de relações do bairro, em um reforço ainda maior à especialização. Os primeiros coreanos que imigram para o Brasil resultaram de um acordo entre Brasil e a Coreia do Sul na década de 1960. O objetivo era que esses se estabelecessem na agricultura. Com o fracasso desse objetivo os coreanos começaram a se fixar no centro de São Paulo (primeiramente na chamada Vila Coreana no bairro da Liberdade) e posteriormente no Bom Retiro. Começam com o comércio de “porta em porta” e aos poucos foram se tornando lojistas a varejo, mas principalmente atacadistas (CHOI, 1991). Os coreanos passaram a comprar lojas de judeus, árabes e libaneses, pois as novas gerações dessas comunidades tornaram-se profissionais liberais (médicos, dentistas, advogados, etc.) e não estavam dando prosseguimento à atividade do comércio de roupas.

A especialização comandada pelos coreanos pode ser explicada em razão de, pelo menos, três motivos.

A organização da produção. No lugar de contratarem empregados, a própria família consistia a mão de obra. Sem remuneração, o preço final do produto ficava mais barato. “As ‘fabriquetas’ – duas ou três máquinas de costura operadas dia e noite, até por velhos e crianças, dentro dos próprios apartamentos e casas dos coreanos – começaram a se multiplicar a partir de 1975” (GALETTI, 1996, p. 139). Passaram a usar, posteriormente, a mão de obra dos contrerrâneos recém chegados, em geral, indocumentados. Isso contribuiu para outro elemento do barateamento da mão de obra, consequentemente do baixo preço da peça, o uso do ciclo da imigração para a manutenção do sistema (CHOI, 1996). Esse mecanismo também permeia a imigração boliviana. A produção se reorganizou novamente quando os coreanos passaram a contratar oficinas para executar sua produção. A especialização na atividade da comunidade coreana é evidente pelos dados da Associação Brasileira dos Coreanos (1996), dos 2.500 estabelecimentos comerciais coreanos da cidade de São Paulo, 90% eram de confecções, sendo destes, a maioria concentrada no Bom Retiro e Brás (GALETTI, 1996). Segundo Reportagem da Revista da Folha (2005), dois terços do comércio e da indústria de roupas do Bom Retiro estão em mãos coreanas, sendo a população estimada dessa comunidade em 48 mil pessoas;

Além disso, ocorreu o aproveitamento da estrutura de uma divisão territorial já existente. A presença de lojas de aviamentos, tecidos, além da clientela que já associava esses bairros ao comércio de roupas populares, permitiu o aprofundamento da especialização territorial pelos coreanos;

E, por fim, a relação com o país de origem e o sistema de organização da imigração coreana, permitiram um bom *know-how* para o coreanos que aqui foram se estabelecendo. Os coreanos beneficiam-se dos avanços técnicos da indústria têxtil coreana, uma vez que contam com facilidades de relacionamento com o bloco asiático, passando também a atuar como fornecedores de tecidos e máquinas importadas da Coreia (KONTIC, 2007). Além disso, o *Kye*¹⁶ teve papel relevante no fortalecimento e crescimento do grupo de coreanos imigrantes em São Paulo atuando nas confecções, pois como essa atividade necessita de pouco investimento inicial, o financiamento via *kye* promoveu o estabelecimento de um enorme número de coreanos, sobretudo os que não eram legalizados e não poderiam acessar o crédito bancário.

Em meados da década de 1980 os coreanos perfaziam parte significativa dos estabelecimentos no Bom Retiro e parte do Brás, impondo sua maneira de produzir e comercializar. O uso do sistema de atacado os proporcionou grande capacidade de atrair clientes em função do preço menor para cada peça.

A anistia aos imigrantes em 1980 permitiu a documentação da maior parte dos coreanos, dando maiores direitos e facilidades à vida dos mesmos, especialmente uma ascensão social e a implantação da exploração de imigrantes de outros países, em que os bolivianos serão destaque. Na década de 1980, essa nova corrente imigratória já está funcionando e os bolivianos passaram a ser no Brás e no Bom Retiro “os miseráveis” do sistema, no sentido de serem os mais explorados, além de ficarem apenas com a parte mais trabalhosa e menos rentável do circuito espacial de produção, a costura.

A década de 1990 é marcada por grandes mudanças no ramo do vestuário e têxtil no país, sendo a abertura das fronteiras desses produtos à importação no Brasil, realizada no governo Fernando Collor, um dos principais elementos da reorganização produtiva. Além disso, a consolidação do período da globalização aprofundou a interação entre os diferentes lugares no mundo. O capital, na figura das grandes empresas, passou a usufruir com maior racionalidade as

¹⁶ É uma espécie de consórcio que existe há séculos na cultura coreana em que se fecha uma comunidade de amigos para financiar compatriotas que necessitam de dinheiro. Uma única pessoa pode participar de vários *kyes* e quem utilizar o crédito do *kye* e não pagar, é expulso da comunidade (CHOI, 1991, GALETTI, 1996).

tecnologias da informação, das redes de transporte e da redução das barreiras político-jurídicas entre os Estados territoriais. Entramos no período da reorganização do circuito espacial de confecções (1990 aos dias atuais). De fato, o Brás e o Bom Retiro transformam-se em referência nacional e até internacional no fornecimento de confecções.

Dentre os imigrantes que compõem a história do Brás e do Bom Retiro os bolivianos são os que têm menor grau de organização técnica no trabalho produtivo e compõem uma população muito pobre, ainda que essa realidade mude para os grupos que estão no país há mais tempo ou haja profissionais liberais como médicos, advogados, dentistas dentro desse grupo. Os bolivianos no circuito espacial de produção não têm poder de decisão, são os “alienados” do circuito, em razão da superexploração de sua força de trabalho. Há casos em que bolivianos são donos de oficinas, donos de pequenas bancas na Feira da Madrugada¹⁷ ou mesmo se especializam em atividades mais qualificadas dentro do circuito, como os modelistas, mas essa realidade não é generalizada.

A contiguidade dos locais de trabalho em relação à moradia caracterizava as comunidades imigrantes especializadas na produção de roupas como os judeus no Bom Retiro, os nordestinos no Brás e Zona Leste, os árabes na região central, os coreanos no Bom Retiro e Brás (KONTIC, 2007) e, recentemente dos bolivianos.

A divisão territorial pretérita, que decorreu da indústria têxtil, forneceu elementos para as novas atividades no Brás e Bom Retiro. Muitos comerciantes de confecção compram tecidos no bairro e fabricam suas próprias peças. A proximidade entre os produtores, a disponibilidade de mão de obra com conhecimento da costura (rotatividade da mão de obra entre os confeccionistas), além do crescimento de lojas auxiliares à produção como as de aviamentos, embalagens, artigos para vitrines (“manequins”), etc., confirmaram essas áreas da cidade como especializadas no circuito espacial da produção do vestuário, sendo a fabricação e o comércio intensos nos próprios bairros.

O Brás e o Bom Retiro revelam a presença do circuito inferior da economia urbana da cidade de São Paulo, tendo mantido o caráter de espaço de imigrantes. É justamente nos espaços “deteriorados” da metrópole que as atividades do circuito inferior tomam forma, pois uma das características desse circuito é o uso de espaços onde os baixos custos e o acesso ao consumidor sejam as regras de existência.

¹⁷ A Feira da Madrugada funciona nas ruas do Brás e no Pátio do Pari durante a madrugada (Ver Capítulo 04, item 4.3).

A população de imigrantes estabeleceu uma nova vida de relações, mais que em outros momentos, e evidencia a interdependência dos lugares no período da globalização. Os lugares são re-significados a partir de suas materialidades pré-existentes. Por isso, focamos nossa pesquisa na compreensão do circuito produtivo das confecções para identificar como esses bairros da metrópole acolhem circuitos que são o avesso da metrópole informacional, e ao mesmo tempo, conectam-se totalmente a ela.

Hoje o Brás atrai pessoas de todo Brasil em função do comércio de roupas populares. As lojas do bairro em geral e da Feira da Madrugada em particular trouxeram para esse lugar uma enorme efervescência, agora com novas variáveis em questão, como: a nova organização das empresas, a divisão técnica intrafirma, a crescente financeirização da atividade e o uso de mão de obra imigrante *indocumentada*. Esse intenso dinamismo contraria as teses do abandono do Brás e da intensa deterioração presente. A questão que se impõe é que se confunde muitas vezes a estética do Bairro (técnicas envelhecidas no contexto da metrópole informacional), que em grande medida revelam a frequência no local por uma população pobre, com a falta de dinamismo econômico e uma enorme deterioração.

O Bom Retiro, segundo informação da Câmara de Dirigentes Lojistas do Bom Retiro (CDLBR, 2011) possui 2.000 lojas, circulam cerca de 70 mil pessoas por dia em grande medida motivadas pelo comércio de confecções, que é um pouco distinto do Brás, pois as roupas vendidas no Bom Retiro são consideradas de melhor qualidade em relação ao Brás e, conseqüentemente o perfil da produção e dos consumidores é distinto. Essa área da cidade reafirma o papel da metrópole, centralizando fixos e fluxos em função do circuito espacial do vestuário, em que a fase da produção compõe-se basicamente por formas de trabalho características do circuito inferior.

Daí nossa proposta em dar visibilidade à cidade “invisível”, com todos os seus agentes: desde os modernos shoppings de confecções no Brás ao comércio intenso nas ruas durante a Feira da Madrugada e o famoso comércio de rua da José Paulino no Bom Retiro. O Brás e o Bom Retiro podem ser consideradas “fábricas de vestuário” do Brasil no período da globalização. Essa atividade ganha proeminência, sobretudo a partir da década de 1990.

Além de metrópole das atividades informacionais sofisticadas, associadas ao circuito superior da economia urbana, podemos reconhecer São Paulo como a metrópole das atividades ligadas ao circuito inferior da economia. Uma vez que as modernizações foram responsáveis pelo

aumento das profissões de alto nível, relacionadas às atividades *quaternárias*¹⁸ e também ao movimento de precarização do trabalho, cuja dinâmica revela-se pelo aumento do número de desempregados, do trabalho sem carteira assinada e da pobreza.

No caso do circuito espacial do vestuário, o circuito inferior da produção, vem se articulando cada vez mais ao sistema produtivo das grandes e médias empresas, ou seja, a subcontratação de oficinas de costura coloca o circuito inferior sob domínio do circuito superior. Há uma especialização do subsistema superior em atividades sofisticadas e do subsistema inferior em atividades relacionadas diretamente à costura. No entanto, a subcontratação permite que as grandes e médias empresas usufruam da *flexibilidade tropical* (SANTOS, 2008a) característica do circuito inferior.

¹⁸ Segundo Tomelin (1988, p. 71) o quaternário é “caracterizado pela ação de conceber, criar, interpretar, organizar, dirigir, controlar e transmitir, com a intervenção do ambiente científico e técnico, atribuindo a esses atos um valor econômico”.

1.2. A DETERIORAÇÃO DO MEIO CONSTRUÍDO E A POBREZA URBANA: SUBSTRATOS À AMPLIAÇÃO DO CIRCUITO INFERIOR

Segundo Carlos (2009), a urbanização brasileira só pode ser compreendida a partir da contextualização do Brasil na divisão internacional do trabalho, cuja função foi transformar-se em um país exportador de produtos agrícolas e importador de produtos manufaturados. A industrialização funda-se nas altas taxas de exploração da força de trabalho (baixos salários), uso de tecnologias poupadoras de mão de obra, o que permitiu a não integração de parte da população no sistema de produção moderno. As metrópoles, sobretudo São Paulo e Rio de Janeiro, revelam a urbanização “dependente” do território nacional.

Santos (1976, 1977, 2004) propõe a teoria dos dois subsistemas de fluxos da economia urbana, um sistema superior e um inferior, como forma de compreensão analítica da urbanização nos países subdesenvolvidos.

A distinção desses dois subsistemas ocorre, sobretudo, quanto ao uso do capital, das tecnologias e da organização. Para Santos (1977), existe de um lado uma massa de população com salários baixos e, muitas vezes, com trabalho ocasional e; por outro lado, uma reduzida parcela da sociedade urbana com elevados salários e condições trabalhistas adequadas e perenes. Ambos têm as mesmas necessidades de bens e serviços, no entanto, somente o segundo grupo possui tais demandas atendidas de forma permanente. Isto cria simultaneamente diferenças qualitativas e quantitativas de consumo. Essas diferenças são ao mesmo tempo causa e efeito da existência dos dois circuitos, isto é, essa desigualdade motiva a criação ou manutenção nas cidades dos países subdesenvolvidos de dois subsistemas de fluxos que afetam a fabricação, a distribuição e o consumo de bens e serviços.

A gênese desses dois subsistemas é uma só: as modernizações tecnológicas. Os países do centro detêm o poder de criar, difundir e impor suas técnicas modernas aos países dependentes. Esses países por sua vez, assimilam essas modernizações de acordo com suas especificidades, sendo uma delas a divisão territorial do trabalho, fruto de longos períodos de dependência econômica, social e cultural. As modernizações não são abstratas, pelo contrário, elas se concretizam nos lugares na forma de objetos técnicos e resultam da atuação de agentes. As firmas multinacionais são as verdadeiras responsáveis pela difusão das modernizações porque ao longo de sua história assumiram a capacidade de produzir tecnologia, mas, sobretudo de gerar e

organizar a informação (SANTOS, 1977). O Estado e os grandes organismos internacionais passam a orientar suas políticas em função do poder dessas corporações, sendo em grande medida essas instituições os representantes das grandes empresas.

Santos (2004) define o circuito superior como aquele que envolve as grandes empresas de atuação continental e mundial. O circuito superior da economia refere-se às atividades modernas, ligadas às corporações, ao sistema financeiro e à pesquisa científica de alta tecnologia. Em geral, os consumidores dos produtos vinculados a esse circuito são as pessoas das classes sociais mais elevadas. No circuito inferior da economia encontramos os objetos produzidos com grande volume de mão de obra (trabalho intensivo), com pouca ou nenhuma qualificação, com reduzidos salários (com ou sem carteira de trabalho assinada). Grosso modo, os consumidores do circuito inferior são os pobres das cidades, que não podem consumir suas necessidades no circuito superior. Dessa forma, os pobres das cidades encontram no circuito inferior uma maneira de sobrevivência, pois ele oferece trabalho, ainda que precariamente, bem como a possibilidade de consumo de produtos com baixos preços.

As modernizações ocorrem tanto com relação aos processos de produção, quanto às formas urbanas, ou seja, à medida que se modernizam as materialidades no processo produtivo, a cidade também é materializada de maneira diferente, passando a condicionar a vida urbana a partir da sua nova organização. Por isso que a expansão urbana e periferização da população pobre na cidade de São Paulo estão diretamente conectadas com o comportamento dos diversos circuitos espaciais de produção que historicamente foram se implantando na cidade.

Almeida (2000), estudando o processo de expansão do meio técnico-científico e informacional no território brasileiro e a metropolização, destaca a importância dos sistemas técnicos modernos na estruturação das grandes cidades. Os sistemas de transportes na metrópole de São Paulo e a desigualdade de sua densidade tiveram papel fundamental na valorização do solo urbano. A autora mostra como a metrópole paulistana sofreu um acelerado crescimento da mancha urbana, orientado pelos sistemas de transporte e a especulação imobiliária, sendo que a população pobre ficou desprovida de condições para permanecer nas áreas melhor dotadas em infraestrutura. Isso se reflete na periferização da população, entendida pela autora como um processo de empobrecimento e não apenas de relacionado à geometria da cidade, ou seja, trata-se da exclusão social e geográfica da população do processo de modernização. Daí o crescimento do circuito inferior nas periferias e mesmo nas áreas centrais densas em fluxos.

Da metropolização acelerada da cidade de São Paulo, alguns elementos podem ser destacados como o forte êxodo rural, o crescimento industrial e a intensa imigração subsidiada pelo Estado. Nota-se que a população é composta em grande medida pelos migrantes (internos, externos ou mesmo do campo) que buscam oportunidades. A história geográfica de São Paulo vai se organizando a partir desses diferentes atores. Como apontamos originam-se de classes de renda desiguais. Aos migrantes couberam os fragmentos da cidade indesejáveis aos atores hegemônicos. Estes, quando decidem interessar-se por áreas ocupadas por população pobre, o fazem com apoio do Estado. As políticas de modernização, como a instalação de metrô e de refuncionalização urbana, em geral, expulsam as populações de baixa renda de seus redutos. Sejam áreas residenciais ou de interesse comercial. Para Santos (2008, p. 20), uma enorme quantidade de emprego é gerada nas áreas envelhecidas das grandes cidades, pois “se a cidade fosse toda ela nova, não haveria lugar para os pobres. Só há porque ela se tornou envelhecida e, por conseguinte, não utilizável pelas atividades hegemônicas [...]”.

A expansão urbana exacerbada é revelada pela descontinuidade do tecido urbano, que se apresenta sob duas perspectivas que se complementam: a primeira diz respeito à transformação da terra em mercadoria e nos interesses fundiários que realizam a partir da expansão da cidade de forma ampliada criando “vazios urbanos” com a finalidade especulativa. A segunda diz respeito ao avanço técnico, ou seja, a difusão do uso do automóvel, a invenção da eletricidade¹⁹, o uso do elevador (permite a verticalização, autorizando a concentração urbana em alguns pontos da cidade e, ao mesmo tempo, permite vazios em seu entorno), das telecomunicações e informática permitiram a conexão sem a necessidade dos deslocamentos territoriais de pessoas e objetos (SPOSITO, 1999).

Outro elemento importante que compõe essa dinâmica é a questão da propriedade do solo urbano. Não é nosso propósito aqui fazer o debate sobre o *valor de uso* e o *valor de troca* do solo urbano. Apenas grifamos a ideia essencial que a estrutura fundiária extremamente concentrada traz conflitos e agrava a pobreza urbana, logo, contribui para o crescimento das atividades do circuito inferior, uma vez que atinge a distribuição de renda dos cidadãos.

Como assinala Harvey (1980), a cidade pode ser considerada um sistema urbano complexo, em que a forma espacial e o processo social estão em constante interação. Para a

¹⁹A eletricidade “permitiu a utilização de equipamentos eletro-eletrônicos, como a geladeira, por exemplo, a qual propiciou o distanciamento entre os lugares de moradia e de abastecimento, condição para a cidade moderna, instaurada pela Carta de Atenas [...]” (SPOSITO, 1999, p. 17).

compreensão da trajetória do sistema urbano então “devemos entender os relacionamentos funcionais que existe dentro dele, e as feições independentes no processo social e na forma espacial que podem mudar a linha daquela trajetória” (HARVEY, 1980, p. 34).

O autor elenca alguns aspectos responsáveis pela distribuição de renda da população no sistema urbano, inclusive destaca os “mecanismos ocultos” produtores de desigualdades: a disponibilidade de recursos financeiros e educacionais nos diferentes grupos sociais no processo político urbano gera desigualdades. Pensando mais na questão da moradia, Harvey (1980) elenca os principais atores que operam no mercado como os usuários de moradia, os corretores de imóveis, os proprietários, os incorporadores, as instituições financeiras, as instituições governamentais. A interação entre esses atores tornou-se cada vez mais complexa. Além disso, a necessidade de uso do solo urbano relaciona-se ainda aos usos comerciais, industriais e administrativos, trazendo elementos ao debate do funcionamento do sistema urbano.

Segundo Harvey (1982), o ambiente construído que inclui as estruturas físicas como casas, ruas, fábricas, escritórios, sistemas de esgoto, parques, equipamentos culturais e educacionais, interferem na distribuição justa da renda nas cidades. Dessa forma, o autor assevera que a terra é uma condição de vida para a força de trabalho e também condição de produção para o capital. A propriedade privada tem implicações na vida do trabalhador e na acumulação do capital. Por isso, a luta entre trabalho e capital tem no poder de monopólio da propriedade privada um ponto chave. A valorização excessiva do solo urbano pode aumentar os custos da reprodução da mão de obra, trazendo implicações ao capital produtivo. Assim, existem atores que se aliam ou entram em conflitos na construção da vida cotidiana da cidade. Os bens públicos no jogo de construção da cidade têm papel singular, pois o capital pode “colonizar” os bens de consumo coletivo para atender as suas necessidades, assim o ambiente construído torna-se um artefato do trabalho humano e, ao mesmo tempo, este passa a dominar a vida cotidiana (HARVEY, 1982).

A dinâmica de apropriação dos bens públicos é descrita por Topalov (1974) e posteriormente por Santos (2009b) como *socialização capitalista*, que diz respeito ao processo de transferência de recursos da população como um todo para alguns atores privilegiados, especialmente às firmas, sendo o Estado o motor desse processo porque atua atendendo as exigências por políticas públicas que favoreçam o espaço das empresas em detrimento do espaço de todos.

A estrutura fundiária das cidades, o meio ambiente construído – que é a materialização de uma divisão territorial do passado (que implica nas ações do presente) –, a socialização capitalista dos bens públicos potencializados por um Estado comprometido com as grandes firmas e o capital imobiliário, juntamente com a dependência tecnológica e organizacional, ainda mais profunda no período da globalização, têm como resultado o aumento da pobreza. Carlos (2004, 2009) sublinha que estamos passando do período da hegemonia do capital industrial para o capital financeiro, cuja exigência é a construção de um “novo espaço”. Na metrópole de São Paulo, por exemplo, ocorre a expansão de edificações do eixo empresarial, que articula as novas atividades modernas (turismo de negócios e serviços do quaternário) ao ramo imobiliário, ou seja, o capital financeiro apropria-se da cidade, transformando-a em mercadoria pelo processo de valorização de desvalorização de seus fragmentos, segundo as demandas das atividades sofisticadas (condição para a realização da globalização econômica). Esse processo ocorre sob bases excludentes, ou seja, articula-se com o processo de formação da pobreza, que abriga-se nas áreas da periferia ou de cortiços na cidade.

A pobreza como afirma Santos (2008b) é historicamente construída. Especialmente na fase atual, ela caracteriza-se por ser “estrutural-globalizada” e por ser produzida cientificamente. Isso significa que antes existia uma divisão territorial autônoma, mas hoje ela é criada, programada e administrada cientificamente. Além de serem promotores da pobreza, os atores hegemônicos produzem discursos e práticas de naturalização da pobreza. O que há de singular na geração da pobreza hoje é o seu caráter internacional, ou seja, ações em outras partes do mundo implicam em aumento do número de pobres na cidade de São Paulo por exemplo.

Silveira (2005) mostra como a gradual artificialização do território brasileiro vai gerando diferentes tipos de pobreza ao longo da história. Logo nos primórdios da colonização europeia, sob domínio da natureza, a pobreza era gerada pelas condições naturais e como o homem explorava as possibilidades, não se tratava de exclusão social.

Já com a mecanização do território, algumas cidades ganham um caráter regional porque criam uma área de influência a partir dos sistemas técnicos que aos poucos são implantados, ferrovias e portos. Silveira (2005) alerta que a pobreza nesse período é fruto da injusta estrutura fundiária, por isso é mais forte no meio rural. Com a industrialização e a integração do território há um forte processo de urbanização e a pobreza do campo expulsa a população para as cidades, que encontrará outro tipo de pobreza.

Já na década de 1970, a expansão das telecomunicações e a implantação dos projetos agroexportadores criam uma nova divisão territorial do trabalho, em que a desigualdade regional e intraurbana amplia-se. O projeto modernizador diminui a criação de empregos e a pobreza se agrava. A implantação dos sistemas de telecomunicação no território brasileiro trouxe o imperativo da informação no comando das ações, tornando possível a ampliação do consumo e a financeirização. O funcionamento do território é pautado nas demandas externas, por isso os pobres são expulsos do campo (tradicional ou moderno), das pequenas e médias cidades para encontrar abrigo nas metrópoles, capazes de oferecer oportunidades de trabalho a essa população. A autora destaca que há uma construção estrutural de produção da pobreza no período da globalização e a privatização dos serviços como saúde, educação, habitação e os investimentos do Estado em privilégio das grandes corporações selam a promoção da pobreza. Dentro desses mecanismos de formação de pobreza, o circuito inferior cresce, ainda que quantitativamente não seja possível mensurá-lo, pois ele é mutável e muitas vezes invisível aos olhos poucos atentos dos promotores das estatísticas oficiais, uma vez que esse tipo de informação não é interessante para as empresas.

A pobreza é trabalhada por Santos (2004) como a necessidade permanente de suprir necessidades essenciais (bem-estar). A desigual implantação dos sistemas técnicos e produtivos, além do poder desigual na promoção de políticas públicas, cria territórios e lugares desiguais, que por sua vez vão condicionar a ampliação da pobreza. A modernização dos sistemas de objetos cria novas formas espaciais e com elas há, quase sempre, a eliminação da necessidade do trabalho humano, por conseguinte há aumento do desemprego ou a existência de empregos com baixa remuneração. Essa pobreza não é captada pelas estatísticas, mas se revela qualitativamente no cotidiano das cidades. Por exemplo, os dados do Ministério do trabalho mostram o aumento do trabalho com carteira assinada no país (Tabela 1.2), especialmente após os anos de 2000. No entanto, muitas atividades, mesmo com carteira assinada, não geram renda suficiente para atender as necessidades básicas da população ou à ditadura dos consumos modernos. O crescente aumento de revendedores de cosméticos da empresa Natura, como mostra Abílio (2011), indica empiricamente como a pobreza vem crescendo apesar da estatística da formalidade estar apontando em período recente um crescimento do emprego com carteira assinada. De fato, a explicação da pobreza urbana deve levar em consideração outros processos, pois fica evidente que, apesar da carteira assinada, existe uma massa de população que não consegue atender as

suas necessidades mínimas como acesso à saúde, habitação, alimentação, transporte, lazer, entre outros elementos que compõem a vida cotidiana sem privações. Essa análise pode ser corroborada com os dados da Tabela 1.3, pois, ainda que haja um aumento da renda média em alguns subsetores da economia, atividades em geral que empregam muita mão de obra como os ramos de calçados, vestuário e têxtil, moveleira, alojamento e alimentação, comércio varejista e atacadista, têm uma remuneração média entre 2 a 2 ½ salários mínimos.

TABELA 1.2: EVOLUÇÃO DO NÚMERO DE EMPREGOS – TODAS AS ATIVIDADES/BRASIL (1985-2010)

Ano	N.º Empregos	Variação Absoluta	Variação Relativa (%)
1985	20.492.131	-	-
1986	22.164.306	1.672.175	8,16
1987	22.617.787	453.481	2,05
1988	23.661.579	1.043.792	4,61
1989	24.486.568	824.989	3,49
1990	23.198.656	-1.287.912	-5,26
1991	23.010.793	-187.863	-0,81
1992	22.272.843	-737.950	-3,21
1993	23.165.027	892.184	4,01
1994	23.667.241	502.214	2,17
1995	23.755.736	88.495	0,37
1996	23.830.312	74.576	0,31
1997	24.104.428	274.116	1,15
1998	24.491.635	387.207	1,61
1999	24.993.265	501.630	2,05
2000	26.228.629	1.235.364	4,94
2001	27.189.614	960.985	3,66
2002	28.683.913	1.494.299	5,50
2003	29.544.927	861.014	3,00
2004	31.407.576	1.862.649	6,30
2005	33.238.617	1.831.041	5,83
2006	35.155.249	1.916.632	5,77
2007	37.607.430	2.452.181	6,98
2008	39.441.566	1.834.136	4,88
2009	41.207.546	1.765.980	4,48
2010	44.068.355	2.869.809	6,94

Fonte: RAIS - Evolução do Emprego 2010; Reelaborado pela autora, 2011.

TABELA 1.3: REMUNERAÇÃO MÉDIA (R\$) EM DEZEMBRO DE 2009 E 2010 – BRASIL POR SUBSETOR DE ATIVIDADE ECONÔMICA

Subsetor de atividade econômica	2009	2010	Variação Relativa (%)
Extrativa mineral	5.183,34	3.998,33	-22,86
Indústria de produtos minerais não metálicos	1.275,12	1.324,46	3,87
Indústria metalúrgica	1.927,37	1.955,34	1,45
Indústria mecânica	2.339,72	2.344,20	0,19
Indústria do material elétrico e de comunicações	2.111,41	2.094,77	-0,79
Indústria do material de transporte	3.056,52	3.046,03	-0,34
Indústria da madeira e do mobiliário	1.077,56	1.123,42	4,26
Indústria do papel, papelão, editorial e gráfica	2.013,67	2.046,03	1,61
Ind. da borracha, fumo, couros, peles, similares, ind. diversas	1.657,08	1.690,65	2,03
Ind. química de produtos farmacêuticos, veterinários	2.536,15	2.608,31	2,85
Indústria têxtil do vestuário e artefatos de tecidos	1.002,59	1.023,3	2,07
Indústria de calçados	876,46	891,21	1,68
Indústria de produtos alimentícios, bebidas e álcool etílico	1.256,73	1.291,55	2,77
Serviços industriais de utilidade pública	3.188,55	3.100,72	-2,75
Construção civil	1.379,90	1.425,41	3,30
Comércio varejista	1.007,78	1.035,57	2,76
Comércio atacadista	1.634,70	1.687,31	3,22
Instituições de crédito, seguros e capitalização	4.088,87	4.101,04	0,30
Com. e administração de imóveis, valores mobiliários	1.487,76	1.522,32	2,32
Transportes e comunicações	1.680,36	1.695,46	0,90
Serviços de alojamento, alimentação, reparação, manutenção	1.137,41	1.148,16	0,95
Serviços médicos, odontológicos e veterinários	1.558,30	1.600,51	2,71
Ensino	2.267,03	2.517,22	11,04
Administração pública direta e autárquica	2.335,13	2.458,97	5,30
Agricultura, silvicultura, criação de animais	923,77	961,09	4,04
Total	1.698,35	1.742,00	2,57

Fonte: RAIS - Evolução do Emprego 2010; Reelaborado pela autora, 2011.

O rendimento médio mensal das atividades de confecção e artigo do vestuário era de aproximadamente R\$ 923,27 em 2010 no município de São Paulo (Tabela 1.4). O que mostra que estas atividades não geram altos rendimentos, no entanto, são grandes empregadoras. Essas informações gerais sobre os rendimentos dos empregados formais (média de R\$ 1.157,00 em 2010) deixam evidente a pobreza urbana, apesar do assalariamento. Além dos dados do trabalho formal, existe uma infinidade de atividades que não passam pelas estatísticas, mas que dinamizam a vida da metrópole garantindo a sobrevivência de milhões de pessoas.

TABELA 1.4: REMUNERAÇÃO MÉDIA (R\$) POR SUBSETOR DE ATIVIDADE ECONÔMICA – MUNICÍPIO DE SÃO PAULO - 2010

Subsetor de atividade econômica	2010
Extrativa mineral	1.835,96
Indústria de produtos minerais não metálicos	1.330,85
Indústria metalúrgica	1.226,10
Indústria mecânica	1.713,03
Indústria do material elétrico e de comunicações	1.587,67
Indústria do material de transporte	1.641,12
Indústria da madeira e do mobiliário	1.105,47
Indústria do papel, papelão, editorial e gráfica	1.804,91
Ind. da borracha, fumo, couros, peles, similares, ind. diversas	1.360,38
Ind. química de produtos farmacêuticos, veterinários	2.220,33
Indústria têxtil do vestuário e artefatos de tecidos	923,17
Indústria de calçados	909,91
Indústria de produtos alimentícios, bebidas e álcool etílico	1.053,18
Serviços industriais de utilidade pública	1.611,41
Construção civil	1.127,10
Comércio varejista	926,25
Comércio atacadista	1.406,02
Instituições de crédito, seguros e capitalização	3.017,53
Com. e administração de imóveis, valores mobiliários	1.165,11
Transportes e comunicações	1.281,72
Serv. de alojamento, alimentação, reparação, manutenção	866,50
Serviços médicos, odontológicos e veterinários	1.724,34
Ensino	1.253,56
Administração pública direta e autárquica	1.915,64
Agricultura, silvicultura, criação de animais	1.324,77
Total	1.157,18

Fonte: RAIS - Evolução do Emprego 2010; Reelaborado pela autora, 2011.

A Tabela 1.5 oferece elementos para o debate sobre o desemprego na cidade, que em 2009 era 12,9%, sendo que destes 3,7% era desemprego oculto, segundo a Prefeitura Municipal de São Paulo. Nesta inclui-se a população que está trabalhando em alguma atividade, porém de maneira precária e sem garantias formais.

TABELA 1.5: TAXA DE DESEMPREGO POR TIPO NO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO – 1991 A 2009

Período	1991	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009
Total	10,8	16,1	16,1	17,9	18,7	18,1	15,7	14,7	13,9	12,5	12,9
Aberto ⁽¹⁾	7,3	10,2	10,4	11,5	12,1	11,4	9,8	9,6	9,6	8,6	9,2
Oculto ⁽²⁾	3,5	5,9	5,7	6,4	6,6	6,8	5,9	5,1	4,3	3,9	3,7

(1) Pessoas que procuraram trabalho de maneira efetiva nos 30 dias anteriores ao da entrevista e não exerceram nenhum trabalho;

(2) Pessoas que realizam trabalhos precários, pessoas que realizam trabalho não-remunerado em ajuda a negócios de parentes e pessoas que não trabalham, que efetivamente procuraram trabalho nos últimos 12 meses

Fonte: SEP. Convênio Seade-Dieese. Pesquisa de Emprego e Desemprego - PED - Prefeitura Municipal de São Paulo, 2009; Reorganização da autora.

O número de domicílios classificados como favelas tem aumentado conforme Tabela 1.6. Houve crescimento significativo no número de domicílios de 1987 em relação a 2008. A população vivendo em favelas quase dobrou no período apontado. Esse é um dado que evidencia o empobrecimento da população urbana.

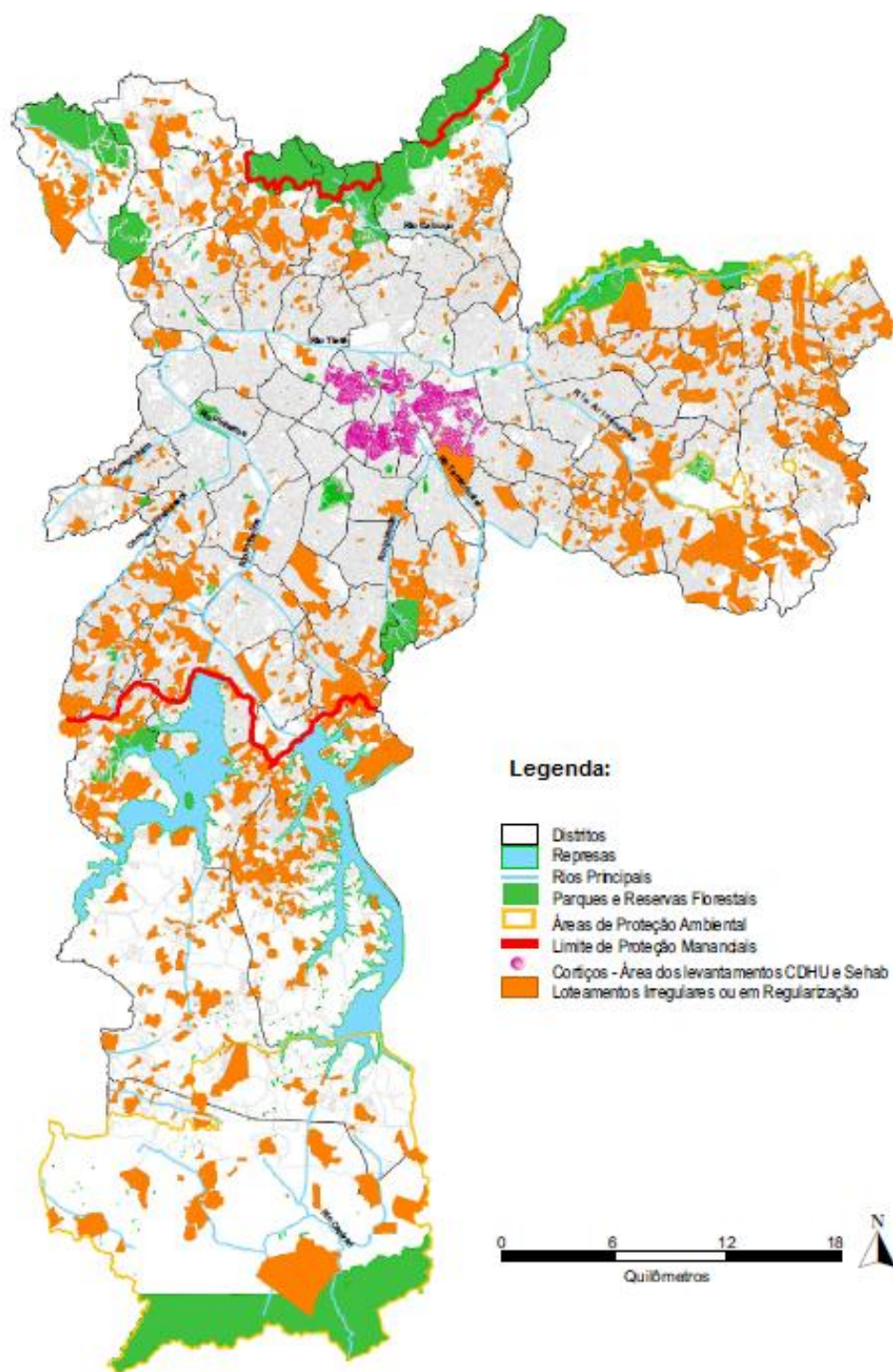
TABELA 1.6: POPULAÇÃO EM DOMICÍLIOS EM FAVELAS NO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO

Anos	Domicílios	População
1987	150.452	815.450
1991	196.394	891.679
2000	286.952	1.160.590
2008	382.296	1.539.271*

Fonte: Site da Prefeitura Municipal de São Paulo e * Secretaria de habitação, 2008; Organização da autora.

O Mapa 1.1 apresenta o padrão da localização dos diferentes tipos de habitação precária como os cortiços, que estão concentrados na área central da cidade (Sé, Mooca, Brás, Bom Retiro, entre outros) e os loteamentos irregulares que estão localizados na periferia da cidade, Zona Leste e Sul.

Mapa 1.1: Cortiços e loteamentos irregulares no município de São Paulo - 2006



Fonte: Prefeitura Municipal de São Paulo. Disponível em http://smdu.prefeitura.sp.gov.br/dinamica_urbana/index.php?texto=corpo&tema_cod=3 Acesso em 12/12/2011.

Dessa forma, verificamos como a cidade de São Paulo vai sendo construída sob a base do empobrecimento da população. As taxas médias de rendimento, o desemprego, o aumento do número de habitantes vivendo em habitações precárias como favelas, loteamentos irregulares e cortiços, indicam o crescimento da pobreza urbana na metrópole de São Paulo. Esses dados coadunam com nosso debate sobre a expansão do circuito inferior da economia urbana na cidade de São Paulo, pois, essa população não tem rendimentos suficientes para atender suas necessidades de alimentação, moradia, transporte, saúde, educação, lazer, além dos consumos dos objetos técnicos modernos (televisores, celulares, computadores, carros), no entanto conseguem de alguma maneira atender essas necessidades via atividades do circuito inferior. “[...] Como na cidade, o que é bendito hoje é ter pobres, porque só os pobres podem descobrir. Os pobres, os migrantes. Os ricos e os bem-dotados, cevados no seu conforto, acostumados às ideias que mantêm esse conforto, não podem pensar, porque pensar é mudar” (SANTOS, 2008b, p. 19).

O circuito inferior central (SANTOS, 2004, MONTENEGRO, 2006) desenvolve-se em um meio construído deteriorado, ou seja, sobre as materialidades que foram obsoletizadas pelos agentes que estruturam a modernização das cidades. A modernização dos sistemas viários com a implantação de grandes avenidas, o deslocamento das fábricas para a periferia da cidade, Região Metropolitana ou mesmo interior do estado, provocaram o abandono das áreas centrais. Junto com a modernização das plantas industriais e as mudanças do perfil dos empregos da cidade de São Paulo, cresce o número de pobres e a população com rendimentos reduzidos. A “opção” por ocupar o centro como o Brás e o Bom Retiro com atividades de pequena dimensão é condicionada pela forma urbana, pois os imóveis deteriorados apresentavam possibilidades de aluguéis mais reduzidos. A presença de fluxos populacionais nas áreas centrais e a presença de infraestrutura como metrô, trens, linhas de ônibus provocaram o aumento do circuito inferior nas áreas centrais.

A divisão territorial do trabalho pretérita condiciona as atividades modernas e não-modernas. Por isso, o meio ambiente construído impõe-se. Áreas deterioradas tornam-se redutos de atividades do circuito inferior, no entanto, havendo interesse dos agentes estruturadores do espaço, um ambiente construído deteriorado pode ser revalorizado pelos agentes hegemônicos e as atividades do circuito inferior se reorganizam novamente. Apesar do aumento da formalização do trabalho, a experiência urbana da população expõe a negação da cidadania para essa população, ou seja, o *território usado* revela a desigualdade entre os atores.

1.3. A METRÓPOLE DE SÃO PAULO COMO *RELÉ* DOS CIRCUITOS PRODUTIVOS: CIRCUITOS SUPERIORES E INFERIORES

A cidade de São Paulo comanda grande parte dos fluxos materiais e imateriais do território nacional e também apresenta as materialidades necessárias para conectar as etapas dos diversos circuitos espaciais de produção ao mundo. Dessa forma, o sistema de cidades nacional, comandado por São Paulo, está em interação com outros lugares do mundo em função dos fluxos de mercadorias, pessoas e dinheiro mobilizados pelos mais diferentes circuitos espaciais de produção, que por sua vez, formam a economia urbana da cidade. Por isso a metrópole de São Paulo constitui-se em *relé*²⁰ dos circuitos produtivos dos diversos ramos. A economia urbana da cidade expressa a divisão territorial do trabalho e os papéis urbanos da metrópole do território brasileiro.

Allan Pred (1979), analisando as cidades nas economias avançadas, define o sistema de cidades como um conjunto nacional ou regional de cidades que funcionam de forma interdependente, ou seja, qualquer mudança significativa nas atividades econômicas, estrutura ocupacional ou renda da população de uma cidade, pode acarretar mudanças nas outras cidades componentes do sistema.

Dentro dos sistemas de cidades, as metrópoles cumprem papel insigne, pois, para Pred (1979) as relações insumo-produto ou relações de controle de emprego e tomada de decisões dentro das empresas multinacionais e órgãos de governo são elementos importantes para o conjunto das cidades, que obedecem à *tendenciosidade espacial da informação*. A localização das atividades econômicas obedece a decisões explícitas (localização de órgãos de governo e disponibilidade de informações especializada são fundamentais para a difusão de inovações por outras empresas) e implícitas (quando uma empresa ou órgão de governo decide adquirir bens e serviços, rotineiros ou não). Ambas corroboram para a *tendenciosidade espacial* que condiciona a escolha dos lugares para a implantação de unidades empresariais como agências de publicidade, bancos, sedes administrativas, etc., que exigem que parte do tempo gasto seja com a troca de informações e relações diretas com clientes.

²⁰ A definição de *relé* origina-se dos circuitos elétricos. Segundo o dicionário Aurélio, trata-se de um dispositivo que tem a função de abrir e fechar contatos elétricos, a fim de estabelecer ou interromper circuitos. Essa noção adéqua-se ao papel da cidade de São Paulo na economia política da urbanização brasileira.

A cidade de São Paulo, pela própria definição do conceito e cidade é única, contudo ela espousa as condições gerais da urbanização no atual período técnico-científico e informacional (SANTOS, 2002). É o caso da concentração de atividades industriais e de produção de informação. No Brasil, a *macrocefalia* (SANTOS, 1965) no sistema de cidades, isto é, o surgimento de grandes cidades que concentram a maior parte das atividades econômicas, além da população é um traço que caracteriza a urbanização do território brasileiro. A cidade de São Paulo hoje é a que melhor representa esse fenômeno.

Alguns geógrafos como Cordeiro (1988), Corrêa (2006), Santos (2009a, 2009b), Lencioni (2003) e Adriana B. da Silva (2001) enfatizaram em seus trabalhos a centralidade da cidade de São Paulo para o território brasileiro. Essa centralidade ocorre pelo controle dos fluxos materiais decorrentes dos diversos circuitos produtivos e, mais recentemente pelo controle dos fluxos imateriais.

Como mostra Adriana B. da Silva (2001), a cidade de São Paulo abriga densamente as atividades produtoras de informação. Essa produção de informação é substrato ao funcionamento do complexo emaranhado de circuitos produtivos que convergem na metrópole. Escritórios de advocacias, consultorias financeiras e de informática, grandes agências de publicidade, sedes de grandes bancos, sedes de instituições públicas importantes são expressões do poder de comando dos fluxos materiais e imateriais da cidade de São Paulo. Além disso, a construção da cidade para a fluidez por meio do sistema rodoviário, torre de controle do movimento de helicópteros, presença de aeroportos, além dos equipamentos culturais e de lazer – como museus, shoppings, teatros, bibliotecas, grandes exposições internacionais – exige a presença de um tipo de população ligada ao comando dos circuitos produtivos, fazendo da metrópole um *lugar luminoso* (SANTOS, 2002).

Muitos autores, ao interpretar a cidade apenas como um lugar luminoso, a definem como *cidade mundial* ou *cidade global*²¹ (SASSEN, 1991, 1998; TAYLOR E FLINT, 2002). Para

²¹ Segundo Taylor e Flint (2002), alguns lugares na economia-mundo foram beneficiários da competição espacial: as cidades mundiais. Essas seriam os pilares do capital global. A ideia de cidade mundial foi proposta por John Friedmann em uma palestra (1983), cujo objetivo era conectar a urbanização com a divisão internacional do trabalho. Essas cidades caracterizam-se, por concentrar uma grande quantidade de sedes de companhias transnacionais e sedes de bancos estrangeiros; abrigam uma elite internacional de profissionais do setor transnacional de serviços; são centros de uma enorme quantidade de escritórios e são também caracterizadas por criarem uma massa de trabalhadores com baixos salários, daí as cidades mundiais serem muito polarizadas. “Efectivamente, podemos pensar que las ciudades mundiales constituyen la manifestación geográfica más visible de la globalización” (TAYLOR E FLINT, 2002, p.360). Os autores destacam que as cidades mundiais receberam mais recentemente a denominação de “cidades globais” a partir da interpretação de Sassen (1991) das cidades de Londres, Nova Iorque e

Souza (1999) a interpretação da cidade a partir do conceito de totalidade evitaria o equívoco de interpretar a cidade apenas a partir de uma de suas feições, a riqueza, desprezando a vida da maioria que vive na pobreza. A interpretação da cidade como um *espaço banal* (SANTOS, 2002), como o espaço de todos, implicaria em interpretar a cidade a partir dos dois circuitos da economia urbana e não apenas de uma de suas feições.

São Paulo abriga os mais variados circuitos produtivos, à vezes abriga todas as etapas desde a produção, distribuição, comércio e consumo. No entanto, muitas vezes os atores de cada ramo de atividade apenas coordenam os fluxos por meio dos sistemas de telecomunicações densamente presentes na metrópole, que permitem a formação de um amplo círculo de cooperação. As atividades de coordenação da produção, em grande medida, formam o circuito superior da cidade de São Paulo. Segundo Silva e Castillo (2007) dez das maiores agências de publicidade com atuação global estão presentes na cidade de São Paulo, além disso, as maiores empresas de consultorias e auditorias dominam o mercado brasileiro estão na metrópole: Price Waterhouse Coopers, Accenture, KPMG, Ernst & Young e Deloitte Touche, *Big Five*, McKinsey & CO, Consulting, Mercer Consulting Groupe e a Booz- Allen & Hamilton.

Como asseveram Silva e Castillo (2007) alguns fragmentos da metrópole acabam por serem construídos para atender às demandas do mundo corporativo. A promoção imobiliária voltada para as grandes empresas revela a cidade corporativa. As avenidas Paulista, Faria Lima, Luiz Carlos Berrini e das Nações Unidas materializam a cidade luminosa. Como assinalam os autores, a promoção imobiliária voltada para a construção de imóveis para escritórios de grandes empresas no quadrante sudoeste tem no poder público local o seu principal aliado, daí os recursos serem drenados à construção de uma cidade racionalizada. Por outro lado, a cidade opaca do ponto de vista da modernização, surge atividades de pequenas e médias empresas ou mesmo do circuito inferior, que atende à população pobre e também complementam os circuitos modernos.

As empresas do circuito superior são as que mais ampliam os círculos de cooperação, pois têm condição de apropriação dos sistemas de circulação e transporte, além do acesso ao sistema

Tóquio, em função destas cidades disporem de abundante informação que atendem as empresas globais e os novos complexos inovadores. O grupo de pesquisadores da Globalization and World Cities – GawC (*site*: <http://www.lboro.ac.uk/gawc/index.html>) atualmente inventaria “as cidades globais”, que hoje se classificam em Alpha, Beta e Gamma, segundo a disponibilidades de serviços avançados e sob o conceitos de globalização intensiva (origem dos processos de globalização alavancados pelos escritórios de advocacias e financeiros em meados do século XX) e globalização extensiva (incorporação mundial de cidades na globalização a partir de empresas de contabilidade e publicidade). São Paulo nesta classificação seria uma “cidade global” do tipo globalização extensiva Gamma+.

financeiro que lhes permitem a expansão de suas atividades. Santos (1980 *apud* MORAES, 1991, p. 172) afirma que é necessário captar a “interferência entre os circuitos” em termos técnicos econômico-sociais e político-econômicos, entre o capital fixo e o circulante e entre firmas e os ramos de atividade. Em outras palavras é necessário estabelecer as conexões entre os circuitos produtivos e as relações sociais, políticas e territoriais que os compõem. Também é preciso estabelecer as relações entre a diversidade de circuitos e o funcionamento interno dos circuitos especializados. O autor sugere algumas indicações metodológicas para a operacionalização dessa análise propondo o estudo dos circuitos por ramos de atividade, o que permitiria a visualização das relações técnicas que os regulam e das relações sociais correspondentes, além de indicar a localização das atividades e os aspectos relevantes que caracterizam a “tipicidade” dos lugares. Além do mais, Santos (1980) destaca que o “circuito de firmas” nos permite reconhecer relações econômicas a vários níveis e escalas, assim como as relações sociais que as provocam ou as controlam, dando os circuitos espaciais da produção a situação relativa dos lugares.

As cidades são as grandes concentradoras das etapas do circuito espacial de produção e dos círculos de cooperação. Em grande medida, são elas que determinam as localizações das atividades e ao mesmo tempo são condicionadas pelas mesmas. As metrópoles abrigam um complexo emaranhado de circuitos produtivos dos mais diversos ramos. A cidade de São Paulo torna-se ponto de confluência de diversos circuitos espaciais de produção vinculados ao capital externo como das grandes mineradoras, das comercializadores de soja e das montadoras de automóveis com atuação mundial (ARROYO, 2004). Não obstante, São Paulo é abrigo dos circuitos espaciais das empresas do vestuário nacional (e internacional), cuja atuação, dependendo dos atores que comandam o circuito de acumulação, revela distintas formas de organização da produção, bem como de organização do espaço urbano.

Assim, analisamos alguns processos na cidade de São Paulo a partir do circuito espacial de produção de confecções. Essa abordagem metodológica permite captar o movimento do território, uma vez que os circuitos espaciais da produção “são definidos pela circulação de bens e produtos e, por isso, oferecem uma visão dinâmica, apontando como os fluxos perpassam o território” (SANTOS E SILVEIRA, 2001).

A informação hegemônica, imposta pelas grandes empresas da “indústria da moda”, coexiste com a informação usada como resistência nos micro-circuitos das confecções, que abriga um grande volume de mão de obra. A cidade de São Paulo torna-se um centro informacional,

dada sua capacidade de produção, organização, distribuição da informação hegemônica e, ao mesmo tempo, torna-se centro do uso da informação não-hegemônica, assim como amplia seu papel na produção via circuito inferior.

O crescimento do número de peruanos, paraguaios e, destacadamente, bolivianos trabalhando nas atividades de confecções, comércio e artesanato do circuito inferior em São Paulo revela que esta cidade, além de centro da informação moderna, vem se constituindo em um centro polarizador do uso da informação como sobrevivência/resistência não apenas local, mas regional, sendo o circuito inferior responsável por acolher as necessidades de trabalho e de consumo dessa população.

Tratar-se-ia de divisões sociais e territoriais do trabalho superpostas ou de uma rede diferenciada de agentes que, distribuídos no meio construído, produzem e consomem a partir de lógicas distintas, porém interdependentes. Por isso a cidade é um grande mercado, formado por diversos circuitos de produção e consumo (SILVEIRA, 2010, p. 02).

Os territórios e os lugares assimilam os circuitos produtivos de forma diferente, formando áreas especializadas em determinadas fases da produção. Não obstante, dentro do sistema urbano é possível encontrar uma divisão entre as etapas produtivas modernas e altamente sofisticadas e as etapas produtivas que demandam mão de obra intensiva e poucas informações modernas, ainda que esses sistemas se integrem.

As firmas multinacionais são as verdadeiras responsáveis pela difusão das modernizações porque ao longo de sua história assumiram a capacidade produzir tecnologia, mas, sobretudo de gerar e organizar informação (SANTOS, 1977). O Estado e os grandes organismos internacionais passam a orientar suas políticas em função do poder dessas corporações, sendo em grande medida essas instituições os representantes das grandes empresas.

Destaca Hymer (1978) que as precursoras da empresa multinacional moderna devem ser encontradas nas pequenas oficinas, organizadas pela nova classe capitalista, sendo de fato a empresa multinacional um fenômeno norte-americano que decorre por sua vez da empresa nacional americana (século XIX). Essa assume no seu desenvolvimento, maior complexidade na estrutura administrativa, deixando de ser familiar para ser gerida por grupos de executivos e ganha importância na década de 1960, quando sua capacidade de coordenar suas atividades é possibilitada pela aptidão em controlar os fluxos de informação, sendo as revoluções na eletrônica e dos transportes fundamentais nesta etapa de expansão do capitalismo no planeta.

Hymer (1978) destaca que as corporações, em sua primeira aproximação na escolha dos lugares a se localizarem, encontram nas cidades as unidades de análise pertinentes, melhores que os países. A divisão vertical da empresa encontrará correspondência territorial, ou seja, no topo estão as cidades criadoras da inovação e na base as receptoras e produtoras das mesmas.

No sistema internacional a moderna corporação é multidivisional, “[...] a divisão principal na empresa é a que se dá entre o capital e o trabalho, entre a administração e as operações, entre a cabeça e as mãos” (HYMER, 1978, p. 81). A moderna empresa multinacional então divide-se em três níveis básicos e esses apresentam necessidades de correspondência espacial. O nível III compõe-se das atividades operacionais, difundidas por todo o mundo, neste nível executa-se as tarefas manuais por isso sofre influência da força de trabalho, dos mercados e matérias-primas. O nível II surge da necessidade do departamento de direção e do campo, logo trata-se de coordenação dos executivos do nível III. O nível I, topo da pirâmide, corresponde à administração de nível superior, cujo objetivo maior é o planejamento global da empresa. Dessa forma, as atividades do nível I, centros racionais de planejamento estratégico, monopolizam e controlam a informação de base inovadora (tecnológica) e de expansão, buscam localizar-se em metrópoles. As atividades de nível II, por necessitarem de empregados de escritório, sistemas de comunicação e informação, tendem a localizarem-se em grandes cidades. Em terceiro estariam os lugares que receberiam as atividades operacionais, que podem estar dispersas (HYMER, 1978).

A passagem da entrevista de um executivo citada por Hymer (1978, p. 82) explicita a importância dos lugares, principalmente para as corporações na execução de suas funções. “De meu escritório, no 28º andar de um edifício do *Times Square*, posso chegar em 15 minutos a praticamente todas as pessoas importantes no campo da construção e dos negócios”.

Pensando no ramo do vestuário, como coexistem na cidade uma infinidade de atores que atuam no processo de criação, produção, distribuição, comércio e consumo, há também empresas dos mais diferentes portes que criam sinergias na cidade e ao mesmo tempo estão localizadas na mesma para promover sua ação. No ramo de confecção encontramos fragmentos da cidade voltados à promoção da pesquisa e desenvolvimento das grandes marcas como a Ellus. Localizada em Santo Amaro. Essa empresa possui cerca de trezentos funcionários dedicados à criação dos modelos, *design*, novas cores e texturas. No entanto, a Ellus envia a produção para a Zona Leste da cidade, algumas cidades de Minas Gerais e no Paraná e para outros países como Bolívia e China.

As grandes empresas varejistas com destaque no ramo do vestuário como Marisa, Pernambucanas, Riachuelo, C&A e Zara possuem seus escritórios na cidade de São Paulo. A necessidade dos serviços de *marketing* e propaganda, pesquisa e desenvolvimento, logística, consultorias jurídicas, de informática, financeiros são fatores determinantes para a presença dos escritórios dessas empresas na metrópole. A necessidade de coordenação dos fornecedores, que em grande parte concentra-se também na metrópole, contribui para a localização das atividades decisórias dessas empresas do ramo de confecção em São Paulo.

A conformação da cidade de São Paulo como metrópole informacional embasa-se no seu poder de concentrar fixos, este, por sua vez possibilita a cidade comandar os fluxos materiais e imateriais. Por exemplo, com relação à formação de profissionais da área de moda, São Paulo é referência. A Tabela 1.7 revela que existem 131 cursos de Moda no Brasil (incluem os seguintes cursos: Moda, *Design* em Moda, Estilismo, Gestão em Moda, Negociação em Moda, Tecnologia e Produção de vestuário). A maioria deles concentra-se nas regiões Sul e Sudeste, sobretudo em áreas com especialização produtiva em vestuário como são os casos de Santa Catarina com 23 cursos e Paraná com 12. O estado de São Paulo destaca-se com 39 cursos: 18 no interior do estado, 17 no município de São Paulo e outros 4 em municípios da Região Metropolitana de São Paulo.

TABELA 1.7: CURSOS DE MODA NO BRASIL

UF	Quantidade
SP	39
SC	23
PR	12
MG	10
RS	10
RJ	9
ES	5
PE	4
BA	3
DF	3
GO	3
CE	2
PI	2
AM	1
MA	1
MT	1
MS	1
PA	1
PB	1
Total	131

Fonte: Guia Abril, 2010.

Kontic (2007) aponta que é na década de 1990 que núcleos empresariais de inovação e criação de tendências implantam-se no Brasil, tendo como epicentro das mudanças a Região Metropolitana de São Paulo, que segue sendo a maior concentração regional urbana do setor de confecção do país. O autor explica que:

A movimentação das empresas, seus laços, competências, decisões e negócio estão sustentados por redes de produção originadas na indústria do vestuário na cidade de São Paulo. No centro das redes constatamos a presença de um núcleo, composto por empresas líderes, capazes de gerar tendências, de estabelecer padrões de *design* e introduzir mudanças nas estratégias empresariais em todo o sistema produtivo (KONTIC, 2007, p. 13).

Há uma enorme heterogeneidade no ramo do vestuário no país, sendo conhecidas algumas áreas de especialização como cidades do Paraná, Minas Gerais e Nordeste. No entanto, destacamos alguns agentes e generalizações que caracterizam esse circuito produtivo. As grandes redes de lojas especializadas como Lojas Marisa, C&A (origem holandesa), Renner, Riachuelo e Pernambucanas representam as grandes varejistas de atuação nacional. Há também redes bem menores e que atingem extratos ainda mais populares como a rede Terra Terra e Eskala de atuação estadual. A Região Metropolitana de São Paulo representa um importante nó no circuito produtivo dessas empresas, pois possui grandes quantidades de fornecedores (oficinas de costura, sendo a região central concentradora de fornecedores). Além disso, tais empresas possuem centros de distribuição em cidades da Região Metropolitana como a Lojas Marisa que tem seu principal centro de distribuição em Barueri (SP).

Outrossim, destacamos que a centralidade informacional da metrópole demonstrada por Adriana M. B. Silva (2001), também tem implicações para as empresas varejistas do ramo do vestuário. Por isso essas empresas têm escritórios na cidade de São Paulo, acessando assim facilmente os serviços corporativos densamente concentrados na metrópole. Serviços de consultoria em *marketing*, logística, informática, auditorias e serviços jurídicos podem ser acessados pelo escritório central das varejistas. Ademais, a divisão técnica do circuito espacial de produção confere às empresas que comandam o circuito de acumulação a função de realizar as tarefas de maior exigência por qualificação, por isso elas demandam profissionais da área de moda, *design*, propaganda e gerenciamento.

No Brás e Bom Retiro encontramos uma complexa rede de atores que criaram uma *economia de aglomeração e proximidade*, que possui grande centralidade, tanto para a produção

quanto para o comércio. Esse último chega a atrair consumidores de todo o Brasil. A especialização no circuito espacial do vestuário na metrópole, especialmente no Brás e Bom Retiro, teve uma renovação em seu funcionamento quando houve a incorporação, quase como regra, do sistema de subcontratação de oficinas. Podendo assim, atender os novos conceitos no ramo como o de “*fast fashion*”, que nada mais é que a aceleração do ritmo de criação, produção, distribuição e consumo. A necessidade da moda em substituir o *design*, a cor e o tecido das peças é a essência do crescimento das empresas que dominam o circuito da valorização econômica.

Outro elemento que confere grande especificidade a esse circuito espacial de produção é o fato dele não conseguir eliminar o trabalho intensivo. Por mais que surjam máquinas mais sofisticadas, a produção de roupas ainda exige a delicadeza das mãos em seu processo produtivo. Logo, a subcontratação foi a forma organizacional encontrada pelas empresas (grandes, médias, atuação local, regional, nacional ou mundial) para conciliar as variáveis sazonalidade (datas festivas de maior consumo e estações do ano), a necessidade de inovação da moda e a necessidade de muita mão de obra do processo produtivo.

CAPÍTULO 02: O CIRCUITO ESPACIAL DE PRODUÇÃO DO VESTUÁRIO E OS DOIS CIRCUITOS DA ECONOMIA URBANA



Costureiras, 1936/1950
Tarsila do Amaral

2.1. A COMPOSIÇÃO DO CIRCUITO ESPACIAL DE PRODUÇÃO DO VESTUÁRIO

A globalização aprofundou a demanda na análise geográfica dos lugares da consideração de variáveis exógenas, não só regionais e nacionais como antes, mas especialmente aquelas de cunho mundial, dado seu poder de reorganização da vida de relações.

Como assinala Moraes (1991), a relação entre o espaço e a distribuição das atividades econômicas é uma temática tradicional na geografia, entretanto, com a globalização há um contraditório processo de singularização e homogeneização dos lugares. Isso ocorre em função do desenvolvimento geograficamente desigual dos territórios. Há a constituição da repartição do trabalho e esta repartição gera a divisão territorial do trabalho, que é a distribuição do trabalho morto (sistemas de objetos). Esse sistema de objetos é animado por ações, que por sua vez são condicionadas pelos elementos territoriais pré-existentes, isto é, pela divisão territorial pretérita. Esse movimento constante de renovação das materialidades pelas forças produtivas torna o uso do conceito circuito espacial de produção pertinente.

Os conceitos de circuitos espaciais de produção e círculo de cooperação têm a influência de Marx, especialmente com o texto “Introdução à crítica da economia política” (MARX, 1983) como assinalou Moraes (1991).

Marx (1983) faz uma crítica aos economistas clássicos, que é a desconsideração das etapas da distribuição, comercialização e consumo, pois a produção não é estanque. Há uma relação entre estes momentos da produção *lato sensu*. Assim, nas palavras do autor:

A produção cria os objetos que correspondem às necessidades; a distribuição reparte-os segundo leis sociais; a troca reparte de novo o que já tinha sido repartido, mas segundo as necessidades individuais; no consumo, enfim, o produto evade-se desse movimento social, torna-se diretamente objeto e servidor da necessidade individual, que satisfaz pela fruição. A produção surge assim como o ponto de partida, o consumo como o ponto de chegada, a distribuição e a troca como o meio termo que, por seu lado, tem um duplo caráter, sendo a distribuição o momento que tem por origem a sociedade e a troca o momento que tem por origem o indivíduo (MARX, 1983, p. 207).

O encadeamento desses momentos da produção cria a necessidade da circulação, ou seja, o sentido de circuito, circularidade (MORAES, 1991), unindo a etapa da produção e consumo. A produção é a intermediária do consumo, a quem fornece os elementos materiais e que, sem ela, não teria qualquer objetivo. Por seu lado, o consumo é também intermediário da produção, dando aos produtos o motivo que os justifica como produtos (MARX, 1983).

O fato do produtor em sociedade não produzir para si, indica que a produção é exterior a ele, logo, é necessário entregar a produção à sociedade, isso ocorre por meio da distribuição, daí Marx (1983) afirmar que a distribuição é o verdadeiro assunto da economia política moderna. A distribuição estrutura-se pela repartição dos bens de produção e dos membros da sociedade.

A esta análise das etapas da produção, deve ser agregada, numa perspectiva geográfica, a dimensão espacial, uma vez que a produção, a distribuição, o comércio e o consumo têm como condicionantes a repartição dos fixos. Esses condicionam os fluxos. Além disso, o Estado Nacional e as subdivisões territoriais (elemento político-jurídico), juntamente com gênese regional dos lugares, condicionam as atividades produtivas, ou seja, condicionam a acomodação das diversas etapas do circuito espacial de produção e os círculos de cooperação. Daí o circuito espacial de produção ser um tratamento conceitual à divisão territorial do trabalho em uma perspectiva multiescalar. Assim, “[...] discutir los circuitos espaciales de la producción, es discutir la espacialidad de la producción-distribución-cambio-consumo como movimiento circular constante. Captar sus elementos determinantes es dar cuenta de la esencia de tal movimiento” (MORAES, 1991 p. 156), que no atual período está prenhe de novas formas de cooperação entre os momentos da produção, conseqüentemente rompem com os circuitos tradicionais de cooperação no espaço.

Os circuitos da produção configuram-se em circuitos da acumulação e estruturam-se a partir de uma atividade produtiva inicial e compreendem uma série de etapas do processo de transformação pelas quais um produto passa até chegar ao consumo final (BARRIOS, 1978 *apud* SANTOS, 1986). Estas etapas são: produção, distribuição, comércio e consumo. Santos (1986) assevera que a abordagem do espaço pelos circuitos produtivos revela uma *situação relativa* dos lugares, isto é, define, num dado momento, uma fração de espaço em função da divisão do trabalho sobre o espaço total de um país. Além disso, o autor enfatiza a necessidade de associar a análise do circuito com o todo, pois ele em si não revela o *espaço social*, é mister incluir outras dinâmicas das instâncias sociais.

A distribuição das atividades produtivas e os círculos de cooperação dependem das disponibilidades materiais dos territórios, regiões e lugares. Tais disponibilidades não são apenas condicionadas pelos atributos naturais, mas sobretudo, pelos sistemas técnicos acoplados ao território, juntamente com a política (que produz normas) e as densidades culturais. Por isso os lugares expressam-se de forma hierárquica na distribuição das atividades produtivas. Dessa

maneira, cada etapa do circuito espacial de produção e seu respectivo círculo de cooperação, pode abrigar-se em distintos lugares, respeitando as necessidades de cada etapa da realização do circuito.

Para Arroyo (2008), a cidade pode ser vista como uma totalidade, lugar da produção e reprodução da vida social e lugar de realização da própria vida, compreendendo o homem em todas as suas dimensões. Segundo a autora, a compreensão dessa totalidade pode se dar pela análise dos circuitos espaciais de produção e também pelos dois circuitos da economia urbana. No primeiro caso, as aproximações da articulação entre a cidade e a totalidade ocorreria pelo entendimento das especificidades dos circuitos espaciais de produção, pois existem circuitos espaciais de produção extremamente dispersos, e outros altamente concentrados. Aqueles totalmente extrovertidos, enquanto outros começam e terminam num único subespaço. O ramo do vestuário caracteriza-se por ter etapas do circuito altamente concentradas em alguns lugares, em geral em áreas de especializações (bairros, cidades ou regiões especializadas). Também se caracteriza por ser voltado ao mercado interno. No segundo caso, os dois circuitos da economia urbana permitem a análise da totalidade, pois “trata-se de um mesmo ambiente construído, embora desigual e fragmentado, e de um único mercado, embora fortemente segmentado” (ARROYO, 2008, p. 30).

A descrição do funcionamento do circuito espacial de produção do vestuário, assentado na metrópole visa fornecer elementos empíricos à nossa hipótese, qual seja, a de que o circuito superior da economia urbana do ramo do vestuário vem se valendo de habituais estratégias produtivas do circuito inferior para se expandir. Tal dinâmica ocorre quando a grande empresa varejista ou as empresas atacadistas transferem a produção às pequenas oficinas por meio de contratos de prestação de serviços. Na verdade, essas oficinas tornam-se fabricantes do circuito superior. O poder desse mecanismo condiciona parte das interações espaciais entre os territórios da Bolívia e Brasil. Essas interações podem ser medidas pela imigração de bolivianos que se destinam preponderantemente à cidade de São Paulo ou à RMSP.

Elaboramos uma descrição das etapas do circuito espacial de produção a partir de entrevistas, trabalhos de campo e dados coletados em fontes secundárias. Esse esquema geral, que representa o circuito espacial de produção do vestuário, dá evidência à interconexão entre as atividades do circuito superior e inferior. Igualmente, destacamos a enorme heterogeneidade de

situações desse circuito econômico, que tem como centro de comando no território nacional a metrópole de São Paulo.

Esboçamos a seguir a descrição das principais etapas do circuito espacial de produção do vestuário com ênfase na metrópole de São Paulo. Cada etapa possui suas especificidades e em algumas delas há o predomínio das variáveis-chave do período atual – expansão do consumo, financeirização da atividade e a informação como elemento fundamental para a organização da produção e da logística. Este circuito divide-se em quatro grandes etapas: I- Produção; II - Distribuição; III- Comercialização e IV- Consumo.

I - Produção

A primeira etapa do circuito espacial, a produção, subdivide-se em idealização, preparação (corte e modelagem), montagem (costura) e acabamento. Essa segmentação corresponde à divisão técnica do trabalho, que se aprofundou no período da globalização. Os bairros do Brás e Bom Retiro que historicamente foram abrigando as oficinas e o comércio de vestuário vão respondendo à dinâmica mundial, que separou ao longo do tempo a produção (oficina) e o comércio.

A subetapa da idealização é o momento em que se realiza a escolha dos tecidos, as visitas de pesquisa à Europa, a escolha de tendências de cores e modelos para cada estação. Em geral, nesta subetapa há necessidade de profissionais com formação específica, como *designers* e gestores de moda. Tais ocupações são típicas da economia do circuito superior. Segundo os dados de 2004, apresentados por Kontic (2007), somente na Região Metropolitana de São Paulo, centro regional da indústria do vestuário, havia 184.576 pessoas ocupadas nas atividades de gestão e direção, sendo destas 10,20% ocupam cargos na área de desenvolvimento de produto (dirigentes de empresas, gerentes de produção e operações, engenheiros, profissionais em pesquisa, técnicos em programação, desenhistas e modelistas).

Após a aprovação da peça piloto da área de concepção, segue-se à subfase da preparação (modelagem e corte), em que os modelos são cortados e é feita a modelagem segundo a numeração. Nesse momento exige-se profissionais especializados – sejam especialistas por terem realizado cursos técnicos ou por terem adquirido experiência prática –, pois um erro no corte de um lote pode gerar prejuízos significativos, até mesmo perda total do tecido. Para evitar perdas na execução da modelagem e corte, estas tarefas ficam sob comando das empresas contratantes

como lojas atacadistas do Brás e Bom Retiro, grandes marcas, grandes redes varejistas ou mesmo oficinas especializadas. Estas enviam para as oficinas de costura as peças-piloto e a matéria-prima já com o corte. Aprofunda-se então a divisão técnica e local do trabalho entre as subetapas do circuito espacial de produção de confecções.

Em geral, as grandes marcas e as redes varejistas subordinam a produção às suas ordens técnicas. Assim, enviam diretamente para as oficinas toda a parte da concepção já pronta, cabendo à fase da montagem apenas obedecer ao que solicitam os *croquis* e as peças-piloto. Jinkings e Amorim (2006) enfatizam que nesta fase inclusive os salários são superiores às outras dentro do processo produtivo de confecções. Por isso, podemos destacar a existência de empresas e profissionais característicos do circuito superior e superior marginal. Ainda que existam modelistas e desenhistas também no circuito inferior, nele tais funções acabam agregadas em uma mesma pessoa.

A terceira subetapa da produção é a costura. É a fase de maior exigência por mão de obra, pois se trata de uma função que ainda não foi substituída por máquinas, uma vez que exige certo refinamento dos movimentos executados pelas mãos, além disso, a grande disponibilidade de mão de obra permite o barateamento nos custos de produção (a inserção da mão de obra boliviana análoga ao trabalho escravo²² tornou ainda mais barato o custo de produção).

Podemos afirmar que esse momento da produção é aquele que concentra grande parte dos trabalhos das atividades de confecções. Essa subfase é aquela que tem o maior poder de condicionamento sobre os movimentos migratórios, pois é a fase que gera mais trabalho. Os nordestinos no passado constituíram a principal fonte de mão de obra para o setor, hoje grande parte dos trabalhadores é composta por imigrantes, coreanos (geralmente donos das lojas atacadistas), peruanos, paraguaios e, mormente, bolivianos, que são os funcionários das oficinas.

Atualmente 70% da mão de obra das oficinas de costura constituem-se por imigrantes bolivianos²³ no Brás, Bom Retiro e Região Metropolitana (Zona Leste). Alguns atuam como donos das oficinas. O que caracteriza a fase da costura é o trabalho intenso em determinados períodos do ano – chegando até 14 horas de trabalho por dia –, o trabalho sob encomenda é pago

²² A Superintendência Regional do Trabalho do Estado de São Paulo (SRTESP) utiliza em suas fiscalizações a definição de trabalho análogo ao escravo como aquele que sujeita o trabalhador a jornadas de trabalho excessivas, salários reduzidos, existência de dívida (adquirida no transporte durante processo de imigração, por exemplo) e a restrição à liberdade de “ir e vir” do trabalhador.

²³ Informação extraída do documentário “Nação oculta – os bolivianos em São Paulo” produzido por Diego Arraya, Mosaico Filmes, 2008.

por peça. O grupo de imigrantes bolivianos tem se organizado em forma de rede imigratória, onde prevalecem as relações de parentesco, amizade e apadrinhamento. Esse grupo caracteriza-se por unir ambiente de trabalho, moradia, alimentação e uma grande quantidade de pessoas em oficinas de costura quase “caseiras”. Esses são dados importantes para explicação da grande difusão do uso da mão de obra de imigrantes no circuito de produção de roupas na capital paulista. Além disso, os elementos (i) *indocumentação* do imigrante, (ii) não pagamento de impostos à Receita Federal, prefeituras e governo do estado, (iii) não cumprimento da legislação trabalhista e de segurança do trabalho, propiciam vantagens financeiras ao uso dos imigrantes bolivianos como força produtiva.

A segmentação das funções da costura é característica nesta subetapa. Segundo o Sindicato das Costureiras de São Paulo e Osasco (2010), são mais de vinte funções diretamente ligadas à costura e mais as funções complementares à execução da produção (Quadro 2.1).

QUADRO 2.1: FUNÇÕES DIRETAMENTE LIGADAS AO CIRCUITO ESPACIAL DE PRODUÇÃO DE CONFECÇÕES

Funções diretamente ligadas à costura	Empacotadeiras
Caseadeiras	Auxiliar de Estoque
Costureira galoneira	Dobreadeiras
Pregadeira de pala	Calceiro
Pregadeira de Mangas	Estoquista
Costureira Máq. de 02 agulhas	Separadeiras
Alfaiate	Revisadeiras
Auxiliar de Corte	Passador
Auxiliar de Modelagem	Prensista
Costureira (o)	Funções da concepção
Overloquista	Estilista
Pregadeira de Viés	Desenhista de Modas
Pregadeira de Punho	Funções da preparação
Buteira	Enfestador
Costureira de Máq. Reta	Revisor de corte
Pregadeira de Bolsos	Cortador (Operador de máquina de corte)
Pregadeira de Botões	Modelista
Pregadeira de Zíper	Operador de CAD/CAM
Pespontadeiras	Riscador
Retilista	Encaixador
Costureira Piloteira	Funções complementares
Encarregada (o) de costura	Auxiliar de Aviamento
Frizadeiras	Estampador
Funções do acabamento	<i>Silk Screen</i>
Auxiliar de Expedição	Singerista
Embaladeiras	Bordadeira
Controle de Qualidade	Gerente

Fonte: Sindicato das Costureiras de São Paulo e Osasco, 2010; Elaboração da autora, 2011

A quarta subetapa da produção é o acabamento, ou seja, momento em que se verifica a qualidade das peças, os fios são cortados, ocorre a lavagem, a peça é passada e embalada, deixando o produto pronto para a distribuição. É comum usar mão de obra menos qualificada nesta subetapa. A função de cortar fios é realizada por aqueles que não treinaram nenhuma habilidade de costura ainda, muito comum para aqueles imigrantes que acabam de chegar ao Brasil. O acabamento é feito no âmbito da mesma oficina de costura ou por outras ou em lugares específicos para a realização do controle de qualidade pelos agentes que encomendam as peças.

Por meio dos dados da Superintendência Regional do Trabalho (2009)²⁴, verificamos que das 14.074 cadastradas na RAIS/Receita Federal, 2.560 localizam-se na Região Metropolitana (exceto o município de São Paulo), dessas, cerca de 19,6% estão em Guarulhos, 11,7% em Santo André, 7,2% em Osasco, 6,4% em São Bernardo do Campo (Tabela 2.8). Isto mostra que, mesmo havendo uma tendência à expansão da produção para outros lugares (fora do centro antigo de São Paulo), esse processo ainda é concentrado, uma vez que a contiguidade e a proximidade territorial são fundamentais para a melhor eficácia (redução dos custos) desse circuito produtivo.

²⁴ Dados fornecidos pelo SRTESP durante entrevistas. Essas informações proveem do sistema RAIS-CAGED e Receita Federal.

TABELA 2.8: OFICINAS DE COSTURA NA RMSP (EXCETO SÃO PAULO) - 2009

Municípios	Oficinas	%	Total acumulado (%)
Guarulhos	502	19,6	19,6
Santo André	300	11,7	31,3
Osasco	184	7,2	38,5
São Bernardo do Campo	165	6,4	45,0
Mauá	127	5,0	49,9
Itaquaquecetuba	111	4,3	54,3
Barueri	109	4,3	58,5
São Caetano do Sul	92	3,6	62,1
Carapicuíba	86	3,4	65,5
Suzano	68	2,7	68,1
Diadema	66	2,6	70,7
Poá	65	2,5	73,2
Cotia	61	2,4	75,6
Mogi das Cruzes	61	2,4	78,0
Taboão da Serra	49	1,9	79,9
Francisco Morato	47	1,8	81,8
Franco da Rocha	46	1,8	83,6
Ribeirão Pires	44	1,7	85,3
Mairiporã	41	1,6	86,9
Jandira	38	1,5	88,4
Ferraz de Vasconcelos	36	1,4	89,8
Itapevi	36	1,4	91,2
Santa Isabel	36	1,4	92,6
Arujá	32	1,3	93,8
Embu	27	1,1	94,9
Caeiras	26	1,0	95,9
Santana de Parnaíba	26	1,0	96,9
Cajamar	19	0,7	97,7
Itapeçerica da Serra	17	0,7	98,3
Vargem Grande Paulista	12	0,5	98,8
Embu Guaçu	9	0,4	99,1
Guararema	8	0,3	99,5
Juquitiba	6	0,2	99,7
Rio Grande da Serra	5	0,2	99,9
Birituba Mirim	1	0,0	99,9
Pirapora do Bom Jesus	1	0,0	99,9
São Lourenço da Serra	1	0,0	99,9
Total	2560	100,0	100,0

Fonte: SRTESP, 2009; Elaboração da autora.

As 11.517 oficinas do município de São Paulo estão presentes em toda sua extensão. De fato, a fase da costura caracteriza-se pela pulverização, marcando também a especificidade do circuito inferior de produção, que é a produção em pequena quantidade, porém, quando somamos a produção de todas as pequenas oficinas, verificamos o enorme tamanho do circuito inferior conectado ao ramo do vestuário. Apesar de existirem oficinas de costura na maioria dos bairros da capital, é indubitável a enorme especialização produtiva criada nos bairros centrais da cidade. Somente o Brás e o Bom Retiro juntos concentram 37,36% das oficinas de São Paulo. O que indica que essas áreas, além de serem hoje referência como bairros de comercialização de roupas, continuam executando a subetapa da costura. Observamos (Foto 2.2) retalhos de tecidos na Rua Bresser no Brás (cena muito comum na região ao final do dia) indicando a presença da produção.

FOTO 2.2: RETALHOS DEPOSITADOS NA RUA BRESSER NO BRÁS/SÃO PAULO – 2009



Fonte: Trabalho de Campo; Silvana Cristina da Silva, 22/05/2009.

Os dados analisados acima revelam a complexidade de agentes que constroem o uso cotidiano da metrópole por meio do circuito espacial de produção do vestuário, que tem a produção e comercialização fortemente concentrada nos antigos bairros da cidade como o Brás e Bom Retiro.

As oficinas em geral subordinam-se ao comércio, seja em relação às grandes varejistas de atuação nacional ou mesmo com relação às lojas do Brás e Bom Retiro, que dominam a subetapa da concepção das peças. As normas (padrão de qualidade, quantidades, prazos, etc.) e os preços a serem praticados são ordenados por agentes do comércio, que muitas vezes dominam também a logística da distribuição. Os coreanos, neste sentido, são fortemente organizados. Segundo Galetti (1996), eles se reúnem todos os domingos para definir os preços de cada peça a ser pago às oficinas contratadas, aqueles que ousarem pagar mais, recebem pressão do grupo.

Podemos encontrar diversos tipos de oficinas de costura no Brás e Bom Retiro: oficinas fisicamente unidas ao comércio; oficinas fisicamente separadas do comércio, porém de mesmo proprietário; oficinas fisicamente separadas do comércio com proprietários diferentes e oficinas que produzem para comercialização na Feira da Madrugada. Diante dessa diversidade de situações, uma constatação fica evidente com relação ao circuito espacial do vestuário, cujas etapas produtivas encontram abrigo no Brás e Bom Retiro, é a centralidade desses bairros para esse circuito, centralidade essa que ultrapassa os limites da metrópole e chega ao território nacional.

II - Distribuição

O momento da distribuição é complexo, pois muitas vezes pode coincidir com o do comércio. Conforme esboçamos na Figura 2.1, o produto pronto, confeccionado, passa a seguir rotas diferenciadas em função do agente de comando de cada situação dentro do circuito espacial de produção.

A distribuição do produto pronto pode ser realizada, grosso modo, por cinco rotas (A, B, C, D e E): Rota A: ocorre quando o solicitante é uma empresa de alta costura. Ela pode enviar a mercadoria direto para sua loja ou para um centro de distribuição, que por sua vez encaminhará a mercadoria às lojas. Os transportadores podem ser empresas contratadas para este fim ou fazer parte da própria estrutura da marca. Isso ocorre também se a contratante é de uma grande marca, porém, neste caso segue-se a Rota B, que indica que o produto passa pelo centro de distribuição, segue diretamente à loja franqueada ou para lojas multimarcas.

A Rota C, diz respeito às grandes lojas varejistas, citamos como principais, a Renner, Marisas, C&A, a Riachuelo, a Zara e as Pernambucanas. Nessa situação a produção está totalmente subordinada ao varejo. O transporte entre as oficinas e a loja é essencial para essas

empresas. Além de terem o domínio da subetapa da concepção (na etapa da produção), essas empresas subordinam as oficinas com regras rígidas de controle de qualidade, prazos de entrega e adequações à legislação. Além de contratarem empresas com *know-how* para a logística de distribuição dos produtos, elemento fundamental na atividade de vestuário na atualidade. Outra característica das grandes lojas de comércio de vestuário é a incorporação dos serviços de financeiros (ver Capítulo 03, item 3.4).

As situações D e E do circuito espacial de produção se assemelham porque a mercadoria dirige-se diretamente para as Lojas do Brás e Bom Retiro (ou são produzidas nestes próprios bairros) ou destinam-se à Feira da Madrugada. A proximidade entre a produção e o comércio condiciona o fluxo direto da oficina. O transporte é realizado por pequenos carros de propriedade dos donos das oficinas ou pelos lojistas ou mesmo por pequenos transportadores subcontratados²⁵.

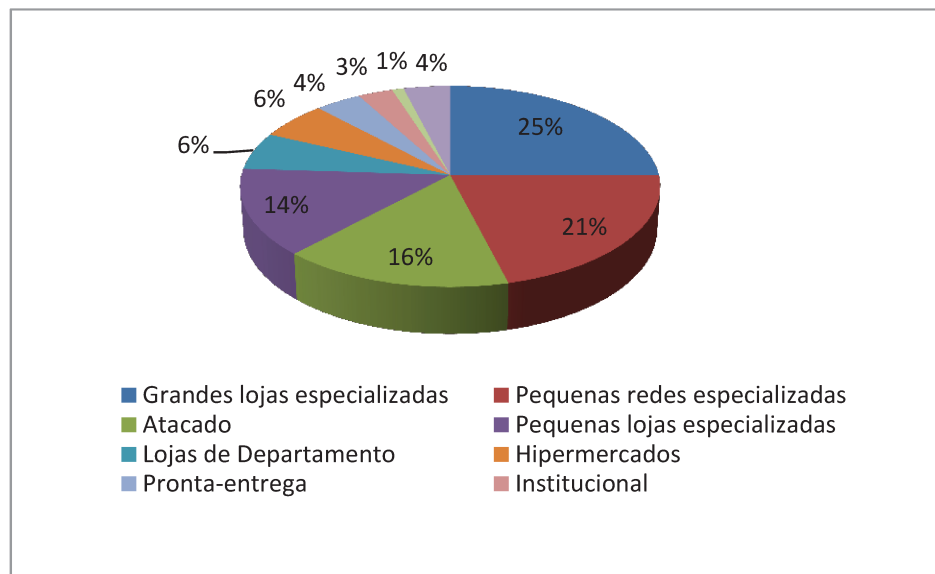
III - Comércio

O comércio pode ser realizado pelas lojas de marcas conceituadas, pelas lojas próprias ou autorizadas, constituindo atores do circuito superior. Também forma parte do circuito superior o comércio efetuado pelas grandes varejistas (Marisa, C&A, Pernambucanas, Renner, Riachuelo, Zara, Lojas do Shopping Mega Pólo Modas, etc.). O circuito inferior do comércio de confecções compõe-se por pequenos e médios comerciantes, pelos expositores da Feira da Madrugada, pelas “sacoleiras” e lojistas que frequentam os bairros do Brás e Bom Retiro para efetuarem as suas compras e abastecerem os seus respectivos comércios localizados nas cidades do interior do Brasil, sobretudo do estado de São Paulo, dos estados do Sul e Sudeste.

²⁵ Não foi possível dimensionar o volume e os valores da produção em cada uma das rotas (A, B, C, D e E) para sabermos a importância de cada situação dentro do circuito espacial, pois não existem levantamentos sistemáticos dos órgãos públicos adaptados às especificidades do ramo do vestuário (o Instituto de *Marketing* Industrial - IMI realiza levantamentos estatísticos para o ramo do vestuário, cujas publicações são adquiridas por um valor médio de R\$ 8.000,00). Além disso, duas observações a esse respeito são pertinentes: i) as estatísticas são, em maioria, geradas a partir da divisão das atividades econômicas em setores (primários, secundário e terciário), o que não permite calcularmos a importância (em valores) de cada agente, consequentemente de cada situação dentro de o circuito espacial de produção; ii) a heterogeneidade do ramo do vestuário dificulta a quantificação, sobretudo com a introdução sistemática da subcontratação e terceirização. Além disso, parte das atividades geradas não é captada pelas estatísticas porque não é formalizada.

Carvalho e Serra (1998) afirmam que o comércio de confecções no Brasil são efetuadas pelo (i) comércio atacadista, (ii) pelas grandes redes de varejo (incluindo as lojas de departamento e as lojas especializadas), (iii) pelo pequeno comércio de varejo (inclui as pequenas redes e as lojas independentes) e (iv) pelas cooperativas e instituições governamentais, entre outras indústrias que compõem a complexa divisão social e territorial do trabalho e da distribuição deste tipo de produção. Dentre os canais de comercialização as grandes redes especializadas se destacam, juntamente com as pequenas redes (Gráfico 2.1), perfazendo 46% do volume comercializado.

GRÁFICO 2.1: VOLUME COMERCIALIZADO (%) EM DIFERENTES CANAIS DE DISTRIBUIÇÃO DE CONFECÇÕES



Fonte: IEMI (Instituto de Estudos de *Marketing* Industrial), 2007 (In: ABIT, 2009. Disponível em < <http://www.abit.org.br/site/> > Acesso em 21/01/2010. Reelaboração da autora.

Em apresentação sobre o setor têxtil e de confecções, a ABIT (2009), usando dados de IEMI (2007), aponta que apenas 1% dos produtos confeccionados destina-se ao mercado externo, indicando o poder de consumo do mercado nacional. As vendas no varejo chegaram a US\$ 47 bilhões em um total de 117 mil pontos de venda, sendo 740 as principais redes de distribuição. A Associação Brasileira do Varejo Têxtil (ABVTEX) congrega as principais empresas varejistas do ramo do vestuário como as Pernambucanas, Riachuelo, Marisas, C&A, Renner, além das empresas que não atuam apenas no ramo de confecções como a Leader, o Grupo Pão de Açúcar e o Walmart.

Sobre o comércio de vestuário, o Brás e o Bom Retiro são referências nacionais. O Brás está organizado em 55 ruas, com uma área de 3,5 km², possui cerca de 5.000 estabelecimentos comerciais que atuam nas áreas de jeans, moda feminina, masculina e infantil, moda íntima, moda praia, enxoval e bolsas e carteiras. Cerca de 4.000 empresas são dedicadas também à confecção (oficinas e fabriquetas), além do comércio (atacadista e varejista). Residem atualmente no Brás cerca de 28 mil pessoas com renda média de R\$1.240,00²⁶.

O Bom Retiro é mais dedicado ao comércio atacadista do vestuário (há estabelecimentos que vendem no varejo e no atacado com preços diferenciados e aos sábados a maioria as lojas abre para compras a varejo). É considerado um pouco menos popular que o Brás. Possui aproximadamente 2.000 lojas²⁷ (CÂMARA DE DIRIGENTES LOJISTAS, 2010), sendo que 70% dessas são de coreanos, que atualmente contratam costureiros bolivianos ou oficinas bolivianas para costurarem suas peças. Em geral, os consumidores que comprem em atacado no Bom Retiro são lojistas que revendem essas peças em butiques, lojas de shoppings e pequenos comércios em cidades de quase todo o Brasil. O comércio do Brás também apresenta esse perfil, porém com características mais populares, sobretudo pela presença da Feira da Madrugada no bairro.

Uma breve visita às ruas do Brás, Feira da Madrugada e Bom Retiro revelam a potencialidade da especialização produtiva e comercial dessas áreas da cidade, demonstrando que as análises realizadas pelo e para o circuito superior expressam uma visão limitada da cidade quando classificam esses bairros como deteriorados e que necessitam ser “revitalizados”.

Destacamos que esta etapa do circuito é gerado renda para uma população que extrapola os limites da metrópole paulista. A rede de “sacoleiras” e lojistas do interior é ampla e novos agentes são ativados quando a analisamos. O surgimento de empresas ou agentes especializadas em realizar excursões para a Feira e para os bairros do Brás e Bom Retiro expressam mais um exemplo da amplitude do circuito espacial de produção de confecções e seu respectivo círculo de cooperação.

²⁶ Dados obtidos em entrevista com Inês Ferreira (Secretária executiva da ALOBRÁS, Associação dos Lojistas do Brás) – 21/06/2010 e de informações contidas no Guia Oficial do Brás. Estes dados não puderam ser confrontados com os microdados do IBGE (Censo de 2010) porque ainda não foram disponibilizados.

²⁷ Entrevista à Câmara de Dirigentes Lojistas realizada no dia 11/04/2010.

IV - Consumo

Dependendo do ator que comanda as situações do circuito produtivo (A, B, C, D ou E), teremos como resultado consumos diferenciados. No entanto, ressaltamos que não se trata de consumos “puros”. Podem existir pessoas da classe média que eventualmente adquiram seus itens de vestuário nas lojas de grandes marcas ou em lojas populares do Brás e Bom Retiro. A origem do vestuário da população é híbrida, havendo predominância em alguma fonte, como as lojas varejistas especializadas ou as “lojinhas” do Brás e Bom Retiro para determinados extratos da população.

A extensão da rede de consumidores do Brás e Bom Retiro evidencia como o circuito inferior estrutura demandas de emprego e geração de renda fora da metrópole de São Paulo. Os lojistas do interior do Brasil levam as mercadorias para seus respectivos comércios e organizam suas vidas com base na revenda de roupas provenientes de São Paulo.

Outro componente do consumo da área de comércio de roupas na cidade de São Paulo são as famílias. Essas compram nas lojas do Brás, Bom Retiro e Feira da Madrugada suas necessidades de vestuário. Há muitas famílias da periferia de São Paulo que vão a esses bairros comprar roupas porque são opções baratas e talvez a única forma desse público suprir tal necessidade. A densa rede de transporte no Brás torna viável a viagem para consumo de roupas para estratos de população de baixa renda.

A população consumidora de confecções do Brás tem um perfil próprio. Essa população que vem da periferia da Grande São Paulo, na maior parcela é constituída por migrantes e seus descendentes. Pela manhã encontramos “sacoleiras”, costureiras ou simplesmente grandes famílias que vão ao Brás realizar suas compras, sempre à procura de uma mercadoria que tenha “bom preço”, relata Gomes (2002)

Gomes (2002) aponta que uma das características do Brás é a concentração de pessoas em função da convergência de várias linhas férreas e de metrô. Funcionando junto à estação de metrô Brás (Foto 2.3), há a Estação de trens Roosevelt, chamada antigamente de “Estação Norte”, um entroncamento de linhas de trens que atendem a região do ABC, Ribeirão Pires, Guarulhos, Poá, Mogi das Cruzes, Itaqucetuba, Osasco, Jandira entre outras.

FOTO 2.3: ESTAÇÃO DE TREM NO BRÁS – 2010



Fonte: Trabalho de Campo; Silvana Cristina da Silva, 14/08/2010.

Em qualquer das situações do circuito espacial produtivo encontramos agentes do circuito inferior, ou seja, pessoas que criam seus rendimentos a partir da execução de alguma função dentro desse circuito produtivo, sendo a etapa da costura uma das mais importantes porque necessita de grande quantidade de mão de obra. No entanto, nas situações descritas no esboço da Figura 2.1 encontramos momentos de extrema imbricação entres os dois subsistemas urbanos, revelando a complementaridade, a concorrência e a subordinação entre os agentes do circuito inferior em relação ao circuito superior.

A circulação oferece evidências de que o circuito de produção do vestuário extrapolou os limites daqueles bairros e da própria cidade de São Paulo, ganhando dimensões regionais. Se considerarmos os consumidores finais, podemos verificar também que o Brás e o Bom Retiro fornecem roupas para o todo o Brasil e na atualidade vem atraindo consumidores de outros países também. Inês Ferreira, secretária executiva da ALOBRÁS, também ressaltou que o público que frequenta o Brás origina-se de todo o Brasil, destacadamente do Sul e que há clientes vindos de Angola, Nigéria, África do Sul. Em geral, são elites desses países. Inclusive a Rede Globo Internacional procurou a ALOBRÁS para realizar a divulgação do bairro nos países da África, sendo que a diferença no valor de um comercial era significativa, ressaltou Inês, pois 30 segundos

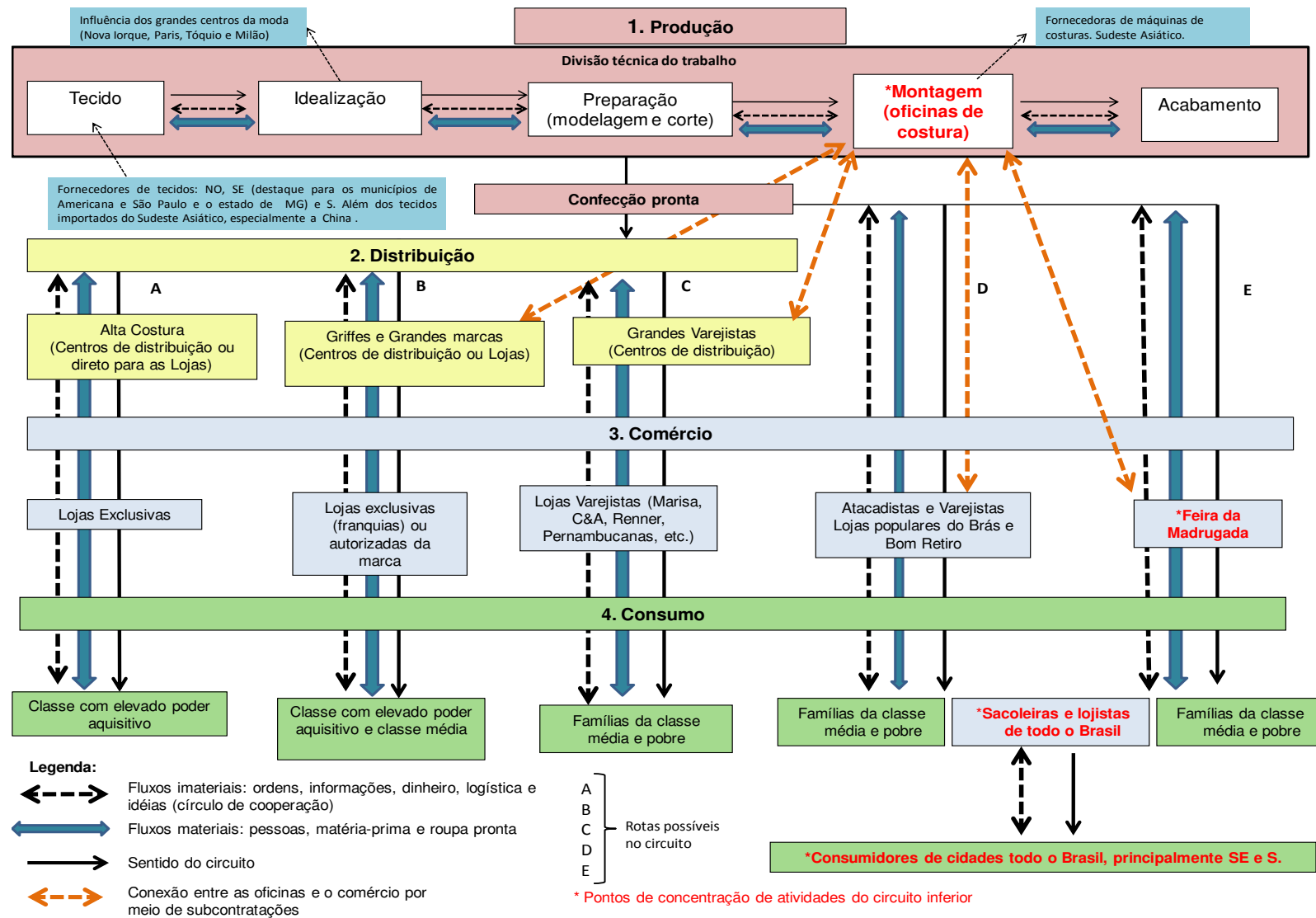
de propaganda no Brasil custam em média R\$ 100.000,00, e lá custaria R\$ 500,00. Também há clientes da Argentina e Paraguai.

Pelo esquema exposto na Figura 2.1, que representa o circuito espacial de produção de confecções, verificamos que há uma forte divisão técnica do trabalho. Além disso, cada situação do circuito (A, B, C, D e E) possui forte conexão entre os agentes. No entanto, fica evidente a especialização do circuito inferior nas etapas da produção propriamente dita: as oficinas de costura configuram-se no ponto de conexão entre os subsistemas superior e inferior. Todavia, o circuito superior, para ganhar capilaridade e atender a sua demanda por mão de obra vem subalternizando essas oficinas via subcontratação. Assim, o circuito inferior na etapa de fabricação tem sua autonomia restringida pela dominação do circuito de valorização pelos agentes do grande comércio.

Além disso, o comércio típico do circuito inferior também vem sofrendo restrições em função da especulação imobiliária, expresso pelo poder dos grandes comerciantes que vem ocupando os antigos bairros especializados no comércio de vestuário. Os espaços ocupados por aqueles que produzem suas próprias roupas e as vendem no pequeno comércio sofrem pressão para se retirar da atividade. Alguns pequenos vendedores da Feira da Madrugada seriam representantes do circuito inferior na forma mais “autônoma”.

Reiteramos que as situações de rota A, B, C, D e E representadas na Figura 2.1 são grandes generalizações do comportamento do circuito espacial de produção e do seu respectivo círculo de cooperação, logo, há muitas situações que escapam a esse esquema. No entanto, o mais importante é que esse organograma revela a coexistência e a complementaridade entre os agentes nas diferentes situações desse circuito econômico na grande metrópole de São Paulo. Trata-se de um modelo base para o entendimento do circuito espacial de produção e o diálogo com economia urbana da cidade de São Paulo, que reage e condiciona as atividades derivadas desse ramo de atividades.

FIGURA 2.1: SÃO PAULO E O CIRCUITO ESPACIAL DE PRODUÇÃO DO VESTUÁRIO



Fonte: Elaboração Silvana Cristina da Silva, 2012.

A Figura 2.1 permite a identificação dos principais agentes que comandam a acumulação no circuito espacial de produção, assim verifica-se que o circuito produtivo não é apenas técnico, mas ele permite a identificação das relações sociais estabelecidas. Além disso, formam-se a partir desse circuito as articulações com a *economia política da cidade* e a *economia política da urbanização* (SANTOS, 2009b), ou seja, a produção do vestuário responde à divisão territorial do trabalho do território brasileiro e da cidade de São Paulo.

O circuito produtivo do vestuário gera uma infinidade de atividades econômicas na cidade de São Paulo e em outras cidades da rede urbana. No Quadro 2.2 expomos uma síntese da articulação entre o circuito espacial de produção de confecção e a economia urbana de São Paulo, mostrando que a partir das etapas da produção, distribuição, comércio e consumo, muito trabalho é gerado e diferentes materialidades são criadas e mesmo apropriadas em função do poder de cada agente no circuito.

As grandes marcas e as redes varejistas caracterizam-se por sediar seus escritórios centrais na cidade de São Paulo, responsáveis pela Pesquisa e Desenvolvimento (P&D). Além do mais, as sinergias do ambiente metropolitano possibilitam o estabelecimento de relações corporativas com as empresas de publicidade, *marketing*, operadores logísticos, auditorias, consultorias especializadas em pesquisa de mercado, agentes do sistema financeiro e proximidade com agentes do Estado. O abrigo desses agentes em São Paulo encontra-se nos lugares luminosos como avenida Paulista e Luis Carlos Berrini, sobretudo porque estes criaram materialidades (fixos) que permitem a aceleração dos fluxos, imprescindíveis aos agentes do circuito superior.

Entretanto, a execução da costura é realizada por oficinas subcontratadas, que podem estar na cidade de São Paulo (parte localiza-se no Brás e no Bom Retiro), mas pode encontrar-se em lugares longínquos, chegando à escala planetária. Destacamos que essa situação do circuito espacial de produção comandada por agentes hegemônicos pode gerar trabalho nos pontos de venda com características de circuito inferior, uma vez que grande parte dos funcionários do comércio tem renda baixa e possivelmente consomem no circuito inferior, ou no circuito superior por meio do endividamento. O consumo das grandes marcas e varejistas nem sempre almejam atingir a população dos altos extratos de renda, é frequente que tais empresas objetivem cada vez mais a capilaridade do consumo.

Os atacadistas do Brás e Bom Retiro mobilizam outra situação do circuito espacial e com ela surge outra dialética com a economia urbana da cidade de São Paulo e com o sistema de

cidades nacional. Assim como as grandes marcas e as varejistas, os atacadistas do Brás e do Bom Retiro atualmente dedicam-se a criar modelos e terceirizam a produção. Entretanto, dado o poder limitado de ação territorial, parte significativa das oficinas é subcontratada na própria cidade de São Paulo (no próprio Brás e Bom Retiro), ou na periferia da cidade, em alguns casos chegando ao interior paulista. A distribuição é realizada por pequenos transportadores e pelos “oficinistas”, ativando os nexos entre o *circuito superior marginal* (SANTOS, 2004) e inferior. O consumo decorrente dessa situação dentro do circuito espacial de produção do vestuário é composto por lojistas e “sacoleiras” de todo o Brasil e famílias da metrópole de São Paulo. A situação dos atacadistas do Brás e Bom Retiro evidencia a importância da contiguidade e da proximidade para a ação de alguns atores no exercício das atividades econômicas.

Para completar o diálogo entre o circuito espacial de produção e a economia urbana, encontramos os agentes do circuito inferior como os vendedores da Feira da Madrugada e dos comércios de pequena dimensão presentes no Brás e Bom Retiro que encomendam a produção a oficinas ou criam, costuram e vendem suas próprias peças. Esses agentes apropriaram-se das formas urbanas deterioradas e dos fluxos presentes nestes lugares, criando forte dinamismo da economia do circuito inferior, que gera novas atividades em outras cidades como de guias de excursões, além de manter uma rede de pequenos lojistas e revendedores no interior do Brasil, como já apontamos.

Este é um breve panorama decorrente das articulações entre o circuito do vestuário e os dois circuitos da economia urbana. Encontramos uma complexa dialética entre circuito superior e inferior nas etapas da produção, que se conecta ao tipo de agente que comanda a acumulação. A cidade, como forma e conteúdo também expressa a maneira como cada agente usa, ou deixa de usar, o território em função do seu poder de estruturação do espaço.

QUADRO 2.2: CIRCUITO ESPACIAL DE PRODUÇÃO DO VESTUÁRIO E A DINÂMICA DA ECONOMIA URBANA NA CIDADE DE SÃO PAULO

Circuitos da economia urbana	Características e atividades geradas na cidade	Agentes que comandam a acumulação	Etapas do circuito espacial de produção do ramo do vestuário			
			Produção	Distribuição	Comércio	Consumo
Circuito Superior	Atividades geradas no circuito superior nas situações do circuito produtivo das grandes marcas e varejistas: escritórios centrais de P&D, agências de publicidade; auditorias, grandes operadores logísticos, consultorias especializadas em pesquisa de mercado e consumidores coerentes com o tipo de produto, conexão com sistema financeiro (bancário, órgãos de financiamento, operadoras de cartão de crédito).	Grandes marcas	Concepção, <i>design</i> e <i>marketing</i> sob domínio da marca. Execução da produção realizada por oficinas terceirizadas (escala planetária)	Executada por grandes empresas de logística	Pontos de vendas próprios ou autorizados	Classe média alta de todo o território nacional, mas concentradas nas metrópoles e grandes cidades.
		Varejistas	Concepção sob o domínio da varejista. Execução da produção realizada por oficinas terceirizadas (escala nacional ou planetária)	Executada por grandes empresas de logística	Possuem redes de lojas próprias	Classe média, alta. Algumas se especializaram em atender público de menor renda.
Circuito Superior Marginal	Surgimento de profissionais da concepção e do <i>design</i> , subcontratação das oficinas, de pequenos transportadores e há uma dependência em relação ao lugar (acesso ao mercado e serviços), atendem uma clientela diversificada, desde grandes lojistas até pequenos consumidores.	Lojas Atacadistas do Brás e Bom Retiro	Lojistas dominam a concepção e terceirizam a produção contratando oficinas na metrópole de São Paulo	Executada por pequenos transportadores, pelos lojistas ou pelas oficinas contratadas	Lojas localizadas no Brás e Bom Retiro	Diversos: lojistas de todo o Brasil, donos de boutiques, “sacoleiras” e famílias.
Circuito Inferior	Oficinas de costura subcontratadas pelas grandes marcas, pelas varejistas e pelos atacadistas (Brás e Bom Retiro). Geração de empregos de baixa remuneração como motoristas, empregados dos escritórios, vendedores, pequenos lojistas e feirantes, guias, “sacoleiras”, “lojinhas” domésticas.	Vendedores da Feira da Madrugada e do comércio de pequena dimensão	Diversidade de situações: podem existir comerciantes que criam e costuram seus próprios modelos e comerciantes que subcontratam oficinas para a execução da costura	Realizada pelos próprios comerciantes	Pontos de venda na Feira da Madrugada (Pátio do Pari) ou nas ruas do Brás durante a madrugada. Pequenos comércios no Brás.	Lojistas de todo o Brasil e população de classe média e baixa.

Fonte: Elaboração Silvana Cristina da Silva, 2012.

2.2. A REORGANIZAÇÃO DAS ETAPAS DO CIRCUITO ESPACIAL DE PRODUÇÃO A PARTIR DA DÉCADA DE 1990

A literatura sobre as atividades do ramo do vestuário destaca-se por materiais técnicos, relatórios setoriais e trabalhos na área de sociologia e de economia. Dentre esses trabalhos destacamos: Abreu (1984, 1986), Carvalho e Serra (1998), Araújo e Amorim (2001), Lupatini (2004), Leite (2004), Brito (2005), Jenkins e Amorim (2006), Kontic (2007), Freire da Silva (2008) e os relatórios do Núcleo de Economia Industrial e Tecnologia do Instituto de Economia da Unicamp.

Parte dos dados sobre esse ramo de atividade usados neste trabalho foi extraído: do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), da RAIS (Relação Anual de Informações Sociais) e CAGED (Cadastro Geral de Empregados e Desempregados) do Ministério do Trabalho, da Fundação Seade (Sistema Estadual de Análise de Dados), da SRTESP (Superintendência Regional do Trabalho do Estado de São Paulo) e da ABIT (Associação Brasileira da Indústria Têxtil).

No entanto, ressaltamos que a maior parte dos dados estatísticos dessas instituições refere-se ao funcionamento do circuito superior de produção de confecções, pois expressa o registro formal nas entidades estatais como Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ) da Receita Federal²⁸ ou cadastro de empregados e desempregados do Ministério do Trabalho. Essas informações indicam como o circuito superior nesta atividade tem enorme força de comandar o circuito inferior, por isso, também utilizamos essas informações para dimensionar o tamanho do circuito inferior, pois onde existe uma oficina fornecendo serviços de costura formal contratada por uma rede varejista ou atacadista de confecção, há também uma rede piramidal de muitas outras oficinas subcontratadas, com características do circuito inferior.

²⁸ O circuito inferior não é sinônimo de atividade informal, pois o que caracteriza as atividades do circuito inferior são o modo de organização, o uso intensivo de trabalho ao invés de capital intensivo e o grau de utilização da tecnologia. Em função de tais características a atividade pode não ter os devidos registros nos órgãos oficiais e efetuar os pagamentos de impostos. No entanto, existem atividades do circuito inferior plenamente formalizadas, bem como grandes empresas se utilizam de estratégias como sonegação de impostos, não registram seus funcionários, praticam a terceirização de forma ilegal. Há empresas do ramo do vestuário que se beneficiam da subcontratação de oficinas que usam o trabalho imigrante e precário, formando monopsonios. Assim, não poderíamos falar de informalidade e ilegalidade, uma vez que os grandes agentes se beneficiam da *indocumentação* e não pagamento de impostos ao subcontratarem oficinas.

As informações sobre o circuito inferior foram extraídas em grande parte dos dados primários em trabalho de campo, entrevistas e relatórios da Superintendência Regional do Trabalho do Estado de São Paulo.

O ramo do vestuário compreende a produção de uma infinidade de artigos como de roupas femininas, masculinas, peças íntimas, roupas de cama, mesa e banho, roupas de materiais como o couro e de sintéticos. A setorização do mercado consumidor torna ainda mais complexa a compreensão desse ramo. Segundo a ABIT (dados de 2009), o Brasil produz cerca de 9,2 bilhões de peças de vestuário ao ano e ocupa a sexta posição entre os maiores produtores mundiais. Representa 6,5% da indústria de transformação, tendo se expandido 29% nos últimos dez anos. Caracteriza-se por empresas de pequeno e médio porte.

Algumas constatações são pertinentes sobre a dinâmica da produção de confecções no Brasil e a contextualização do mercado mundial desta atividade. Na década de 1990 o ramo do vestuário passa pelo processo de adoção de uma nova organização²⁹, no sentido que a divisão técnica do trabalho foi reforçada, sendo que as fases que demandam mão de obra mais especializada e qualificada permaneceram com as grandes empresas. Já as oficinas abrigaram a fase da produção propriamente dita, sendo que alguns bairros de São Paulo tornaram-se especializados, sobretudo na fase da produção e comercialização. Esse processo ocorreu por meio do uso da subcontratação.

O Brasil vem nos últimos anos passando por uma reorganização espacial da sua produção, com rebatimentos na distribuição e no comércio, porém, apesar desta reorganização, alguns lugares como a cidade de São Paulo vem reforçando o papel de centro organizador, produtor, distribuidor e também de comércio de vestuário.

A segunda constatação é referida à heterogeneidade do consumo, já que os diferentes extratos de renda da população acessam os produtos do circuito superior, superior marginal e inferior. No entanto, mesmo as classes de renda menos favorecidas, acabam consumindo no circuito superior, graças à expansão do crédito.

²⁹ A ideia de organização está sendo usado no sentido de que a transição do modelo *fordista* para a *acumulação flexível* (HAVEY, 1999), gestada nos territórios centrais, chega aos países periféricos não como reestruturação da produção ou do espaço, mas como racionalização. No caso da indústria do vestuário essa racionalização não ocorre preponderantemente pela inovação tecnológica, mas, sobretudo pela inovação organizacional (a separação entre a produção propriamente dita e o núcleo criador e gerencial por meio dos modelos de subcontratação são fundamentais nesse movimento), sendo condicionada pelos elementos territoriais onde ela se abriga e ao mesmo tempo, condiciona o território onde ela se implanta. Por isso o Brás e o Bom Retiro hoje estão em processo de revalorização, pois eles portam a racionalidade do circuito inferior que está sendo apropriada pelos circuitos das grandes empresas por meio dos novos processos organizacionais.

A heterogeneidade também se verifica na própria organização da produção, pois questões como sazonalidade (estações do ano e datas comemorativas) e mudança de tendências da moda são inerentes à produção de vestuário, sobretudo na era da globalização, em que há um tempo mundial que dita a moda. Antes da década de 1990, o mercado de confecções no Brasil era orientado pelas duas estações do ano, verão e inverno, tendo um calendário semestral. No entanto, em anos recentes, com a unificação dos mercados e a interferência dos centros mundiais da moda no território brasileiro, cujo exemplo mais concreto se dá pela realização da *São Paulo Fashion Week* (SPFW), esse calendário tornou-se trimestral, acompanhando as tendências da Europa e dos Estados Unidos.

A terceira observação diz respeito à influência do mercado externo na dinâmica do circuito produtivo do vestuário, pois a entrada de produtos do Sudeste Asiático modifica as possibilidades de barateamento da produção. Com as facilidades alfandegárias, disponibilidade de transportes e de comunicação no mundo hoje, foi possível a segmentação da produção em etapas, permitindo a redução dos custos, pois se consentiu ao capital escolher o lugar mais lucrativo para cada etapa do circuito.

Mas, anteriormente à abertura do mercado nacional, Abreu (1986) verifica que houve um crescimento significativo nas décadas de 1960 e 1970 do setor de confecção no Brasil. Lembra que há uma extrema heterogeneidade na produção, sendo que as grandes empresas passam a comandar os setores onde a standardização é possível.

Além disso, a autora indica que há dificuldades de inovação no setor, mesmo nas grandes empresas, a produção concentra-se na máquina de costura e operador e há uma tendência à feminização da mão de obra. Essa tendência hoje não se confirma como relação aos imigrantes, pois o uso de mão de obra boliviana é eminentemente masculino.

Na década de 1970, conforme Abreu (1986), a adesão da classe média e alta ao chamado *prêt-à-porter* induziu ao crescimento do setor de confecções femininas e da alta qualidade. A flexibilidade exigida pela alta costura só é possível em fábricas pequenas e médias. Além das oficinas de alta costura, a “indústria da moda” também passou pelo processo de massificação das tendências, ou seja, a grande massa da população passou a ser influenciada e estimulada ao consumo daquilo que as grandes marcas da alta costura produziam. O fenômeno do consumo, com a massificação da indústria da moda, tem como sustentáculo a propaganda e o *marketing*.

As classes populares, até mesmo as mais carentes, tornam-se consumidoras dos conceitos produzidos nos circuitos produtivos superiores da moda. Desse processo de inculcar o consumo na população pobre, amplia-se o circuito inferior, que está longe da qualidade e dos preços elevados do circuito superior, porém, está em acordo com a necessidade de sobrevivência de quem precisa de trabalho proveniente dessas atividades e de quem precisa vestir-se com artigos populares, porém desejam acompanhar a moda.

Durante a década de 1990, o setor de confecções, bem como o têxtil, sofreu forte crise causada pela conjuntura de abertura ao mercado externo, promovida pelo Governo de Fernando Collor de Mello (1990-92). Segundo Araújo e Amorim (2001), o atraso tecnológico das empresas nacionais, fez com que a abertura para os produtos importados desse setor provocasse crise, demissões, falências e o uso da estratégia das subcontratações e do trabalho domiciliar. Essas últimas responsáveis pela precarização do trabalho na atividade do vestuário.

Harvey (1999), contextualizando a passagem do regime de acumulação *fordista* para o de *acumulação flexível* nos países centrais na década de 1970, sublinha a transformação da estrutura do trabalho como paralelo das mudanças na organização industrial. A subcontratação é uma das transformações significativas, em que trouxe a possibilidade da formação de pequenos negócios, o retorno de sistemas antigos de trabalho doméstico, artesanal, familiar e paternalista como estruturas do sistema produtivo³⁰.

Essas mudanças, que foram difundidas pelos países do centro do modo de produção capitalista como forma de superação das contradições do próprio sistema, tiveram desdobramentos nos países periféricos. O fordismo nos países periféricos já foi uma forma de o capital resolver suas crises a partir do deslocamento geográfico de suas atividades produtivas. No entanto, a chegada do regime de acumulação flexível significou, de fato, para os países recém industrializados a radicalização da exploração da mão de obra pelas empresas. Isto de forma sutil e nem sempre visível.

O movimento de resistência, porém, é mais difícil de ser exercido do que o foi nos moldes da era fordista, pois hoje “[...] a luta contra a exploração capitalista na fábrica é bem diferente da luta contra um pai ou tio que organiza o trabalho familiar num esquema de exploração altamente disciplinado e competitivo que atende às encomendas do capital multinacional” (HARVEY, 1999, p. 146)

³⁰ Aprofundamos esse debate no Capítulo 03, item 3.1.

Segundo Araújo e Amorim (2001), a terceirização se difunde e ganha novos contornos em meio às inovações gerenciais e tecnológicas. A subcontratação de oficinas de costura e o uso do trabalho domiciliar se intensificam na medida em que se tornam a principal estratégia utilizada pelas confecções, independentemente do seu tamanho e posição no mercado, com o objetivo de reduzir custos e aumentar sua capacidade produtiva.

A conjuntura de reorganização da produção, cujo principal efeito foi o aprofundamento do sistema de subcontratação, veio ao encontro das próprias características da atividade de confecção, pois uma das maiores dificuldades dessa indústria é a inovação tecnológica no processo produtivo para eliminação de mão de obra. Segundo Abreu (1986), a natureza dos artigos produzidos, caracterizada pela sazonalidade e pela constante mutação, o tamanho e localização das empresas, os recursos financeiros e o nível de gerência administrativa são características e obstáculos dessa atividade produtiva.

A mesma obsolescência programada dos produtos da moda, que contribui para a expansão desse mercado, também dificulta a padronização e as inovações tecnológicas na costura, por isso, a indústria de confecções continua pautada no binômio máquina de costura e costureiro. Essas características, juntamente com a alta divisibilidade da produção de uma peça de roupa, conduzem à exigência de elevada quantidade de mão de obra.

Decorre dessas características a necessidade de reorganização do circuito produtivo, sendo que os agentes de maior poder do circuito passam a gerir a produção e a não mais produzir diretamente, “retirando-se” das fases cujos custos com a força de trabalho são elevados.

Considerando as principais etapas do processo produtivo do vestuário – idealização, preparação (modelagem e corte), montagem e acabamentos – a fase da montagem é a que concentra grande parte da subcontratação. As subcontratadas podem ser empresas capitalistas, pequenas oficinas de costuras ou mesmo trabalhadores domésticos. As oficinas que se utilizam de mão de obra imigrante boliviana, em geral, realizam os pagamentos aos empregados por peça, não havendo regularidade na remuneração em virtude desta se dar em função das encomendas, que por sua vez são também irregulares durante o ano. Comumente são os coreanos que contratam as oficinas de bolivianos para a execução da costura nas áreas de especialização no circuito do vestuário da metrópole. Não obstante, há também os intermediários que conectam as oficinas às grandes empresas varejistas de atuação nacional e internacional.

A expansão da indústria de vestuário se verificou de maneira extremamente desigual em seus diversos setores, não houve um processo evolutivo gradual em que a produção artesanal foi sendo substituída por formas transitórias e finalmente capitalistas. “Ao contrário, a indústria de confecções é talvez um dos exemplos mais marcantes de como o capitalismo pode envolver relações de produção ambíguas e múltiplas que existem em paralelo e inter-relacionadas com o novo foco dinâmico” (ABREU, 1986, p. 292). A utilização de “mão-de- obra externa” na forma de subcontratação não é um fenômeno novo, o que é novo é o formato alternativo e complementar dessas atividades. Elas não são residuais como alguns estudos apontavam. A introdução de novas tecnologias permitiu a recriação das condições para a subcontratação e a pequena produção.

Por isso a teoria dos dois circuitos é funcional à análise dessa atividade, pois fica claro que a modernização, mesmo não sendo apenas tecnológica, mas, sobretudo organizacional, causou dinâmicas distintas como o aprofundamento das diferenças entre o circuito superior e inferior. As grandes redes passaram a incorporar a forma de organização das pequenas oficinas. Embora o circuito inferior persista na metrópole, singularmente localizado nos bairros especializados, esse passou a ser introduzido no sistema de produção da atividade de vestuário das grandes e médias empresas. Esse processo incluiu as novas formas de gerenciamento da produção pelas empresas, que puderam articular a concepção, a produção, a circulação, o comércio e o consumo por meio de escritórios de gerenciamento e sofisticados mecanismos de logística e equipamentos de transmissão de informações, que permite maior controle das subcontratadas e movimentação da produção sob a égide do *Just in Time*. Juntamente com as inovações gerenciais, a *classe-que-vive-do-trabalho*³¹ (ANTUNES, 2009) hoje modifica-se e torna-se mais complexa. Há a redução do trabalho fabril estável e a ascensão de um novo proletariado fabril e dos serviços, cuja característica principal é a precarização (ANTUNES, 2009, ANTUNES e ALVES, 2004). No ramo do vestuário, os trabalhadores das atividades sofisticadas de propaganda, *marketing*, logística tornam-se elementos chaves para as empresas. Igualmente, o costureiro ainda continua sendo fundamental porque é ele que produz o bem diretamente (a mercadoria). No entanto, na análise do circuito espacial de produção verifica-se a

³¹ Para Antunes (2009) a *classe-que-vive-do-trabalho* compõe-se pela totalidade dos assalariados que vivem da venda de sua força de trabalho. Estão incorporados nessa classe os trabalhadores produtivos, que contribuem diretamente na geração de valor, trabalhadores dos serviços e aqueles considerados improdutivos porque não geram valor.

existência de um comando (circuito superior) no circuito da valorização. A metrópole é o lugar a coexistência e da reunião de trabalhadores de ambos os polos, dada sua complexa divisão social e territorial do trabalho.

2.3. DINÂMICA DO CIRCUITO ESPACIAL DE PRODUÇÃO DO VESTUÁRIO NO TERRITÓRIO BRASILEIRO

Houve grandes transformações na organização do circuito espacial de produção de vestuário no mundo. Em grande medida, cada país do Centro do sistema capitalista elegeu um lugar de atuação, enviando a este a fase da costura, mais onerosa pelo uso intensivo de mão de obra.

Nos Estados Unidos, por exemplo, as empresas de varejo do vestuário enviam a produção (fase da costura) para a América Central, principalmente para as maquiladoras no México e para países asiáticos. Os europeus também utilizaram essa mesma estratégia, deixando a costura para os países do Leste, bem como o Japão passou a subcontratar na China, Taiwan, Índia, entre outros países, cujos fatores de localização – sistemas técnicos de circulação, comunicação e custo da mão de obra – passaram a compensar o deslocamento das atividades da costura.

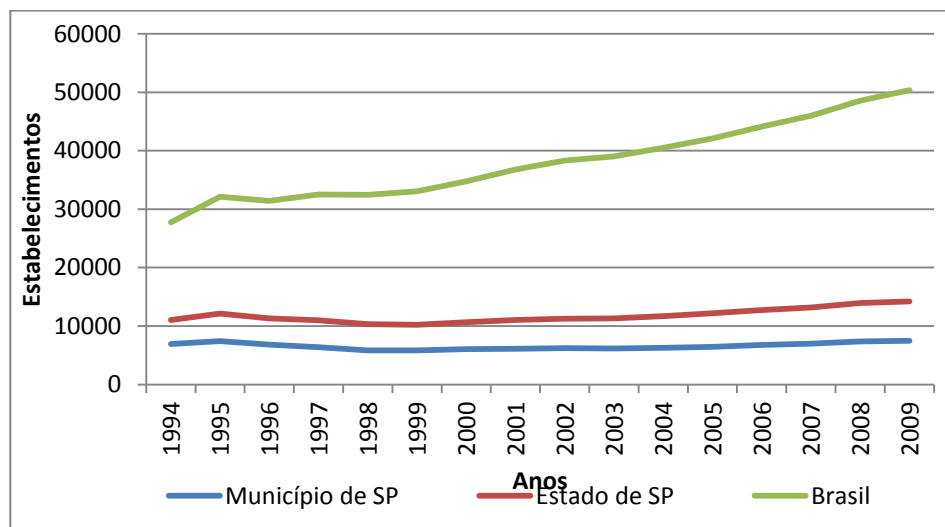
Entretanto, as empresas continuam comandando o circuito a partir das metrópoles dos países centrais. Esse movimento revela que há um aprofundamento da divisão técnica do trabalho, juntamente com aumento da especialização territorial do trabalho em determinadas etapas da produção. O comando do lucro concentra-se nos agentes do comércio, por isso em período recente houve um crescimento significativo das empresas de varejo do vestuário no Brasil e há uma tendência à formação de conglomerados das grandes marcas.

Com relação à atividade de produção no território brasileiro verificamos um redesenho regional do número de estabelecimentos e pessoal ocupado, no entanto, alguns lugares concentram fortemente a produção, como a metrópole de São Paulo.

O Gráfico 2.2 indica o crescimento do número de estabelecimentos dedicados à produção de artigos de vestuário e acessórios entre 1994 e 2009 no Brasil. No entanto, no estado de São Paulo e na cidade de São Paulo essa constatação não se aplica, conforme análise dos dados na Tabela 2.9. Observamos que o município de São Paulo tinha em 1994, 6.957 estabelecimentos dedicados à produção de vestuário, tendo reduzido em 1997 e 1998 e retomado o crescimento, sobretudo após 2004. Em 2009, são 7.476 estabelecimentos, portanto, muito próximo aos patamares de 1994. Em termos relativos, o município de São Paulo passa de 25% a 15 % em número de estabelecimentos em relação ao restante do país.

Comparando o município de São Paulo com o estado, verificamos o crescimento em valores absolutos foram maiores no estado.

GRÁFICO 2.2: ESTABELECIMENTOS DA ATIVIDADE DE CONFECÇÃO E ACESSÓRIOS (1994-2009)



Fonte: Dados Rais-Caged; Elaboração Silvana Cristina da Silva, 2011.

TABELA 2.9: ESTABELECIMENTOS DA ATIVIDADE DE CONFECÇÃO E ACESSÓRIOS (1994-2009)

Anos	Município de SP	%	Estado de SP	%	Brasil
1994	6957	25	11059	40	27761
1995	7437	23	12156	38	32111
1996	6842	22	11294	36	31436
1997	6408	20	10996	34	32485
1998	5843	18	10346	32	32444
1999	5821	18	10227	31	33061
2000	6037	17	10634	31	34745
2001	6136	17	11038	30	36797
2002	6220	16	11274	29	38318
2003	6175	16	11308	29	39041
2004	6261	15	11669	29	40485
2005	6447	15	12182	29	42066
2006	6753	15	12738	29	44142
2007	6966	15	13193	29	45979
2008	7356	15	13959	29	48577
2009	7476	15	14220	28	50368

Fonte: Dados Rais-Caged; Elaboração Silvana Cristina da Silva, 2011.

A reorganização da localização dos estabelecimentos de produção de vestuário e acessórios fica mais clara quando examinamos a evolução dos dados para os estados. A Tabela 2.10 aponta os estados que mais aumentaram o número de estabelecimentos desta atividade entre 1994 e 2009: Santa Catarina, Minas Gerais, Goiás e Ceará, Pernambuco, Bahia e Espírito Santo, como observamos nos Mapas 2.2 e 2.3.

Pelos Mapas 2.4 e 2.5, observamos que no Nordeste, apesar da expansão das atividades da indústria do vestuário promovida principalmente sob bases de incentivos fiscais, alguns municípios destacam-se na produção como: Teresina/PI, Natal/RN, Santo André/PB, Recife/PE, Santa Cruz do Capibaribe/PE, com destaques para Caruaru/PE, Fortaleza/CE, Toritama/PE, Salvador /BA e Feira de Santana /BA.

Na região Centro-Oeste, os municípios que se destacam no abrigo dos estabelecimentos de produção de confecção e acessórios são: Jaraguá/GO, Brasília/DF, Goiânia/GO e Aparecida de Goiânia/GO.

A região Sul, especialmente no Paraná: as cidades de Cianorte, Maringá, Apucarana, Londrina e Curitiba abrigam significativamente estabelecimentos produtores de vestuário. No estado de Santa Catarina: Joinville, Blumenau, Brusque, Jaraguá do Sul, Indaial, Gaspar, Ibirama, Tubarão, Criciúma, Rio do Sul, Araranguá e Sombrio destacam-se. No Rio Grande do Sul: Caxias do Sul, Porto Alegre e Guaporé destacam-se como produtores, porém não chegam a formar áreas de especialização.

Na Região Sudeste, temos alguns municípios que se destacam na produção em Minas Gerais: Uberlândia, Formiga, Juruáia, Juiz de Fora, Descoberto, Ubá, São João Nepomuceno, Muriaé, destaque para Divinópolis, Contagem e Belo Horizonte. No Rio de Janeiro sobressaem os municípios de Petrópolis, Nova Friburgo, São Gonçalo e a capital do estado.

Na comparação entre os Mapas 2.6 com dados de 1994 e o Mapa 2.7 de 2009, verificamos de fato a dispersão dos estabelecimentos para quase todo o estado de São Paulo, porém houve modificações em alguns casos, por exemplo, Franca e Birigui não apareciam em 1994 em destaque, já em 2009 concentram muitos estabelecimentos; ao contrário de Ibitinga que apresenta uma redução do número de estabelecimentos de confecção. No estado de São Paulo alguns municípios concentram os estabelecimentos: Birigui, São José do Rio Preto, Ribeirão Preto, Campinas, Santa Bárbara D'Oeste, Americana, Indaiatuba, Cerquilha, Sorocaba, Guarulhos,

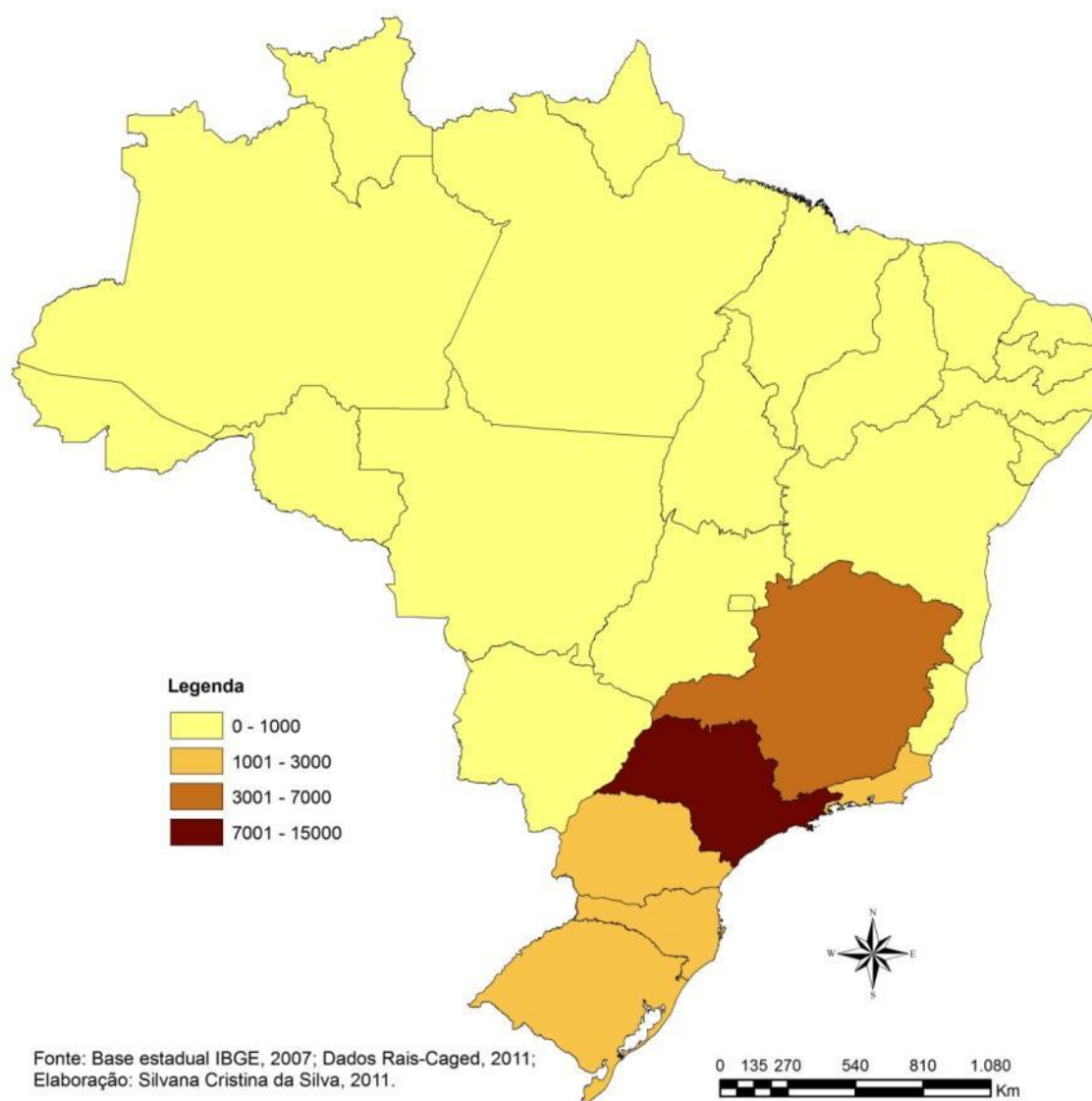
Santo André e o município de São Paulo, que é sem dúvida a maior área de especialização produtiva no ramo do vestuário de destaque nacional.

TABELA 2.10: ESTABELECIMENTOS DA ATIVIDADE DE CONFECÇÕES POR ESTADOS (1994-2009)

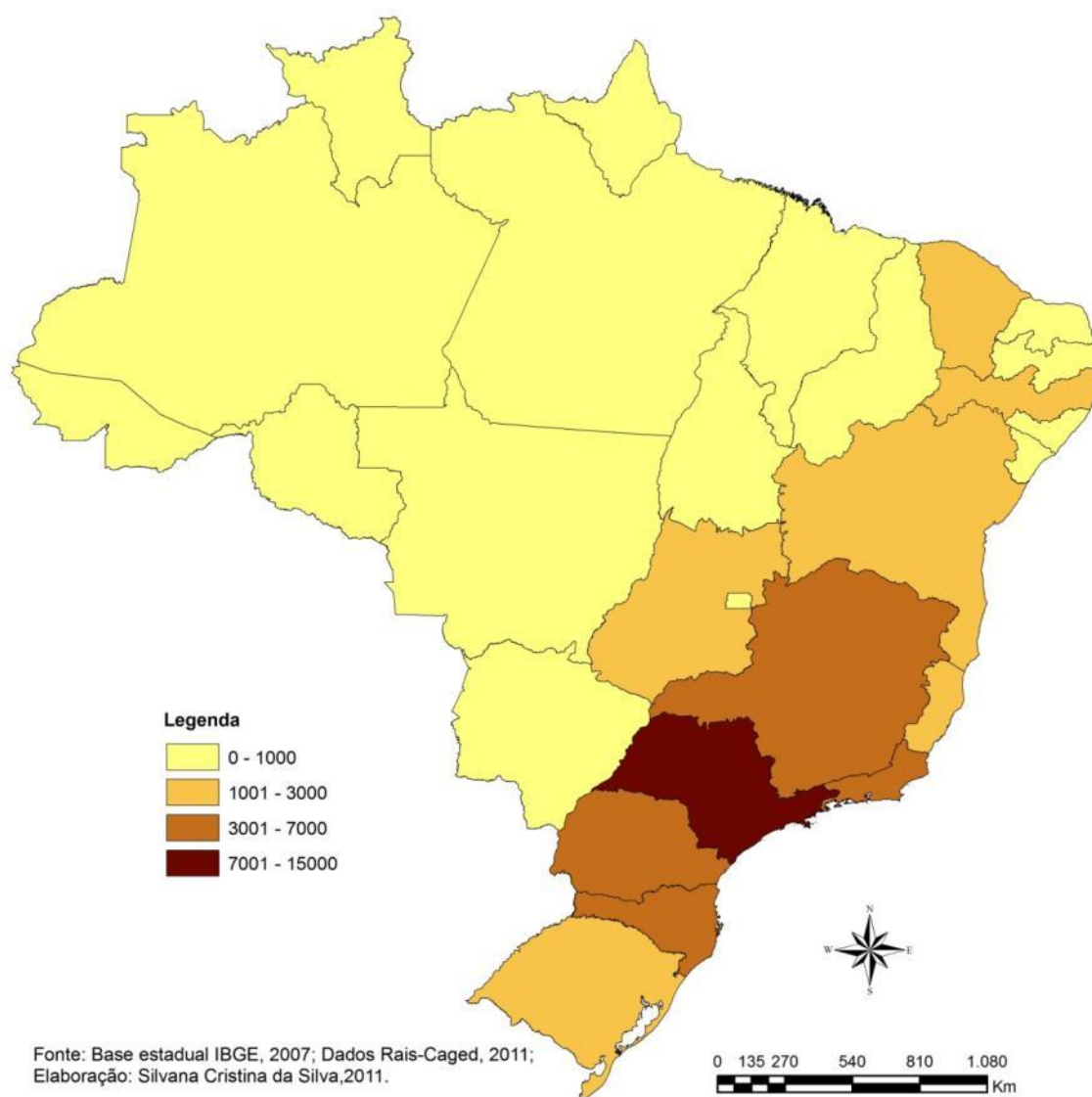
UF	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009
SP	11059	12156	11294	10996	10346	10227	10634	11038	11274	11308	11669	12182	12738	13193	13959	14220
SC	2479	2939	2852	3174	3299	3602	4064	4505	4802	4930	5038	5328	5604	6015	6415	6716
MG	3540	4631	4591	4720	4760	4803	4875	5124	5275	5351	5425	5611	5717	5861	6147	6280
PR	1680	1949	1905	2203	2368	2500	2678	3029	3222	3380	3666	3805	4025	4210	4493	4697
RJ	2901	3171	3118	2992	2912	2877	2783	2822	2887	2854	2863	2903	3058	3160	3386	3601
GO	936	1115	1189	1344	1446	1531	1815	2049	2167	2225	2362	2465	2514	2564	2689	2833
CE	986	1213	1264	1385	1408	1458	1606	1675	1830	1943	2029	2115	2211	2404	2641	2767
RS	1771	1978	1908	1964	2056	2040	2151	2248	2267	2222	2315	2352	2440	2501	2596	2696
PE	407	510	550	584	655	734	771	844	937	1025	1139	1306	1505	1637	1697	1785
BA	420	513	594	672	727	753	792	827	844	870	936	955	1015	1074	1076	1111
ES	642	767	889	988	991	1020	969	958	959	993	1011	1023	1032	1081	1061	1108
RN	94	120	145	181	200	223	277	284	316	327	337	337	347	318	355	373
PI	79	110	130	152	148	179	199	209	234	247	260	254	268	278	308	327
PB	60	217	244	257	263	266	258	253	265	242	246	228	257	256	258	262
MS	95	118	106	102	105	101	122	140	149	168	172	171	194	205	221	253
DF	145	164	162	167	163	156	139	153	178	186	187	187	244	214	227	234
MT	74	90	101	118	113	112	106	126	130	144	166	171	170	193	205	215
PA	61	82	84	95	84	85	95	90	107	113	127	122	137	134	153	178
SE	67	72	71	78	80	94	79	87	95	108	110	119	135	143	136	151
MA	45	54	56	72	74	66	65	83	98	108	121	115	124	146	144	139
RO	28	28	41	67	69	77	63	71	80	85	98	96	144	109	122	126
AL	36	47	61	72	80	69	84	67	77	86	81	85	102	105	106	105
TO	13	19	27	40	33	37	56	50	51	51	46	54	62	77	72	72
AM	22	27	22	32	30	30	43	37	49	50	52	51	59	61	64	70
AP	0	0	6	6	7	5	8	8	7	9	11	14	17	16	19	19
AC	3	3	10	12	12	8	8	10	10	9	10	8	12	13	16	16
RR	5	8	9	10	11	8	5	10	8	7	8	9	11	11	11	14
Total	27761	32111	31436	32485	32.44	33061	34745	36797	38318	39041	40485	42066	44142	45979	48577	50368

Fonte: Dados Rais-Caged; Elaboração Silvana Cristina da Silva, 2011.

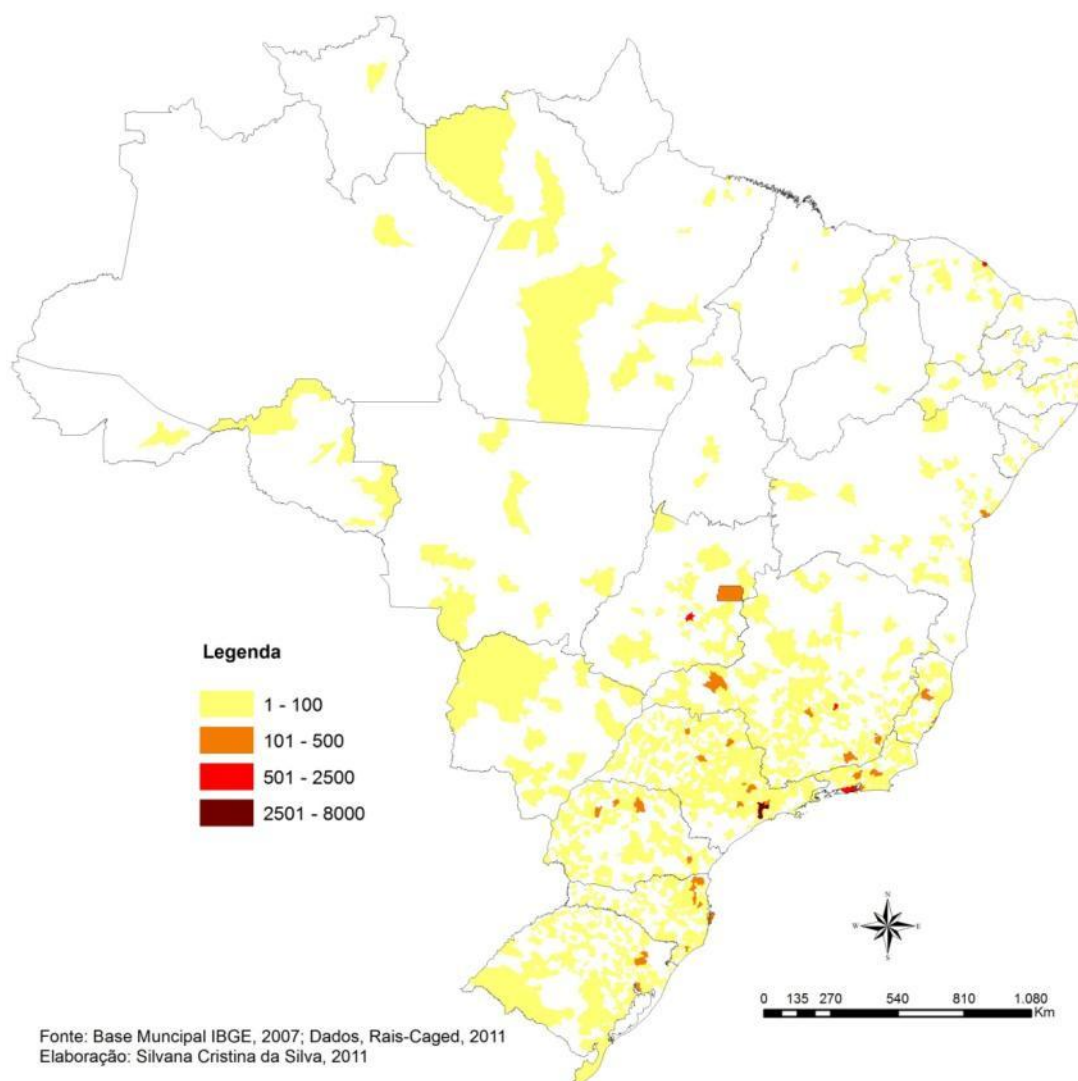
MAPA 2.2: ESTABELECIMENTOS DE PRODUÇÃO DE CONFECÇÕES E ACESSÓRIOS - 1994



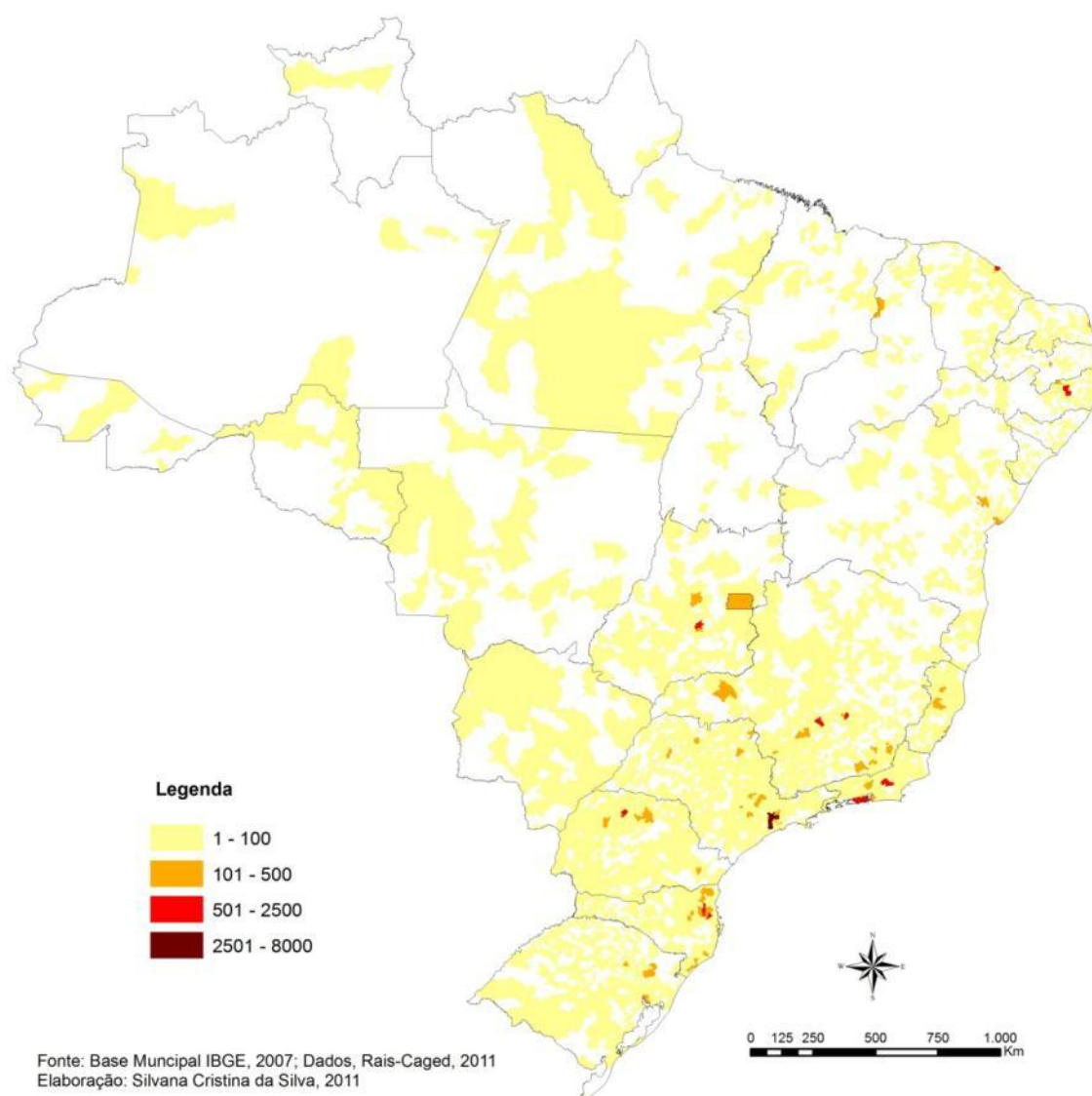
MAPA 2.3: ESTABELECIMENTOS DE PRODUÇÃO DE CONFEÇÕES E ACESSÓRIOS - 2009



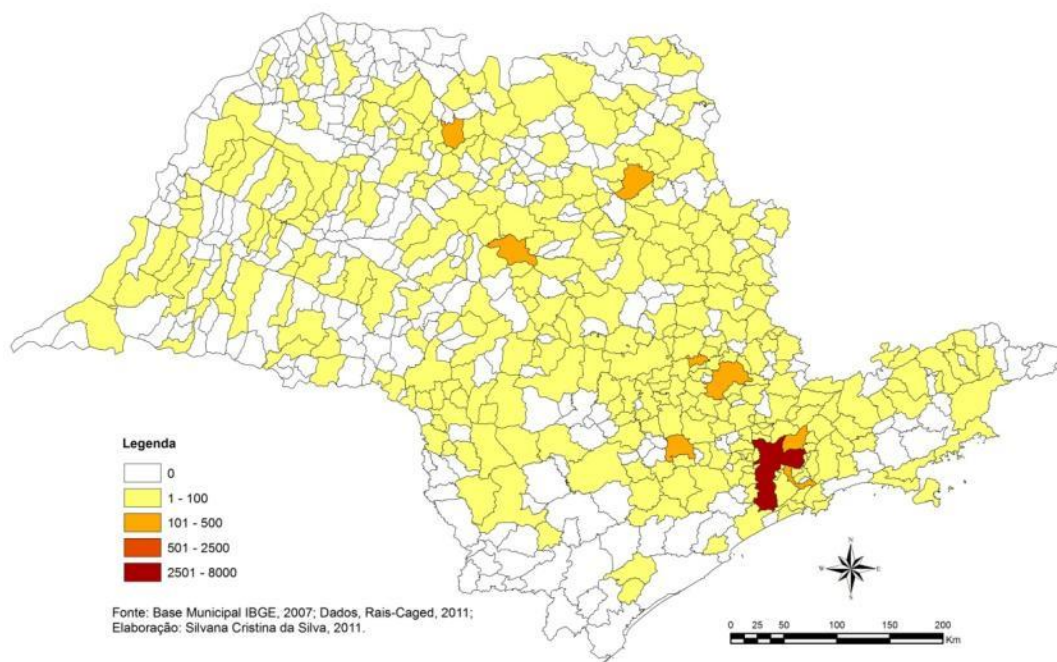
MAPA 2.4: ESTABELECIMENTOS DE PRODUÇÃO DE CONFECÇÕES E ACESSÓRIOS - 1994



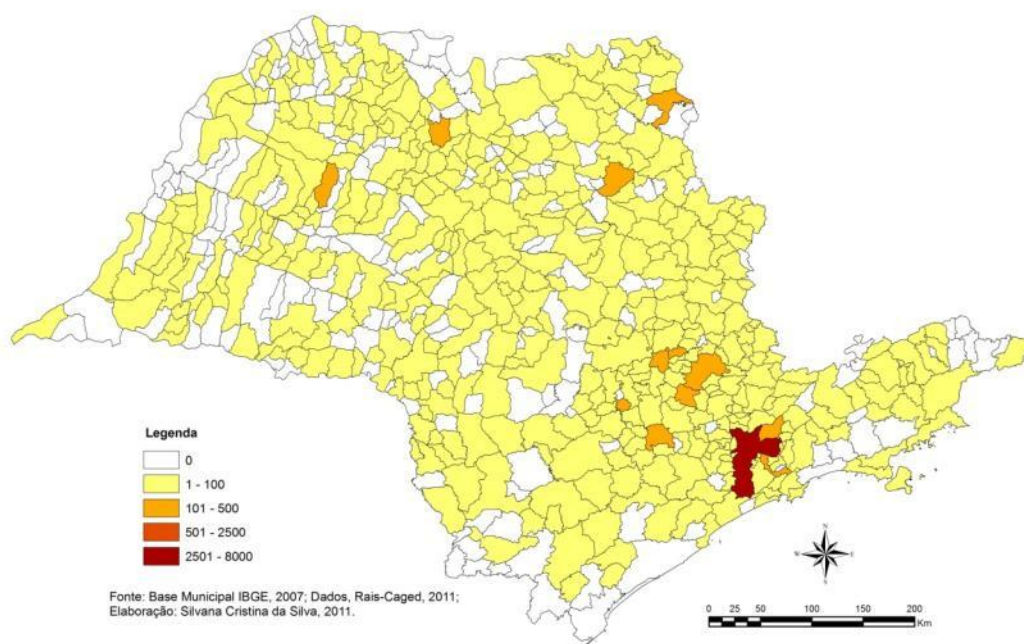
MAPA 2.5: ESTABELECIMENTOS DE PRODUÇÃO DE CONFECÇÕES E ACESSÓRIOS - 2009



MAPA 2.6: ESTABELECIMENTOS DE PRODUÇÃO DE CONFECÇÕES E ACESSÓRIOS - 1994



MAPA 2.7: ESTABELECIMENTOS DE PRODUÇÃO DE CONFECÇÕES E ACESSÓRIOS - 2009



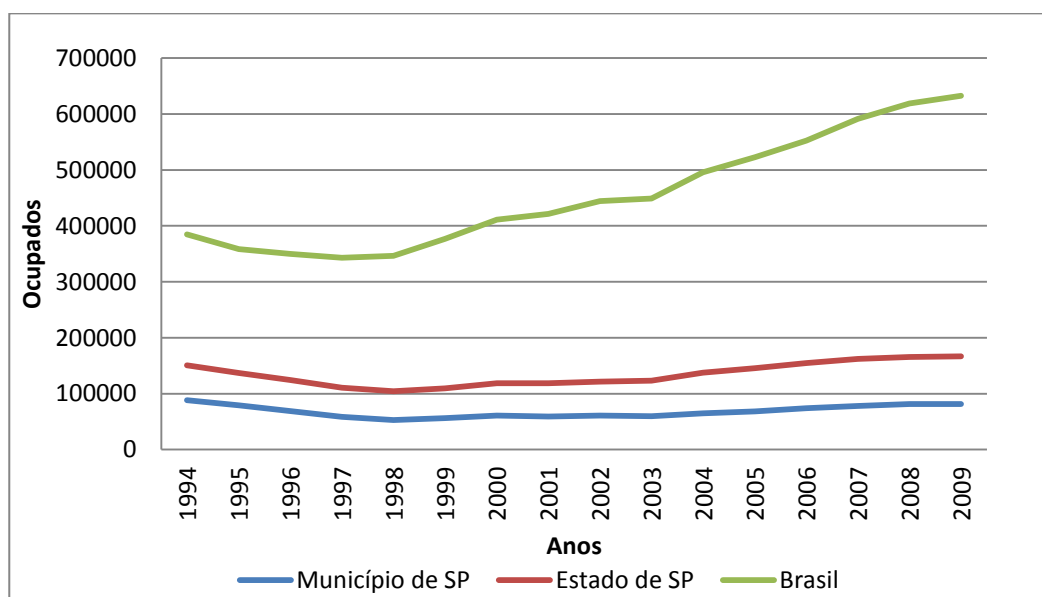
O Gráfico 2.3 indica o aumento dos ocupados no ramo do vestuário no Brasil. Enquanto o estado de São Paulo aumentou discretamente os ocupados, o município de São Paulo reduziu entre 1994 e 2009. O município de São Paulo nunca recuperou os níveis de mão de obra ocupada no ramo de confecção aos patamares de 1994. Ao passo que no Brasil houve forte crescimento, de 384.952 trabalhadores em 1994 passou a 632.350 em 2009 (Tabela 2.11). São Paulo representava 22,9% dos ocupados em 1994 e em 2009, 12,9%, mesmo o estado passa de 39,2% para 26,3%.

Os dados da Tabela 2.12 indicam que as unidades federativas que mais ampliaram o número de trabalhadores no ramo foram: Santa Catarina, Minas Gerais, Paraná, Ceará, Goiás, Rio Grande do Norte, Pernambuco, Bahia e Espírito Santo. Os Mapas 2.8 e 2.9 expressam essa movimentação do ramo do vestuário.

Uma análise acurada das informações indica que os ocupados nas atividades de vestuário, bem como os estabelecimentos, dispersaram-se pelo território, sobretudo pelos estados do Sul e Nordeste. No entanto, acabaram concentradas em lugares específicos como verificamos pela Tabela 2.13, em que cerca de 50% dos ocupados concentram-se em 37 municípios brasileiros. Os Mapas 2.10 e 2.11 localizam esses municípios e novamente sobressaem algumas áreas de especialização como São Paulo/SP, Fortaleza/CE, Rio de Janeiro/RJ, Natal/RN, Blumenau/SC e Goiânia/GO, entre outras.

No estado de São Paulo a cartografia dos ocupados (Mapas 2.12 e 2.13) indica mudanças entre 1994 e 2009, sobretudo pela consolidação nas cidades de Campinas, Americana, Santa Bárbara d'Oeste, Indaiatuba, Jundiaí e Limeira de ocupados no ramo. Outras cidades do estado vêm se destacando também como: Sorocaba, São José do Rio Preto, Taguaí, Itapetininga, Avaré, Cerquilha, Bauru, Auriflama, Ribeirão Preto, além das cidades da RMSP como Guarulhos, Osasco e São Bernardo do Campo.

GRÁFICO 2.3: OCUPADOS NA PRODUÇÃO DE CONFECÇÃO E ACESSÓRIOS (1994-2009)



Fonte: Dados Rais-Caged; Elaboração Silvana Cristina da Silva, 2011.

TABELA 2.11: OCUPADOS NA PRODUÇÃO DE CONFECÇÃO E ACESSÓRIOS (1994-2009)

Anos	Município de SP	%	Estado de SP	%	Brasil
1994	88319	22,9	150768	39,2	384952
1995	79382	22,2	136937	38,2	358286
1996	68925	19,7	124105	35,5	349530
1997	58461	17,0	110542	32,2	343097
1998	52850	15,3	104098	30,0	346499
1999	56176	14,9	109253	29,0	376803
2000	60854	14,8	118615	28,8	411272
2001	59300	14,1	118608	28,2	421138
2002	60912	13,7	121662	27,4	444365
2003	59910	13,4	123125	27,5	448524
2004	65006	13,1	137719	27,8	495727
2005	68232	13,1	145400	27,8	522717
2006	73938	13,4	154911	28,0	552430
2007	78144	13,2	161903	27,4	591226
2008	81252	13,1	165714	26,8	618595
2009	81454	12,9	166620	26,3	632350

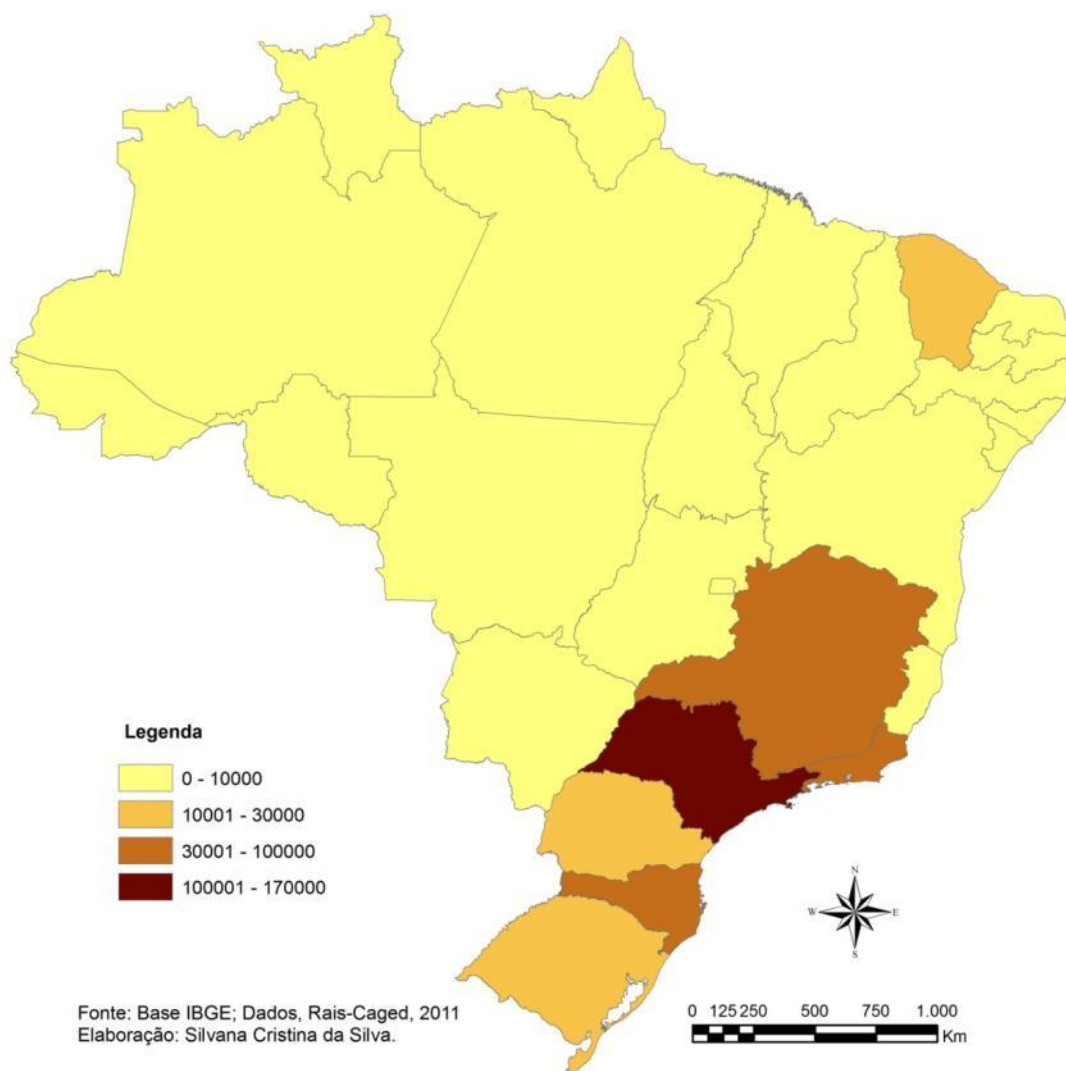
Fonte: Dados Rais-Caged; Elaboração Silvana Cristina da Silva, 2011.

TABELA 2.12: OCUPADOS NA PRODUÇÃO DE CONFECÇÃO E ACESSÓRIOS (1994-2009)

UF	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009
SP	150.768	136.937	124.105	110.542	104.098	109.253	118.615	118.608	121.662	123.125	137.719	145.400	154.911	161.903	165.714	166.620
SC	52.357	47.856	43.733	43.888	45.443	50.905	56.384	60.156	63.744	65.388	71.315	76.096	81.255	86.567	89.524	95.257
MG	36.338	37.733	37.762	40.359	42.537	46.751	49.706	50.469	54.128	54.567	61.509	66.243	67.197	69.595	71.927	71.449
PR	20.897	18.661	21.751	24.611	26.189	30.098	34.636	37.838	43.944	46.362	53.961	56.003	59.325	65.435	70.333	70.126
RJ	47.431	45.057	42.186	40.398	39.714	42.178	41.493	40.039	40.433	38.154	39.509	41.445	45.175	46.883	49.068	51.863
CE	21.340	19.402	19.245	20.832	22.981	26.925	31.174	30.677	29.814	31.239	34.457	35.978	37.220	41.835	46.190	48.380
GO	7.874	8.274	9.247	10.697	12.159	13.461	16.012	16.723	17.752	17.937	19.807	20.133	20.564	20.817	20.385	20.750
RN	4.923	3.139	3.685	3.406	3.632	4.236	5.095	8.291	12.470	10.249	10.126	10.751	11.367	15.804	20.276	20.133
RS	15.214	12.611	11.692	12.130	12.337	12.715	14.045	14.067	13.815	14.546	15.993	16.391	17.698	18.883	19.808	19.768
PE	4.891	5.091	9.631	8.740	9.419	9.870	10.568	10.127	10.711	10.628	11.877	13.046	13.963	16.028	16.582	17.599
ES	8.335	8.159	9.942	9.908	10.415	11.445	12.388	12.451	13.151	13.439	14.935	15.158	15.273	15.286	14.786	14.850
BA	4.597	5.192	5.336	5.843	5.970	6.647	7.219	7.347	7.380	7.153	7.814	8.334	9.424	11.365	11.327	11.577
MS	514	516	493	621	577	589	1.119	1.506	1.830	2.174	2.436	2.845	3.457	4.159	4.524	5.391
PI	3.664	3.553	4.107	3.773	3.281	3.293	3.934	3.855	4.015	3.833	3.351	3.222	3.318	3.573	3.937	4.214
PB	1.797	2.759	2.417	2.716	2.913	3.225	3.527	3.213	3.123	2.793	2.943	3.050	3.178	3.117	3.481	3.827
SE	1.303	442	924	913	1.265	1.624	1.570	1.562	1.645	1.953	2.230	2.178	2.248	2.257	2.420	2.465
MT	421	433	817	720	584	542	579	718	796	904	1.117	1.185	1.030	1.463	1.538	1.369
PA	515	613	609	677	667	694	688	670	806	757	857	935	886	942	990	1.225
DF	752	784	676	789	715	697	569	686	735	784	798	760	1.194	987	1.172	1.188
AM	228	325	205	277	274	371	513	537	626	635	757	1.175	1.041	1.043	1.173	1.125
RO	175	125	188	340	364	401	440	474	527	577	654	685	779	763	883	939
MA	319	242	290	375	367	312	319	402	469	497	741	819	877	1.017	1.116	787
AL	230	282	317	365	366	345	373	380	395	462	383	399	466	857	699	709
TO	39	54	92	94	126	138	201	235	283	250	286	329	367	473	465	478
AC	21	16	35	47	49	39	38	45	54	48	65	63	128	93	156	126
AP	0	0	18	10	32	28	47	39	40	51	61	75	66	60	91	94
RR	9	11	27	26	25	21	20	23	17	19	26	19	23	21	30	41

Fonte: Dados Rais-Caged; Elaboração Silvana Cristina da Silva, 2011.

MAPA 2.8: PESSOAL OCUPADO NA PRODUÇÃO DE CONFECÇÃO E ACESSÓRIOS - 1994



MAPA 2.9: PESSOAL OCUPADO NA PRODUÇÃO DE CONFECÇÃO E ACESSÓRIOS - 2009

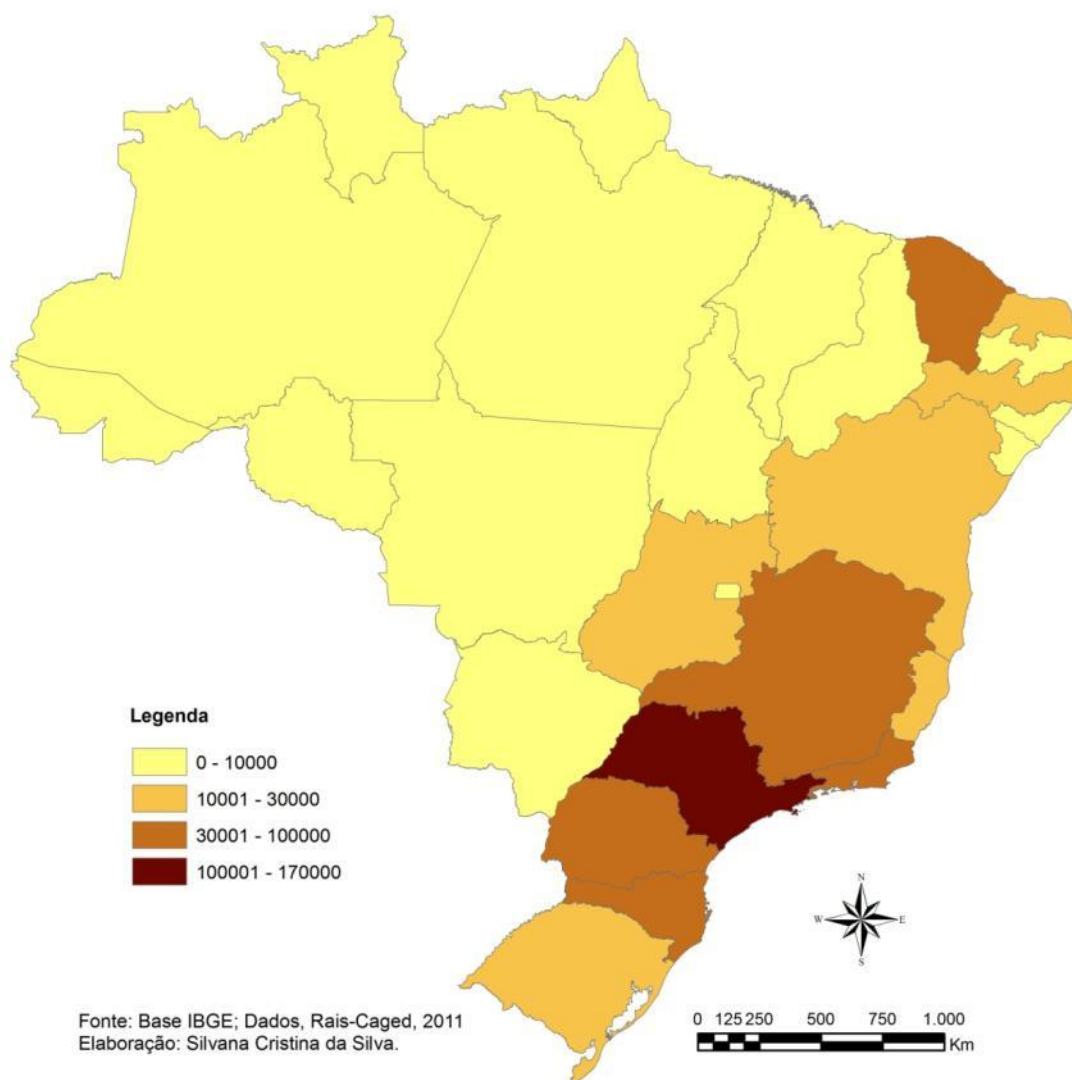
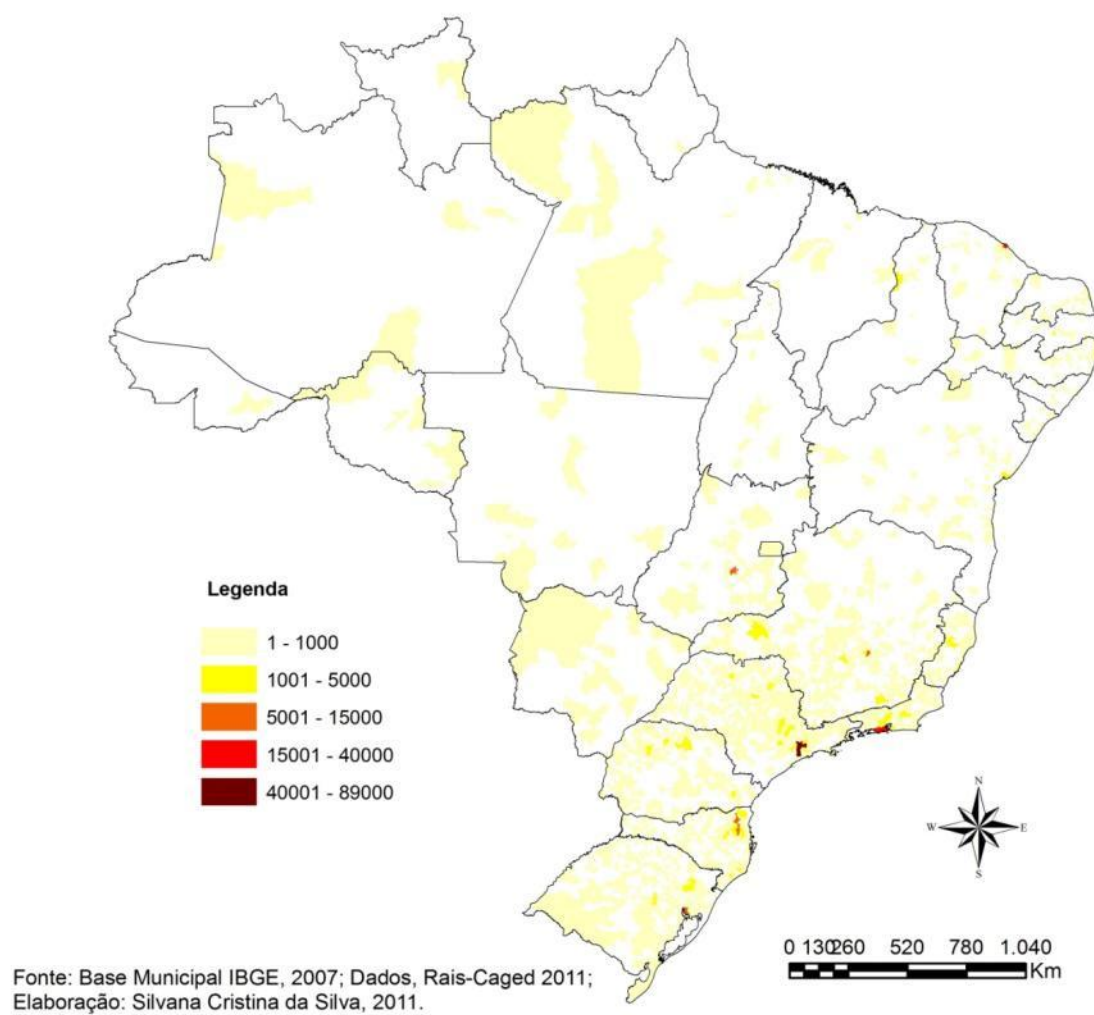


TABELA 2.13: OCUPADOS NA ATIVIDADE DE CONFEÇÃO E ACESSÓRIOS POR MUNICÍPIOS - 2009

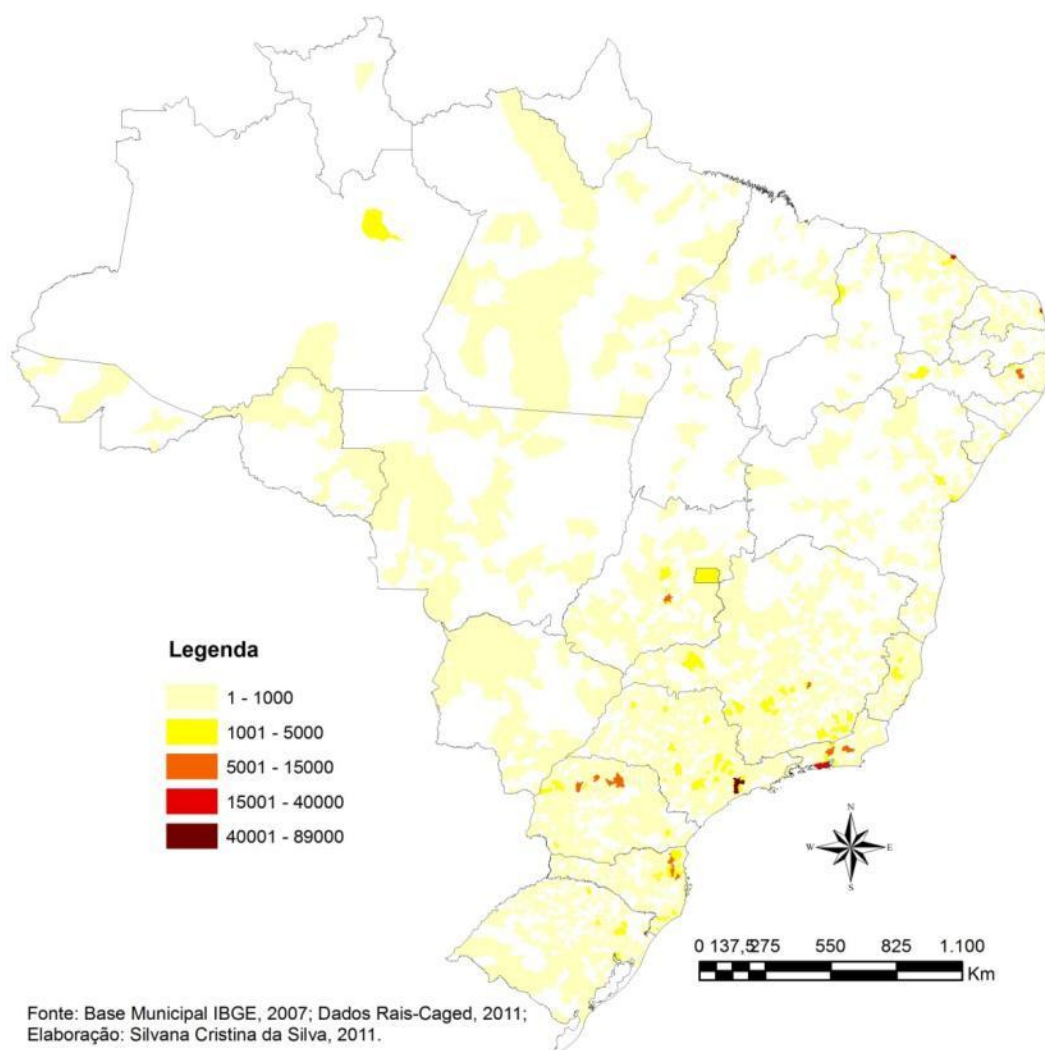
	Municípios	Ocupados	%
1	São Paulo	81454	12,88
2	Fortaleza	35647	5,64
3	Rio de Janeiro	20246	3,20
4	Natal	15894	2,51
5	Blumenau	11384	1,80
6	Goiânia	10768	1,70
7	Jaraguá do Sul	10593	1,68
8	Nova Friburgo	9999	1,58
9	Apucarana	7833	1,24
10	Belo Horizonte	7416	1,17
11	Caruaru	5949	0,94
12	Londrina	5822	0,92
13	Maringá	5797	0,92
14	Brusque	5722	0,90
15	Cianorte	5113	0,81
16	Petrópolis	5035	0,80
17	Salvador	4900	0,77
18	Divinópolis	4835	0,76
19	Colatina	4701	0,74
20	Criciúma	4126	0,65
21	Juiz de Fora	3998	0,63
22	Gaspar	3940	0,62
23	Indaial	3931	0,62
24	Joinville	3615	0,57
25	Muriae	3574	0,57
26	Teresina	3505	0,55
27	Santa Cruz do Capibaribe	3239	0,51
28	Vila Velha	3045	0,48
29	Recife	2956	0,47
30	Pomerode	2933	0,46
31	Americana	2789	0,44
32	Maracanaú	2767	0,44
33	São Gabriel da Palha	2734	0,43
34	Pacatuba	2646	0,42
35	Guaramirim	2522	0,40
36	Guarulhos	2511	0,40
37	Timbó	2479	0,39
	Total	316418	50,00

Fonte: Dados Rais-Caged; Elaboração Silvana Cristina da Silva, 2011.

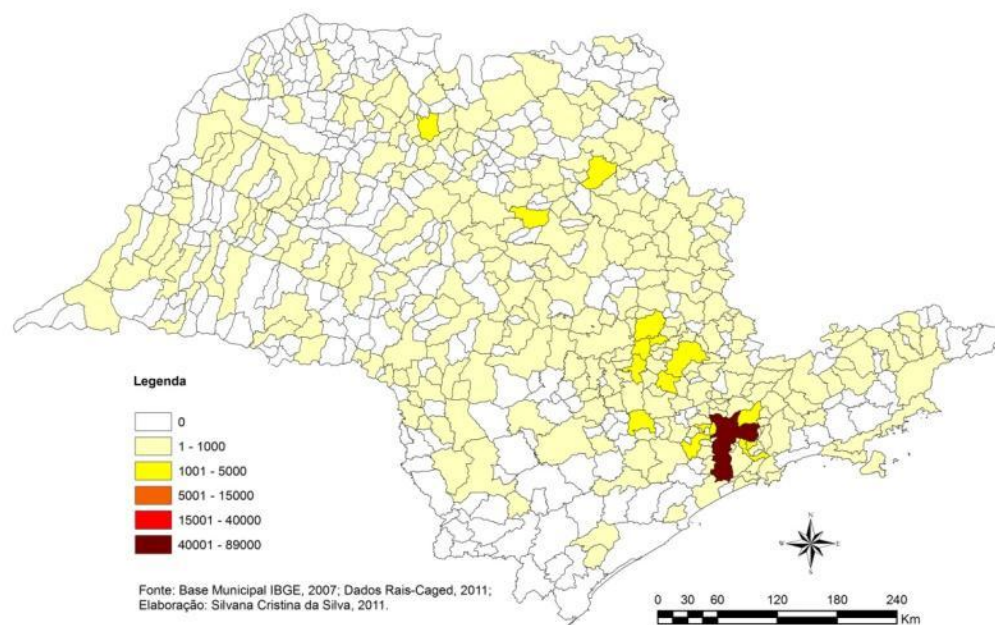
MAPA 2.10: PESSOAL OCUPADO NA PRODUÇÃO DE CONFECÇÃO E ACESSÓRIOS - 1994



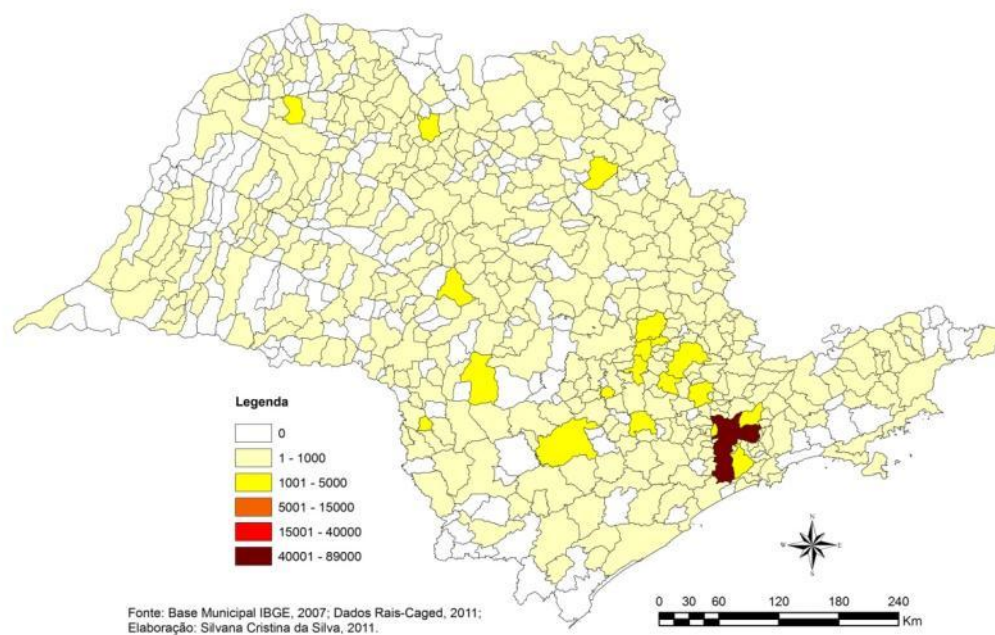
MAPA 2.11: PESSOAL OCUPADO NA PRODUÇÃO DE CONFECÇÃO E ACESSÓRIOS - 2009



MAPA 2.12: PESSOAL OCUPADO NA PRODUÇÃO DE CONFECÇÃO E ACESSÓRIOS - 1994



MAPA 2.13: PESSOAL OCUPADO NA PRODUÇÃO DE CONFECÇÃO E ACESSÓRIOS - 2009



O debate sobre a desconcentração industrial regional brasileira é complexo e apresenta muitas dimensões, no entanto, ele não pode se restringir aos números da desconcentração. Como vimos, pelo número de estabelecimentos e pessoal ocupado na produção de confecção e acessórios houve uma redução da participação relativa do município de São Paulo, mas os dados mostram também que São Paulo continua sendo lugar de intensa concentração das atividades do vestuário.

Lencioni (1991)³² mostra que o processo de desconcentração industrial de São Paulo não pode ser confundido com descentralização do capital. Segundo a autora, apesar da reestruturação urbano-industrial de São Paulo, houve ao mesmo tempo um processo de centralização do capital, um fenômeno que muitas vezes não tem uma correspondência espacial tão visível, pois esse se dá no âmbito das fusões, aquisições, absorções, uso da subcontratação e formação de conglomerados. As sedes destas empresas em geral situam-se nas metrópoles mundiais, no caso brasileiro a cidade de São Paulo segue sendo sede das ordens dos sistemas produtivos, ainda que haja desconcentração das unidades produtivas.

O perfil dos estabelecimentos de produção do vestuário compõe-se por 77% por empresas consideradas micro e pequenas empresas, 22% médias e 3 % grandes (SINDIVEST, 2009). Apesar do predomínio das pequenas empresas no setor de confecções elas têm grande dificuldade de tornarem-se fornecedoras para as grandes redes de varejo em função do controle de qualidade, quantidades e prazos a serem cumpridos, daí o uso de oficinas subcontratadas para auxiliar os fornecedores “oficiais” das grandes empresas. A Riachuelo, por exemplo, contrata fornecedores que produzem, pelo menos, 20 mil peças ao mês, logo uma simples oficina de produção reduzida não consegue ser fornecedora desta varejista. Entretanto, a Riachuelo, apesar de suas regras de fornecimento, consegue acessar essa pequena oficina via oficinas entrepostas.

A moda vem tornando-se assunto para grandes investidores, segundo reportagem da Revista Época (18/02/2008), o Brasil passa por processo semelhante ao ocorrido na Europa na década de 1980, em que as grandes marcas da alta costura como a Gucci, Armani e a Louis Vuitton passaram a ser compradas e controladas por grandes corporações, em geral, conglomerados financeiros. Essas *grifes* foram compradas por corporações como a francesa

³² Lencioni (1991) pauta suas análises na indústria têxtil, que apresenta semelhanças com a dinâmica da atividade de produção de vestuário. Grande parte dessas explicações pode ser extrapolada para uma análise geral da indústria, como a questão de desconcentração e centralização do capital, mas novamente ressaltamos que cada ramo possui suas próprias especificidades.

LVMH, cujo valor de mercado era próximo de US\$ 54 bilhões em 2008. O grupo é dono de mais de 50 marcas de luxo, entre elas Dior e Fendi. Seu principal rival no mundo é o grupo PPR, também francês, que cuida de marcas como Gucci e Balenciaga. No Brasil, foi criada a *holding* Inbrands em 2008, com 50% do UBS Pactual (banco suíço-brasileiro), 42,5% de Alvarenga (sócio fundador da Ellus) e 7,5% (de Breia, sócio da Ellus). Para criar a *holding*, o banco entrou com uma quantia estimada em R\$ 100 milhões, enquanto Alvarenga e o sócio aportaram o patrimônio da empresa, que fatura R\$ 200 milhões por ano (REVISTA ÉPOCA, 2008). Esse processo reitera as mudanças de estratégias dos investimentos dos grupos industriais apontadas por Arroyo (2006), ou seja, as empresas industriais vêm colocando seus ativos em aplicações financeiras, corroborando com o movimento de *financeirização da riqueza* (BRAGA, 1993), sendo o maior problema o caráter rentista desse movimento. Mesmo em uma atividade industrial tradicional como a do vestuário tais processos se implantaram.

Lencioni (1991) afirma que a nova configuração do espaço paulista manifesta uma forma de metrópole ampliada e expandida, conformando a “macro-metrópole” paulista, pois a desconcentração ocorreu no raio de 150 km da capital, seguindo os grandes eixos de transporte rodoviário, via Anhanguera, Dutra, Anchieta, Bandeirantes, Washington Luis, etc. A base da dispersão dos estabelecimentos industriais é o processo de valorização do capital que busca superar condições como o preço da terra, organização sindical dos trabalhadores, restrições ambientais e ao mesmo tempo, necessita das condições de concentração urbanas, daí a necessidade de expandir em torno dos meios transportes, buscando a urbanização já existente. O objetivo da mobilidade do capital é o aumento dos lucros a partir de um custo menor de produção.

As políticas federais, estaduais e municipais de incentivos fiscais e isenções de impostos contribuíram com a desconcentração dos estabelecimentos industriais. Acrescentamos que ganha intensidade as políticas de doações de terrenos e construção de infraestruturas como possibilidades de atração de empresas para o interior de São Paulo e mesmo no Brasil como um todo, aprofundando a *guerra dos lugares* (SANTOS, 2002).

Mesmo assim as áreas de especialização produtiva na metrópole de São Paulo, formadas historicamente, ganham força na década de 1990, apresentando especificidades: a primeira delas é que há a presença de empresas intermediárias, que têm quase todo o seu circuito presente nos bairros centrais da cidade. Além disso, essas empresas agregaram a possibilidade do período ao

usar a mão de obra imigrante. É fato que a permanência atual da especialização no circuito espacial de confecções do Brás e Bom Retiro têm como fundamento o uso dos imigrantes bolivianos na etapa da produção e o aumento do consumo, pautado nas lógicas do circuito superior em criar demandas. Corroboraram com essa concentração do circuito espacial de confecção nestes bairros, a divisão territorial do trabalho herdada. Esta condicionou o conteúdo econômico, político e social atual do Brás e Bom Retiro.

CAPÍTULO 03 - O CIRCUITO SUPERIOR: AS GRANDES REDES DE VAREJO DE CONFECÇÕES E OS ATACADISTAS DO BRÁS E BOM RETIRO



A Metrópole, 1958
Tarsila do Amaral

3.1. A DIFUSÃO DA SUBCONTRATAÇÃO: O ENCONTRO ENTRE A MUNDIALIZAÇÃO DO CAPITAL E A *FLEXIBILIDADE TROPICAL*

A mundialização das empresas a partir do uso da subcontratação e terceirização conduz o domínio do circuito superior sobre o inferior, fazendo com que a *flexibilidade tropical* (SANTOS, 2008a), característica do subsistema inferior seja incorporada às atividades do subsistema superior graças às modernas tecnologias gerenciais e logísticas.

A subcontratação, segundo Lencioni (1991) na indústria têxtil serve para a adequação das empresas às flutuações do mercado: facilidade de adaptação à instabilidade da moda. Para a autora a subcontratação refere-se a um contrato estabelecido entre duas partes, sendo que a contratada se compromete a produzir parte ou toda a produção à parte contratante. Esse processo também cabe à indústria do vestuário, assim como Lencioni (1991) afirma que a introdução da subcontratação no ramo têxtil criou indústrias sem teares, há indústrias de confecção, como apresentamos neste capítulo, sem máquinas de costura. Esse processo converte-se em perda de autonomia dos ciclos de valorização pelas pequenas e médias empresas. A subcontratação é um mecanismo adotado sistematicamente pelas empresas do circuito espacial do vestuário levando a uma dominação maior do circuito superior sobre o circuito inferior da economia urbana.

A compreensão das formas de subordinação do circuito inferior pelo circuito superior exige a consideração de várias dimensões. A dimensão econômica, em que os sistemas produtivos se reorganizam em escala planetária, revela um mundo e um modo de produção em transformação. A periferia é recolocada no sistema-mundo e o espaço por sua vez revela essas mudanças e as condiciona.

Nossa hipótese é a de que a difusão de novas formas de organização do trabalho, acarretadas pela *mundialização* ³³ do capital, traduziu-se no território brasileiro em um aprofundamento da dominação do circuito superior sobre o circuito inferior nas atividades do ramo do vestuário. Há um processo de aproveitamento de elementos da *flexibilidade tropical* (SANTOS, 2008a) – característica do circuito inferior – pelo circuito superior. Essa dominação ocorre pela apropriação da forma de organização das atividades de pequenas dimensões que se dá sob as bases de uma organização rudimentar, pelo uso intensivo de trabalho e pouco capital

³³ Chesnais (1996) define mundialização do capital como um processo que traduz a capacidade estratégica de todo grande grupo oligopolista em adotar uma conduta de ação global de suas atividades.

(consequentemente reduzidos investimentos em tecnologia). A adoção da subcontratação de maneira sistemática trouxe a possibilidade dentro do circuito do vestuário de introjeção pelas empresas modernas das características do circuito inferior em sua organização. Essa forma de “vampirização” do modo de organização do circuito inferior acontece a partir da reorganização do circuito espacial de produção do ramo, em que a etapa da costura foi delegada ao circuito inferior e as etapas mais sofisticadas como concepção, *design*, *marketing*, propaganda, logística e comércio tornam-se atividades executadas pelo circuito superior. No entanto, o circuito espacial de produção só se completa com a comunicação entre os atores do subsistema superior e inferior.

A *flexibilidade tropical* diz respeito ao processo criativo de geração de possibilidades de renda ou mesmo de criar possibilidades de sobrevivência das populações pobres. Essa dinâmica é cada vez mais incorporada ao do circuito superior a partir da dominação. Há um crescimento do circuito inferior da economia, não apenas por indivíduos que não são inseridos nos circuitos modernos, mas por aqueles que são inseridos indiretamente no circuito superior por meio de mecanismos de subcontratação ou terceirização.

Pensar a geografia econômica hoje é pensar sobre a complexidade do mundo atual. Como nos alerta Martin (1996), houve muitas transformações nas relações entre os lugares e o mundo, tais fenômenos demandam novas teorias geográficas para a análise dos sistemas produtivos. Martin (1996) ressalta a necessidade de considerarmos as particularidades dos lugares e as conexões com as escalas maiores. De fato, no período técnico-científico e informacional (SANTOS, 2002) torna-se premente estudar o lugar a partir de suas conexões exteriores.

Para George (1970) a Geografia Econômica tem por objeto de estudo as formas da produção, assim como a localização do consumo dos diferentes produtos no âmbito mundial. A distribuição dos homens pelo planeta, bem como as formas de produção e fabricos relacionados a esses grupos humanos são as chaves explicativas da vida econômica. Entretanto, George (1970) destaca a primazia da indústria no entendimento dos mecanismos econômicos contemporâneos. Tomando como foco os territórios europeus, de fato, a Geografia Econômica foi obrigada a debruçar-se sobre o processo de industrialização, por isso muitas vezes a Geografia Econômica foi quase sinônimo de Geografia da Indústria.

Entramos em uma nova fase do desenvolvimento econômico, dado, sobretudo pelas mudanças e uso das novas tecnologias da informação e comunicação (MARTIN, 1996). As Geografias da produção e do consumo transformaram-se radicalmente após a década de 1970,

havendo deslocamento da indústria dos territórios centrais para os territórios periféricos como Brasil, Índia e China. Nesse novo período histórico e geográfico as atividades produtivas fundam-se sob bases técnico-científicas, expansão do crédito, ou melhor, da ascensão do capital financeiro e da importância da publicidade, que se associa à obsolescência programada dos produtos e lugares.

A Geografia Econômica trouxe várias teorias para explicar a maneira como a produção vem se organizando, dentre as quais a escola da regulação ganha destaque. Martin (1996) sublinha o fato de essas teorias serem demasiadamente generalistas ou localistas ou mesmo abordarem as atividades econômicas a partir da indústria apenas. Tais teorias não se mostraram suficientemente fortes para a compreensão dos países periféricos, talvez nem mesmo para as economias avançadas na atualidade.

Nesta tese procuramos nos debruçar sobre o território brasileiro a partir do seu uso e não do território em si, ou seja, o *território usado* (SANTOS E SILVEIRA, 2001) – que diz respeito à maneira como as formas e ações combinam-se quantitativamente e qualitativamente e geram usos distintos, revelados nos lugares. Especialmente na análise da dialética entre o espaço e a economia, os circuitos espaciais de produção (SANTOS, 1986; MORAES, 1991) e a teoria dos dois circuitos da economia urbana (SANTOS, 2004) constituem um conjunto de possibilidades para a compreensão do mundo complexo das atividades produtivas que gera uma vida de relações nos lugares para além do econômico.

Chesnais (1996) destaca a dinâmica do capital na atualidade, sublinhando a importância das grandes empresas na condução do processo de mundialização do capital. O autor entende mundialização como uma fase específica do processo de internacionalização do capital e de sua valorização. Enfatiza a importância dos sistemas técnicos atuais nesta dinâmica, pois a telemática (ou teleinformática) foi responsável pelas novas possibilidades de organização das empresas, inclusive do surgimento de diferentes tipos de “empresas-redes”. A telemática permite a interação de empresas distante umas das outras, além de permitir a “deslocalização” de atividades rotineiras das indústrias, “ela abre caminho para a fragmentação do processo de trabalho e para novas formas de ‘trabalho a domicílio’” (CHESNAIS, 1996, p. 28). A telemática aplicada ao mercado autoriza a expansão do fenômeno da terceirização. Permite também a economia de mão de obra e de capital porque possibilita maior flexibilidade dos processos de produção, redução dos estoques intermediários e finais (*just-in-time*), encurtamento dos prazos de entrega, redução

dos capitais de giro e tempo de faturamento. Além disso, a telemática produziu efeitos como a inserção sistemática dos meios eletrônicos em franquias e vendas a varejo.

As metrópoles são portadoras da condição da realização da mundialização, elas condicionam e abrigam materialidades que geram a divisão territorial do trabalho atual. Segundo Santos (2008b), o meio ambiente construído diferencia-se pela carga menor ou maior de ciência, tecnologia e informação, de acordo com as regiões e lugares. O autor sublinha que uma das características das cidades na atualidade, sobretudo das metrópoles é sua rigidez, pois novos sistemas técnicos são criados com uma precisão formal e funcional, logo, as materialidades urbanas cumprem o papel de atender as exigências de atividades específicas, geralmente vinculadas aos atores hegemônicos, pois são estes os capazes de estruturar o espaço, sobretudo o espaço urbano.

No entanto, Santos (2008b), indica que os lugares menos “luminosos” da cidade servem às atividades dos atores menos poderosos, aliás, o incessante processo de renovação dos sistemas técnicos informacionais possibilita que os agentes subalternizados engendrem suas atividades ao ocuparem os espaços “abandonados” pelo capital. A racionalização da cidade para ação empresarial é alavancada pelo Estado, no caso brasileiro, na esfera municipal, estadual e da União. Para Santos (2008b), o próprio meio ambiente construído da cidade resiste à racionalidade imposta, pois o meio ambiente construído é

[...] um retrato da diversidade das classes sociais, das diferenças de renda e dos modelos culturais. À cidade informada e às vias de transporte e comunicação, aos espaços inteligentes que sustentam as atividades exigentes de infra-estruturas e sequiosas de rápida mobilização opõe-se a maior parte da aglomeração, onde os tempos são lentos, adaptados às infra-estruturas incompletas ou herdadas do passado, aqueles espaços opacos que aparecem também como zonas de resistência (SANTOS, 2008b, p. 74).

Deste modo, completa o autor, as cidades dos Terceiro Mundo são rígidas pela sua função na internacionalização desses territórios, entretanto, a constituição do meio ambiente construído das mesmas cidades oferece a flexibilidade necessária ao desenvolvimento de atividades de capital diminuto, bem como, de todos os tipos de trabalho. Daí decorre a flexibilidade tropical atribuída às grandes cidades, pois, o meio ambiente construído das grandes aglomerações possibilita usos distintos das cidades, gerando trabalho para a população pobre, atenuando as crises inerentes ao capitalismo.

Os grupos empresariais do ramo de vestuário (às vezes conglomerados de empresas com atuação em diversas atividades) incorporaram na organização de sua produção atributos da

flexibilidade tropical por meio da adoção de forma sistemática da subcontratação. As metrópoles, portadoras da verdadeira flexibilidade tropical, têm nas áreas de especialização e deterioração urbana, áreas de intensa presença do circuito inferior. O capital não hesitou em incorporar essas formas, portadoras de um conteúdo, ao seu processo de valorização do capital.

A formação e deterioração (desvalorização pelos agentes do circuito superior) de partes da cidade de São Paulo, especialmente do Brás e Bom Retiro conformou um meio ambiente construído capaz de ser usado por outros agentes, os migrantes (internos e externos). Desta maneira, verificamos que o atributo da flexibilidade tropical é social e territorial.

A introdução de maneira sistemática da subcontratação no circuito espacial de produção foi adotada pelos agentes de ação planetária. Isso significa, em grande medida, que a mundialização do capital cria uma racionalidade capaz de introduzir em seu sistema de produção a flexibilidade tropical, outrora chamada de “irracionalidades” (SANTOS, 1976). A subcontratação passou a compor a organização das grandes empresas de ação planetária, estas além de usufruírem dos espaços racionais e inteligentes da cidade, também passaram a “vampirizar” os espaços opacos, engendrados por estas próprias empresas.

Logo, áreas como o Brás e Bom Retiro que surgem em um dado contexto histórico territorial, desenvolvem atividades de médias e pequenas empresas, hoje revelam atividades características de circuito inferior, superior marginal e superior. Esses subsistemas da economia urbana interagem dialeticamente. No caso do circuito espacial da produção do vestuário podemos verificar essa interação por meio da difusão subcontratação.

A dinâmica da localização das atividades econômicas não é simples de ser explicada a partir do momento em que houve a integração técnica em escala planetária. A Geografia Econômica como preocupação da localização das atividades produtivas não pode mais ser apenas explicada pela relação custo e distância, ainda que essa relação perdure. Algumas considerações devem ser colocadas em questão como o tipo de ramo de atividade; o fato das decisões ocorrerem em função de variáveis locais, nacionais e internacionais; a localização do mercado consumidor, fornecedores e matéria prima, os custos de circulação; e as decisões políticas e estratégias dos oligopólios são elementos da análise da dinâmica da realização da produção em suas diversas etapas.

Chesnais (1996) lembra que a decisão de deslocamento das atividades produtivas de uma empresa relaciona-se, muitas vezes, como a própria abertura de mercado, ou seja, em alguns

casos as grandes empresas passam a atuar nos lugares apenas para evitar que outras o façam. Além disso, o ramo de atividade induz estratégias bem específicas e atualmente os grupos se organizam em diferentes tipos de “empresas-rede” como é o caso da Nike, a Benetton, a Lacoste, as cadeias de lojas de departamentos e hipermercados. Essas empresas funcionam por terceirização de suas atividades e a busca é por racionalização da produção. No entanto, há uma infinidade de esquemas de localização dessas empresas na atualidade, sendo que, no caso das empresas do ramo do vestuário, ganha destaque a estratégia da produção com o foco em “especializações locais” (CHESNAIS, 1996).

A tese de Harvey (1999) é de que no fim do século XX, especialmente os eventos recentes (1973), marcaria a transição no *regime de acumulação* e no *modo de regulação social e político*³⁴ a ele associado. Trata-se da passagem do *fordismo* à *acumulação flexível*. O fordismo nasce com Henry Ford (simbolicamente datado em 1914) com a institucionalização da linha de produção de automóveis e utiliza-se dos princípios da administração científica de F.W. Taylor³⁵. Além da forte divisão entre as tarefas de gerência, concepção, controle e execução, que já vinha se desenvolvendo em períodos anteriores, era o reconhecimento de que a produção de massa significava o consumo em massa, um novo sistema de reprodução da força de trabalho, uma nova forma de controle e gerência do trabalho, uma nova estética e uma nova psicologia, que Harvey (1999) resume como um novo tipo de sociedade democrática, racionalizada, modernista e populista, cuja sustentação dá-se pelo tripé: Estado, trabalhador dócil e produção em massa/administração científica.

Houve certa expansão do fordismo no pós-guerra em busca de insumos e mercados, criando certo tipo de internacionalismo que teve os Estados Unidos no topo da hierarquia mundial segundo Harvey (1999). No entanto, as contradições do capitalismo revelaram a incapacidade do regime de acumulação fordista conter a crise que ocorreu no final dos anos de 1960. A conjuntura internacional mostrava problemas no mercado imobiliário, guerra Árabe-

³⁴ “Um regime de acumulação ‘descreve a estabilização, por um longo período, da alocação do produto líquido entre consumo e acumulação; ele implica alguma correspondência entre a transformação tanto das condições de produção como das condições de reprodução de assalariados’ [...] tem de haver, portanto, ‘uma materialização do regime de acumulação, que toma a forma de normas, hábitos, leis, redes de regulamentação etc. que garantam a unidade do processo, isto é, a consistência apropriada entre comportamentos individuais e o esquema de reprodução. Esse corpo de regras e processos sociais interiorizados tem o nome de modo de regulação” (LIPIETZ, 1986, p. 19 *apud* HARVEY, 1999, p. 117)

³⁵ Taylor descrevia como a produtividade do trabalho poderia ser aumentada através da decomposição de cada processo de trabalho em movimentos componentes e da organização de tarefas de trabalho fragmentadas segundo padrões rigorosos de tempo e estudo do movimento (HARVEY, 1999).

Israelense que implicou na redução das exportações de petróleo da OPEP para o Ocidente, além da falência fiscal do Estado e ociosidade produtiva. As corporações entraram em um período de racionalização, reestruturação e intensificação do controle do trabalho. A nova lógica das empresas teve na mudança tecnológica, dispersão geográfica da produção, fusões e aceleração do tempo de giro do capital suas principais estratégias. Esse momento é caracterizado como a transição do fordismo para a acumulação flexível, também denominado reestruturação produtiva.

Para Harvey (1999) esse novo regime caracteriza-se pela flexibilidade do processo trabalho, do mercado de trabalho, dos produtos e do consumo. Além de pautar-se no surgimento de novos setores de produção destacadamente nos ramos de serviços e financeiro. Também é um traço da acumulação flexível, altos investimentos em inovação comercial, tecnológica e organizacional, além criação de novas áreas industriais. O autor reafirma que esse novo regime de acumulação, em grande medida, significou o elevado desemprego “estrutural”, rápida destruição e reconstrução de habilidades, ganhos modestos de salários reais e retrocesso sindical. Inclusive essas mudanças tiveram grande influência na organização industrial, especialmente com a adoção da subcontratação, que permite a formação de pequenos negócios e mesmo a incorporação dos sistemas antigos de trabalho doméstico, artesanal, familiar e paternalistas, com grande centralidade no processo de produção. Conforme sublinha Harvey (1999, p. 145)

O retorno de formas de produção que envolvem exploração em cidades como Nova York, Los Angeles e Londres se tornou objeto de comentários na metade dos anos 70 e proliferou, em vez de diminuir, na década de 80. O rápido crescimento de economias ‘negras’, ‘informais’, ou ‘subterrâneas’ também tem sido documentado em todo o mundo capitalista avançado, levando alguns a detectar uma crescente convergência entre sistemas de trabalho ‘terceiromunidistas’ e capitalistas avançados. Contudo, a ascensão de novas formas de organização industrial e o retorno de formas mais antigas com frequência dominados por novos grupos de imigrantes em grandes cidades, como filipinos, sul-coreanos, vietnamitas e naturais de Taiwan em Los Angeles, ou indianos e nativos de Bangladesh no leste de Londres, representam coisas bem diferentes em diferentes lugares.

Para Antunes (2009), a denominada crise do fordismo e do keynesianismo expressa um quadro complexo de crise estrutural do capital que ocorre em virtude da tendência decrescente da taxa de lucro, da intensificação da lei de tendência decrescente do valor de uso das mercadorias e do controle social do capital. A reação à crise foi o processo de reorganização do capital, de seu sistema ideológico e político de dominação, cuja evidência ocorre com a difusão e implementação do ideário neoliberal.

O toyotismo seria a maior expressão dessa nova forma de organização da produção, ele fundamenta-se em um padrão produtivo organizacional e tecnologicamente avançado (decorrente da introdução de técnicas de gestão da força de trabalho próprias da era informacional), introdução de computadores no processo de produção e serviços, recorre-se frequentemente à desconcentração produtiva, às empresas terceirizadas, uso do “trabalho em equipe”, “times de trabalho”, grupos “semiautônomos”, requerendo, em grande medida no âmbito do discurso, o envolvimento participativo dos trabalhadores (ANTUNES, 2009). Dado a eficiência do modelo toyotista ele ganha projeções no mundo, inclusive nos Estados Unidos, tendo maior ou menor grau de adaptação. Para o autor, essas mudanças significaram na verdade a *intensificação da exploração do trabalho* e “quanto mais trabalho se distância das empresas principais, maior tende a ser sua precarização” (p. 59).

Nas análises sobre as mudanças nos sistemas de produção descrita como a passagem do modo de regulação fordista para a acumulação flexível deve-se considerar o posicionamento distinto dos territórios no sistema-mundo, pois os países centrais e periféricos exercem papéis distintos na divisão internacional do trabalho, logo, o fordismo e a acumulação flexível descritas para os países centrais como Estados Unidos, Japão e da Europa não têm correspondência nos países periféricos, ainda que as mudanças que ocorreram nas economias avançadas tenham implicações territoriais para países como o Brasil, não podemos aplicar as teorias que avaliam o mundo capitalista central, sem a consideração do papel de cada território na divisão internacional do trabalho.

O mecanismo de dependência dos países periféricos no processo de incorporação ao sistema capitalista é em grande parte responsável pela situação de periferia do sistema, aliás, a incorporação ao sistema gerou a pobreza nesses países conforme elucidou (SLATER, 1982). A nova divisão internacional do trabalho mostra a complexidade das relações entre o Norte-Norte, Norte-Sul e Sul-Sul, mas é certo que há um centro difusor de inovações, cujo poder é representado pelas grandes corporações.

Lipietz (1988, p. 78) chega a falar em “subfordismo” ou “caricatura do fordismo”, ou seja, “uma tentativa de industrialização de acordo com a tecnologia e o padrão de consumo fordiano, mas sem as condições sociais, nem do lado do processo trabalho, nem do lado do padrão de consumo das massas”. Por isso o papel exercido pelos territórios na divisão internacional do trabalho é um dos elementos a serem apreciados na transição do fordismo à acumulação flexível.

A segunda consideração diz respeito ao tipo de ramo a ser analisado. A maior parte dos trabalhos que surgem sobre os processos de organização do trabalho e capital, fordismo e acumulação flexível, analisa empiricamente os ramos automobilístico ou de alta tecnologia como aeronáutica, eletrônica, informática. Outros ramos, como do vestuário, são citados, mas nem sempre analisados a partir suas especificidades. Dessa forma, podemos afirmar, para esse ramo de atividade, que ele apresenta forte divisão entre a fase de concepção e produção em um clássico esquema fordista de hierarquias dentro do circuito espacial de produção, ao mesmo tempo, verifica-se a adoção das novas formas de gestão da produção (logística, *marketing*, propaganda, etc.) pelas grandes empresas. Assim, encontramos a convivência funcional entre o velho e o novo.

A terceira consideração diz respeito à análise territorial, pois quando falamos desses processos, temos que considerar cada *formação socioespacial* (SANTOS, 1977). O conceito de formação socioespacial é derivado, ou melhor, é um refinamento teórico do conceito de formação econômica e social de Marx e Engels, cujo objetivo fundamental foi fornecer subsídios para a compreensão do processo de desenvolvimento de uma determinada sociedade num dado momento histórico. Em sua proposta, Santos (1977) demonstra a dimensão espacial da formação socioeconômica, uma vez que esta é indissociável de sua estrutura espacial, isto é, não há sociedade sem espaço.

O modo de produção, formação social, espaço – essas três categorias são interdependentes. Todos os processos que, juntos, formam o modo de produção (produção propriamente dita, circulação, distribuição, consumo) são histórica e espacialmente determinados num movimento de conjunto, e isto através de uma formação social (SANTOS, 1977, p. 86).

Pode-se dizer que “os modos de produção escrevem a história no tempo, as formações sociais escrevem-na no espaço” (SANTOS, 1977, p. 88). Em função dos diferentes arranjos dos modos de produção cada lugar é único, apresenta uma formação histórica particular, na qual as três categorias fundamentais de sua constituição (modo de produção, formação social e espaço) organizam-se de forma diferenciada. De acordo com Santos (1977) cada lugar possui um valor construído segundo a combinação, quantitativa e qualitativa, dos modos de produção, sendo assim a organização da sociedade local e do espaço reproduz a ordem internacional.

A formação socioespacial de cada Estado-nação envolve motivos locais - orgânicos - e motivos externos, ou seja, interferência de outras formações socioespaciais. A relação dinâmica entre a ordem local e global constitui a formação socioespacial de cada território de maneira diferente, específica, constituindo-se um processo de totalizações que constroem a totalidade. A fronteira dos territórios delimita, ainda que haja porosidade, as diversas formações socioespaciais. Por isso estas fazem a mediação entre o lugar e o mundo.

Cada território recepcionará os *eventos* de maneira singular. Os territórios periféricos, pelas particularidades em suas formações socioespaciais apresentam gênese e processos atuais distintos do centro. Logo, as teorias sobre o fordismo e a acumulação flexível não explicam a vida nos territórios periféricos, ainda que tragam implicações aos mesmos, são teorias coerentes e pertinentes para a condição das formações socioespaciais centrais.

Não recusamos essas teorias, mas as reconsideramos quando avaliamos os países não-centrais como o Brasil. Dessa maneira, trouxemos o processo transição do fordismo para acumulação flexível para a análise como uma *verticalidade*³⁶ no território brasileiro, uma vez que implicou na ordem estabelecida, principalmente na reorganização dos circuitos espaciais de produção, no redesenho da economia urbana e da urbanização, sobretudo porque essas verticalidades concretizam-se por meio do circuito superior, uma vez que estão conectados e comandados pelas grandes empresas mundiais. Consequentemente, transformam a dialética dos dois circuitos da economia urbana. Inclusive o aprofundamento da dominação do circuito superior, via subcontratação, sobre o circuito inferior decorre da incorporação no processo de produção das novas racionalidades criadas pelas grandes firmas, denominadas reestruturação produtiva.

Conforme já apontamos no Capítulo 2, o circuito espacial de produção do vestuário é complexo, heterogêneo e envolve muitos atores. Dependendo do ator que comanda o circuito de valorização do capital, teremos dinâmicas territoriais distintas. Apresentamos algumas situações de uso de subcontratação por grandes marcas e empresas do varejo do vestuário³⁷ no sentido de qualificar a discussão. Apesar de não haver estatísticas que precisem essas práticas, as entrevistas

³⁶ “[...] as verticalidades aparecem como vetores da modernidade mais moderna, transportadores de uma racionalidade superior, veículos do discurso pragmático dos setores hegemônicos. As ações racionais, dando-se sobre um espaço tornado racionalizado pela presença de objetos tão estritamente fabricados para dar respostas às suas exigências, criam um cotidiano obediente e disciplinado” (SANTOS, 2008b, p. 100)

³⁷ A maior parte das informações foi retirada das reportagens da Agência de Notícias Repórter Brasil. Outras informações foram fornecidas pela Superintendência Regional do Trabalho do Estado de São Paulo em entrevistas e por agentes ligados ao ramo de confecção.

com os agentes do ramo, órgãos públicos como a Superintendência Regional do Trabalho do Estado de São Paulo (SRTESP) e os próprios relatórios produzidos pelas empresas indicam que a subcontratação (muitas ocorrem em escala planetária) faz parte do cotidiano e do sistema de racionalização da produção neste ramo. Segue uma breve descrição de situações de uso da subcontratação pelas seguintes empresas e instituições: Collins, Sete Sete Cinco, IBGE, Pernambucanas, C&A, Zara e Marisa.

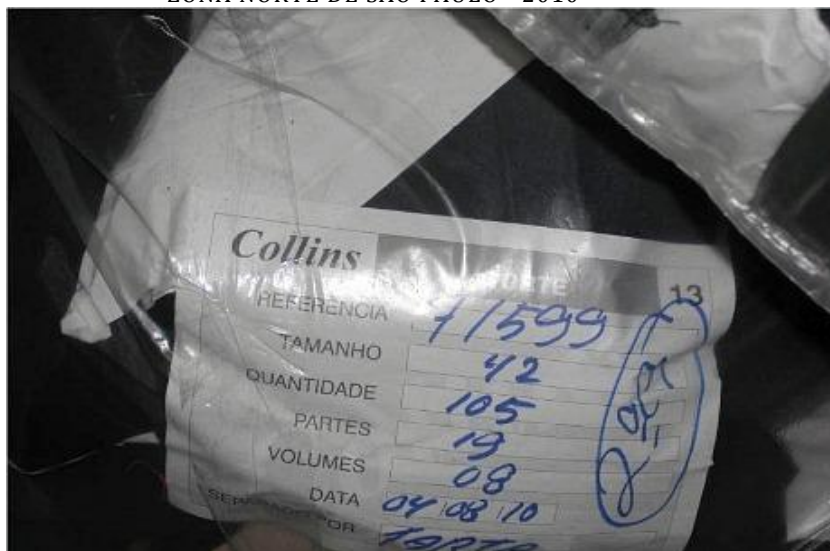
A Collins foi autuada pela SRTESP por usar a prática de terceirização de forma ilícita, sobretudo associado à subcontratação de mão de obra análoga ao trabalho escravo (REPÓRTER BRASIL, 2011a). Nove imigrantes (bolivianos e paraguaios) trabalhavam na oficina de costura subcontratada pela intermediária na Zona Norte de São Paulo (Fotos 3.4 e 3.5). Houve crescimento do número de lojas da empresa Collins (sempre localizadas em áreas nobres das cidades onde se instalam) em anos recentes (principalmente após 2004), perfazendo 87 lojas próprias e mais 500 lojas multimarcas. Esse crescimento coincide com o uso intensificado da subcontratação conforme relatório da SRTESP. A empresa funciona usando uma rede de empresas pertencentes ao complexo Collins, sob direção de um coreano. A Collins pagava em média R\$ 1,00 por peça ao dono da oficina (boliviano).

FOTO 3.4: OFICINA DE COSTURA SUBCONTRATADA PELA COLLINS NA ZONA NORTE DE SÃO PAULO – AGOSTO DE 2010



Fonte: Repórter Brasil (2011a). Disponível em: < <http://www.reporterbrasil.org.br> > Acesso em 10/05/2011.

FOTO 3. 5: VESTIDOS PRONTOS PARA SEREM ENTREGUES PELA OFICINA À COLLINS – ZONA NORTE DE SÃO PAULO - 2010



Fonte: Repórter Brasil (2011a). Disponível em: < <http://www.reporterbrasil.org.br> > Acesso em 10/05/2011.

A Sete Sete Cinco Confecções Ltda passou a utilizar em período recente a subcontratação (Fotos 3.6, 3.7 e 3.8), sob a base legal de licenciamento. Conforme afirma a SRTESP, a principal atividade econômica da marca é “confecção e comércio de confecção”, porém ela optou na década de 1990 pela extinção do setor de produção de roupas. “A empresa confirmou à SRTESP que, com a exceção das calças jeans, os demais itens de sua *grife* estão sob responsabilidade de quatro outras empresas licenciadas, entre elas a W&J. Esta última detém, com exclusividade, a licença para fabricação e distribuição de blusas e moletons”³⁸ (REPORTER BRASIL, 2010a). A Sete Sete Cinco empregava em 1990 cerca de 200 funcionários. Em 1992, sob o comando da Induvest, empregava 59 pessoas e hoje em seus registros consta apenas um funcionário.

³⁸ Conforme investigação da SRTESP, a W&J servia como intermediária entre a oficina de costura e a Sete Sete Cinco, não conformando-se em uma empresa licenciada, tão pouco em uma unidade produtiva.

FOTO 3.6: OFICINA DE COSTURA SUBCONTRATADA PELA W&J CONFECÇÕES LTDA - INTERMEDIÁRIA DA MARCA SETE SETE CINCO/ZONA NORTE DE SÃO PAULO - AGOSTO DE 2010



Fonte: Repórter Brasil (2010a). Disponível em: < <http://www.reporterbrasil.org.br> > Acesso em 17/11/2010.

FOTO 3.7: MODELOS DAS PEÇAS ENCONTRADAS NA SEDE W&J CONFECÇÕES LTDA - INTERMEDIÁRIA DA MARCA SETE SETE CINCO - AGOSTO DE 2010



Fonte: Repórter Brasil (2010a). Disponível em: < <http://www.reporterbrasil.org.br> > Acesso em 17/11/2010.

FOTO 3.8: PEÇAS PRODUZIDAS PELA OFICINA DE COSTURA SUBCONTRATADA PELA W&J CONFECÇÕES LTDA, INTERMEDIÁRIA DA MARCA SETE SETE CINCO – AGOSTO DE 2010



Fonte: Repórter Brasil (2010a). Disponível em: < <http://www.reporterbrasil.org.br> > Acesso em 17/11/2010.

As práticas organizacionais atuais também foram adotadas pelo próprio Estado, aquele que deveria, antes e acima de tudo, proteger o cidadão das práticas abusivas de exploração e mesmo ilegais do ponto de vista da legislação, acaba adotando a subcontratação para a realização de suas tarefas e serviços. Esse foi o caso das apreensões de coletes do IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (Foto 3.9) na oficina de costura Willy Perez Mamani Confecção ME, também localizada na Zona Norte, bairro da Casa Verde. A F. G. Indústria e Comércio de Uniformes e Tecidos Ltda foi a vencedora do edital licitatório (número 03601.000418/2009-82) para a contratação de empresa que deveria confeccionar os coletes para o IBGE que foram utilizados no recenseamento de 2010. Com sede em Londrina, a empresa terceirizou aproximadamente 90% da produção, contrariando o edital, que não permitia subcontratação. Dos 230 mil coletes (preço de R\$ 4,3 milhões), cerca de 3 mil foram costurados pela oficina fiscalizada pelo SRTESP em que trabalhavam 15 bolivianos. O proprietário afirma que recebeu cerca de R\$ 1,80 por colete, em função da urgência da entrega, mas que normalmente receberia R\$ 1,00. O cumprimento do prazo da entrega deu-se sob a intensificação extrema do trabalho dos costureiros. Essa oficina foi subcontratada por uma intermediária localizada em Guarulhos, a Milton Borges Ferreira Confecções EPP, que ficou responsável por produzir 51 mil coletes ao preço de R\$ 5,00. Conforme informações da SRTESP, a oficina possuía 13 funcionários, sendo

nenhum costureiro e todos eles sem registro em carteira. A F. G. Indústria e Comércio de Uniformes e Tecidos Ltda recebeu R\$ 18,70 para cada peça entregue ao IBGE (o lance inicial dado pela empresa foi de R\$ 52,54). A fiscalização da empresa evidenciou que a mesma não tinha infraestrutura para produzir os coletes. Assim como as grandes empresas do ramo do vestuário, o IBGE afirma que toda a responsabilidade das infrações no processo de produção dos coletes é da empresa contratada, no caso a A F. G. Indústria e Comércio de Uniformes e Tecidos Ltda (REPÓRTER BRASIL, 2010b).

FOTO 3.9: COLETES DO IBGE PRODUZIDOS POR UMA OFICINA DE COSTURA SUBCONTRATADA - 2010



Fonte: Repórter Brasil (2010b). Disponível em: < <http://www.reporterbrasil.org.br> > Acesso em 20/10/2010

Além das marcas, as redes varejistas de vestuário, sejam nacionais ou internacionais, incorporaram a prática da subcontratação. A Rede de Lojas Pernambucanas apresentou também essa forma de organização da produção, usufruindo de oficinas de costura da cidade de São Paulo e de mão de obra imigrante. A SRTESP encontrou 16 bolivianos trabalhando na oficina de costura na Zona Norte de São Paulo (Fotos 3.10 e 3.11) subcontratada pela intermediária da rede Pernambucanas, a Dorbyn Fashion Ltda (com sede no Brás). A rede Pernambucanas pagava à Dorbyn Fashion Ltda R\$ 33,50 por um casaco da marca Argonaut e vendia a R\$ 79,90. Entretanto, a oficina de costura subcontratada pela Dorbyn recebia R\$ 4,30 para cada peça

costurada³⁹. O dono da oficina subcontratada pela intermediária afirmou que entrou em contato com a empresa via folhetos distribuídos na Praça Kantuta.

FOTO 3.10: OFICINA DE COSTURA SUBCONTRADA POR UMA INTERMEDIÁRIA DA REDE PERNAMBUCANAS (DORBYN FASHION LTDA) - 2011



Fonte: Repórter Brasil (2011b). Disponível em: < <http://www.reporterbrasil.org.br> > Acesso em 12/04/2011

³⁹ Segundo reportagem do Estadão de 09 de março de 2012 (Disponível em <<http://economia.estadao.com.br/noticias/economia,pernambucanas-e-processada-por-trabalho-escravo,105606,0.htm>> Acesso em 15/03/2012), a Rede Pernambucanas não aceitou assinar o Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) se comprometendo a pagar multas em caso de não cumprimento das leis trabalhistas por parte dos fornecedores de seu sistema produtivo, sendo a primeira a deixar o processo seguir à Justiça.

FOTO 3.11: OFICINA DE COSTURA SUBCONTRADA POR UMA INTERMEDIÁRIA DA REDE PERNAMBUCANAS (DORBYN FASHION LTDA) - 2011



Fonte: Repórter Brasil (2011b). Disponível em: < <http://www.reporterbrasil.org.br> > Acesso em 12/04/2011

A rede de lojas internacional C&A, de origem holandesa, também adotou em seu sistema produtivo a subcontratação de fornecedores e esses, por sua vez, terceirizam a produção subcontratando oficinas, isso se dá em escala planetária. A C&A tem usado oficinas de costura na metrópole de São Paulo e no interior do estado. No caso de São Paulo, novamente a mão de obra imigrante supre o trabalho na etapa da costura. Conforme a SRTESP, há muitas oficinas de costura usando trabalho precarizado (migrantes do campo ou imigrantes), em algumas cidades do estado de São Paulo a produção é organizada em cooperativas. O Ministério Público encontrou etiquetas da rede C&A em uma oficina de costura subcontratada por um fornecedor (Foto 3.12) da empresa que se utilizava de trabalho imigrante precarizado (REPORTER BRASIL, 2006).

FOTO 3.12: OFICINA DE COSTURA SUBCONTRATADA POR FORNECEDORES DA C&A - 2006



Fonte: Repórter Brasil (2006). Disponível em < <http://www.reporterbrasil.org.br/exibe.php?id=617>> Acesso em 15/04/2010.

A rede de Lojas Zara também emprega a subcontratação e terceirização. Tomando como base as fiscalizações da SRTESP, a Repórter Brasil (2011c) relata que foram encontradas oficinas de costura subcontratadas por fornecedoras (AHA Indústria e Comércio de Roupas Ltda) da empresa espanhola Zara (Fotos 3.13 e 3.14). Uma das oficinas localizava-se no centro de São Paulo e outra na Zona Norte. A oficina fiscalizada recebia R\$ 7,00 da AHA Indústria e Comércio de Roupas Ltda por uma blusa confeccionada (Foto 3.15) e o costureiro recebia R\$ 2,00. Esta mesma peça de roupa era vendida na Loja Zara por R\$ 139,00. A SRTESP também averiguou que a AHA repassava a execução da produção para mais 33 oficinas. Também foram fiscalizadas e encontradas peças de vestuário produzidas para a Zara em Americana/SP. A Rhodes Confecções Ltda era fornecedora da Zara e terceirizava a produção para uma oficina na cidade de Americana, onde trabalhavam 52 imigrantes bolivianos (muitos indígenas das etnias Quéchuas e Aimará) e peruanos.

FOTO 3.13: IMÓVEL ONDE FUNCIONAVA OFICINA DE COSTURA SUBCONTRATADA POR INTERMEDIÁRIA DA ZARA NO CENTRO DE SÃO PAULO - 2011



Fonte: Repórter Brasil (2011c). Disponível em < <http://www.reporterbrasil.org.br/exibe.php?id=1925> >
Acesso em 16/08/2011.

FOTO 3.14: OFICINA DE COSTURA SUBCONTRATADA POR INTERMEDIÁRIA DA ZARA NO CENTRO DE SÃO PAULO - 2011



Fonte: Repórter Brasil (2011c). Disponível em < <http://www.reporterbrasil.org.br/exibe.php?id=1925> >
Acesso em 16/08/2011.

FOTO 3.15: BLUSA CONFECCIONADA POR UMA OFICINA SUBCONTRATADA PELA INTERMEDIÁRIA (AHA INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE ROUPAS LTDA) DA REDE ZARA EM SÃO PAULO - 2011



Fonte: Repórter Brasil (2011c). Disponível em < <http://www.reporterbrasil.org.br/exibe.php?id=1925>> Acesso em 16/08/2011.

A varejista Marisa compõe outro exemplo entre as grandes redes varejistas do vestuário que emprega o sistema de subcontratação de oficinas de costura (Fotos 3.16 e 3.17). Essa empresa envia às oficinas subcontratadas todas as especificações para a execução da produção, inclusive a peça-piloto. Na Foto 3.18 observamos uma peça-piloto da Marisa encontrada durante fiscalização da SRTESP em uma oficina de costura de propriedade de um boliviano localizada na Vila Nova Cachoeirinha em São Paulo. O mesmo modelo da peça-piloto foi encontrado em uma loja da rede de Lojas Marisa (Foto 3.19).

FOTO 3.16: OFICINA DE COSTURA (INDÚSTRIA DE COMÉRCIO E ROUPAS CSV LTDA) SUBCONTRATADA POR UMA INTERMEDIÁRIA DA REDE MARISA - 2010



Fonte: Repórter Brasil (2010c). Disponível em < <http://www.reporterbrasil.org.br/exibe.php?id=1714>> Acesso 17/03/2010.

FOTO 3.17: ETIQUETAS DA REDE MARISA ENCONTRADAS NA OFICINA DE COSTURA (INDÚSTRIA DE COMÉRCIO E ROUPAS CSV LTDA) SUBCONTRATADA POR UMA INTERMEDIÁRIA DA REDE - 2010



Fonte: Repórter Brasil (2010c). Disponível em < <http://www.reporterbrasil.org.br/exibe.php?id=1714>> Acesso 17/03/2010.

FOTO 3.18: PEÇA-PILOTO APREENDIDA DURANTE FISCALIZAÇÃO EM UMA OFICINA DE COSTURA –2010



Fonte: Repórter Brasil (2010c). Disponível em < <http://www.reporterbrasil.org.br/exibe.php?id=1714>> Acesso 17/03/2010.

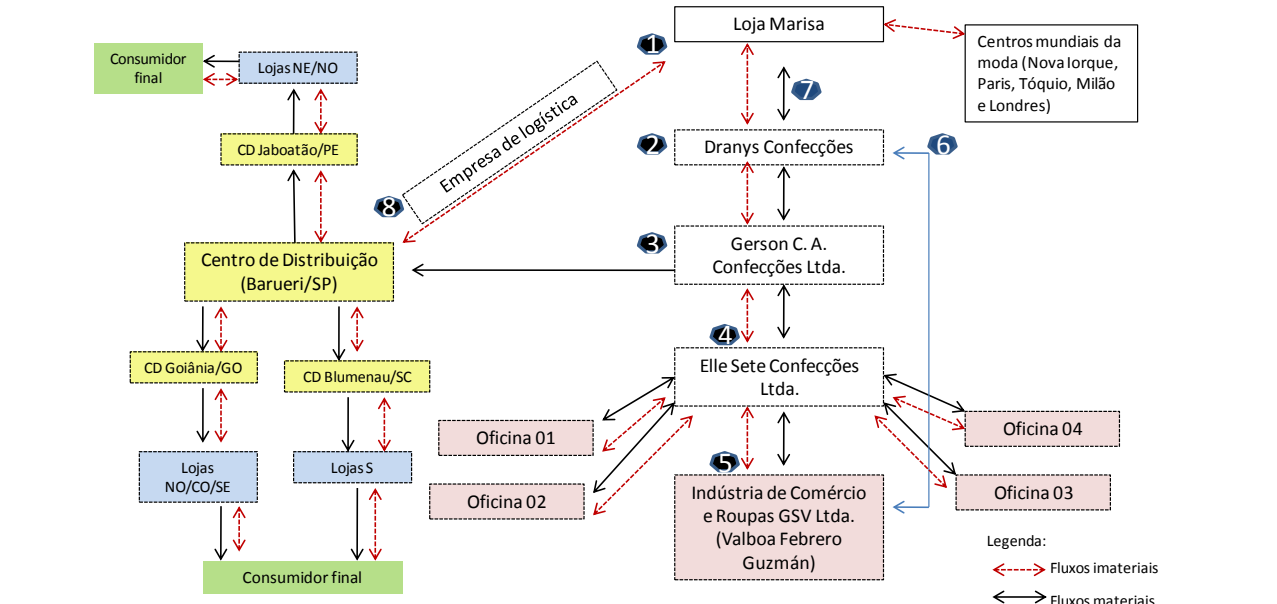
FOTO 3.19: BLUSA (MESMO MODELO DA PEÇA-PILOTO DA FOTO 3.16 E 3.18) EXPOSTA PARA A VENDA EM UNIDADE DA MARISA NA CAPITAL PAULISTA



Fonte: Repórter Brasil (2010c). Disponível em < <http://www.reporterbrasil.org.br/exibe.php?id=1714>> Acesso 17/03/2010.

A Figura 3.2 exemplifica o modo de organização da Marisa por meio de uma situação concreta. A negociação entre a Marisa (agente 1 da Figura 3.2.) e a Dranys Confecções (agente 2) é feita por um representante comercial, um intermediário (agente 7). O agente 2, é uma empresa que não tem máquinas de costura. Em seu cadastro de funcionários apresenta duas funcionárias balconistas, logo, ela de fato não tem condição de fornecer serviços de costura à Marisa. O agente 3, Gerson C. A. Confecções, exerce as atividades de acabamento de peças para a Marisa como lavagem, arremate, consertos, controle de qualidade (em conformidade com os modelos especificados pela Marisa), bem como, é um depósito de roupas prontas para serem enviadas ao centro de distribuição da varejista, que localiza-se em Barueri na RMSP. O agente 4, a Elle Sete Confecções, trata-se, na verdade, de uma loja de rua, com algumas atividades de beneficiamento de peças e modelagem, sua função, de fato, seria dissimular a relação da Dranys Confecções com a Gerson C.A e a Indústria de Comércio e Roupas GSV, consequentemente com as Lojas Marisa, conforme Repórter Brasil (2010c).

O agente 5, da situação do circuito espacial de produção, a Indústria e Comércio GSV (Foto 3.14), é que de fato executa a costura. Registrada como de propriedade do Sr. Valboa Febrero Guzmán (boliviano) que contrata compatriotas para trabalhar em sua oficina (foram encontrados neste local 17 bolivianos e 1 peruano nas atividades de costura). Durante inspeção da



Fonte: Elaboração da autora a partir de dados da SRTESP, Repórter Brasil (2011c) e pesquisa de campo.

Outras marcas também utilizam a subcontratação como forma organizacional da produção como a Ecco, Gregory, Billabong, Brookfield, Cobra d'Água e Tyrol (G1, 2011).

Essa série de relatos sobre a estrutura organizacional das empresas do ramo do vestuário e a dinâmica urbana teve como objetivo evidenciar que se trata uma prática contemporânea do ramo, incorporada, sobretudo pelas grandes empresas tanto nacionais como multinacionais. No entanto, qual a relação dessas mudanças organizacionais e a dinâmica territorial? E como a dinâmica territorial implica nestas mudanças?

Veltz (2005) destaca que a mundialização das empresas não é um fenômeno relacionado apenas com a inserção das novas tecnologias no sistema produtivo, mas o cerne da explicação da mundialização e realocização das atividades industriais está na capacidade de coordenação entre a produção e a demanda por consumo. Acrescenta o autor, que o espaço não é apenas um receptáculo das atividades, mas sim tem papel ativo para no acolhimento ou não das atividades produtivas.

Para Veltz (2005), a estrutura dinâmica dos territórios, das regiões e cidades não são apenas determinadas pelas maneiras de produzir. Outros fatores sociais, políticos, culturais modelam a realidade territorial. Porém, existe uma relação intrínseca entre as formas técnicas e organizacionais da criação da riqueza e as formas espaciais, assim, as maneiras de produzir e de trocar se transformam profundamente hoje, abandonando os paradigmas da produção em massa, sob a pressão de abertura de mercados. Tal mutação, multiforme e abundante, qualifica diferentemente as ligações da economia com os territórios. O sistema taylorizado rígido não se adequa às solicitações atuais. A geografia não resulta em papel secundário dos processos econômicos e sociais, ela é componente ativo e crucial na dinâmica mundial (VELTZ, 2005).

Veltz (2005) coloca como ponto fundamental desses processos, as mudanças organizacionais: a globalização das firmas refere-se ao processo de coordenação em uma tentativa de domínio da diversidade. Na busca pela coordenação de todas as etapas do circuito espacial de produção, as metrópoles e as cidades dentro do sistema de cidades são lugares privilegiados. A *globalização-coordenação* não é homogênea, alguns casos referem-se ao desenvolvimento de produtos; em outros à formação de redes de produção ou ainda atividades de interação com os mercados (*marketing* e distribuição). Assim, do ponto de vista geográfico, a globalização pode se apoiar em uma divisão do trabalho extensa no seio de uma rede muito ampla, mas pode também se ancorar nas concentrações privilegiadas e mecanismos de “regionalização” (em diversas escalas).

Neste sentido, os bairros como Brás e o Bom Retiro, que se especializaram historicamente na produção de vestuário, inserem-se nos circuitos produtivos das grandes empresas nacionais e multinacionais evidenciando a importância da coordenação organizacional destas empresas, conforme assinala Veltz (2005). O processo de globalização das empresas e a necessidade de coordenação se materializam na cidade de São Paulo no ramo do vestuário pela adoção da subcontratação de pequenas oficinas, estas são articuladas ao sistema de produção das grandes

marcas, redes de varejo e mesmo pelas empresas do circuito superior marginal do Brás e Bom Retiro.

Verificamos que o funcionamento das pequenas oficinas, às vezes domésticas, do circuito inferior da economia urbana – organização interna precária, elevada adaptabilidade às circunstâncias, pelo baixo uso de capital, pelo uso intensivo de trabalho, pela organização não rígida, pelo reduzido uso de tecnologia, por usar as materialidades intersticiais disponíveis na cidade, ou seja, meio construído deteriorado – foram incorporadas ao sistema de produção do circuito superior, graças às possibilidades de coordenação da produção apoiadas nas formas organizacionais e nos sistemas técnicos de telecomunicações e transporte.

Apresentamos a seguir como se dá a articulação entre algumas situações dentro do circuito espacial de produção do vestuário de algumas empresas e o território, destacando que o uso do território é condicionado ao poder de coordenação das possibilidades oferecidas pelo mesmo.

3.2. A ECONOMIA POLÍTICA DA URBANIZAÇÃO E DA CIDADE: AS GRANDES REDES DE VAREJO DO VESTUÁRIO

As empresas do circuito superior do vestuário têm a capacidade de articular e coordenar as etapas da produção utilizando e criando possibilidades de ação no território. Lembramos que os circuitos espaciais de produção hoje têm uma enorme complexidade: produção, circulação, comércio e consumo não se realizam no mesmo lugar, não são processos que estão coordenados, pois recebem influência de razões locais, regionais e planetárias. Logo, as crises da realização do capital são expressões da dificuldade de coordenação da produção e da demanda, que tomam as mais diversas formas, segundo o ramo e os atores envolvidos.

Assim, apresentamos descrições do funcionamento de algumas redes de varejo e de algumas marcas enfatizando como as mesmas articulam a *economia política da cidade e da urbanização* (SANTOS, 2009b). Apesar das topologias específicas, essas empresas comportam convergências no processo de coordenação da produção.

Segundo Santos (2009b), de maneira simplificada, a economia política estuda a produção e em que condições ela se realiza. Além disso, o autor destaca que a economia política aborda o jogo entre o capital e o trabalho. Esse jogo apresenta uma dimensão espacial, sendo o espaço geográfico, o trabalho morto animado pelo trabalho vivo em um movimento indissociável e contraditório.

A cidade, que não é uma invenção do modo de produção capitalista, ganha novas funções sob sua hegemonia. O encurtamento do ciclo produção-consumo é propiciado pelo modo urbano capitalista de viver (SPOSITO, 1998). As mudanças na forma de organização, dos valores e modernização nos sistemas técnicos no mundo também influenciaram a organização da produção.

Dessa forma, “a circulação dos produtos, das mercadorias, dos homens e das idéias ganhou uma expressão tal, dentro do processo global de produção, que a urbanização passou a ser um dado fundamental na compreensão da economia.” (SANTOS, 2009b, p. 113). Para o autor, a economia política da urbanização refere-se à divisão social do trabalho que, juntamente com a divisão territorial do trabalho, origina a repartição dos instrumentos de trabalho, do emprego e dos homens no território nacional. Já a *economia política da cidade* refere-se à forma como a cidade se organiza, em face à produção e aos diversos atores que compõem a vida urbana. A economia política da cidade e da urbanização são inseparáveis, a separação é apenas analítica.

Logo, há “uma relação de causa e efeito recíprocos entre cidade, como ela se organiza materialmente, e a urbanização, como ela se faz” (SANTOS, 2009b, p. 114).

Pensando a economia política da urbanização a partir do ramo do vestuário encontramos a topologia das grandes empresas que atuam na atividade no Brasil. Apesar da diversidade de tamanhos e poder de atuação das empresas do vestuário no território brasileiro, as redes de lojas de varejo destacam-se na cena nacional, sobretudo pelo seu poder de ação, de impor seu modo de organização e de usufruir do território e da urbanização como *recurso* (GOTTMANN, 1975; SANTOS, 1997) ao seu crescimento.

Como coloca Silveira (2005), cada ramo da produção cria uma lógica territorial para sua atuação, logo a topologia das empresas impõe-se sobre os fornecedores, distribuidores, compradores:

Cada empresa, cada ramo de atividade, produz uma lógica territorial cuja manifestação mais visível é uma topologia, isto é, esse conjunto de pontos e áreas de interesse para a operação da empresa que, certamente, ultrapassa a própria firma e se projeta sobre outros atores sociais. São os pontos essenciais ao exercício da atividade de um circuito superior, que revela sua capacidade de macro-organizar o território nacional (SILVEIRA, 2009, p. 69).

Dentre as redes de varejo de confecções analisamos a Pernambucanas, a C&A, a Riachuelo, a Renner, a Zara e a rede Marisa, além da marca Ellus. Essas redes destacam-se pela maior concentração de suas lojas na *Região Concentrada*⁴⁰. Apesar de tendências semelhantes de localização, cada uma dessas redes apresenta topologias próprias.

Na Tabela 3.14 observamos alguns dados quantitativos dessas empresas que em grande medida expressam o poder de atuação das mesmas. Somadas as seis principais redes de varejo de vestuário que atuam no país possuem mais de 1.000 lojas e empregam em suas unidades de venda aproximadamente 68.000 funcionários.

⁴⁰ “Essa denominação – Região Concentrada – foi introduzida na literatura geográfica com as pesquisas dirigidas, no Rio de Janeiro, por Milton Santos e Ana Clara Torres Ribeiro (O conceito de região concentrada, 1979). Essa região estaria constituída pelos Estados do Rio de Janeiro, Espírito Santo, Minas Gerais, São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul”. (SANTOS E SILVEIRA, 2001, p. 27)

TABELA 3.14: PRINCIPAIS REDES VAREJISTAS DO VESTUÁRIO QUE ATUAM NO TERRITÓRIO NACIONAL - 2011

Empresas	Número de lojas no Brasil⁴¹	Funcionários	Fornecedores no Brasil
Marisa	285	10.000	550
Pernambucanas	273	15.000	500
C&A	181	17.000	556
Riachuelo	130	13.500	750
Renner	114	10.500	1.200
Zara	31	1.795	-
Total	1014	67.795	-

Fonte: Dados das empresas, reportagens e entrevistas; Elaboração da Autora, 2011.

A rede Pernambucanas é a segunda em número de lojas entre as grandes empresas do ramo analisadas (Veja Anexo III – Tabela A: Lojas da Rede Pernambucanas por municípios – janeiro de 2011). Apesar de ter nascido no estado de Pernambuco (em 1908) hoje a empresa não possui lojas no Nordeste e Norte. As disputas familiares resultaram na segmentação regional da empresa, sendo que apenas as localizadas no Sudeste, Sul e em parte do Centro-Oeste perduraram até os dias atuais. A rede de lojas Pernambucanas apresenta uma estratégia de localização diferenciada, pois a maior parte de suas unidades localiza-se em pequenas e médias cidades⁴², isto se relaciona com a história da empresa que instalava suas unidades comerciais acompanhando o trajeto das ferrovias (Mapa 3.14). No entanto, a rede também tem forte atuação na cidade de São Paulo com 31 lojas, seguida por Curitiba com 8 unidades de venda, Belo Horizonte com 4, outras quatro cidades com 3 lojas cada, dez com duas unidades e outras 254 com uma unidade cada. Isso indica que o perfil de consumidor da rede é específico, sem desconsiderar a população densamente concentrada na metrópole paulista.

A rede Pernambucanas usa o sistema de subcontratação de fornecedores em seu circuito produtivo. São mais de 500 fornecedores espalhados pelo território, mas que em grande medida localizam-se em áreas de especialização na fabricação de vestuário e na grande metrópole de São Paulo. Esse é o caso da Dorbyn, fornecedor contratado pela Pernambucanas que terceirizava a produção para mais 16 oficinas de costuras. Em geral, os modelos, as medidas, as cores, as quantidades são determinados pela empresa Pernambucanas, cabendo às subcontratadas e às oficinas obedecerem a essas especificações.

⁴¹ O número de lojas pode ter sido alterado, pois esses dados têm como base relatórios e informações fornecidos pelas empresas em 2010.

⁴² Pequenas e médias cidades usando como critério o tamanho da população.

O centro de distribuição (CD) da rede Pernambucanas localiza-se no município de Barueri na Região Metropolitana de São Paulo. O CD da rede possui cerca de sete mil metros quadrados e recentemente passou por um processo de ampliação e um novo sistema logístico, o *Formove* foi adotado. Esse sistema foi implantado pelo Grupo Linx, especializado na produção de sistemas logísticos e softwares para o varejo. O *Formove* foi criado pela empresa Mostoles do Grupo *El Corte Inglés*⁴³.

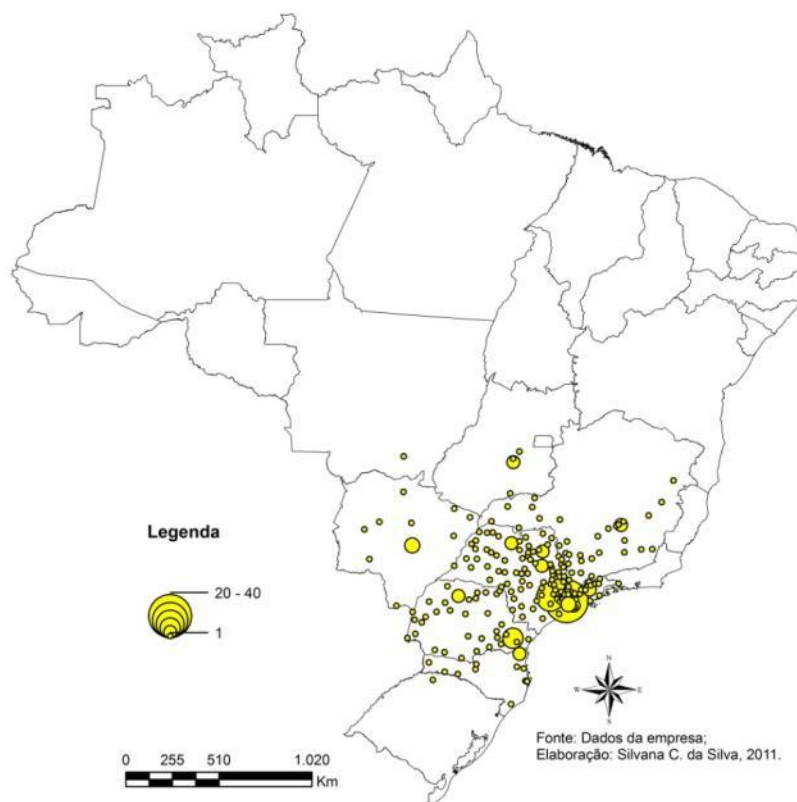
Segundo informações do Grupo Linx⁴⁴, antes o transporte de todas as roupas comercializadas nas lojas Pernambucanas era feito em caixas convencionais. As peças eram dobradas e ensacadas pelos fornecedores e, uma vez distribuídas, elas tinham que ser passadas antes de colocadas nas araras. Com o novo sistema, as peças saem prontas do fornecedor para exposição na loja – portando inclusive as etiquetas de preços – e são transportadas nos mesmos cabides com os quais elas serão expostas. A vantagem desse sistema é que ele reduz fases no processo, proporcionando significativa economia de tempo e custos, pois dispensa o uso de caixas e sacos plásticos e reduz o espaço destinado ao estoque nas lojas, já que em cabides as roupas necessitam de menos espaço e as lojas são abastecidas de acordo com as vendas. Além disso, as funções de passar as peças de roupas e deixar pronta para o consumo passam a ser responsabilidade dos fornecedores.

Toda a dinâmica desta empresa é comandada pelo escritório central da rede situado na cidade de São Paulo na rua da Consolação. A rede Pernambucanas segue sendo uma empresa familiar controlada pelo Grupo Arthur Lundren Tecidos S.A.

⁴³ Rede de lojas de departamento espanhola.

⁴⁴ Disponível em < <http://www.grupolinx.com.br/imprensa/releases/logPernambucanas.pdf>>. Acesso em 10/01/2012.

MAPA 3.14: LOCALIZAÇÃO DAS LOJAS DA REDE PERNAMBUCANAS – 2010

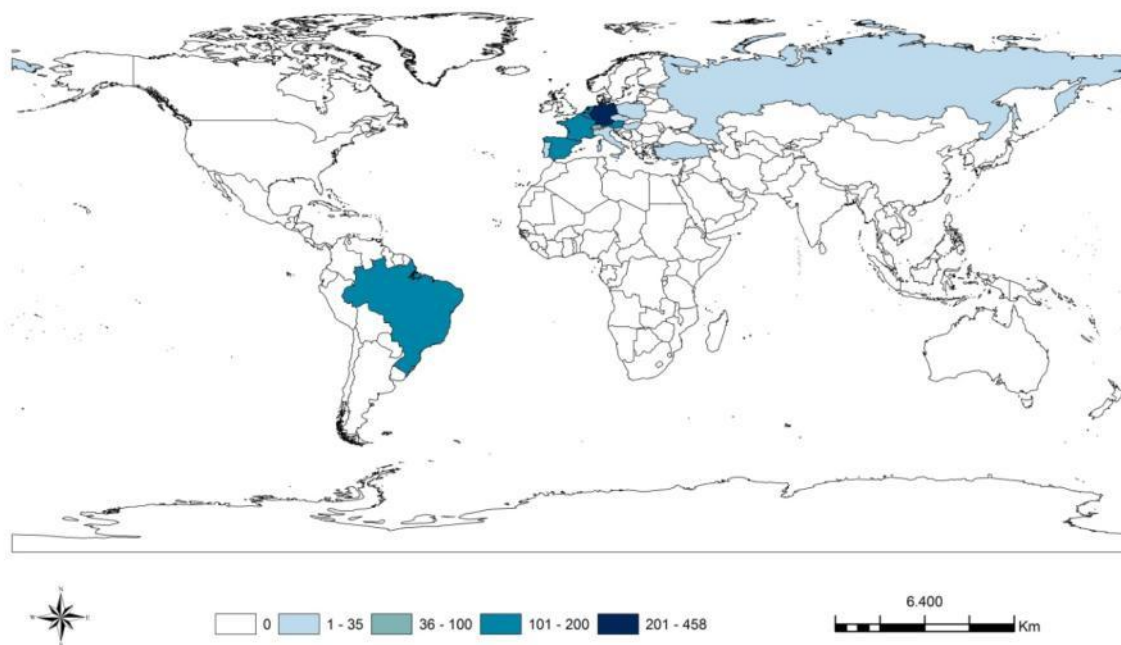


A C&A é a terceira maior varejista de vestuário no Brasil segundo o critério número de lojas (Ver Anexo III – Tabela B: Lojas da Rede C&A por municípios – janeiro de 2011). Esta é uma empresa de capital aberto de origem holandesa, fundada em 1841, chegou ao Brasil em 1976. A C&A pertence à COFRA Holding AG (sede na Suíça) e possui cerca de 1.500 lojas espalhadas pelo mundo, sobretudo na Europa, dois escritórios centrais (Dusseldorf na Alemanha e em Bruxelas na Bélgica) e 13 centros de distribuição (C&A, 2011).

A Alemanha constitui-se na principal área de atuação da empresa, com 458 lojas, seguida pelo Brasil com 181, Áustria com 142, Holanda com 125, Bélgica com 119 e França com 114 (Mapa 3.15). Possui aproximadamente 900 fornecedores para abastecimento de suas lojas, dos quais estão divididos em três grandes zonas geográficas pela empresa⁴⁵ (Subcontinente indiano, China e Turquia/Leste Europeu).

⁴⁵ A porcentagem de unidades produzidas por países fornecedores em 2009: 30,6% China, 9,6% Índia, 9,1% Bangladesh, 6,5% Turquia, 6,3% Itália, 4,8% Vietnã, 3,7% Romênia, 3,3% Sri Lanka, 2,8% Bulgária, 2,1% Macedônia e 21,2% outros (C&A, 2011, p. 43).

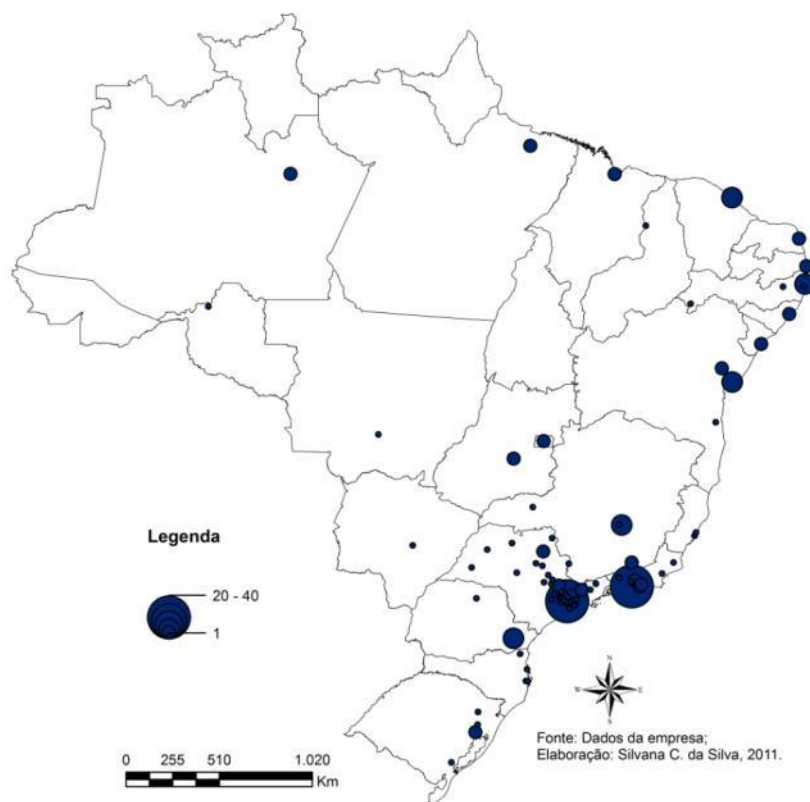
MAPA 3.15: LOCALIZAÇÃO DAS LOJAS C&A NO MUNDO - 2010



Fonte: Dados da Companhia C&A, 2011; Elaboração: Silvana Cristina da Silva, 2011.

As lojas da rede no território brasileiro localizam-se especialmente em cidades grandes, em geral nas capitais dos estados e aproximadamente 80% estão em shoppings. São Paulo abriga 23 lojas, seguida pelo Rio de Janeiro com 20, Belo Horizonte e Salvador com 6 unidades cada (Mapa 3.16).

MAPA 3.16: LOCALIZAÇÃO DAS LOJAS DA REDE C&A NO BRASIL – 2010



A Tabela 3.15 apresenta a quantidade de fornecedores da rede C&A e o número de oficinas subcontratadas por estes no território brasileiro. Vale ressaltar que mais da metade dos fornecedores e oficinas estão localizados no estado de São Paulo. Também destacamos que Santa Catarina, Minas Gerais, Rio Grande do Sul e Paraná também abrigam significativamente a produção da rede no Brasil, são áreas de especialização, conforme já apontamos no capítulo 02. Sublinhamos também que desses fornecedores e oficinas, grande parte localiza-se na cidade de São Paulo. A C&A tem escritório central no Brasil na cidade de Barueri/SP e centros de distribuição em Tamboré (RMSP) e Rio de Janeiro (RJ).

TABELA 3.15: DISTRIBUIÇÃO DOS FORNECEDORES E OFICINAS DA REDE C&A NO BRASIL - 2009

Estados	Fornecedores	Oficinas	%
São Paulo	262	1069	55,1
Santa Catarina	72	431	22,2
Minas Gerais	56	138	7,1
Rio Grande do Sul	46	102	5,3
Paraná	16	68	3,5
Rio de Janeiro	49	41	2,1
Rio Grande do Norte	2	34	1,8
Espírito Santo	14	26	1,3
Goiás	4	11	0,6
Ceará	8	10	0,5
Mato Grosso do Sul	7	6	0,3
Bahia	9	3	0,2
Mato Grosso	0	1	0,1
Pernambuco	4	1	0,1
Paraíba	4	0	0
Sergipe	3	0	0
Total	556	1941	100

Fonte: C&A (2009); Reorganização da autora.

A rede Riachuelo é controlada pelo Grupo Guararapes Confecções, com sede no distrito industrial de Natal/RN, adquiriu a rede Riachuelo em 1979 com a intenção de integrar varejo e produção. Inclusive a Guararapes atua na área de produção de tecidos com fábrica em Fortaleza/CE. A totalidade da produção da Guararapes é destinada à Riachuelo. Entre as grandes redes nacionais, a Riachuelo é a única que possui planta industrial, localizada em Natal/RN com 14 mil funcionários (Foto 3.20). No entanto, também se utiliza da subcontratação de fornecedores e oficinas, tendo 750 fornecedores cadastrados.

FOTO 3.20: UNIDADE DE PRODUÇÃO DA REDE RIACHUELO PERTENCENTE AO GRUPO GUARARAPES



Fonte: Grupo Guararapes (2009).

A rede de lojas Riachuelo teve um forte crescimento de 2005 a 2010, passando de 77 a 130 lojas (Ver Anexo III – Tabela C: Lojas da Rede Riachuelo – janeiro de 2011). A cidade de São Paulo abriga o maior número de lojas (10), seguida pelo Rio de Janeiro (6), Salvador (6), Belo Horizonte (5) e Manaus (5). A dispersão das lojas Riachuelo pelo território nacional segue a tendência de localização nas capitais e em algumas cidades do interior de São Paulo e do Paraná (Mapa 3.17). O escritório central da Rede Riachuelo situa-se também na cidade de São Paulo e os centros de distribuição da empresa situam-se em Natal/RN, Manaus/AM e Guarulhos/SP (Foto 3.21).

Assim como o centro de distribuição da rede Pernambucanas, a Riachuelo também adotou o sistema *Formove* do Grupo Linx Logística, que automatiza a distribuição usando o sistema de trilhos e cabides, reduzindo a manipulação do produtos no centro de distribuição e no transporte para as lojas, resultando em maior agilidade no sistema (Foto 3.22).

MAPA 3.17: LOCALIZAÇÃO DAS LOJAS DA RIACHUELO NO BRASIL – 2010

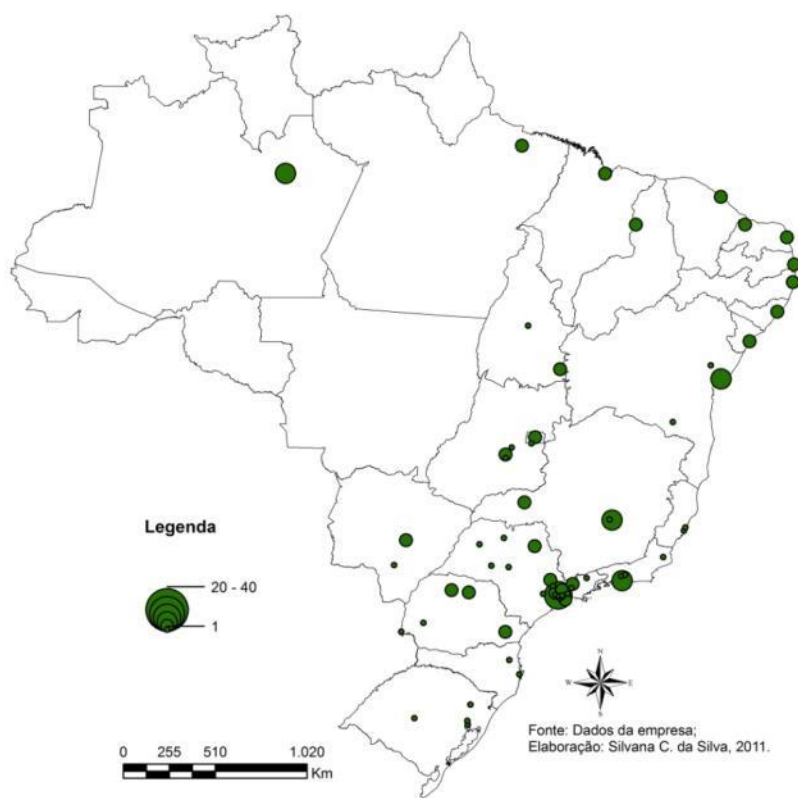


FOTO 3.21: VISTA AÉREA DO CENTRO DE DISTRIBUIÇÃO DA RIACHUELO EM GUARULHOS/SP



Fonte: Site Sindinvest <<http://www.sindinvestms.com.br/>> Acesso em 10/08/2011

FOTO 3.22: ÁREA INTERNA DO CENTRO DE DISTRIBUIÇÃO DA REDE RIACHUELO EM GUARULHOS/SP



Fonte: Site Infologis <<http://infologis.blogspot.com/2010/11/linx-logistica-equipa-cd-da-riachuelo.html>> Acesso em 20/02/2011.

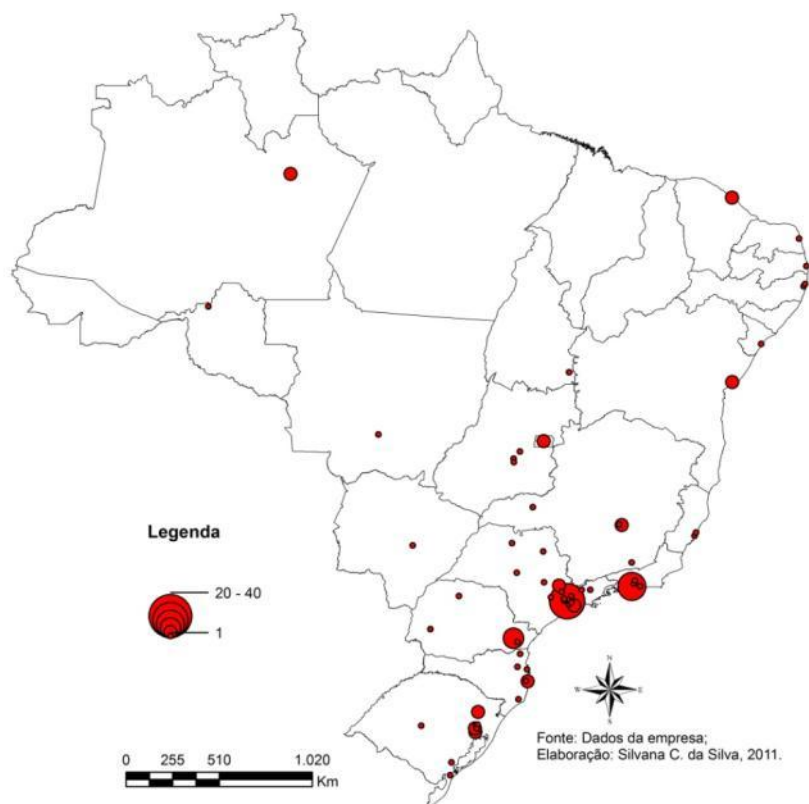
A rede de Lojas Renner origina-se no Rio Grande do Sul e é a única, entre as principais redes que mantém sua sede na cidade de origem. Foi fundada em 1922 como parte do grupo A. J. Renner, em 1965 torna-se loja departamentos independentes, em 1998, a J. C. Penney Brazil, Inc. subsidiária de uma das maiores redes de lojas de departamentos dos EUA, adquiriu o controle acionário da companhia. Como nova estratégia empresarial, em 2005 há a pulverização das ações na Bovespa. Em 2005 eram 68 lojas Renner, em 2010 eram 114 (Ver Anexo III – Tabela D: Lojas da Rede Renner por municípios – janeiro de 2011). A maior parte das lojas da rede Renner localiza-se no Sudeste e Sul do país. A cidade de São Paulo abriga 16 unidades, seguida pelo Rio de Janeiro com 13 e Curitiba com 6. Destaca-se que a rede também tem a estratégia de implantar lojas nas capitais dos estados e em algumas cidades, principalmente do interior de São Paulo (Mapa 3.18).

Segundo informações da própria rede Renner, o abastecimento de suas lojas ocorre a partir de dois centros de distribuição, localizados em Palhoça /SC e em São Bernardo do Campo/SP, estrategicamente situados próximos às áreas de maior concentração de fornecedores (44% dos fornecedores estão na região Sul e 50% no Sudeste) e próximos às principais rodovias do país. Um terceiro centro de distribuição foi implantado em Pernambuco. A distância média entre os fornecedores e os centros de distribuição, e destes em relação às lojas é de no máximo 930 km ou 48 horas. O sistema de automação dos centros de distribuição também foi implantado pela Linx logística⁴⁶.

O serviço de transporte é terceirizado e realizado por duas companhias especializadas que disponibilizam 269 caminhões monitorados via satélite. A gestão de tempos e movimentos faz parte da logística das Lojas Renner, sendo todo o sistema de fluxo operacional nos centros de distribuição gerenciado pelo sistema WMS Retek da Oracle (com base na tecnologia do código de barra, esse sistema permite o controle do produto desde a entrega no centro de distribuição até a chegada ao consumidor final, permitindo ajustes e a identificação de problemas). A Renner permanece com seu escritório central localizado em Porto Alegre/RS, diferentemente das outras redes, cujos escritórios situam-se na cidade de São Paulo ou na RMSP.

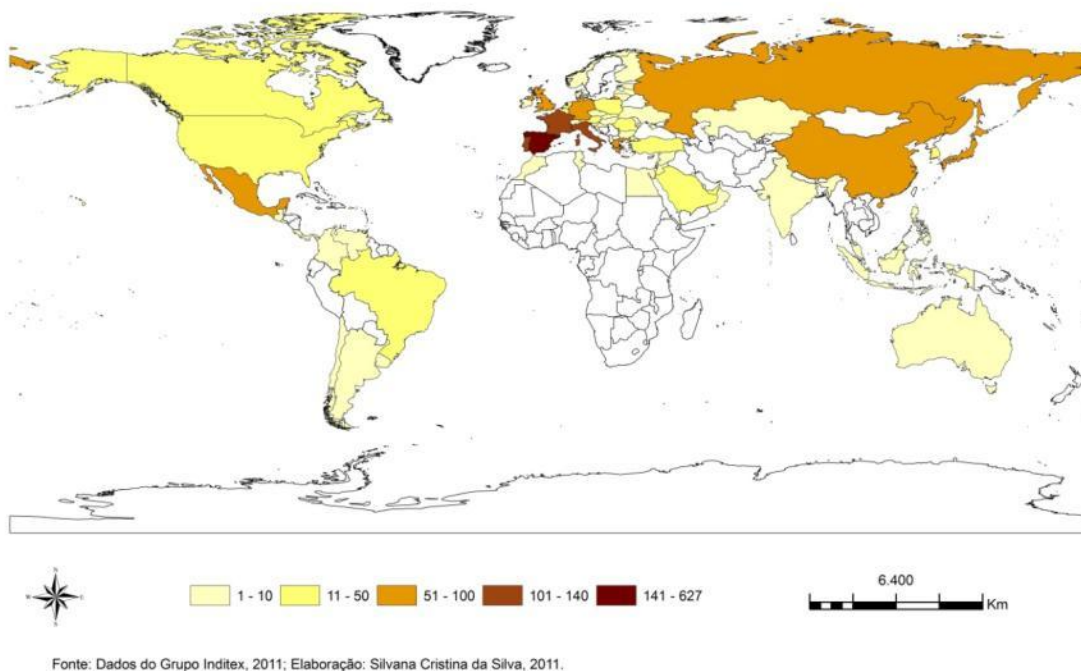
⁴⁶ Perfil institucional da empresa Renner. Arquivo informativo fornecido pela empresa via correio eletrônico (2009).

MAPA 3.18: LOCALIZAÇÃO DAS LOJAS DA REDE RENNER NO BRASIL – 2010



Acrescentamos à nossa análise, a rede de lojas Zara que pertence ao Grupo Inditex. Esse grupo é de origem espanhola e possui sob seu controle além da rede de lojas Zara, a Pull&Bear, a MassinoDutti, a Bershka, a Uterqüe, a Oysho e a Stradivarius. São 2.035 lojas Zara (considerando 294 unidades da Zara Home) espalhadas pelo mundo (Mapa 3.19), mas com forte concentração na Espanha (627 lojas), França (135 lojas), Itália (123 lojas) e Portugal (104 lojas). Os maiores fornecedores estão concentrados em Marrocos, Portugal, Turquia, Índia, Bangladesh. No entanto, a empresa possui fornecedores em todo o mundo, inclusive no Brasil.

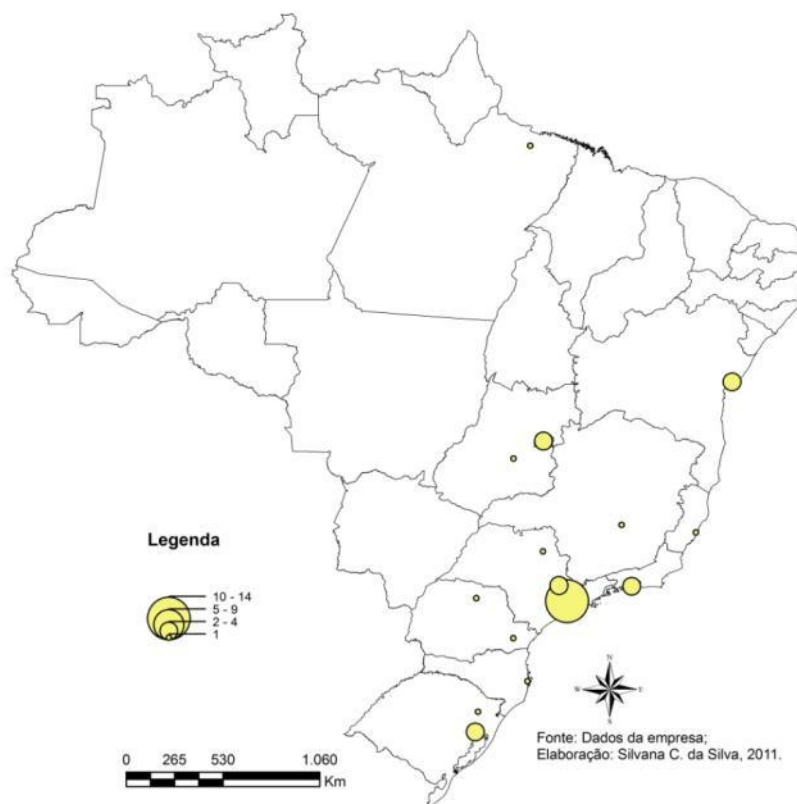
MAPA 3.19: LOCALIZAÇÃO DAS LOJAS ZARA NO MUNDO - 2010



A Zara possui 32 lojas no Brasil (Ver Anexo III – Tabela E: Lojas da Rede Zara por municípios – janeiro de 2011), sendo 10 situadas na cidade de São Paulo, 3 em Brasília, 3 no Rio de Janeiro e o restante em algumas capitais de estado, com exceção das unidades de Campinas, Ribeirão Preto, Londrina e Caxias do Sul (Mapa 3.20). O escritório central do grupo localiza-se na cidade de Coruña (Espanha) e no Brasil, o escritório que gerencia a rede encontra-se na cidade de São Paulo.

A rede Zara usa sofisticados sistemas de automação em seus centros de distribuição, tecnologias de informação para controle entre a necessidade do cliente e o acesso aos fornecedores, além de usar o sistema de código de barras para maior agilidade. O sistema logístico da Zara tem sido responsável pelo aumento dos lucros da empresa em função da redução dos estoques e das perdas. A Zara possui fábrica própria, no entanto, utiliza uma enorme rede de fornecedores que são acionados conforme necessidades.

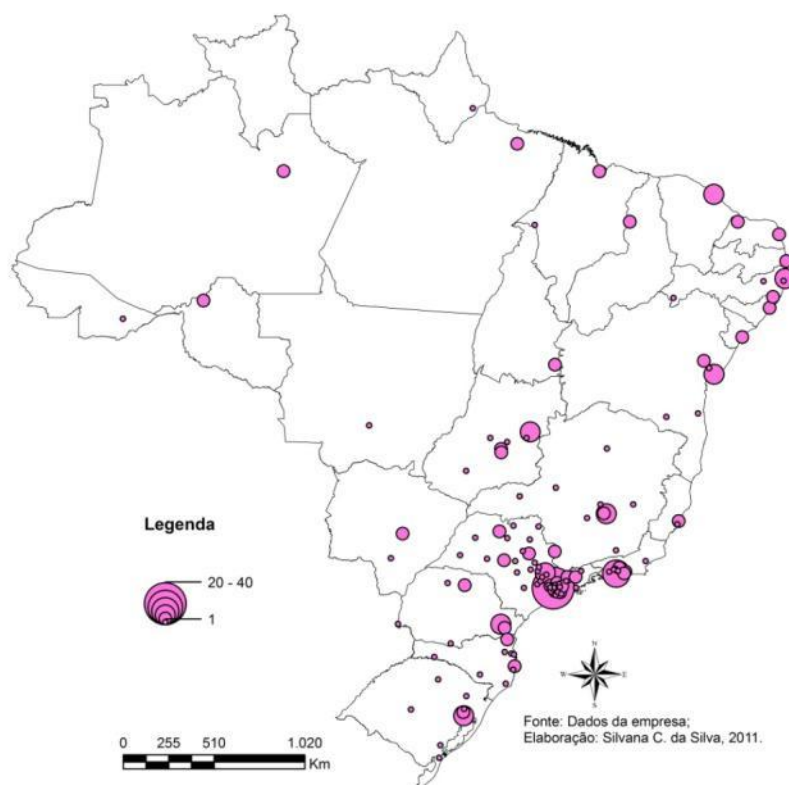
MAPA 3.20: LOCALIZAÇÃO DAS LOJAS DA REDE ZARA NO BRASIL – 2010



A rede de lojas Marisa destaca-se por ser a rede com maior número de lojas em todo o Brasil, cerca de 285 lojas espalhadas por quase todos os estados brasileiros, só não está presente em Roraima (Ver Anexo III – Tabela F: Lojas da Rede Marisa por municípios – janeiro de 2011). Em 2006, eram 166 lojas, ou seja, nos últimos cinco anos a estratégia da empresa foi de forte crescimento. Há uma forte pulverização das lojas no território nacional, entretanto algumas cidades tem maior densidade de unidades de venda como a cidade de São Paulo com 39 lojas, Rio de Janeiro com 14, Porto Alegre e Belo Horizonte com 9 unidades cada (Mapa 3.21). A distribuição das lojas dessa rede obedece elementos da urbanização brasileira, pois as unidades da Marisa são instaladas em lugares com possibilidades de acesso e de mercado consumidor. Segundo dados do perfil institucional (2009), há 40 municípios com população e potencial de consumo capazes de receber uma loja Marisa e 60 lojas já implantadas que comportam ampliação.

A companhia Marisa concentra a maior parte dos seus fornecedores na RMSP. Ela contrata oficinas para execução da sua produção, que é totalmente normatizada por ela, no Brás e Bom Retiro (ou bairros próximos). A rede Marisa possui quatro grandes centros regionais de distribuição: Goiânia/GO, Blumenau/SC, Jaboatão/PE e Barueri/SP, sendo este último o maior. No sistema de distribuição da Marisa, a mercadoria não fica mais que um dia no centro de distribuição, indo rapidamente para as lojas. Não há estoques, havendo reposição rápida e a possibilidade da grande variação dos modelos. As estratégias da empresa, além da subcontratação da etapa da costura, centram-se no *design*, na pesquisa (realizadas no exterior para lançamento das suas coleções) e na logística para ajustar a entrega das peças sem acúmulo de estoques e de perdas.

MAPA 3.21: LOCALIZAÇÃO DAS LOJAS DA REDE MARISA NO BRASIL – 2010



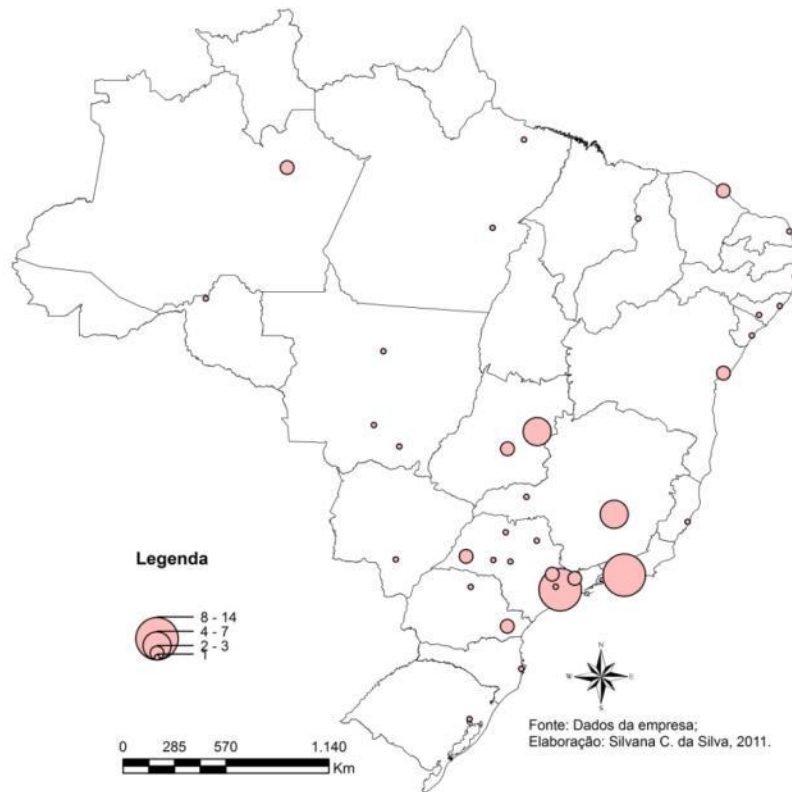
Por fim, das grandes marcas, a Ellus é uma marca brasileira fundada por Nelson Alvarenga em 1972 e desde 2008 faz parte da *holding* Inbrands com atuação no mercado de consumo de alto padrão no Brasil e no mundo (mais de 1000 lojas multimarcas espalhadas na América Latina, Estados Unidos, Oriente Médio e Ásia) que controlam as marcas Ellus, 2nd Floor, Vila Romana, Alexandre Herchcovitch, Richards, Rintang, Salinas, Mandi, entre outras. Além disso, a Inbrands organiza os principais eventos de moda do país, por meio do controle das marcas SPFW (São Paulo Fashion Week) e Fashion Rio.

A sede da Ellus localiza-se em Santo Amaro em São Paulo, onde fica o núcleo de criação da empresa, com cerca de 300 funcionários. Grande parte da produção da Ellus é executada fora do país (60 a 70%), entretanto, a pesquisa e desenvolvimento são realizados no Brasil.

A empresa é dividida em setores: camisaria, jeans, jaquetas, modinha e acessórios, cada setor tem estilistas e equipes de desenvolvimento de produtos. No caso das camisas, a produção é feita no Peru, Uruguai, Bolívia e China. No entanto, os produtos de índigo (jeans), a produção é realizada 100% no Brasil, como se trata de um produto que é carro-chefe da empresa, a exigência por qualidade é maior, então a produção é executada por fábricas em Minas Gerais (São João Del Rei e Pouso Alegre) e Paraná (Cianorte). A lavagem das peças é realizada em Taboão da Serra e Cianorte. Funcionários da Ellus acompanham todo o processo de produção enviando funcionários *in loco*. Outros segmentos da produção como vestidos, blusinhas (modinha) são realizados na Zona Sul de São Paulo (Capão Redondo, Itapeceira da Serra, Vila Cruzeiro, etc.), não ultrapassando 10 km da unidade de desenvolvimento de Santo Amaro, sendo que a Ellus executa o transporte. A empresa possui dois centros de distribuição: na própria sede que distribui cerca de 20% da produção e no Rio de Janeiro que detém 80% da distribuição.

Os pontos de vendas organizam-se em franquias e representantes de multimarcas que somam mais de 1.000 no Brasil e mundo. São 66 lojas Ellus no território brasileiro (Ver Anexo III – Tabela G: Lojas Ellus por municípios – janeiro de 2011 e Mapa 3.22), com uma tendência a concentração em cidades com extratos de renda elevados como São Paulo com 14 lojas, Rio de Janeiro com 8 e Brasília com 4 lojas. Destacamos a presença de lojas em cidades das áreas de modernização agrícola como Sinop e Rondonópolis no Mato Grosso.

MAPA 3.22: LOCALIZAÇÃO DAS LOJAS ELLUS NO BRASIL – 2011



O circuito superior tem como principais agentes as grandes empresas de atuação mundial. Dentre as *grifes* mundiais de atuação no Brasil podemos citar: Armani, Ralph Lauren, Jean-Paul Galtier e Calvin Klein, além das marcas Diesel e a Gap. Entre os grupos de marcas que representam grandes empresas de origem brasileira destacamos: a Forum/Triton, M. Officer, Ellus, Cavaleira, Iodice, Opera Rock, Osklen, Vide Bula, Zoomp, Cori, Gloria, Maria Bonita, Ricardo Almeida, Uma, Cia Marítima, High Still, Richards, V. R., Valisere. Além das empresas que surgiram a partir dos estilistas, das quais destacamos Alexandre Herchcovich, André Lima, Isabel Capeto, Lino Villaventura e Ronaldo Fraga⁴⁷.

⁴⁷ Informações sistematizadas do trabalho de Kontic (2007). Alertamos que citamos as principais empresas no ramo da moda, no entanto, muitas outras marcas que têm a mesma forma de atuação e mesmo poder de imposição de tendências no mercado podem ser encontradas.

No mercado de produção de roupas em massa destacamos a Levi's de origem americana e as de origem nacional Hering Store, TNG, Vila Romana e as marcas de lojas de departamento. Esse grupo, para Kontic (2007), compõe o núcleo motriz de inovação da moda no Brasil, não apenas pela sua capacidade econômica, mas por sua capacidade criação e inovação. Acrescentaríamos a essa análise o papel desse grupo em retransmitir as tendências internacionais e, a partir do "gosto" nacional, criar as tendências, pois o núcleo de concepção dessas empresas realiza pesquisa nos centros de difusão da moda internacional para a criação de suas coleções e as adaptam ao mercado interno.

Essas empresas supracitadas são responsáveis pela imposição da moda no Brasil, sobretudo com processo de globalização, tendo como centro difusor no território nacional a cidade de São Paulo. Os profissionais que surgiram neste movimento também revelam o papel da metrópole nacional na "indústria da moda". Os estilistas passaram a ter *status* profissional e certificação superior, jornalistas e profissionais especializados (difusores de tendências e formadores de opinião pública), *bureaux* (consultorias de estilo), profissionais do *marketing*, agências de modelo, estúdios fotográficos, promotores de evento, gerentes e administradores especializados no setor encontram as condições de desenvolvimento na metrópole.

Não podemos afirmar que apenas essas empresas compõem o mercado nacional hegemônico de confecções, na verdade elas expressam parte dele, entretanto, o mercado nacional é muito heterogêneo. Há indústrias, empresas e confecções locais e regionais que corroboram para a complexidade do ramo. Entretanto, essas dão uma medida da economia política da cidade vista por meio dessa atividade econômica para a cidade de São Paulo, sem que esqueçamos a economia política da urbanização.

O ramo de vestuário apresenta características muito próprias como necessidade elevada de mão de obra, sazonalidade dos produtos, mudanças de modelos e cores e diversidade imensa de produtos. A partir das situações empíricas apresentadas verificamos que cada empresa apresenta estratégias territoriais próprias, entretanto, há convergências. As situações revelam que a produção, distribuição, comércio e consumo necessitam de articulações cada vez mais complexas. Assim retomamos a tese fundamental de Veltz (2005), em que a eficácia da organização é que explica o desempenho das condições modernas da tecnologia e a dinâmica dos mercados, muito mais que os custos ou mesmo a qualidade dos fatores considerados

separadamente. Assim, a produtividade não decorre da adição das produtividades das partes e sim *da produtividade sistêmica das relações*.

Um elemento relevante condiciona a produtividade sistêmica das relações, sobretudo para as grandes empresas, é a logística. Para Eliseu S. Sposito (1999), a mundialização do capital tem como base as *revoluções logísticas*, às quais decorrem da incorporação das tecnologias aos transportes para assegurar o aumento da velocidade dos fluxos de capitais e a circulação de informações, especialmente às informações associadas às novas ideias, potencialmente geradoras de maiores lucros. Silveira (2009) define a logística como uma estratégia de planejamento e gestão da circulação e das comunicações nos transportes. Haveria, para o autor cinco revoluções e evoluções logísticas⁴⁸, ainda que o Brasil não tenha em nenhum momento participado da liderança tecnológica e comercial global, essas revoluções tiveram fortes impactos no território brasileiro, sobretudo a quarta e a quinta revoluções, pois o desenvolvimento dos meios de transportes rápidos, sistemas de comunicação, possibilitaram a integração do território nacional e essa à economia mundial. “O paradigma de redes, presentes em todos os setores econômicos e sociais, numa conexão superposta, contribuiu para o entendimento do atual estágio do processo de produção – produção, distribuição, troca e consumo. Nesse, os sistemas de transporte e a logística tiveram participação efetiva” (SILVEIRA, 2009, p. 29).

A eficácia do grupo Ellus, por exemplo, depende da capacidade de coordenação de todos os elementos da produção, distribuição, comércio e consumo, tendo a logística papel relevante nesta coordenação. A marca lança em média 680 modelos por coleção. Cada segmento de atuação da marca implica em um tipo de organização da produção, por exemplo, a produção das camisas que são concebidas na sede em São Paulo é realizada em grande parte na China (o prazo entre a concepção e a chegada dos lotes costurados no Brasil é de quatro meses). Um navio demora em média vinte dias para realizar o transporte da China até o porto de Santos e os

⁴⁸ Silveira (2009) identifica essas cinco revoluções logísticas com base no trabalho de Anderson (1990). De maneira sintética as cinco revoluções logísticas são: I- iniciou-se na Mesopotâmia, Egito, Grécia e Roma com a expansão das grandes civilizações (Idade Antiga: 4.000 a.c. – 476 d.c), sistemas de movimento usados era a tração animal; II – Europa Católica (em expansão com as Cruzadas: do século XI ao XVI), houve o desenvolvimento da logística de guerra, transporte de armamentos, rotas comerciais, caravanas (terra e rotas marítimas) e a evolução tecnológica dos navios intercontinentais; III – Europa, especialmente Inglaterra (século XVIII e parte do XIX), abertura de canais, calçamento de estradas, locomotiva e o navio a vapor e implantação dos cabos submarinos telegráficos intercontinentais; IV- Europa e América, sobretudo Alemanha e Estados Unidos (final do século XIX e parte do XX), aumento da velocidade nas trocas, motor à combustão e comunicações via cabo; V – Japão, Estados Unidos e partes da Ásia (final do século XX e início do XXI), maior integração comercial, infovias, autoestradas, telemática, trens de alta velocidade, fibra ótica, comunicação via satélite.

trâmites de liberação das mercadorias podem chegar a mais vinte dias. Trata-se de produção em grande escala (600 mil camisas em média) e o principal elemento do custo é a mão de obra.

O salário médio de uma costureira em São Paulo é de R\$ 1.200,00 reais, no interior do estado cerca de R\$ 900,00 e na China R\$ 319,00 por mês, então no cálculo da produtividade sistêmica da marca é viável enviar a produção de camisas à China. Entretanto, isso vale para esse segmento. No caso do jeans não, porque outros elementos entram no cálculo. Verifica-se a necessidade de coordenação de todos os segmentos, sendo o território ativo em tais decisões.

A base da organização das atividades é a divisão territorial do trabalho, expressa pela economia política da urbanização e da cidade, que comporta complementaridades funcionais, e também hierarquias (não determinísticas e rígidas). Ao mesmo tempo, o trabalho vivo, engendrado por diversos atores, sendo aqueles do circuito superior estruturantes, reforça e/ou modifica a divisão territorial do trabalho. Por isso, encontramos na organização territorial das redes de varejo como Renner, Pernambucanas, Marisa, C&A, Zara e Riachuelo determinações da economia política da urbanização como número de habitantes para o consumo (associado a extratos de renda), existência de sistemas técnicos de transportes (acesso fácil a rodovias) e telecomunicações (transmissão de informação do consumo para reposição de produtos e comunicação com os fornecedores), disponibilidade de mão de obra (qualificada ou não, salários baixos ou não, sindicalização), existência de incentivos territoriais e fiscais.

Verificamos que há forte tendência dessas empresas em usufruir de áreas de especialização produtivas no vestuário no território nacional, mas, especialmente da cidade de São Paulo (Brás e Bom Retiro com maior intensidade, além das periferias pobres), portanto há certa hierarquia quando tratamos da produção no circuito espacial do vestuário, ainda que tendam a se espalhar pelo interior, os fornecedores e as oficinas estão concentradas em São Paulo. A condição metropolitana traz possibilidades como a atual disponibilidade de imigrantes, dada a condição dessa população, ela apresenta um perfil subserviente ao trabalho no ramo de vestuário, sobretudo na costura.

Identificamos uma especialização das cidades da Região Metropolitana de São Paulo no abrigo de centros de distribuição. Dada a necessidade de enormes espaços, os centros de distribuição não podem estar localizados em áreas urbanas muito adensadas como nas áreas centrais da cidade de São Paulo em função do custo da terra e das dificuldades de circulação. No entanto, a distribuição exige certa proximidade com os fornecedores para agilizar o processo

produtivo, redução do tempo de entrega e redução do desperdício. Cidades como Barueri, São Bernardo do Campo e Guarulhos apresentam uma complementaridade funcional dentro do circuito espacial de produção do vestuário e conseqüentemente na RMSP, pois possibilitam a articulação entre a produção, distribuição e consumo.

A análise da concentração do consumo por meio da localização das lojas de varejo, em grande medida reforça a existência da região concentrada, a existência da desigualdade regional no território brasileiro e o caminho seletivo do circuito superior em suas atividades. A cidade de São Paulo aparece como centro de comando da engrenagem do circuito espacial de produção do vestuário no território nacional. Além de abrigar a produção, a cidade de São Paulo é o centro de coordenação do circuito. As demandas por mão de obra qualificada conectadas aos serviços de concepção, *marketing*, logística, serviços financeiros, gerenciamento, administração, consultorias jurídicas e agências de publicidade são encontradas em São Paulo, ao mesmo tempo, a cidade concentra mão de obra a imigrante, que se insere na produção do vestuário, etapa da costura.

Todos esses elementos, a princípio locais, compõem ativamente o circuito espacial de produção, não são externalidades, por isso a necessidade incessante de coordenação das empresas no período atual, pois “a competitividade por organização é, necessariamente, uma competitividade sistêmica”⁴⁹ (VELTZ, 2005, p. 187). A globalização das empresas pauta-se na diferenciação dos produtos e tem condicionantes territoriais também. Para Veltz (2005) a diferenciação funda-se em três palavras-chave explicativas: qualidade; variedade; reatividade e inovação. Para uma rede como a Zara expandir suas atividades ela necessita constantemente investir em qualidade⁵⁰, variedade de itens disponibilizados à venda, ser reativa a qualquer ação dos concorrentes, às vezes até agindo em cooperação, e ter capacidade de inovação, ter uma *expertise* para criar novos consumos e produtos inovadores. Isso exige muito investimentos em pesquisa e desenvolvimento, sem deixar de buscar lugares que forneçam mão de obra barata, como os bolivianos em São Paulo, na cidade de Americana/SP ou na China. Esse *quebra-cabeça permanente* (VELTZ, 2005) tem sustentação na logística, cuja base está nos sistemas técnicos e de telecomunicações.

Chesnais (1996) aponta que a concentração de capitais no comércio atacadista ou mesmo em lojas de varejo (lojas de departamento, supermercados e hipermercados) acaba ameaçando os próprios grupos industriais, sobretudo quando há a formação de “oligopsônio” (pequeno número

⁴⁹ Tradução livre.

⁵⁰ Não necessariamente precisa ter qualidade, mas precisa parecer ter qualidade, conforme destaca Antunes (2009).

de compradores para muitos vendedores), pois tais grupos passam a controlar o acesso à demanda final. A expansão do número de lojas das grandes redes de vestuário representa, em grande medida, a expansão do controle sobre a demanda. A produção, ainda que dispersa, formada cada vez mais por pequenas e médias oficinas de costura acabam se subordinando ao capital comercial.

As redes de varejo analisadas usam o território a partir de uma *expertise* organizacional que coordena, não apenas a produção, mas onde, como e em quanto tempo o produto chega até o mercado consumidor, já projetando novos produtos a partir da avaliação do consumo do presente.

As cidades apresentam papéis significativos para a execução das funções no processo produtivo, há forte complementaridade funcional entre as cidades e há necessidade de concentração de certas atividades na metrópole. Essa necessidade de coordenação cria materialidades no território, dessa forma, constitui-se a dialética das atividades econômicas e o território, não como externalidade, mas como papel ativo nos circuitos produtivos no período atual.

As grandes líderes varejistas do mercado brasileiro e as grandes marcas, que compõem o circuito superior, usam a especialização do Brás e Bom Retiro para a realização da produção. Estas não representam todo o seguimento dos varejistas, porém, formam uma parte significativa. Elas apresentam um sistema de organização produtiva que vem se tornando predominante no mercado, organização essa, cujos nexos da exploração dos atributos territoriais estão presentes. O fato da metrópole de São Paulo reunir uma densidade de consumidores, de sistemas técnicos (transporte e de comunicação), a existência de mão de obra de elevada qualificação e também de imigrantes pobres (hegemonizados pelo sistema em função de não disporem poder de ação ou escolha) fizeram da metrópole um lugar de escolha das empresas.

3.3. O ESTADO E AS GRANDES EMPRESAS DO RAMO DO VESTUÁRIO

O Estado moderno não criou o capitalismo, mas o herdou, por isso “o capitalismo só triunfa quando se identifica com o Estado, quando ele é o Estado” (BRAUDEL, 1987, p. 55). Do mesmo modo o capitalismo não inventou as hierarquias, mas as incorpora, reforçando ou enfraquecendo segundo suas demandas, dando novos significados ao conceito de dominação. O que caracterizava o antigo capitalismo, que funcionava com base na concorrência, era que ele exportava mercadorias, enquanto que hoje – com a expansão sem precedentes dos monopólios – ele exporta capital. Monopólios e oligopólios não existiriam sem a proteção do Estado, daí as necessárias articulações entre Estado e Empresas. Aqui reside um elemento fundamental de distinção entre o circuito superior e o circuito inferior da economia urbana (SANTOS, 2004).

A formação de oligopólios é bastante comum em determinados ramos de atividades como informática, aeronáutica, automobilística e farmacêutica. No caso do ramo de vestuário há uma diversidade muito grande de empresas que se expressa na capacidade de controlar circuitos de valorização em escalas locais, regionais, nacionais ou mundial. Apesar da diversidade, o ramo do vestuário vem se destacando pelo aumento do poder de grandes empresas como as analisadas no item anterior. Seria forçoso falarmos em oligopólios para todas as situações dentro do circuito, mas talvez faça sentido quando nos referimos as grandes redes de varejo de atuação nacional e multinacional afirmarmos que há a formação de redes líderes no território nacional.

A ação do Estado tem papel fundamental para as grandes empresas: por meio de financiamento direto ou indireto (infraestrutura e fatores de reprodução da mão de obra, formação profissional, investimentos em indústria de base, subsídio à exportação); criação de legislação fiscal discriminatória e leis de investimentos; uso corporativo do território associado ao processo de *socialização capitalista* (dinheiro de todos, investimentos obedientes às grandes empresas); além disso, o Estado é construtor de ideologias – do desenvolvimento. (SANTOS, 2004).

As ações estatais que beneficiam as grandes empresas de varejo do vestuário no Brasil são de âmbitos variados, desde acordos que envolvem diretamente as empresas até mesmo os grandes investimentos do Estado em infraestrutura como transporte e comunicação e aquelas ações normativas. Além disso, a organização federativa do território brasileiro cria possibilidades de políticas públicas tanto na esfera Municipal, Estadual e União sejam direcionadas às empresas.

O Grupo Guararapes Confeções S/A, controlador da rede de lojas Riachuelo, possui incentivos fiscais no âmbito da União e do Estado. A companhia possui isenções fiscais do imposto de renda (redução de 75% até ano base de 2017) sobre os produtos comercializados e fabricados nas unidades de produção localizadas em Natal/RN e Fortaleza/CE (isenção de 75% de imposto de renda concedidos pela SUDENE - Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste). A Guararapes também possui incentivo fiscal no âmbito do Fundo de Desenvolvimento Industrial do Ceará (FDI) até 2023, esse incentivo é traduzido em financiamento de 75% do ICMS devidos, corrigido pela TJLP (Taxa de Juros de Longo Prazo), sendo que a amortização das parcelas ocorrerá com desconto de 99% do valor atualizado após a carência de um mês. A empresa também é beneficiária do Programa de Apoio ao Desenvolvimento Industrial do Rio Grande do Norte (PRODI) até 2019, em que possui financiamentos de 75% do valor do ICMS, sendo sujeitos a 3% de juros ao ano e atualização do valor monetário com base na TR (Taxa Referencial de Juros), tendo também desconto de 99% de desconto nas amortizações após carência de dois meses⁵¹.

Segundo reportagem de O Globo⁵², o Grupo Guararapes teve um aumento no lucro líquido de 111,5% (de R\$ 24,5 milhões em 2008 para R\$ 51,8 milhões em 2009) após ser beneficiada com projetos de incentivos fiscais, sendo que as vendas subiram 5%. Segundo a Riachuelo, o aumento do lucro relaciona-se ao aumento da produção de peças com maior valor agregado.

Além desses incentivos, o Grupo Guararapes obteve financiamento do BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social) no valor de R\$ 342 milhões para expansão da rede de lojas Riachuelo em 2009 (R\$ 293,4 milhões para abertura de 16 novas unidades e reforma de, pelo menos, 10), expansão do Midway Shopping Center em Natal (R\$ 17,7 milhões) e para a implantação de uma unidade de produção no Ceará (R\$ 31,6 milhões)⁵³.

⁵¹ Informações aos investidores do Grupo Guararapes. Disponível em <http://www.mzweb.com.br/guararapes/web/conteudo_pt.asp?idioma=0&tipo=19905&conta=28>. Acesso em 05/12/2011.

⁵² Disponível em <<http://oglobo.globo.com/economia/controladora-da-lojas-riachuelo-dobra-lucro-para-518-milhoes-3158592>> Acesso em 11/11/2010.

⁵³ Informações do site do BNDES. Disponível em <http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/bndes/bndes_pt/Institucional/Sala_de_Imprensa/Noticias/2009/Todas/20091207_guararapes.html> Acesso em 05/12/2011.

Assim como a rede Riachuelo, a rede Marisa também obteve em sua expansão o apoio do BNDES. Em 2004 o banco financiou a implantação de 16 novas lojas e a reforma de mais 12, somando um investimento de R\$ 16,2 milhões de reais⁵⁴. Em 2006 foram mais R\$ 114,7 milhões para instalação de 19 novas unidades, ampliação de 30 e reforma de 12 unidades⁵⁵.

Esses são apenas alguns exemplos de ação direta do Estado que beneficia empresas do circuito superior, tornando ainda maior a distância em relação ao circuito inferior.

Silveira (2011) aponta que as obras de infraestrutura não são evidentemente usadas apenas pelos atores hegemônicos, entretanto, elas obedecem à racionalidade das grandes empresas que buscam expandir seus rendimentos por meio da ampliação nos seus pontos de atuação. A expansão das redes de lojas de vestuário no território brasileiro vinculara-se ao crédito, ao alargamento do consumo das classes médias e pobres, à expansão dos *macrossistemas técnicos*, pois é necessária a existência de sistemas de transportes para que as mercadorias cheguem até o mercado consumidor, sistemas de telecomunicações que conectem os escritórios centrais, ao centro de distribuição e as lojas, além de sistemas de armazenamento de informações para controle dos fornecedores (controle da produção) e à urbanização. A urbanização trouxe a concentração de população, elemento significativo para a realização do capital. Dessa forma, as obras de infraestrutura orientadas à grande empresa compõem outro elemento de ampliação da oposição entre os circuitos da economia. Coube ao circuito inferior usar essas infraestruturas de maneira intersticial, residual e subordinada.

O Estado é fundamental na promoção de políticas territoriais. No entanto, o Estado, conforme aponta Santos (1997), sobretudo a partir da década de 1990 passou a orientar suas políticas ao mercado, priorizando os investimentos que beneficiam os grandes empreendedores sob a justificativa da ampliação de empregos e crescimento econômico do país. Dessa forma, houve a priorização dos investimentos corporativos. Já os agentes dos micro e em parte dos meso-circuitos são alijados dessas políticas territoriais. O Estado, muitas vezes cede às chantagens do mercado e atua para atender suas demandas. Ressaltamos que os agentes do Estado

⁵⁴ Informações do site do BNDES. Disponível em <http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/bndes/bndes_pt/Institucional/Sala_de_Imprensa/Noticias/2004/20040701_not838.html>. Acesso em 05/12/2011.

⁵⁵ Informações do site do BNDES. Disponível em <http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/bndes/bndes_pt/Institucional/Sala_de_Imprensa/Noticias/2006/20060810_not142_06.html> Acesso em 05/12/2011.

muitas vezes coincidem com os do mercado, assim, interesses privados são “naturalmente” incorporados ao cotidiano das políticas públicas.

Mesmo quando o Estado passa a tentar interferir em certos mecanismos de aquisição de lucro das corporações encontra dificuldades. O embate recente entre as instituições estatais e a empresa Zara expõe a fragilidade das atividades de pequenas dimensões frente ao poder das corporações. A Zara vem se recusando a assinar do Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) proposto pelo Ministério Público em reação aos problemas de uso de trabalhadores sem o cumprimento das leis trabalhistas em oficinas de costura subcontratados pelos fornecedores da rede Zara⁵⁶. A empresa propõe um plano de ação em que não contempla a principal ação exigida pelo Ministério Público, que é a responsabilização jurídica da empresa pelo uso da subcontratação de oficinas.

Sem entrar no debate teórico sobre a teoria e função do Estado, pois não é nosso objetivo de pesquisa, apontamos alguns aspectos da constituição do Estado moderno e do modo de produção capitalista que, em certa medida, contribui para a compreensão do comportamento dos atores sociais como as grandes empresas.

A economia capitalista caracteriza-se pelo movimento incessante de tendência ao crescimento e a acumulação. As cadeias de mercadorias servem para dar opacidade a esses circuitos de acumulação, neste sentido, quanto mais amplos melhor, assim a polarização aguda da acumulação fica difícil de ser visualizada (WALLERSTEIN, 2002). Neste sentido, Wallerstein (2002) identifica a peculiaridade do Estado moderno: a constituição da soberania interna e externa, ou seja, o Estado tem autoridade em seu território em colocar em prática ações sem questionamentos. Além disso, outros Estados territoriais devem respeitar a soberania uns dos outros. Entretanto, na prática a soberania é relativa, pois há desigualdades de poder entre os Estados territoriais, sendo que alguns conseguem impor sua decisão, mais que outros.

Wallerstein (2002) esclarece como o sistema político inter-Estatal é funcional ao capitalismo pela metáfora do *Estado guarda-noturno*, ou seja, o Estado protege a propriedade privada, pois não haveria sentido acumular capital, se não fosse possível conservá-lo. O Estado, pelo monopólio legítimo da violência garante a perpetuação da acumulação. O sistema inter-

⁵⁶ Reportagens: “Zara não aceita TAC e informa plano de ação”. Jornal Valor Econômico, 01 de dezembro de 2011 e “Zara gerencia crise de imagem à distância”. Jornal Estadão, 04 de dezembro de 2011.

Estatat permite a estabilidade e o apoio do Estado possibilita a previsão dos investimentos. A taxa  o das atividades em grande medida retorna para o grande capital na forma de serviços, “o que significa que a taxa  o pelo Estado tende ser uma maneira de transferir mais-valia de pequenas empresas e classes trabalhadoras para grandes capitalistas” (WALLERSTEIN, 2002, p.97). O autor ainda discorre que outra forma de benefício do Estado aos capitalistas   pela garantia de monopólio. Apesar do discurso de livre mercado, o Estado é o principal ator que reserva mercado a grandes empresas por diversos mecanismos como leis de importação e exportação e pela garantia que Estados fracos não dêem monopólios aos seus empresários.

As empresas do varejo do vestuário têm nas ações do Estado um aliado na expansão das atividades de comércio e na promoção da logística. Além disso, o crédito, as normas, os incentivos fiscais tornam esses agentes econômicos mais poderosos, aumentando a distância entre o circuito superior e inferior.

3.4. CRÉDITO, PUBLICIDADE E CONSUMO: A EXPANSÃO DAS ATIVIDADES DAS GRANDES EMPRESAS DO RAMO DE VESTUÁRIO

A financeirização das atividades cotidianas concretiza-se de diversas formas, uma delas é pelo crédito. As empresas de varejo do vestuário vêm se destacando também como empresas de venda de crédito, ou seja, de venda de dinheiro em seu estado puro, e também de serviços financeiros. O crédito no período atual associa-se à necessidade cada vez maior de consumo da população, independentemente da classe de renda. Esse consumo por sua vez, conecta-se à importância da publicidade.

Uma variável chave do período atual é a financeirização. Nos últimos anos a esfera financeira cresceu enormemente e vem se infiltrando na vida cotidiana. Quando pensamos o circuito espacial de produção do vestuário e as atividades que derivam desse circuito na cidade de São Paulo encontramos a importância crescente das formas de financiamento, formando nexos entre o circuito superior e inferior.

O crescimento do consumo de vestuário no Brasil tem forte comunhão com o aumento das possibilidades de crédito. Inclusive, as redes de lojas varejistas oferecem várias bandeiras de cartões de crédito e cartões próprios aos seus clientes. Concomitantemente, oferecem vários serviços financeiros por meio de seus cartões como seguros e empréstimos.

Chesnais (1996) explicita como as dimensões produtiva e financeira estão cada vez mais imbricadas a partir da década de 1980, inclusive levando o surgimento de interpretações como as que sugerem a existência de uma “indústria de finanças”, dando autonomia às finanças como se fosse um campo de valorização de capital, como em qualquer outros setor. O autor é resolutivo ao dizer que a autonomia do setor financeiro é sempre uma autonomia relativa, pois os capitais que se valorizam na esfera financeira nascem no setor produtivo. “A esfera financeira alimenta-se da riqueza criada pelo investimento e pela mobilização de uma força de trabalho de múltiplos níveis de qualificação. Ela mesma não cria nada. Representa a arena onde se joga um jogo de soma zero: o que alguém ganha dentro do circuito fechado do sistema financeiro, outro perde.” (CHESNAIS, 1996, p. 241).

As finanças por muito tempo foram vinculadas ao papel dos bancos. Os lucros dos banqueiros significam a retenção sobre a *mais-valia* e para Chesnais (1996), a globalização financeira elevou essa capacidade a níveis muito altos. Através da captura da *mais-valia*

proveniente do capital produtivo os bancos geram mais dinheiro por meio de juros, ativando o ciclo de valorização do dinheiro como mercadoria. Hoje, como coloca o autor, esse processo não se dá apenas no âmbito dos bancos, mas também dos grandes grupos. As formas de valorização financeira mais significativas são os fundos de pensão e os fundos mútuos. As finanças acabam atingindo certa autonomia, sobretudo quando tornam-se capital especulativo. Outra forma de verificar o aumento do poder da esfera financeira é pelo serviço da dívida pública, houve a abertura aos investidores estrangeiros à securitização da dívida pública⁵⁷.

Chesnais (1996) aponta que os grupos industriais tornam-se agentes ativos da mundialização financeira, tendo por um lado um caráter cada vez mais rentista e por outro lado, ainda tendo caráter de valorização do capital produtivo.

A ampliação do uso de cartões (Tabela 3.16) mostra a importância do crédito para a expansão do consumo. Segundo dados da Associação Brasileira das Empresas de Cartão de Crédito e Serviços (Abecs) em 2010 eram 628 milhões de cartões, sendo aproximadamente 153 milhões de crédito (24,4%), 249 milhões de débito (39,7%) e 225 milhões de cartões de redes e lojas (35,9%, desses 28% seriam vinculados a lojas). Esses números indicam a importância crescente das finanças, sobretudo no consumo final.

Silveira (2009) faz uma análise sobre a ampliação do crédito e o papel desse no aumento do consumo e do endividamento das classes pobres:

Nos dias de hoje, existe uma oferta extraordinária de crédito de instituições financeiras bancárias e não-bancárias, redes, franquias e *outlet* de eletrodomésticos, roupas e materiais de construção. Uma profusão de formas de crédito pessoal favorece o aumento do consumo e, simultaneamente, o endividamento, a inadimplência e a insolvência” (SILVEIRA, 2009, p.65).

Segundo a autora o fenômeno de expansão do crédito no município de São Paulo ocorre, sobretudo no centro antigo, por meio da implantação de financeiras. Essas oferecem serviços de crédito e empréstimo pessoal, financiamentos de bens, seguros, cartões de crédito e até mesmo seguro odontológico. A localização em áreas de fluxos da população e mesmo nas periferias mostra que o circuito superior não dispensa nenhum mercado, pelo contrário, almeja alcançar a todos que possam fazer ampliar sua *mais valia*.

A estratégia das redes de comércio como a Leroy Merlin, Ponto Frio, Casas Bahia, Lojas Marisa, entre outras, conforme Silveira (2009) é a associação da venda de um produto material ao

⁵⁷ Para maiores detalhes sobre a esfera financeira ver Chesnais (1996), especialmente Capítulo 10.

sistema financeiro, seja ele um automóvel ou uma peça de roupa. Além disso, as empresas investem nos chamados serviços financeiros.

As financeiras, segundo Kauê L. dos Santos (2007), tornaram-se opções de crédito para as camadas mais pobres em função do uso de um sistema mais desburocratizado, distinto dos bancos. O autor descreve que a obtenção de um empréstimo em uma financeira é necessário somente RG, CPF, comprovante de residência e talão de cheques. Essa desburocratização permitiu aos pobres o acesso ao crédito pessoal para a realização do consumo, desde os mais básicos, até aqueles relacionados à aquisição de objetos técnicos mais sofisticados como celulares. A figura do agiota está sendo substituída pelas financeiras pertencentes aos grandes grupos bancários ou mesmo as financeiras independentes. Tal invasão do crédito nas classes populares tem ocasionado o aumento do consumo e, sobretudo do endividamento, ou seja, aprofundamento da pobreza dessas classes sociais.

“Ao contrário da produção, que é seletiva nas escolhas dos lugares, a finança se interessa, direta ou indiretamente, pela totalidade do território vivente” (SILVEIRA, 2005, p. 165). Conforme afirma Correa (2006), os bancos são grandes captadores de renda no território e utilizam as somas coletadas para reinvestimentos, que são extremamente seletivos. A importância do uso de cartões de crédito e dos serviços financeiros para as redes de lojas do varejo do vestuário indicam, que estas estão se tornando também grandes captadoras de renda, a dispersão de lojas para o território nacional permite o aumento da capilaridade do consumo e a capilaridade da financeirização.

TABELA 3.16: EVOLUÇÃO E USO DE CARTÕES NO BRASIL

			2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010*
Total	Cartões - milhares		118.249	151.359	183.144	221.605	277.006	336.179	387.766	452.549	514.068	565.228	628.015
	Variação % ano anterior			28%	21%	21%	25%	21%	15%	17%	14%	10%	11%
	Transações - milhares		1.095.088	1.368.860	1.628.944	1.938.443	2.519.976	3.158.111	3.704.056	4.428.765	5.322.888	6.105.761	7.131.188
	Variação % ano anterior			25%	19%	19%	30%	25%	17%	20%	20%	15%	17%
	Faturamento - R\$ milhões		65.379	87.608	103.378	127.155	158.943	199.518	244.671	301.617	375.363	444.212	534.735
	Variação % ano anterior			34%	18%	23%	25%	26%	23%	23%	24%	18%	20%
Crédito	Cartões - milhares		28.466	37.290	41.392	45.117	52.787	67.902	82.399	104.466	124.490	136.212	153.375
	Variação % ano anterior			31%	11%	9%	17%	29%	21%	27%	19%	9%	13%
	Transações - milhares		571.146	673.952	775.045	883.552	1.086.768	1.336.474	1.566.376	1.860.255	2.202.466	2.545.702	2.964.897
	Variação % ano anterior			18%	15%	14%	23%	23%	17%	19%	18%	16%	16%
	Faturamento - R\$ milhões		45.739	59.918	68.905	82.686	95.089	115.417	141.851	173.831	215.059	255.709	309.303
	Variação % ano anterior			31%	15%	20%	15%	21%	23%	23%	24%	19%	21,0%
Débito	Cartões - milhares		48.045	63.899	82.430	105.510	138.219	170.781	187.099	201.382	216.785	232.549	249.293
	Variação % ano anterior			33%	29%	28%	31%	24%	10%	8%	8%	7%	7%
	Transações - milhares		206.540	344.922	479.442	637.658	943.734	1.245.731	1.451.678	1.708.695	2.101.687	2.417.860	2.844.766
	Variação % ano anterior			67%	39%	33%	48%	32%	17%	18%	23%	15%	17%
	Faturamento - R\$ milhões		10.082	15.929	20.868	27.545	42.144	55.573	66.508	82.623	107.352	128.985	157.701
	Variação % ano anterior			58%	31%	32%	53%	32%	20%	24%	30%	20%	22%
Rede e Loja	Cartões - milhares		42.180	50.194	59.229	71.074	86.000	97.496	118.268	146.701	172.793	196.467	225.347
	Variação % ano anterior			19%	18%	20%	21%	13%	21%	24%	18%	14%	15%
	Transações - milhares		320.884	349.764	367.252	411.322	489.474	575.906	686.001	859.815	1.018.736	1.142.199	1.321.525
	Variação % ano anterior			9%	5%	12%	19%	18%	19%	25%	18%	12%	16%
	Faturamento - R\$ milhões		10.142	12.677	14.832	17.650	21.710	28.528	36.312	45.163	52.952	59.518	67.731
	Variação % ano anterior			25%	17%	19%	23%	31%	27%	24%	17%	12%	14%

Fonte: Abecs, 2011. *Estimativa

No circuito espacial de produção do vestuário as finanças aparecem de diversas formas, desde o financiamento da produção até o consumo. Considerando o poder de ação de cada agente no circuito de valorização, as finanças tomam formas distintas. No caso das redes de varejo de vestuário, cada vez mais elas oferecem serviços financeiros aos seus clientes e sempre estão vinculadas a algum grande banco para o financiamento de suas atividades.

O Grupo Guararapes, controlador da Rede Riachuelo possui em sua estrutura organizacional a Midway financeira⁵⁸ que controla os cartões Riachuelo com 19,3 milhões de unidades, oferecendo crédito parcelado em até 8 vezes (juros de 6,9% ao mês), serviços financeiros de crédito pessoal (variando de R\$ 150,00 a R\$ 5.000,00 reais, com variações de taxa de juros de 6,9% a 12% ao mês e parcelamento do pagamento em até 12 meses) e produtos financeiros como seguro desemprego, proteção perda e roubo, seguros de acidentes pessoais, empréstimos, saque, assistência a veículos e residência, seguro de automóvel e residencial, assistência odontológica, entre outros. Esses são os serviços oferecidos pelos cartões exclusivos da Riachuelo, mas a rede também oferece cartões das bandeiras Visa e Mastercard, que disponibilizam os mesmos serviços financeiros citados e mais as possibilidades de uso em outros estabelecimentos. Segundo informações da Midway Financeira, cerca de 51,2% das compras nas lojas Riachuelo foram pagas com cartão da loja, *private label* (39,7% sem juros e 11,6% com juros), 24,8% dos clientes usaram cartão de bandeira de terceiros e 24% pagaram à vista suas compras no terceiro trimestre de 2011.

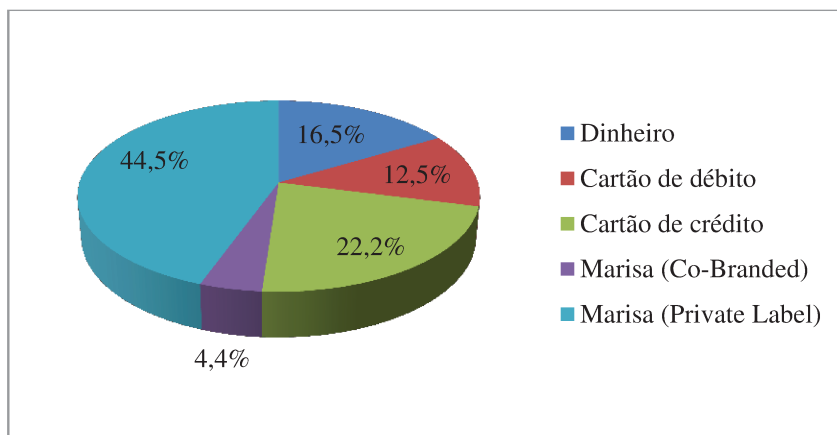
A Renner tem ampliado o uso de cartões e serviços financeiros. São 17,1 milhões de cartões da rede. Em 2010, 44% das compras foram efetuadas no Cartão Renner em até 5 vezes (sem juros) e 13% em 8 vezes (com juros). O Cartão Renner também oferece todos os tipos de empréstimos pessoais, seguros de automóveis, residência, desemprego e de vida.

A rede Marisa também oferece um cartão de crédito próprio (*Private Label*) com opções de parcelamento em 5 vezes (sem juros) ou 8 vezes (com taxas a 6,9 ao mês), crédito rotativo (12,9% ao mês) e seguros diversos. A rede vem implantando um novo cartão em parceria com o Banco Itaú, um cartão de crédito ao cliente com melhores potencialidades e redução de custos para a varejista por utilizar o *know how* do Itaú. A rede Marisa também incorpora no seu sistema de pagamentos, os cartões Visa e Mastercard.

⁵⁸ O Grupo Guararapes forma uma estrutura integrada com produção, varejo e finança.

Esses elementos indicam mais uma característica definidora do circuito superior, que foram adotados pelas empresas de comercialização de vestuário, é o uso do sistema financeiro como intermediário entre o comprador e o vendedor. O Gráfico 3.4 mostra que cerca de 83% das vendas da Lojas Marisa possui intermediação de cartões de crédito ou débito e cerca de 71% são compras a crédito. O cartão Marisa *Private Label* será substituído totalmente pelo Itaucard, potencializando ainda mais a financeirização da loja e do consumidor.

GRÁFICO 3.4: FORMAS DE PAGAMENTOS UTILIZADAS NAS COMPRAS NAS LOJAS MARISA - 2010



Fonte: Marisa (2011).

A rede Marisa buscou priorizar estratégias de vendas a prazo, segundo Silveira (2009), obtendo um aumento das receitas com juros de R\$ 20,7 milhões em 2006 para R\$ 77 milhões em 2007. Por isso a autora afirma que gradativamente a empresa comercial vai ganhando rosto de uma financeira, isso é uma realidade para algumas grandes redes de varejo de vestuário no Brasil.

Além do crédito, a publicidade ganhou *status* no circuito produtivo do vestuário. Pensar a economia urbana exige que pensemos sobre a importância atribuída à publicidade. Sem a publicidade e a ampliação constante do consumo, o circuito superior da economia urbana não perdura. Por isso, a todo instante há uma luta frenética na busca da preparação dos indivíduos ao consumo. Inclusive a construção da cidadania no Brasil foi, em grande medida, substituída pela construção de consumidores, levando Santos (1987) a afirmar que nos tornamos cidadãos imperfeitos e consumidores mais que perfeitos.

Baudrillard (1995, p. 42) afirma que “o que hoje se produz não se fabrica em função do respectivo valor de uso ou da possível duração, mas antes em função da sua morte [...]”. A sociedade do consumo necessita dos objetos para existir, necessita destruir os mesmos para seguir existindo, por isso a *destruição* permanece como alternativa fundamental na sociedade do consumo. O autor destaca a astúcia da publicidade reside no fato de atingir os indivíduos a partir da relação que se estabelece no grupo social, ou seja, atinge cada um por meio do prestígio social reificado, convocando os vizinhos, o grupo, a sociedade inteiramente hierarquizada para a instauração e leitura do processo de diferenciação do consumo. Daí a assertiva de Baudrillard (1995) de que o consumo é um fenômeno social: “O consumo surge como um sistema que assegura a ordenação dos signos e a integração do grupo; constitui simultaneamente uma moral (sistemas de valores ideológicos) e um sistema de comunicação ou estrutura de permuta” (BAUDRILLARD, 1995, p. 78).

Neste contexto, a publicidade revela-se talvez como o mais notável meio de comunicação de massas da nossa época, ela surge como um reino do preferido do pseudo-acontecimento. “Transforma o objecto em acontecimento, construindo-o como tal por meio da eliminação das suas características objectivas. Edifica-o como *modelo* e como ‘fait divers’ espetacular. A publicidade moderna nasce sempre que um reclame deixa de ser um anúncio espontâneo e se torna ‘notícia fabricada’[...]” (BAUDRILLARD, 1995, p. 134). No entanto, como observa o autor, não se trata de classificar os publicitários como mentirosos ou de duvidar da inteligência dos indivíduos, que acreditam e são convencidos sumariamente pela publicidade. A questão é que a publicidade pauta-se na verificação pela proliferação⁵⁹, pela arte de tornar verdadeiras as coisas ao afirmar que o são.

Antongiovanni (1999)⁶⁰ destaca que a publicidade hoje une o sentido da propaganda – introduzida pela Igreja Católica no século XVI, que tinha como sentido a disseminação de ideologias religiosas – e da palavra publicidade – que carrega um sentido jurídico de tornar público e posteriormente (século XIX) ganha um sentido comercial (anúncios). Desta forma, Antongiovanni (1999) define a publicidade como as práticas modernas que caracterizam os processos modernos de comunicação e intercâmbio, sendo um ramo da produção a serviço da sociedade do consumo, um lubrificante do mercado, por isso é ideológica.

⁵⁹ *Selffulfilling prophecy*, a palavra que se realiza pela própria proliferação (Baudrillard, 1995).

⁶⁰ Antongiovanni (1999) baseia-se em Ana Clara Torres Ribeiro (1988), Gino Giacomini (1991) e Adriano Duarte Rodrigues (s/d) para elaborar a gênese da publicidade no mundo.

A publicidade é uma atividade concentradora de inteligência. A ideia de criação é central nesta atividade. Entretanto, tal atividade é subsidiada, sobretudo, por estudos sobre o mercado consumidor (classificação de classes de consumo). Assim tal criatividade é fundada na razão (ANTONGIOVANNI, 1999, p. 60).

O objetivo principal da publicidade é criar marcas fortes, associando-as à criação de um *conceito*, muitas vezes acaba dissociando-se do produto. A autora ainda adverte que a publicidade insere-se em um complexo ramo de atividades denominado comunicações, que engloba grandes grupos que se formaram em período recente por processos de aquisições, fusões, *joint ventures* e associações.

Dias (2008), apoiando-se e J. Ellus (1968) afirma que a propaganda utiliza-se de duas técnicas: técnicas mecânicas, dependente dos aparatos técnicos (televisão, rádio, sistemas de comunicação, etc.) e técnicas psicológicas, cujo objetivo é atingir o consumo por meio da conquista das paixões coletivas e fuga do espírito crítico do cidadão. A propósito, o discurso hegemônico tem um dos seus pilares assentados na publicidade, a qual cria, conforma e contribui para o funcionamento do poder dos agentes hegemônicos. Daí a conformação de um complexo circuito espacial de produção publicitária, com fluxos de informações em escala planetária e exigente do ambiente de metrópole para sua realização (DIAS, 2008).

Antongiovanni (1999) cita a Palmer como a primeira agência de publicidade da era moderna, fundada na Filadélfia nos Estados Unidos em 1848. No Brasil a atividade de publicidade remonta ao começo do século XX, possuindo, já em 1908, agências como a Edannée (São Paulo). A década de 1970 marca a internacionalização das agências de publicidade pelo mundo, sobretudo as estadunidenses. No Brasil, elas chegam juntamente com as grandes empresas do circuito superior, destaque para a indústria automobilística. A década de 1980 marca a dinâmica das fusões e aquisições das agências nacionais e internacionais. Dias (2008) aponta que das dez principais agências de publicidade de atuação global, atuam também no território brasileiro com presença na cidade de São Paulo, sendo a décima segunda do mundo em faturamento (agências locais) em propaganda. Na Tabela 3.17 apresentamos as principais agências de publicidade por investimentos no território brasileiro no ano de 2011.

TABELA 3.17: RANKING DE AGÊNCIAS DE PUBLICIDADE (INVESTIMENTOS/R\$)- 2011

Posição	Agência	Investimento (R\$)
1	Y&R	6.166.249
2	AlmapBBDO	2.784.773
3	Ogilvy & Mather	2.630.036
4	JWT	2.359.939
5	WMcCann	2.284.656
6	Euro RSCG	2.245.958
7	BorghierhLowe	1.943.703
8	Africa	1.811.320
9	Neogama/BBH	1.791.391
10	Publicis PBC	1.768.703
11	Giovanni+DraftFCB	1.733.882
12	Z+	1.685.649
13	F/Nazca S&S	1.634.957
14	DM9DDB	1.579.892
15	Multi Solution	1.249.330
16	PPR	1.235.994
17	Talent	1.222.968
18	Leo Burnett	1.181.765
19	Loducca	1.116.814
20	Artplan	984.568
21	DPZ	937.610
22	Fischer &Friends	931.799
23	Lew'Lara\TBWA	892.846
24	141 Soho Square	883.415
25	Taterka	840.234

Fonte: Associação Brasileira de Agências de Publicidade (ABAP), 2012; Organização: Silvana Cristina da Silva.

O meio técnico-científico-informacional no território brasileiro tem na publicidade um elemento relevante, uma vez que incide na geração de uma *psicoesfera* adequada à *tecnoesfera* (SANTOS, 2002, 2008b). Segundo Antongiovanni (1999), a publicidade opera no campo dos desejos, cuja realização seria satisfeita através do consumo de objetos, usando a estratégia de dar ênfase cada vez mais ao discurso para ação que ao objeto. Desta forma, a publicidade “promove modos de vida que, por sua vez, realizam-se através do consumo de marcas” (p. 71).

Segundo Ribeiro (2005), o corpo (mercado) é pródigo na emissão de imagens e na oferta de direitos (transformados em mercadorias). A *tecnoesfera* – o mundo dos objetos, necessita da *psicoesfera* – o mundo das ações, o reino das ideias, crenças, paixões e lugar da produção de um sentido, fornece regras à racionalidade e estimula o imaginário – para se difundir (SANTOS, 2002). Os espaços da globalização definem-se conjuntamente por uma *tecnoesfera* e uma

psicoesfera funcionando de modo unitário.

A psicoesfera antecipa-se à tecnoesfera, por isso os ciclos da moda são regados à propaganda intensiva na mídia de massa. O controle da psicoesfera (SANTOS, 2002) ocorre na medida em que os sujeitos são inebriados pelas necessidades vendidas pelo mercado. A moda, as grandes marcas e *grifes* sobrevivem por meio da disputa das mentes. A necessidade de vestir passa, por sua vez, a ser revestida de intencionalidades criadas pelo mercado. O tecido desenvolvido tecnologicamente, as estratégias de *marketing*, as lojas e vitrines diferenciadas tornam-se virtualidades necessárias aos indivíduos para sua existência. Assim o cidadão torna-se consumidor de uma informação subjetiva, ou seja, consome informações imateriais por meio da aquisição de um produto inevitavelmente material.

Para Gorz (2005), a saída do capital para a apropriação do conhecimento, que não é mensurável e não permite objetivamente uma valoração, foi restringir o acesso e garantir o monopólio do conhecimento. Incentivar o consumo do trabalho imaterial por meio da criação de um valor simbólico destinado aos serviços e produtos, ou seja, a marca passa a fazer o valor do produto. A publicidade, o *marketing* e as relações públicas se tornam instrumentos importantes para a fabricação de consumidores. No caso brasileiro a mídia mais utilizada para a divulgação de produtos e marcas é a TV. Na Tabela 3.18 verificamos que 53% dos investimentos (R\$ 43.377.453) em publicidade foram destinados à divulgação em TV, revelando a importância desse veículo de comunicação na produção do consumo de massa.

TABELA 3.18: INVESTIMENTOS EM PUBLICIDADE POR TIPO DE MÍDIA - 2011

Veículo	Investimento (R\$ de jan a dez de 2011)	Participação (%)
TV	43.377.453	53
Jornal	17.252.925	20
TV Assinatura	7.466.361	8
Revista	7.259.055	8
Internet	5.393.712	4
Rádio	3.659.343	4
Mobiliário Urbano	446.210	1
Cinema	341.723	0
Outdoor	121.868	0
Total	88.318.651	100

Fonte: Associação Brasileira de Agências de Publicidade (ABAP), 2012; Organização: Silvana Cristina da Silva.

O ramo do vestuário vive e se expande pela intensificação do consumo que tem como substrato a mudança, que se dá por ciclos cada vez mais rápidos. A crescente preocupação das redes de varejo e grandes marcas com a publicidade é visível nos investimentos de campanhas

com modelos, artistas e estilistas renomados. As varejistas vêm contratando agências de publicidade renomadas para a realização da divulgação das suas respectivas campanhas.

A Rede Marisa em 2010 contratou a Fisher&Friends (com a previsão de investimentos de R\$ 40 milhões) para a realização de suas campanhas publicitárias. Fisher&Friends possui como clientes a Coca-cola, a Ajinomoto, a Continental, a Heineken, a Bristol, Caixa Econômica Federal, a Unimed, dentre outros. A Fisher&Friends pertence ao grupo Grupo Totalcom, que atua no ramo de comunicação na América Latina, Portugal e Angola, além de possuir operações associadas com outras empresas de comunicação atuando em 64 países. A Riachuelo atualmente vem sendo atendida pela Bigman e conta com a assessoria de imprensa da Imagempress, CRPress e da Index Assessoria. A Renner é atendida pela agência Paim e a Agência Digital 3YZ e conta com a assessoria de imprensa de A4 Comunicação. A rede Pernambucanas é cliente das agências Tv1, Rapp Brasil e Webcore. A conta publicitária da C&A é da DM9DDB, com assessoria de imprensa da Maquina e da MktMix. O Grupo Inditex, que controla a rede Zara, cuida da publicidade da rede. No caso da Ellus, a Yes Wasabi e Agência Digital NaturezaHumana prestam assessoria publicitária à marca.

Segundo Sennett (2006) estaríamos vivendo a cultura de um novo capitalismo, com profundas transformações institucionais e do perfil exigido do trabalhador – este passa a atender à necessidade constante de mudanças, sendo o indivíduo responsável pelo seu próprio sucesso ou fracasso. Neste novo capitalismo haveria a mudança nas empresas do poder gerencial para o acionista, o fim da estabilidade das empresas e o fim da pirâmide weberiana, em que todos tinham funções fixas e estáveis e a promessa de tranquilidade no futuro. Na cultura do novo capitalismo o consumo torna-se diferenciado. Para Sennett (2006) o consumo está no cerne da nova economia, juntamente com os novos padrões gerenciais, que teria como um de seus modelos a empresa WalMart⁶¹.

A paixão autoconsumptiva foi explicada no século XX pela publicidade e *marketing*, que incita o desejo pelo consumo, que é um fenômeno social, e também pela “obsolescência planejada”. Sennett (2006) acrescenta outro elemento à análise do consumo: as estratégias de diferenciação dos produtos pela “laminagem ouro”, que acaba transformando um produto

⁶¹ O Wal-Mart inovou no gerenciamento de suas funções contratando fornecedores chineses e usando tecnologias avançadas. Além disso, a empresa criou formas de atração de consumidores ao concentrarem em um mesmo lugar uma diversidade imensa de produtos como roupas, peças de automóveis, comida, perfumes, computadores, a preços baratos. O sucesso da empresa Wal-Mart completa-se quando trata seus funcionários como temporários e provisórios, desabilitando os sindicatos (SENNETT, 2006).

padronizado (que tem uma plataforma de produção básica em todo o mundo) em um produto único a ser consumido, ativando assim a paixão pelo consumo. Para Sennet (2006), o que mudou hoje em dia é a participação do consumidor no processo de ampliação das diferenças. Passamos, aqui, da esfera daquilo que o *marketing* pretende àquilo que a reação dos consumidores solicita. Além da diferenciação, a paixão autoconsumptiva é alimentada pelo desejo da potência. Os consumidores comuns jamais utilizam as possibilidades oferecidas pelos aparelhos eletrônicos ou poderiam trafegar na velocidade potenciais dos automóveis por exemplo, mas têm uma paixão pelo consumo destas potências.

O consumo desta maneira ganha diversos elementos desde os psicológicos, os sociais, os culturais, os econômicos e os espaciais, uma vez que são moldados pelo lugar de existência dos grupos sociais. O consumo do vestuário, ainda que de forma distinta da indústria de alta tecnologia, apresenta-se como elemento chave no circuito espacial de produção desse ramo e também na conformação das atividades do circuito superior e inferior na metrópole. Nesse contexto a *São Paulo Fashion Week* (SPFW) tem papel importante na criação de mídia e no despertar do desejo de consumo e na organização do ramo da moda no Brasil. Criada em 1996 pelo empresário Paulo Borges da empresa Luminosidade, como Morumbi Fashion Week, em 2001 passa a ser SPFW e em 2008, a Luminosidade é incorporada à *holding* Inbrands com o objetivo de se tornar cada vez mais internacionalizada. Hoje, a SPFW é a sexta maior semana de moda do mundo e organiza todo o calendário de lançamentos de moda no país, que orienta a produção no ramo, mesmo das pequenas empresas e costureiros do circuito inferior, pois estes são orientados pelo que foi produzido pelas grandes marcas. O consumidor, seja ele aquele com poder de adquirir um produto de marca ou um *genérico*, é levado a consumir o que está na moda.

O crédito e a publicidade, ainda que estejam inseridos em um contexto amplo, estão articulados com a expansão do consumo. O circuito do vestuário é sensível a esses elementos e o crescimento do consumo neste ramo não teria ocorrido de forma intensa se não contasse com o poder do crédito e da publicidade.

3.5. O CIRCUITO SUPERIOR MARGINAL DO BRÁS E BOM RETIRO

O circuito superior marginal, segundo Santos (2004), pode ser um circuito inferior em ascensão, que começa a incorporar em suas atividades as variáveis modernas ou pode ser um circuito superior em decadência, por não conseguir mais acompanhar a dinâmica econômica atual. Entretanto, Santos (2004) enfatiza que o circuito superior marginal é circuito superior, ainda que tenha especificidades.

O Brás e o Bom Retiro caracterizam-se pela especialização produtiva no ramo do vestuário, grande parte dos lojistas comandam circuitos produtivos, alguns mais locais, outros mais regionais. A condição de atacadistas, o modo de organização da produção, as tecnologias e o capital empregados colocam essas empresas na condição de agentes do circuito superior marginal na economia urbana. A diversidade de agentes particulariza esses bairros (Fotos 3.23 e 3.24), que apresentam uma efervescência de agentes conectados ao ramo do vestuário, sendo os principais agentes os comerciantes, oficinistas, os consumidores, os transportadores e os trabalhadores em geral.

FOTO 3.23: COMÉRCIO DO BRÁS - ESQUINA DA RUA MARIA JOAQUINA COM MENDES JR. - 2010



Fonte: Trabalho de Campo; Silvana Cristina da Silva, 21/06/2010.

FOTO 3.24: COMÉRCIO NA TRADICIONAL RUA JOSÉ PAULINO NO BOM RETIRO - 2011



Fonte: Trabalho de Campo; Silvana Cristina da Silva, 18/04/2011.

A especialização do circuito espacial de produção no Brás e Bom Retiro chama a atenção pela presença dos coreanos associados à imigração dos bolivianos. Hoje, principalmente o Bom Retiro caracteriza-se por ser um bairro de forte presença de coreanos. Apesar das dificuldades de mensuração, Yang (2011), a partir de informações coletadas no Consulado da Coreia do Sul, afirma que são aproximadamente 48 mil cidadãos coreanos vivendo no Brasil, mas, segundo o autor, há fontes que mencionam 80 mil, incluindo neste número os *indocumentados*.

A imigração coreana inicia-se com um acordo entre os militares brasileiros e autoridades sul coreanas. Segundo Choi (1991), o objetivo do projeto de emigração coreana era: controlar a alta densidade demográfica; resolver problemas de desemprego; adquirir moeda estrangeira e promover a cooperação com países não comunistas. O objetivo das autoridades brasileiras com a imigração coreana era trazer população para se estabelecer no campo. As primeiras delegações de coreanos chegam ao Brasil em 1963. Em 1969 foram trazidos ao Brasil muitos técnicos coreanos. Em 1971 o Brasil restringe a imigração coreana, a justificativa foi que em grande parte os imigrantes não permaneceu no campo, assim cessa a imigração oficial entre Coreia do Sul e Brasil. Entretanto, as imigrações não autorizadas perduraram (CHOI, 1991).

As migrações coreanas começaram a desviar-se para a Bolívia e o Paraguai como alternativas para ascender ao Brasil, a Argentina e depois acessar os Estados Unidos, isto porque o Brasil e a Argentina já havia limitado a entrada dos coreanos, bem como os Estados Unidos, criando migrações triangulares (FREITAS, 2007).

Conforme descreve Choi (1991) a maioria dos imigrantes coreanos investiu em atividades independentes, em geral comércio (donos de bares e peixarias eram algumas atividades exercidas por esses imigrantes). A barreira da língua compunha uma das dificuldades determinantes dos coreanos. A mulher coreana se viu obrigada a trabalhar, apesar, de na cultura de origem, o homem ter a responsabilidade de sustentar a família. Aos poucos a fabricação de roupas foi se tornando uma atividade de ocupação dos coreanos, por meio de mão de obra de conterrâneos conseguiram expandir a atuação no ramo.

Choi (1991) relata que Soon San Kim foi a primeira pessoa a montar uma confecção, ao perceber que havia falta de mercadorias desse tipo. Ela passou a pesquisar modelos e cores do agrado dos brasileiros e produzir e vender com grande aceitação. Alguns outros coreanos seguiram o mesmo caminho de Soon San Kim, destacadamente na “Vila Coreana”. Situada entre as ruas Glicério e Conde de Sarzedas, era conhecida como centro residencial coreano. Os primeiros coreanos que chegaram a São Paulo passaram a auxiliar os conterrâneos recém-chegados (procura de fiado, hospital, escola, aquisição de alimentos e a prática do *kye*). A Vila Coreana ficou conhecida pelas suas péssimas condições de habitação, higiene, violência e prostituição. Em meados da década de 1970 novos coreanos chegam, agora mais capitalizados, alguns atuando diretamente na atividade de vestuário.

A atividade de confecção era considerada adequada pela facilidade de entrada, pouco investimento, as fábricas davam prazos (até três meses) para pagamento e o Brasil encontrava-se em um momento econômico promissor. Aos poucos houve uma melhoria da situação econômica dos imigrantes coreanos no Brasil. O bairro da Aclimação foi se transformando em bairro de residência dos coreanos e, ao mesmo tempo, as atividades comerciais da Mooca e do Brás foram transferidas para o Bom Retiro, sendo a atividades relacionadas ao vestuário centrais. Já na década de 1980 os coreanos possuem muitas lojas no Bom Retiro, há certo saturamento e a disputa pelo mercado envolveu alguns conflitos entre japoneses, árabes, israelitas e armênios. Entretanto, havia certa especialização desses grupos na confecção como os japoneses que se

dedicavam, principalmente ao comércio de roupas infantis, os israelitas às fábricas e lojas de tecidos (CHOI, 1991).

Do ponto de vista da organização do trabalho, encontramos alguns elementos que fizeram com que os coreanos se destacassem em São Paulo e se consolidassem no ramo do vestuário no Brás e mais intensamente no Bom Retiro. A ampliação do prazo de pagamento dado aos confeccionistas, a manutenção do ciclo da moda – pois as peças “fora de moda” poderiam encalhar, logo, o prejuízo ficava com os produtores – e a adoção da forma de comércio atacadista a partir da produção de 400 a 1.500 peças (redução do preço) criaram novas possibilidades para o Bom Retiro e Brás. No entanto, o novo modo de produzir trouxe conflitos com os judeus, dado o baixo preço das peças: “Entre eles, não há sábado, domingo ou feriado. Da avó ao neto de três anos, todos trabalhavam em regime absurdo [...]” (CHOI, 1991, p. 107). A ocupação dos coreanos na cidade não ocorre apenas no Bom Retiro e Brás, pois muitos passaram a residir em bairros como aclimação, Higienópolis, Santana, Perdizes, Paraíso e Morumbi (YAN, 2011).

A adoção do sistema de trabalho familiar e a transformação das lojas do Brás e Bom Retiro em grandes centros de varejo, mas sobretudo de venda a atacado, com a renovação dos modelos constantemente transformou essa área da cidade em uma área de especialização em vestuário, que além de abastecer a cidade de São Paulo ganhou centralidade em todo o Brasil.

Silveira (2004) aponta a existência de áreas de diversidade e especialização do circuito inferior na cidade. Nas áreas de diversidade encontramos as mais variadas atividades de fabricação, comércio e serviços, funcionando como parte dos diversos circuitos espaciais de produção, seja superior, superior marginal e inferior. Já as áreas de especialização, Silveira (2004), aponta que o trabalho se especializa e se divide dentro de um mesmo circuito espacial de produção, formando um emaranhado complexo de atores e ações. A autora ainda destaca que as relações das áreas especializadas não se restringem ao bairro ou a cidade, mas podem envolver a região e até o país.

Já nos anos de 1960, a concentração de fabricantes de tecidos, fornecedores de equipamentos têxteis, de costura, aviamentos para vestuário, de produtores e de mão de obra geraram uma enorme possibilidade de especialização produtiva no Bom Retiro em São Paulo (KONTIC, 2007). Hoje essas áreas são fornecedoras de vestuário para grande parte das boutiques, shoppings e lojas na cidade e em grande parte do Brasil. As lojas dessas áreas, em grande medida, constituem-se em empresas, pois não são apenas comércios. A análise de

situações do circuito espacial de produção do vestuário revela as articulações entre produção, distribuição, comércio e consumo comandado pelos comerciantes dos bairros do Brás e Bom Retiro. Dessa forma, essas lojas ganham um caráter de empresas do comércio.

Uma parte significativa dessas empresas podem ser caracterizadas como pertencentes ao circuito superior marginal. Essas empresas da distribuição/comércio, em geral, organizam-se internamente comandando as etapas da concepção, por isso, muitas têm estilistas e modelistas próprios, subcontratando as oficinas para realização da costura. Aqui entra novamente o papel do subsistema inferior dentro do circuito espacial produtivo. Santos (2009b) sublinha que o circuito superior é um circuito que apresenta “autonomia” pela força de mercado e consumo que cria. O circuito inferior responde por uma demanda que o circuito superior não atende, atuando nos interstícios. Já o circuito superior marginal funciona segundo parâmetros modernos, o que o aproxima do circuito superior, entretanto, surge como resposta às necessidades de consumo localmente induzidos (SANTOS, 2004), podendo ser resultado do circuito superior em decadência ou do circuito inferior em ascensão. Assim, há dois níveis de organização no circuito superior: o circuito superior típico e o circuito superior marginal. porém, ressaltamos que ambos são circuito superior.

Um exemplo que compõe o circuito superior marginal do Brás é o Shopping Mega Polo Moda no Brás (Fotos 3.25 e 3.26), inaugurado há 15 anos (localizado nas ruas Júlio Ribeiro, Barão de Ladário e João Teodoro e Miller), possui 400 lojas para venda a atacado. É um complexo comercial do Brás voltado para lojistas e revendedores de todo o Brasil. Recebe em média 3 mil clientes ao mês e em períodos de pico (Dia das Mães, Natal, etc.) até 5 mil pessoas. Com heliponto, estacionamento para até 33 ônibus, hotel (a diária individual mínima é de R\$160 dependendo do dia da semana) e centro empresarial.

FOTO 3.25: MEGA POLO MODA SHOPPING -2010



Fonte: Trabalho de Campo; Silvana Cristina da Silva, 21/06/2010.

FOTO 3.26: INTERIOR DO SHOPPING MEGA POLO MODA: CAMPANHA PUBLICITÁRIA USANDO MODELOS DE EXPRESSÃO NACIONAL E INTERNACIONAL



Fonte: Trabalho de Campo realizado em 16/12/2010

A demanda por publicidade revela estratégias da economia superior das lojas do Mega Pólo Shopping. Em 2007, o Mega Polo Moda estabeleceu uma parceria com a Rede Globo para produzir o figurino do elenco da emissora. Nas telenovelas, nos programas e nas séries os artistas usaram roupas, artigos e acessórios fornecidos por esse complexo do Brás, inclusive, nas lojas foram identificadas as peças que estavam aparecendo nos programas produzidos e transmitidos pela Rede Globo.

Além do Mega Polo Moda, destaca-se no Brás o Lojão do Brás criado por migrantes nordestinos em 1995 e que atua há mais tempo que o Mega Polo Moda. O Lojão do Brás já é uma rede com 11 lojas, três na cidade de São Paulo e o restante na RMSP. Encontramos também a Sawary, fabricante de jeans, que foi criada por descendentes de libaneses que atuam há 40 anos no bairro, também representa empresas do circuito superior marginal presentes no Brás. Esses agentes são grandes atacadistas, no entanto, também parte das lojas do Brás é composta de varejistas (lojas atacadistas abrem em determinados dias para os consumidores a varejo ou vendem com preços diferenciados para o segmento de varejo e atacado).

As estratégias territoriais das empresas de comércio de vestuário no Brás e Bom Retiro, caracterizadas como circuito superior marginal, diferenciam-se daquelas do circuito superior típico como: 1) em grande medida não funcionam para atender o mercado externo e não tem produção em escala planetária; 2) as estratégias monopolísticas são mais restritas; 3) o uso das novas tecnologias é criterioso; 4) O caráter de atacadistas e varejistas dão contornos específicos aos comércios do Brás e Bom Retiro.

Com relação à primeira constatação, ao mercado atendido e à produção, os lojistas têm dependência maior ao território, pois a área de especialização garante a esses atores vantagens, desde a convergência de profissionais, proximidade de matéria-prima (existência de fornecedores de tecidos, armarinhos, máquinas de costura, etc.), proximidade de trocas de informações, facilidade de contatar fornecedores e donos de oficinas. Há um limite para a distribuição das remessas de costura para a subcontratação, pois o cálculo do custo da distância tem papel importante para esses atores, por isso eles continuam produzindo no próprio bairro e na metrópole de São Paulo, não são agentes capazes de expandir a produção em todo o território nacional ou em escala planetária.

Além disso, a concentração de vários comerciantes em um mesmo lugar possibilita a atração de mercado consumidor, que chega a ter centralidade em todo o território nacional (às vezes fora do Brasil) com mais intensidade para os consumidores do Sul e Sudeste. Segundo dados do CDL⁶² (Câmara de Dirigentes Lojistas) do Bom Retiro, os clientes do Bom Retiro originam-se de todo o território nacional, especialmente do Sul e de cidades de até 100 km da capital. Das 71 entrevistas realizadas com consumidores do Brás e Bom Retiro, 21 pessoas indicaram que compram nestes bairros em função dos preços, 10 compram em função da variedade de lojas e produtos, 20 compram em função da associação dos dois fatores preços e variedade (de lojas e produtos), 10 afirmaram que compram nestes locais em função de todos esses motivos (preço, variedade de lojas e produtos e produtos da moda).

A possibilidade de encontrar todos os tipos de produtos (vários modelos, sempre atualizados com a moda, e com preços mais reduzidos em função do caráter atacadista dessas lojas) e mesmo produtos específicos para lojistas como as de artigos para vitrines e mostruário (Foto 3.27), condiciona a própria existência dos comércios do Brás e Bom Retiro.

FOTO 3.27: LOJAS ESPECIALIZADAS EM EQUIPAMENTOS DE MOSTRUÁRIO PARA LOJAS NA ESQUINA DAS RUAS BARÃO DE LADÁRIO COM JOÃO TEODORO NO BRÁS - 2010



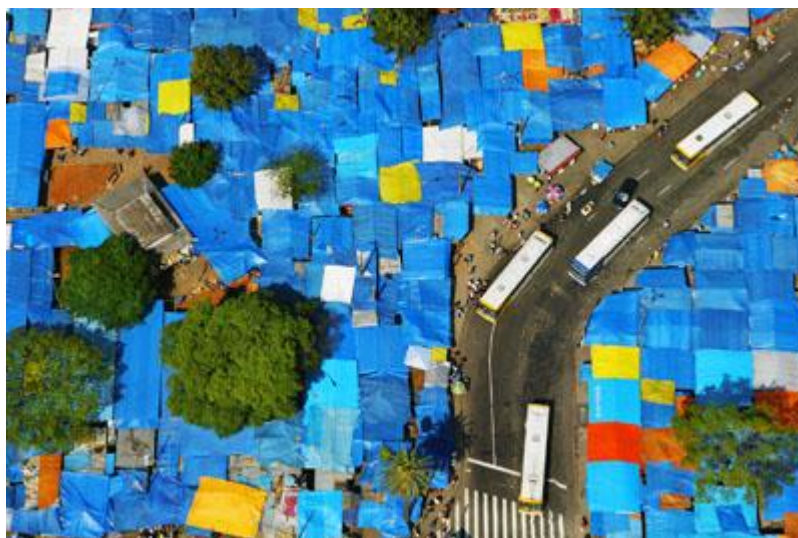
Fonte: Trabalho de Campo; Silvana Cristina da Silva, 19/07/2010.

⁶² Roteiro de entrevista encaminhado e respondido pela CDL – Bom Retiro via correio eletrônico em 13/07/2010.

Essas constatações corroboram com Santos e Silveira (2001) ao afirmarem que a economia de aglomeração tem a vantagem de acumular atividades semelhantes ou complementares numa mesma área, criando uma “espécie de efeito de massa”, reduzindo os custos globais e individuais. Além disso, a proximidade entre as atividades gera um efeito de vizinhança, com implicações na difusão da informação ligadas à especialização e do mercado em geral.

Colocando em debate o segundo elemento que caracteriza as empresas de comércio do Brás e Bom Retiro, as estratégias monopolísticas mais restritivas, enfatizamos que o poder formação de monopólios destas empresas existe. Como já citamos, por exemplo, a forma de controle dos preços pagos por peças costuradas aos subcontratados pelos coreanos. Mesmo a atuação de entidades como a Alobrás (Associação de Lojistas do Brás) com ações junto à Prefeitura com o intuito de retirar os vendedores ambulantes das ruas do Brás ou mesmo em projetos de “revitalização” urbana como foi o caso do Largo da Concórdia, que alterou completamente o uso do espaço como podemos observar na paisagem (Fotos 3.28 e 3.29) e foi uma ação conjunta dos comerciantes do Brás, Prefeitura Municipal de São Paulo, que, com o uso da força policial, retirou os ambulantes da área.

FOTO 3.28: LARGO DA CONCÓRDIA - 2005



Fonte: Tuca Vieira, Largo da Concórdia, São Paulo, 2005. Coleção Pirelli-Masp. Disponível em < <http://www.colecaopirellimasp.art.br/autores/255/obra/952>> Acesso em 11/11/2011.

O controle da informação dentro do circuito espacial de produção por esses agentes também formam esboços de monopólio. Porém, apesar dessas estratégias, essas empresas não conseguem manter um sistema de monopólio como as grandes redes de marcas e estão mais sujeitas à concorrência entre si.

FOTO 3.29: LARGO DA CONCÓRDIA APÓS “REVITALIZAÇÃO” - 2009



Fonte: Jornal do Brás, edição 180. Disponível em <<http://www.jorbras.com.br>> Acesso em 20/11/2011.

O uso das novas tecnologias de forma criteriosa é o terceiro elemento que atribui especificidade às empresas do Brás e Bom Retiro. Os empresários desta área da cidade estão investindo na concepção dos produtos, contratando *designers*, estilistas (que são enviados ao exterior para pesquisas de tendências), profissionais especializados em moda para agregar valor às peças, ao mesmo tempo, o modo de organização do processo trabalho, que incorpora a subcontratação e terceirização como práticas cotidianas são formas de atualização da produção nestes bairros, conferindo a adoção criteriosa das novas tecnologias incluindo as organizacionais.

O oferecimento da opção de pagamento com o uso de cartão de crédito, sobretudo no Bom Retiro é restringido. Algumas lojas não dão a opção, algumas oferecem a partir de valores significativos (estipulado pela loja), outras oferecem apenas a opção para clientes atacadistas. O cheque e dinheiro ainda são valorizados por esses agentes do comércio⁶³.

Em quarto lugar, para finalizar a caracterização das especificidades do circuito superior marginal no Brás e Bom Retiro destacamos o fato de serem empresas atacadistas (Foto 3.30 e 3.31), vendendo eventualmente a varejo. Segundo dados do CDL - Bom Retiro cerca de 80% das lojas são atacadistas e 20% varejistas. O gasto médio por pessoa no atacado é de R\$ 3.000,00 e no varejo de R\$ 100,00 reais. No Brás, segundo Inês Ferreira⁶⁴, secretária executiva da Alobrás, a maior parte dos lojistas são atacadistas (ela não precisou os números), sendo que os consumidores gastam entre R\$ 10.000,00 a R\$ 60.000,00, sendo que esse valor varia com a periodicidade (alguns realizam compras uma vez por semana; outros a cada quinze dias ou uma vez por mês).

FOTO 3.30: COMÉRCIO ATACADISTA NO BOM RETIRO - 2011



Fonte: Trabalho de Campo; Silvana Cristina da Silva, 18/04/2011.

⁶³ Conforme reportagem da Folha de São Paulo (“Cheque ganha sobrevida no varejo popular”, de 06 de novembro de 2011), no comércio popular (por exemplo, na Santa Ifigênia), o cheque é ainda adotado e o comerciante oferece, muitas vezes descontos de até 15% para os clientes que adotam essa opção. Isto em função das elevadas taxas cobradas pelas administradoras de cartão de crédito.

⁶⁴ Entrevista realizada em 21/06/2010.

FOTO 3.31: COMÉRCIO ATACADISTA NO BRÁS - 2010



Fonte: Trabalho de Campo; Silvana Cristina da Silva, 12/08/2010.

Segundo Santos (2004), os atacadistas têm um caráter misto na economia urbana, pois pode apresentar laços funcionais tanto com o circuito superior como o circuito inferior da economia urbana e regional. “O atacadista está no topo de uma cadeia de intermediários, que chega frequentemente ao nível de ‘feirante’ ou simples vendedor ambulante.” (SANTOS, 2004, p. 41). Assim, por meio desses intermediários e também pelo crédito, o atacadista leva um grande número de produtos aos níveis inferiores, bem como chega a uma enorme quantidade de consumidores. Santos (2004) assinala que o atacadista é integrante do circuito superior, mas é também o cume do circuito inferior.

Segundo Borin (2002, p. 106) “as empresas não têm o mesmo poder nem mesmo tamanho, competindo desigualmente pelo uso do território: acesso a clientes, benefícios impositivos, facilidades de crédito, relação com os fornecedores, propaganda dos seus produtos, etc.”. Talvez no caso das empresas de comércio do Brás e Bom Retiro possamos falar, que em sua maioria são “empresas territoriais”. Segundo Santos (1998⁶⁵ *apud* BORIN, 2002), existiriam empresas locais dos micro e mesocircuitos e empresas dos macrocircuitos: as empresas do micro e, grande parte, daquelas do mesocircuitos são empresas territoriais, ou seja, pouco flexíveis geograficamente, pois são dependentes das condições gerais da parcela do território onde estão instaladas, são mais dependentes das condições locais ou regionais de produção, circulação e consumo. É o consumo que induz a produção dessas empresas territoriais. As empresas dos microcircuitos, dificilmente poderiam ser classificadas como capitalistas. As firmas dos mesocircuitos têm organização empresarial capitalista, porém com índices menores de capilaridade, tecnicidade, de organização e pesquisa. As empresas territoriais, segundo Xavier (2009), dependem mais das condições de uso da parcela do território em que se instalam, tanto com relação à produção, quanto em relação ao mercado. Ademais, a especialização dos lugares propiciada pelo meio técnico-científico-informacional, há um redesenho das disputas por mercado, sendo que algumas demandas podem não ser atendidas pelas empresas do circuito superior e sim do circuito superior marginal, mais sensível às demandas populares e aos gostos regionais (XAVIER, 2009). Já as empresas dos macro-circuitos seriam mais autônomas a um consumo pré-existente, sendo criadoras de consumo, tendo certa “independência” da territorialidade. Estas últimas comporiam as empresas típicas do circuito superior.

Podemos encontrar uma correspondência entre o poder das empresas em comandar os circuitos espaciais de produção e a situação dos mesmos na economia urbana. No caso do ramo do vestuário, quanto maior o poder do agente no comando da valorização, maior a possibilidade desse agente criar macrocircuitos, cada vez mais amplos, chegando à escala planetária, como observamos com algumas redes de varejo e grandes marcas. No caso das empresas de comércio do Brás e Bom Retiro, em grande parte, são capazes de acionar mesocircuitos de produção, distribuição e consumo (pode chegar escala nacional), porém, são dependentes da sua condição territorial. Em outras palavras, essas empresas só são o que são pela sua condição geográfica, pois a forma de organização do circuito espacial de produção dessas empresas relaciona-se

⁶⁵ SANTOS, Milton. Projeto de pesquisa: empresas territoriais e dinâmicas da formação socioespacial brasileira. CNPq-FAPESP, 1998, *mimeo*. Essa referência não se encontra disponível em bibliotecas.

diretamente à concentração da produção na metrópole e ao poder da mesma em atrair consumo. É evidente que esse poder em atrair consumo, tem relação direta com a própria organização desse circuito espacial de produção, em um movimento dialético.

Quanto menor o poder de comandar circuitos, microcircuitos, esses agentes vão compor o circuito inferior da economia urbana. Os expositores de rua da Feira da Madrugada, apesar de usufruir da centralidade do consumo do bairro do Brás e contribuir com essa centralidade, não conseguem, em sua maioria, comandar seus próprios circuitos de produção. Na verdade, grande parte destes agentes cria, costura, realiza o transporte e também vende seus produtos. Quando muito, conseguem estabelecer relações de subcontratação com outras oficinas, mas em escala diminuta e nos moldes da flexibilidade tropical.

CAPÍTULO 04 - O CIRCUITO INFERIOR COMO POSSIBILIDADE DE
SOBREVIVÊNCIA: DA OFICINA AO CONSUMO



Segunda Classe, 1933
Tarsila do Amaral

4.1. O RAMO DO VESTUÁRIO E A GERAÇÃO DE ATIVIDADES NO CIRCUITO INFERIOR

O circuito inferior acaba usando o meio construído de forma intersticial. Ou seja, usa na cidade os lugares, que por razões que fogem ao seu controle – como é o caso da ação dos grandes capitais imobiliários –, menos valorizados.

O meio construído deteriorado acaba sendo usado pelo circuito inferior como abrigo de suas atividades. O Bom Retiro e o Brás são exemplo de áreas que passaram por um longo processo de desvalorização e, em função de abrigar atividades do circuito inferior e circuito superior marginal, foram ganhando centralidade na metrópole e atraindo consumidores de todo território nacional. O circuito espacial de produção do vestuário criou uma área de especialização por concentrar várias etapas do circuito no mesmo lugar, desta especialização surgiram muitas atividades na economia urbana da cidade, ali localizadas ou mesmo em lugares mais distantes. Não é possível mensurar a quantidade de trabalho gerada por essa área da cidade, no entanto, é possível afirmar que ela gera muito trabalho e renda para uma população que não se insere no circuito superior dada as exigências por escolarização, profissionalização e mesmo porque este, à medida que se moderniza, expulsa mão de obra.

O circuito espacial de produção do vestuário oferece uma gama enorme de trabalho, desde as atividades relacionadas à produção, como exemplo a costura nas oficinas, na distribuição, no comércio e mesmo a efetivação do consumo gera muitas formas de geração de renda, como os carregadores de mercadorias. Além disso, a geração de renda para população pobre extrapola os limites da metrópole e chega a áreas longínquas do território.

O ambiente de trabalho da metrópole, segundo Cátia A. da Silva (2005), vive mutações com relação à intervenção tecnológica e organizacional com o objetivo de maximizar a acumulação capitalista, cujas faces são: surgimento de novas profissões, demanda por mão de obra qualificada (maior escolaridade), inovações e atualização no uso da tecnologia, compondo a face moderna da integração; por outro lado, combina-se a esse processo a fragmentação, segregação e exclusão de trabalhadores de baixa qualificação profissional. Ambas as faces expressam o funcionamento da metrópole, cuja característica é a coexistência e interdependência de profissionais para o funcionamento da economia urbana.

A organização atual da produção de confecção em São Paulo, embora haja uma tendência à dispersão das unidades de produção (oficinas), ainda está fortemente localizada no Brás e Bom

Retiro. A Tabela 4.19 mostra que 37,36% das oficinas estão situadas nestes bairros. No Mapa 4.23 verificamos a concentração das oficinas no Brás, Bom Retiro e Pari e o espraioamento para a Zona Leste da cidade nos bairros de Belém, Tatuapé, Penha, entre outros.

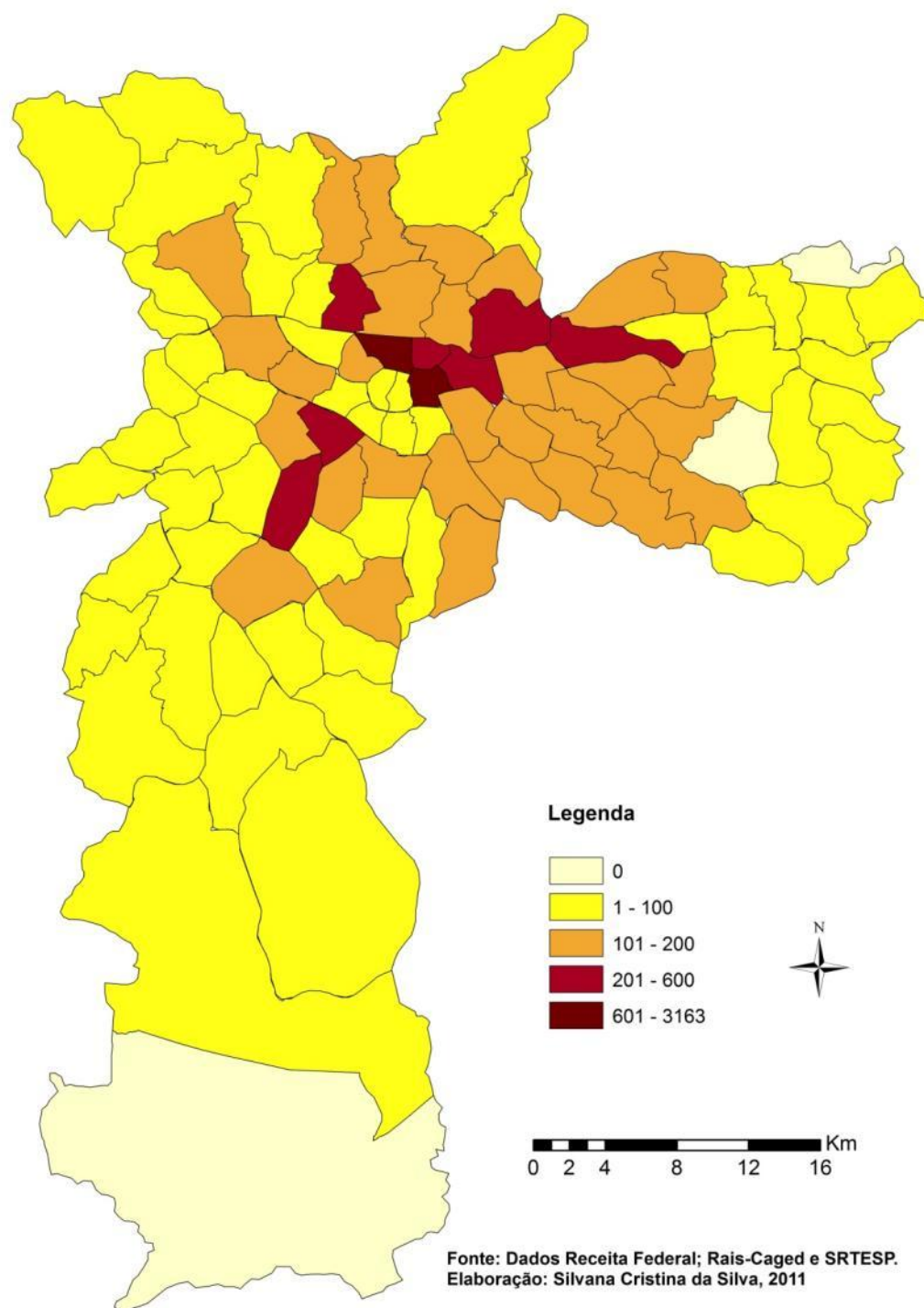
TABELA 4.19: NÚMERO DE OFICINAS DE COSTURA EM SÃO PAULO POR DISTRITOS - 2010

Distritos	Oficinas	%
Brás	3163	22,47
Bom Retiro	2095	14,89
Pari	553	3,93
Itaim bibi	374	2,66
Casa Verde	264	1,88
Jardim Paulista	226	1,61
Penha	210	1,49
Belém	206	1,46
Vila Maria	205	1,46
Santana	200	1,42
Mooca	199	1,41
Tatuapé	198	1,41
Cangaíba	196	1,39
Sapopemba	194	1,38
Vila Matilde	189	1,34
Vila Medeiros	187	1,33
Pinheiros	186	1,32
Carrão	174	1,24
Ipiranga	172	1,22
Moema	170	1,21
Santo Amaro	158	1,12
Vila Mariana	157	1,12
Vila Prudente	156	1,11
Tucuruvi	151	1,07
Água rasa	148	1,05
Vila Guilherme	144	1,02
Lapa	143	1,02
São Mateus	139	0,99
Aricanduva	138	0,98
Vila formosa	137	0,97
Mandaqui	133	0,95
Santa Cecília	127	0,90
Cidade Líder	122	0,87
Pirituba	121	0,86
São Lucas	119	0,85
Sacomã	118	0,84
Perdizes	113	0,80
Jabaquara	111	0,79
Artur Alvim	108	0,77
Ermelino Matarazzo	104	0,74
Cachoeirinha	103	0,73
Saúde	100	0,71
Ponte Rasa	97	0,69
Brasilândia	94	0,67
Tremembé	93	0,66
Freguesia do Ó	87	0,62
Limão	81	0,58
Cidade Ademar	71	0,50

Barra Funda	65	0,46
Consolação	62	0,44
Cambuci	61	0,43
Cursino	60	0,43
Vila Sonia	58	0,41
Campo belo	55	0,39
Liberdade	54	0,38
Jaraguá	54	0,38
Jacanã	53	0,38
Campo grande	50	0,36
Bela vista	49	0,35
Republica	46	0,33
Cidade Dutra	45	0,32
Capão Redondo	45	0,32
Rio Pequeno	43	0,31
Jardim São Luis	43	0,31
Morumbi	42	0,30
Campo Limpo	42	0,30
Butantã	41	0,29
Socorro	39	0,28
Grajaú	37	0,26
São Domingos	36	0,26
Vila Leopoldina	30	0,21
Jardim Ângela	29	0,21
Sé	26	0,18
Raposo Tavares	24	0,17
Perus	24	0,17
Jaguará	18	0,13
Pedreira	15	0,11
Itaquera	14	0,10
Jaguaré	12	0,09
Vila Andrade	10	0,07
Alto de Pinheiros	9	0,06
Anhanguera	8	0,06
Guaianases	7	0,05
Vila Jacuí	6	0,04
Itaim Paulista	6	0,04
São Miguel	5	0,04
Parelheiros	5	0,04
São Rafael	3	0,02
Jose Bonifácio	3	0,02
Vila Curuçá	2	0,01
Cidade Tiradentes	2	0,01
Lajeado	1	0,01
Iguatemi	1	0,01
Parque do Carmo	0	0,00
Marsilac	0	0,00
Jardim Helena	0	0,00
Total	14074	100

Fonte: Dados Receita Federal, Rais-Caged e SRTE/SP, 2010; Elaboração da autora.

MAPA 4.23: LOCALIZAÇÃO DAS OFICINAS DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO POR DISTRITOS - 2010



Entretanto, fazemos uma ressalva quanto aos dados, pois tratam-se de oficinas que possuem formalização na Receita Federal, ou seja, elas indicam a concentração da produção de agentes que são formalizados, incluindo os documentos legais de imigração. Entretanto, há oficinas não formalizadas, das quais não se tem registros, cujos agentes estão mais sujeitos às dificuldades como preço elevado de aluguéis do Brás e Bom Retiro e não possuem documentação de imigração, uma vez que a maioria dos trabalhadores é estrangeira. Em geral, as oficinas com CNPJ acabam também se tornando em intermediadoras das subcontratações. Elas subcontratam outras oficinas (normalmente sem formalização na Receita Federal) para a execução dos serviços de costura e repassam aos lojistas. Dessa forma, podemos inferir que por trás das oficinas mapeadas há uma imensa rede de outras oficinas, que são invisíveis às estatísticas e ao olhar desatento da vida cotidiana da cidade de São Paulo, porém, nossa pesquisa aponta conexões entre as oficinas de costura formalizadas das áreas centrais da cidade e as “oficinas domésticas” da periferia da cidade.

Em entrevista, César, presidente da Associação dos bolivianos da Feira da Madrugada⁶⁶, afirma que há uma tendência à migração das oficinas de costura para a periferia, sendo muito comum existirem anúncios nos bairros do Brás e Bom Retiro oferecendo trabalho às oficinas e mesmo solicitando profissionais ligados ao circuito produtivo de confecções (Fotos 4.32 e 4.33).

⁶⁶ Entrevista realizada em 14/08/2010.

FOTO 4.32: ANUNCIO NA RUA ORIENTE NO BRÁS - 2010



Fonte: Trabalho de Campo realizado em 14/08/2010

FOTO 4.33: ANÚNCIO DE LOJA SOLICITANDO OFICINA DE COSTURA COM CNPJ NO BOM RETIRO - 2011



Fonte: Trabalho de Campo realizado em 18/04/2011.

Existem diversas formas de organização do relacionamento entre os agentes do comércio e as oficinas de costura. Inclusive, grande parte das empresas de comércio cria os modelos, realiza o corte nas dependências das lojas (geralmente andar superior) e produz as peças-piloto (por isso há grande necessidades de mão de obra especializada, sendo comum anúncios como mostram as Fotos 4.32 e 4.33), subcontratando a costura em grandes quantidades.

A análise do funcionamento das oficinas de costura – consoante as variáveis tecnologia, organização, capitais, emprego, assalariamento, estoques, preços, crédito, margem de lucro, relação com os clientes, custos fixos, publicidade, reutilização de bens, ajuda governamental e dependência com relação ao mercado externo – evidencia a característica de circuito inferior de grande parte delas, ainda que sejam subcontratadas por empresas do circuito superior e superior marginal.

A oficina de costura Indústria de Comércio e Roupas GSV, que aparece no circuito de produção das Lojas Marisa (citado no Capítulo 03), caracteriza-se pela linha de produção simplificada, cuja produtividade não é dada pelas máquinas com grande capacidade de produção e sim pela intensidade de trabalho de cada costureiro. A oficina contava com 18 empregados (o funcionário mais antigo trabalhava na oficina há um ano), que trabalhavam de segunda a sexta, das 07hs da manhã até as 21hs, e aos sábados, das 07hs às 13hs. Tal oficina organizava-se de forma simples, anotações de pagamento e dívida dos funcionários eram feitas em um caderno (Figura 4.3), bem como as encomendas realizadas, lotes e prazos de entrega. O que prevalece no cotidiano é o capital reduzido, o que inclusive dificulta a realização do desejo de ampliação da oficina para atender encomendas maiores.

FIGURA 4.3: CADERNO DE ANOTAÇÕES COM A “FOLHA DE PAGAMENTO” DA OFICINA INDÚSTRIA DE COMÉRCIO E ROUPAS GSV LTDA.

15 de maio a 15 de junho

	Renda Zil'in	totalizado	
	Contidudes	Enchenero	
Edgar	76 245	466.83	
Carlos	89 323	86.120	547.96 + 103.2
Gola	108 44	202.16	Pago Simon p.B.
Rene	101 320	559.93	
Olegario	93 304	528.01	
Marcelo	41 145	247.38	
Reynaldo	136 150	380.38	Pagado
Juan R.	74 211	379.05	- 50 Edgar
Alfredo	178 570	994.84	
Antonio	111 556	850.48	38.50
Felipe	47 28	330.29	bacero
Ruth	56 462	762.09	

Fonte: Foto SRTE/SP, 2010

Os funcionários da Roupas GVS são todos empregados sem registro em carteira. O pagamento é realizado por produtividade (por unidade costurada), que neste caso o valor era de R\$2,10 por peça. Em função de ser mão de obra imigrante, cujos trabalhadores não possuem visto de permanência no Brasil ou mesmo apresentam-se em situação de *indocumentação*, tornam essa situação do circuito do vestuário mais suscetível à precarização e à exploração. Inclusive o dono da oficina encontra-se em situação de extrema vulnerabilidade no sistema porque se subordina às exigências e prazos dos contratantes, sem a garantia, inclusive do pagamento. Logo, se não recebe corretamente não paga seus funcionários. É muito comum oficinas irem à falência em função de calotes dos contratantes. A margem de “lucro” do dono da oficina na situação exposta é igual ao valor pago ao trabalhador (Tabela 4.20).

TABELA 4.20: PARTILHA DO VALOR PAGO POR UMA PEÇA VENDIDA PELAS LOJAS MARISA

Agente	Valor (R\$)	%
Trabalhador (Indústria de Comércio e Roupas GSV Ltda.)	2,00	4
Dono da oficina (Indústria de Comércio e Roupas GSV Ltda.)	2,00	4
Intermediárias (Drany/Gerson de Almeida/Elle Sete)	17,00	34
Lojas Marisa	28,99	58
Preço final (Preço da peça vendida nas lojas da rede Marisa)	49,99	100

Fonte: Repórter Brasil, 2010; Reelaboração da autora.

A oficina Indústria de Comércio de Roupas GSV, por se configurar como oficina de exclusividade de produção da rede Marisa (94% da sua produção destinava-se à Marisa), não possui poder de negociação do preço pago por peça. Ademais, a relação entre a contratante do serviço, que não se dá diretamente com a oficina que de fato produz, ocorre em uma relação de subordinação rígida, em que prazos e padrões de qualidade devem ser seguidos.

Os custos das oficinas de costura dizem respeito, principalmente ao aluguel do imóvel da oficina, as despesas com alimentação (dos funcionários), energia e água, pois há associação entre local de trabalho e moradia dos costureiros e dos donos da oficina. Não há investimentos em inovação no processo produtivo, no máximo ocorre a aquisição de máquinas de costura, que podem ser compradas de segunda mão.

A Indústria de Comércio e Roupas GSV não utilizava nenhum sistema de publicidade de sua oficina. Um dos motivos é que essa oficina emprega trabalho imigrante *indocumentado*, então o anonimato e a discrição passam a fazer parte do cotidiano da oficina. Outro motivo é o fato da oficina praticamente funcionar tendo como cliente um único comprador, a Lojas Marisa, não havendo necessidade de divulgação.

Como traço comum do circuito inferior, os agentes hegemônicos como o Estado não apóiam o funcionamento das atividades sob a justificativa da irregularidade com relação ao pagamento dos impostos e de registros dos funcionários, justificativa de serem atividades criminosas⁶⁷ por tais irregularidades. Não é diferente com a oficina de costura em questão, com o agravante de que se soma à lista das irregularidades do ponto de vista do Estado a imigração nos moldes da *indocumentação*.

⁶⁷ Confunde-se, não ingenuamente, atividades criminosas, como o roubo de mercadorias e venda a baixos preços na Feira da Madrugada como representante de todo o subsistema inferior. A ideologia de que aqueles que não pagam os impostos e não registram seus funcionários são pessoas desonestas é muito forte e propalada pela mídia, tratando novamente os trabalhadores como delinquentes. A situação de imigrante é ainda pior, pois a *indocumentação* dos trabalhadores os torna passíveis de serem tratados como verdadeiros criminosos *a priori*.

A *indocumentação* aprofunda uma característica das atividades do circuito inferior, que é a falta de financiamento bancário, este já é precário quando solicitado pelos nacionais que compõem as atividades do circuito inferior. O que induz o uso dos financiamentos pessoais (familiares, compatriotas, agiotas, etc.).

Paralelamente às empresa contratadas, há aquelas que são “oficinas independentes”. De propriedade do Sr. Daniel Colquer⁶⁸, boliviano, 48 anos, casado e pai de 4 filhos, que imigrou para o Brasil há 10 anos tendo saído da cidade de Oruno⁶⁹. Efetuou sua travessia na fronteira por Foz do Iguaçu como turista (pagou na época R\$197,00). Regularizou-se, em parte⁷⁰, sua permanência no Brasil por meio do Acordo Bilateral realizado entre Brasil e Bolívia de 2005. Daniel trabalhou por seis meses aprendendo o ofício da costura, juntamente com seus filhos (hoje com 27, 22 e 18 anos).

Daniel possui uma oficina que funciona nos fundos de sua casa (alugada por R\$800,00) no bairro Ponte Rasa na Zona Leste da cidade de São Paulo (Foto 4.34). A oficina possui 7 máquinas (Foto 4.35), compradas novas com dinheiro de poupança. Oito costureiros trabalham na oficina (contando com ele).

⁶⁸ Entrevista realizada em 12/08/2010.

⁶⁹ Decidiu vir para o Brasil porque ficou desempregado quando a fábrica em que trabalhava foi privatizada e ele, juntamente com 8.000 funcionários, foi dispensado.

⁷⁰ Ainda aguarda o documento de residente permanente.

FOTO 4.34: CASA DE FUNDO ONDE FUNCIONA A OFICINA DE COSTURA NA PONTE RASA EM SÃO PAULO - 2010



Fonte: Trabalho de campo realizado em 12/08/2010.

FOTO 4.35: OFICINA DE COSTURA NO BAIRRO PONTE RASA EM SÃO PAULO - 2010



Fonte: Trabalho de campo realizado em 12/08/2010

Daniel conta que para conseguir “pegar serviços” percorre as ruas dos bairros do Brás e Bom Retiro em busca de anúncios e dos conhecidos (intermediários). Vai até esses locais e fala com os intermediários, que são, às vezes, oficinas de costura que possuem nota fiscal (registradas na Receita Federal) e subcontratam as outras oficinas para a execução de encomendas de lojistas intermediadas por elas. O agravante nesta situação é que, oficinas como a de Daniel, que não tem o documento de residente, não tem como adquirir registros nos órgãos de Estado, não tendo condição de ter a nota fiscal exigida pelos contratantes dos serviços. Assim, a empresa “oficial”, que possui nota, repassa as encomendas às oficinas como a de Daniel.

Desta maneira, a *indocumentação*, em todos os sentidos (falta de documentos de permanência, falta de registro na receita federal, não registro em carteira dos funcionários, etc.), torna-se um dos pilares da ampliação do sistema de subcontratação, deixando os agentes da base da pirâmide de subcontratação com os menores rendimentos. Esse sistema, por sua vez, potencializa os lucros dos agentes da ponta da pirâmide, como as grandes redes de varejistas nacionais e internacionais e os lojistas do circuito superior marginal do Brás e Bom Retiro.

A oficina de Daniel não cria modelos de roupas, em geral, recebe a encomenda já com as amostras, o tecido cortado é fornecido pelo contratante e o aviamento o próprio Daniel compra nos comércios ao redor da sua casa. A oficina emprega os filhos e alguns compatriotas. Como de praxe nesse sistema, Daniel paga seus funcionários por peça. Sem ajuda governamental e com dificuldades de acesso ao crédito bancário não tem como ampliar a capacidade de produção, a não ser pelo aumento das horas de trabalho. Daniel afirma que o seu documento de permanência provisória não dá a ele o direito de acesso à conta bancária (também não serve para solicitação de carteira de motorista, contratos de aluguel e acesso ao ensino superior). Para o transporte das encomendas usa o transporte público (trens e metrô) e carro particular, quando consegue alguém para dirigir para ele.

Há ainda outra situação no circuito inferior. A oficina de costura do Sr. César⁷¹ (presidente da Associação de bolivianos da Feira da Madrugada). Ele está no Brasil há 18 anos e origina-se de La Paz, embora tenha morado por um tempo em Cochabamba. Ele conta que saiu da Bolívia por necessidade, pois aquele país passava por uma situação política e econômica difícil. Antes de chegar ao Brasil morou um tempo na Argentina. Descendente de uma família de costureiros ele já sabia o ofício antes de emigrar da Bolívia. Hoje ele encontra-se em situação

⁷¹ Entrevista realizada em 14/08/2010.

regular enquanto imigrante, pois se casou com uma boliviana (naturalizada brasileira) e possui filhos. Cesar é dono de sua própria oficina. Ele costura suas próprias peças e cria seus modelos a partir de ideias das revistas e da televisão. César vendia as roupas nas ruas da Feira da Madrugada⁷², mas por conta da violência em conflitos por pontos de venda⁷³ e da exposição à discriminação, César saiu das ruas e alugou um boxe ao preço de R\$1.000,00 por mês em um dos shoppings populares do Brás (Shopping da Juta). Tudo o que César vende é de fabricação própria: possui três máquinas de costura e dois costureiros que trabalham para ele, um sobrinho e uma prima. Supre suas necessidades de tecido na rua Almirante Barroso, também no Brás. Sua oficina, que funciona no mesmo local de moradia, localiza-se no bairro do Cangaíba. A oficina não acumula estoques, porque não tem capital para isso, “a gente vende, pega o dinheiro e compra mais tecido para fazer mais peças”, afirma César. Para transportar as peças para a venda no Brás usa carro ou moto. Antes de ter fabricação própria César costurava para oficinas de coreanos. Ele afirma que a renda para o costureiro era muito baixa. Eles trabalhavam excessivamente e ganhavam quase nada.

César destaca que há uma forte sazonalidade nas vendas de confecções, sendo que nos meses de inverno, eles praticamente só pagam as contas, mas no verão conseguem guardar um pouco de dinheiro.

O boxe de César aceita pagamento via cartão de crédito (Matercard e Visa), mas antes, na rua, só aceitava dinheiro. Ele afirma que já existem cerca de 1.500 bolivianos na Feira da Madrugada. No Pátio do Pari, eles são em poucos, o que predomina lá, segundo César, são brasileiros e chineses.

Estas situações mostram a importância das oficinas de costura para a manutenção do circuito espacial de produção que envolve agentes de macrocircuitos, meso e microcircuitos. Além das oficinas, a distribuição das encomendas (circulação) também gera trabalho, quase sempre caracterizado como circuito inferior. Em geral, a circulação nos bairros é feita por veículos de menor porte como Kombi (Foto 4.36), van, automóveis utilitários e mesmo caminhões de pequeno porte (Foto 4.37).

⁷² A Feira da Madrugada divide-se em duas: a que ocorre no Pátio do Pari, espaço coberto dividido por boxes, e a Feira que ocorre nas ruas do Brás.

⁷³ Há relatos dos bolivianos entrevistados de que a concorrência vem aumentando entre os bolivianos que vendem na Feira (ruas) e surgiu um grupo de bolivianos que dá ordens para seus compatriotas para abandonarem os pontos de venda. Quando os expositores não obedecem, eles os espancam, à vezes, até a morte.

FOTO 4.36: CIRCULAÇÃO DE VEÍCULOS DE ENTREGAS NO BOM RETIRO - 2011



Fonte: Trabalho de campo realizado em 12/08/2010

FOTO 4.37: ENTREGAS SENDO REALIZADAS EM LOJAS DO BRÁS - 2011



Fonte: Trabalho de campo realizado em 15/07/2011.

Além do trabalho gerado nas oficinas de costura e no transporte das encomendas entre as lojas e o local de execução da costura, há intenso dinamismo na geração de trabalho no comércio, parte desse dinamismo reflete-se nos inúmeros anúncios nestes bairros (Fotos 4.38 e 4.39) de oferecimento de vagas para vendedores, gerentes de lojas, estoquistas, operadores de caixa,

ajudante geral, vitrinistas, além de funções ligadas diretamente à atividade de costura nas lojas (as que criam seus próprios modelos e realizam os cortes que serão enviados às oficinas terceirizadas). Trata-se de trabalhos em geral com baixos rendimentos, o que acaba inserindo esses trabalhadores no circuito inferior, ainda que tenham carteira de trabalho assinada.

FOTO 4.38: ANÚNCIOS DE VAGAS DE TRABALHO NO BRÁS - 2010



Fonte: Trabalho de Campo; Silvana Cristina da Silva, 14/08/2010.

FOTO 4.39: ANÚNCIOS DE VAGAS DE TRABALHO NO BRÁS - 2010



Fonte: Trabalho de Campo; Silvana Cristina da Silva, 14/08/2010.

As vendedoras de “porta em porta” conhecidas como “sacoleiras” fazem parte dos consumidores desses bairros e tiram sua renda na revenda. Em função da necessidade frequente de realização de compras por esses agentes do circuito, surgem outras atividades dentro do circuito inferior como as de guias de compras e de excursões para essa finalidade. Em Campinas, por exemplo, encontramos Cristina⁷⁴, que é cabeleireira e também trabalha organizando excursões para o Brás, Bom Retiro e para a Feira da Madrugada. Há quatro anos ela trabalha com esse tipo de atividade, segundo ela, anteriormente ocupava-se com excursões religiosas e de lazer (excursões de um dia para a praia, para adequar-se ao público de pouca renda), quando mudou de bairro, ela encontrou concorrência com pessoas que já faziam viagens religiosas e assim buscou outras opções. Cristina afirma que seu público, em geral, é composto por famílias, 99% mulheres, que vão a esses lugares para comprar roupas para seu próprio consumo ou de familiares. Ela faz até oito viagens ao longo do ano e em novembro e dezembro intensifica as atividades, realizando até quatro excursões nestes dois meses (Foto 4.40). O roteiro varia segundo a opção dos passageiros. O público de suas excursões é rotativo, mas sempre uma pessoa que já foi, a indica para outra. Cristina já tem uma rede de contatos de empresas de ônibus que atendem suas demandas. Quando uma empresa de ônibus não pode atendê-la, sugere outra opção. Ela faz questão de contratar empresas que ofereçam ônibus executivo por isso suas excursões custam um pouco mais que as concorrentes. Ela cobra R\$35,00 e as concorrentes R\$28,00, segundo ela o

⁷⁴ Entrevista realizada 09/12/ 2010.

diferencial é a qualidade. Além disso, Cristina atua como guia, principalmente para ajudar as pessoas que vão fazer compras pela primeira vez.

FOTO 4.40: CARTAZ DE DIVULGAÇÃO DE EXCURSÃO PARA A FEIRA DA MADRUGADA EM CAMPINAS – 2010



Fonte: Trabalho de Campo; Silvana Cristina da Silva, 09/12/2010.

A circulação de consumidores, sobretudo das “sacoleiras” no Brás e Bom Retiro, gera atividades da economia urbana do circuito inferior como dos carregadores, além de vendedores de produtos relacionados ao transporte de mercadorias como os carrinhos e sacolas próprias para transporte de grandes volumes (Foto 4.41). Inclusive entre os vendedores de sacolas há também imigrantes (africanos). Ou seja, o circuito inferior é multiplicador de trabalho, contudo é um tipo de trabalho com baixíssimos rendimentos.

FOTO 4.41: VENDEDORES E CARREGADORES DE MERCADORIAS NO BRÁS - 2010



Fonte: Trabalho de Campo; Silvana Cristina da Silva, 14/08/2010.

Fica claro que o circuito espacial de produção do vestuário que se abriga especialmente nos bairros do Brás e Bom Retiro, extrapola os limites desses lugares na criação de trabalho. No entanto, a realização de partes do circuito *in loco* traz para a cidade de São Paulo um enorme dinamismo, oferecendo trabalho àqueles que estão fora do circuito superior. Desta forma, a compreensão da economia política da cidade de São Paulo passa pela compreensão da diversidade de formas de criação de renda que não são invisíveis como as estatísticas não produzidas nos levam a acreditar.

4.2. A NOVA CARA DA METRÓPOLE: A IMIGRAÇÃO SUL-SUL

4.2.1. AS NORMAS E AS MARCAS DA NOVA IMIGRAÇÃO NA CIDADE

As migrações internacionais constituem um fenômeno que neste período da globalização ganha novas qualidades. O período iniciado após a 2ª Guerra Mundial vê a intensificação da migração da *Periferia* para o *Centro* e o debate internacional ganha vulto, claro, nos países do Centro do sistema, especialmente França, Alemanha, Estados Unidos. Em geral, esses países tratam a questão como um problema a ser controlado, ou seja, a medida prática em relação às migrações é o acirramento do controle das fronteiras (controle em expedição de vistos, controle de entrada em aeroportos, criam exigências e perfis de população a que “merecem” entrar nestes países).

Contudo hoje, ganham relevo os fenômenos migratórios entre países da periferia. Isso porque entre esses países há também imensas diferenças de oportunidade de trabalho e acesso a renda.

De acordo com dados da ONU (Organização das Nações Unidas), para o ano de 2005, os fluxos de migrantes do Sul para o Norte foram de 62 milhões (33%), no sentido Sul-Sul foram 61 milhões (32%), de Norte para Norte foram 54 milhões (28%) e de Norte para Sul 14 milhões (7%). Esses dados revelam que há na atualidade um imenso movimento de populações entre os territórios e que não se resume ao fluxo de países da periferia para o centro, mas entre os países pobres (BRAGA MARTES e SPRANDEL, 2008). No caso da América do Sul, a instituição de tratados como o MERCOSUL estimulou o aumento de fluxos de mercadorias e também de pessoas, uma vez que houve melhoria nas redes de transporte e comunicação, além de melhorias nos sistemas normativos. A Tabela 4.21 mostra que o Brasil aumentou o recebimento de estrangeiros nos últimos anos. Em 2005 foram 24.148 pessoas; em 2009 foram 42.914, ou seja, um aumento de 77,8%. Esses, em geral, são trabalhadores autorizados a permanecer no Brasil para a realização de tarefas específicas, em geral, ligadas a grandes empresas. Por isso, grande parte dessas autorizações de permanência no Brasil origina-se de países que possuem projetos empresariais em território brasileiro como os Estados Unidos.

TABELA 4.21: AUTORIZAÇÕES CONCEDIDAS A ESTRANGEIROS POR PAÍSES DE ORIGEM
(2005-2009)

Países	2005	2006	2007	2008	2009
EUA	4080	3601	4519	5799	5590
Filipinas	1350	1542	2120	4825	4969
Reino Unido	1871	2199	2474	3874	3496
Índia	570	766	1292	1981	2630
França	1024	1210	1377	1613	1908
Indonésia	163	126	267	1356	1700
Alemanha	1512	1553	1292	1815	1454
China	913	717	1078	2422	1405
Itália	1152	1099	1382	1413	1395
Japão	1098	1278	1244	1804	1237
Noruega	612	618	790	990	1206
Espanha	617	655	878	1133	1104
Holanda	484	712	545	720	933
Colômbia	373	354	401	904	915
Canadá	580	702	903	917	899
Portugal	595	477	550	679	708
Malásia	29	591	65	269	642
Polônia	482	559	610	757	625
Argentina	827	661	653	671	571
Rússia	344	435	495	680	539
Peru	343	280	311	572	524
México	285	325	395	775	490
Honduras	83	39	36	70	450
Grécia	366	373	312	224	410
Venezuela	206	259	299	360	374
Romênia	172	185	323	413	356
Chile	232	202	243	327	347
Dinamarca	293	227	257	292	343
Suíça	100	150	181	191	316
Austrália	177	244	282	303	311
Israel	286	132	178	257	284
Suécia	208	237	334	289	274
Croácia	182	189	154	285	270
Ucrânia	178	184	269	199	265
Áustria	79	109	146	246	241
Coréia	215	253	126	203	214
Cuba	71	256	30	132	187
Finlândia	224	238	291	262	183
Rep. Da África do Sul	118	132	138	285	182
Costa Rica	18	21	60	150	170
Bélgica	114	180	187	270	169
Jamaica	48	59	103	375	167
Irlanda	66	44	60	87	144
Bolívia	67	76	103	169	118
Nicarágua	1	5	51	156	118
Bulgária	55	32	63	89	87
Equador	54	64	71	83	60
Outros	1241	1090	1547	2307	1935
Total	24158	25440	29488	43993	42914

Fonte: Cnig; Disponível em <http://www.mte.gov.br/trab_estrang/est_origem.pdf>
Acesso em 05/04/2010

Existe um processo de atração de imigrantes temporários ou mesmo permanentes no Brasil associados às atividades técnicas especializadas, em grande medida, sendo a maior parte composta por vistos temporários (Tabela 4.22). A análise dos dados sobre as autorizações de entrada de população de países do MERCOSUL (Tabela 4.23) revela pouco dinamismo desse processo, sobretudo quando consideramos a migração boliviana, em que 2009 contabilizaram apenas 118 autorizações. Fica evidente a incapacidade dos dados refletirem a dinâmica real da mobilidade nos países da América do Sul.

TABELA 4.22: TIPO DE AUTORIZAÇÕES DE TRABALHO CONCEDIDAS A ESTRANGEIRO NO BRASIL (2004-2009)

Síntese por categoria	2004	2005	2006	2007	2008	2009
Permanentes	1284	2132	2055	2615	2722	2454
Temporários	18878	22026	23385	26873	41271	40460
Total Geral	20162	24158	25440	29488	43993	42914
Análise de autorizações temporárias	2004	2005	2006	2007	2008	2009
Estrangeiro para trabalho a bordo de embarcação ou plataforma estrangeira	6197	6226	7405	7756	10974	13371
Estrangeiro na condição de artista ou desportista, sem vínculo empregatício	3951	5014	5009	6366	7420	6617
Assistência técnica por prazo até 90 dias, sem vínculo empregatício	3978	4666	5083	4939	6293	5806
Assistência técnica, cooperação técnica e transferência de tecnologia, sem vínculo empregatício	1916	2309	2543	2538	4675	3238
Especialista com vínculo empregatício	1645	1986	2060	1879	2301	2460
Marítimo estrangeiro empregado a bordo de embarcação de turismo estrangeira que opere em águas brasileiras	572	1146	841	2943	8967	8354
Outros	621	679	444	452	641	614
Total temporários	18878	22026	23385	26873	41271	40460

Fonte: Cnig; Disponível em <http://www.mte.gov.br/trab_estrang/sintese_geral.pdf> Acesso em 26/03/10

TABELA 4.23: AUTORIZAÇÕES CONCEDIDAS PARA OS PAÍSES DO MERCOSUL E ASSOCIADOS
(2005 A 2009)

Países	2005	2006	2007	2008	2009
Argentina	827	661	653	671	571
Paraguai	34	35	32	39	47
Uruguai	83	120	30	37	50
Venezuela	206	259	299	360	374
Bolívia	70	74	103	170	118
Chile	232	202	243	327	347
Total	1452	1351	1360	1604	1507

Fonte: Cnig; Disponível em <http://www.mte.gov.br/trab_estrang/situacao.pdf>
Acesso em 26/04/2010

No Brasil vêm sendo registrado, ainda que os dados oficiais não captem essa realidade (dados oficiais, não abarcam a realidade das migrações *indocumentadas*), aumento do número de imigrantes provenientes da América Latina e também da África. Dentre esses imigrantes, chamam a atenção os bolivianos, que principalmente a partir da década de 1990, representam um dos principais fluxos populacionais para território brasileiro.

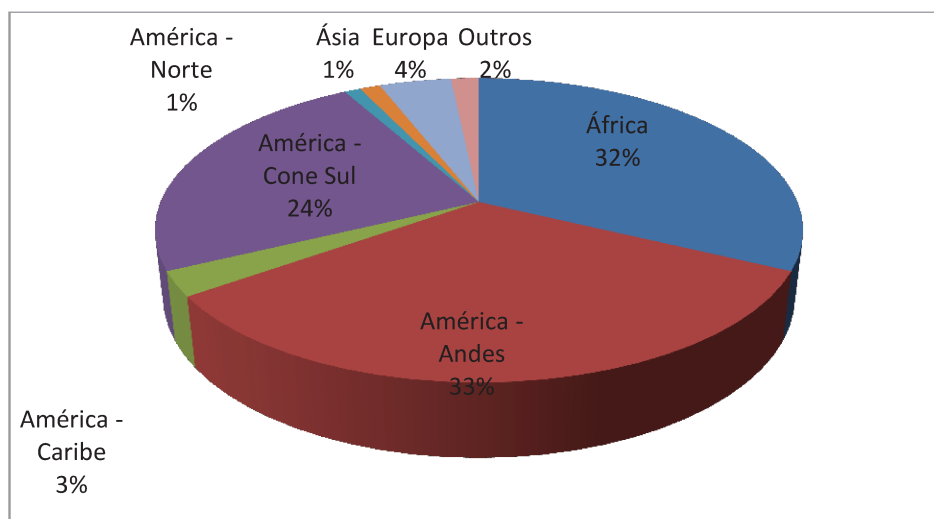
A Pastoral do Migrante na cidade de São Paulo possui um sistema de atendimento e acolhimento da população proveniente de outros países na *Casa do Migrante*. A Tabela 4.24 e Gráfico 4.5 revelam o perfil geral dessa população atendida. Apesar de não serem dados volumosos ou com grande especificação de informações, eles indicam a existência do processo migratório intraperiférico, além de mostrar que o Brasil tornou-se receptor de fluxos populacionais, em geral, imigrantes “não desejados”.

TABELA 4.24: IMIGRANTES ATENDIDOS NA CASA DO MIGRANTE EM SÃO PAULO (1997-2008)

Regiões	Anos ⁷⁵											
	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008
África	12	10	14	10	10	32	23	15	41	35	49	116
América – Andes	30	23	30	17	35	28	30	16	27	48	55	39
América – Caribe	1	0	4	2	0	2	1	0	6	5	6	3
América - Cone Sul	10	14	11	9	8	21	26	28	37	39	46	25
América – Norte	1	0	0	1	0	1	1	1	1	4	0	1
Ásia	2	1	4	0	0	1	2	1	1	1	1	0
Europa	6	3	0	3	2	5	2	3	8	5	3	9
Outros	0	0	0	0	0	0	0	0	4	3	4	8
Total	62	51	63	42	55	90	85	64	125	140	164	201

Fonte: Centro de Estudos Migratórios - CEM; Elaboração da autora, 2010.

GRÁFICO 4.5: PROCEDÊNCIA DOS IMIGRANTES ABRIGADOS NA CASA DO MIGRANTE 1997-2008



Fonte: Centro de Estudos Migratórios - CEM; Elaboração da autora, 2010.

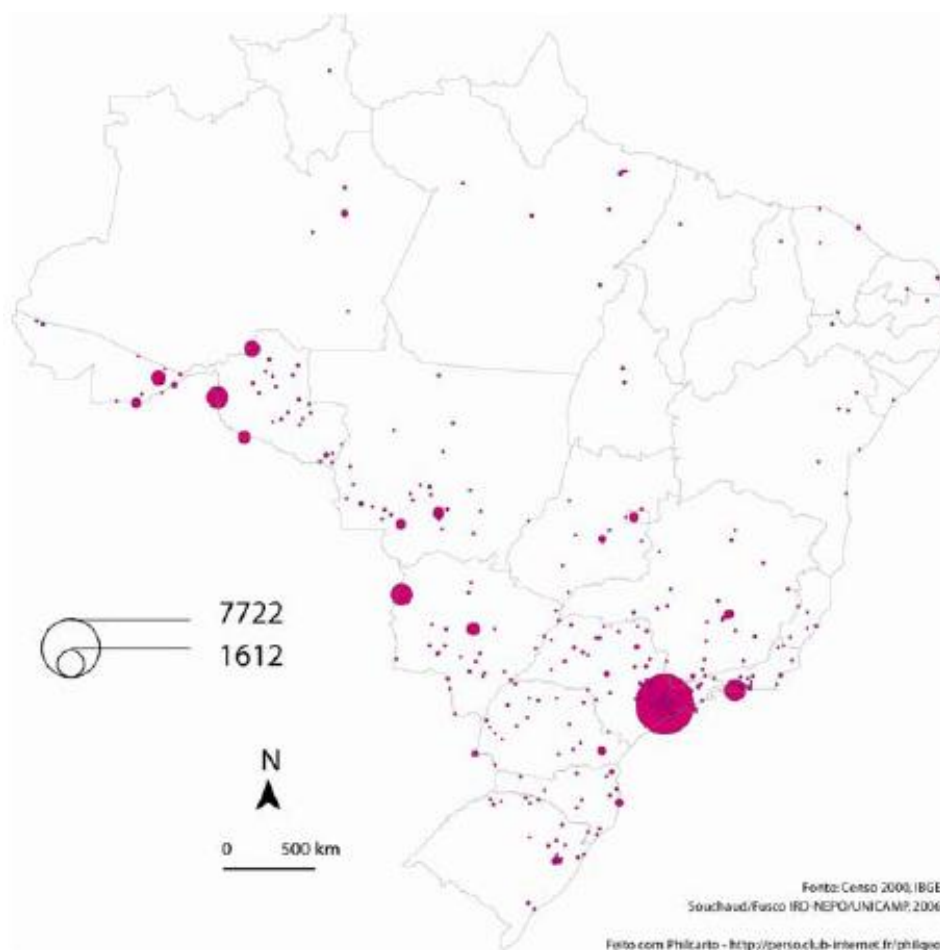
Outra característica do perfil dos abrigados pela Pastoral é que de 87% dos atendidos eram homens e 13% mulheres (de 1997 a 2008) e a maioria era composta por população economicamente ativa, 18 a 30 anos (37,1%) e de 31 a 44 anos (43,3%).

A imigração de bolivianos destaca-se no Brasil na atualidade. A maior parte desses imigrantes sai da Bolívia com destino certo: as grandes metrópoles brasileiras (Mapa 4.24), sobretudo São Paulo, ainda que hoje já exista uma tendência à dispersão para cidades do interior

⁷⁵ Não tivemos acesso aos registros mais recentes porque o sistema de atendimento da Casa do Migrante estava em reformulação e um novo banco de dados seria implementado.

do estado, como Campinas/SP e Americana/SP. Os bolivianos são aliciados por compatriotas ou por coreanos e são encaminhados às oficinas de costura da metrópole. De fato, as metrópoles tornam-se *relés* de um sistema de cidades, pontos chaves na realização das atividades modernas e, ao mesmo tempo, tornam-se pontos de possibilidade da realização de todo tipo de atividade do circuito inferior, dado especialmente pela sua capacidade de criar trabalho e renda, ainda que com essa multiplicação ocorra a multiplicação da pobreza nas grandes cidades. Podem chegar a 300 mil bolivianos vivendo na cidade de São Paulo.

MAPA 4.24: POPULAÇÃO NASCIDA NA BOLÍVIA POR MUNICÍPIO DE RESIDÊNCIA NO BRASIL EM 2000



Fonte: Souchaud, Carmo, Fusco (2007)

Embora a intensificação da imigração boliviana seja recente, os primeiros imigrantes datam da década de 1950. Conforme Sidney da Silva (2006) e Xavier (2010), os primeiros bolivianos que vieram para o Brasil foram estudantes de intercâmbio (culturais e acadêmicos). Alguns desses acabaram permanecendo, em geral, se destinavam às grandes cidades como São Paulo e Rio de Janeiro. Xavier (2010) destaca que o perfil dos imigrantes bolivianos das décadas de 1950, 1960 e 1970 é distinto dos fluxos posteriores, havendo uma ruptura de contextos: os primeiros bolivianos imigrantes apresentavam maior escolaridade, embora existissem pessoas menos instruídas dedicadas ao trabalho doméstico. Esse grupo compõe hoje, em grande parte, os bolivianos melhor colocados profissionalmente (dentistas, médicos, engenheiros, microempresários, etc.). Além disso, ocorreu o processo de *migração política*, sobretudo na década de 1970, em função da difusão dos governos militares na América Latina. Já os fluxos mais recentes apresentam um perfil de menor grau de escolaridade e vinculam-se a uma determinada atividade.

O perfil da atuação profissional dos bolivianos na RMSP aponta para a especialização desse grupo no ramo de confecções, entretanto, como afirma Xavier (2010), cerca de 8,6% estão alocados em profissões de alta qualificação. A Tabela 4.25 é possível observar esse perfil.

TABELA 4.25: OCUPAÇÃO PRINCIPAL DOS OCUPADOS NASCIDOS NA BOLÍVIA RESIDENTES NA RMSP DE ACORDO COM A CLASSIFICAÇÃO BRASILEIRA DE OCUPAÇÕES - 2000

Ocupações	Frequência	%
Operadores de máquinas de costura de roupas	2045	38,8
Médicos	306	5,8
Vendedores ambulantes	199	3,8
Trabalhadores polivalentes das indústrias de confecção de roupas	158	3,0
Vendedores e demonstradores em lojas ou mercados	158	3,0
Gerentes de produção e operações	143	2,7
Cirurgiões-dentistas	97	1,8
Trabalhadores dos serviços domésticos em geral	77	1,5
Trabalhadores agrícolas	75	1,4
Marceneiros e afins	74	1,4
Dirigentes de empresas-empregadores com mais de 5 empregados	71	1,3
Outros	1.869	35,5
Total	5.270	100,0

Fonte: Xavier (2010); elaborado segundo dados do IBGE, 2000.

Grande parte dessa nova imigração presente na cidade de São Paulo revela o aumento das *interações espaciais* (CORRÊA, 1997) entre os países da América do Sul. As interações espaciais constituem-se em um complexo conjunto de deslocamentos de pessoas, mercadorias, informações e capital nos territórios, podendo variar de intensidade, de frequência, de distância e de direção. As migrações, o comércio internacional (importações e exportações), a circulação de mercadorias entre fábricas são, entre outros, exemplos de interações espaciais, bem como refletem as diferenças de lugares face às necessidades construídas historicamente (CORRÊA, 1997). Essas interações entre Bolívia e Brasil, vinculam-se, sobretudo, à geração de atividades do circuito inferior da economia urbana decorrentes do circuito espacial de produção de vestuário.

Com a modernização material e normativa do território brasileiro (sistemas de transportes e comunicação), ocorreu a ampliação das facilidades de interação entre os países vizinhos, sobretudo dos países do MERCOSUL e Associados. No entanto, essas interações espaciais, no caso volume de imigrantes, formam parte de uma “integração” não objetivada por esses acordos. Porém, esse tipo de imigração constitui-se na outra face do processo de integração econômica de territórios desiguais.

Está presente na *psicoesfera* dos indivíduos o imaginário de que o Brasil é um país receptivo aos estrangeiros. Entretanto, a receptividade brasileira relaciona-se também com a classe social e a posição econômica, política e social dos imigrantes. No caso dos bolivianos, trata-se em grande parte de uma população pobre, muitos são indígenas. Situações de discriminação e preconceito são vivenciadas por essa população na metrópole, inclusive agentes do próprio Estado são acusados de tais práticas.

Os novos contornos da imigração brasileira vêm impondo um novo sistema de normas para o tratamento dos imigrantes. Para amenizar os problemas sociais gerados por esses novos imigrantes, que muitas vezes tornam-se invisíveis às políticas públicas por não terem autorização de permanência, o Brasil vem criando alguns acordos para regularização de populações não nacionais que apresentam alguma irregularidade na documentação de permanência.

Houve no Brasil três anistias desde a década de 1980: a anistia de 1981, com cerca de 39.141 anistiados, destes 14.000 bolivianos; em 1988 foram 9.155 bolivianos anistiados em um total de 40.000; recentemente a anistia de 2009, decretada pela Lei nº 11.961, de 2 de julho de 2009, permitiu a regularização de imigrantes que entraram no Brasil até fevereiro de 2009, foram 43.000 regularizados, sendo 17.000 bolivianos (XAVIER, 2010). Para Sidney A. da Silva (2008),

os motivos da baixa regularização são: prazos reduzidos para a comprovação da documentação, taxas elevadas, falta de ampla divulgação, medo de regulação (coação dos aliciadores e donos de oficinas de costura no caso dos bolivianos), medo de perder a cidadania original. Pode-se acrescentar a esta lista o medo de que a anistia seja uma forma do governo encontrar os indivíduos e os deportar antes de conceder a anistia.

O Estatuto do Estrangeiro (Lei nº 6.815, de 19 de agosto de 1980, acrescida de alterações posteriores), regulamenta a entrada e permanência de não nacionais em território brasileiro. Essa lei foi criada ainda no período militar, dessa maneira ela expressa o momento vivido pelo Brasil no contexto da ditadura, por isso o Art. 2º da referida lei sustenta que: “Na aplicação desta Lei atender-se-á precipuamente à segurança nacional, à organização institucional, aos interesses políticos, sócio-econômicos e culturais do Brasil, bem assim à defesa do trabalhador nacional”. Verifica-se o caráter nacionalista e os objetivos de segurança nacional da lei, além de componentes que privilegiam imigração de população de países centrais.

No entanto, segundo Milesi (2010), com a promulgação da Constituição de 1988, o Estatuto do Estrangeiro perde base constitucional de sustentação. Especialmente o artigo 5º da Constituição torna o Estatuto do Estrangeiro conflituoso com a Carta de 1988, “Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no país, a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade”. Daí a necessidade de um novo Estatuto do Estrangeiro (Projeto de Lei nº 5.655/09) no qual é proposta a modificação das premissas do Estatuto do Estrangeiro de 1980, que, segundo Milesi (2010) deveria ser uma Lei de Migrações e não de Estrangeiros, pois esse traz a ideia arraigada da condição preponderante de nacionalidade estranha e não a preponderância dos direitos humanos acima da condição de estrangeiro.

Além da necessidade de um novo Estatuto do Estrangeiro, que poderia se configurar em Lei de Migrações o Brasil, houve alguns avanços em acordos com os países do MERCOSUL no sentido da livre circulação de pessoas sem necessidade de visto e mesmo avanços com o Acordo de Livre Residência do MERCOSU⁷⁶. Entretanto, a operacionalização dos sistemas de normas aplicadas aos imigrantes é complexa. As instituições como a Polícia Federal não apresentam sistemáticas apropriadas como lista de documentação, procedimentos e prazos organizados de forma padronizada. As legislações são conflituosas e nem sempre a norma é adotada em

⁷⁶ Sobre a Política Migratória brasileira hoje, veja Xavier (2010), especialmente nas páginas 71 e 72.

benefício do imigrante, e ainda há o pagamento de taxas para a solicitação de vistos e renovação anual.

Em razão disso uma parte da população imigrante proveniente da Bolívia acaba não podendo ascender à condição de imigrante legalizado. Assim, identificamos alguns aspectos da “clandestinidade” dos bolivianos no Brasil. Porém, lembramos também que as dificuldades normativa e financeira não constituem os únicos motivos do grande número de imigrantes *indocumentados* no Brasil, sobretudo em São Paulo. A exploração econômica pelos aliciadores, a falta de informação sobre as possibilidades de legalização, o medo da deportação e o isolamento trazido pelas condições aviltantes de trabalho perfaz a situação desses imigrantes no Brasil.

Apesar de uma parte significativa dos imigrantes, talvez a maioria, não estar documentada, a leitura do cotidiano mostra que a presença dos imigrantes na cidade de São Paulo vem ganhando materialidades por meio do surgimento de várias entidades, lugares que se transformaram em pontos de encontro, local de trabalho e geração de renda, quase sempre compondo o circuito inferior da economia urbana da metrópole.

Alguns lugares são referência por deixarem marcas da imigração boliviana como a Praça Kantuta. Segundo Carlos Danilo Soto Gomez Garcia⁷⁷, os bolivianos tinham como ponto de encontro a Praça Padre Bento, devido a problemas com moradores locais e o aumento do número de frequentadores da Feira que ocorria no local, Carlos Soto encontrou um lugar “mais adequado” à realização da Feira e o solicitou à Prefeitura. Em 2003 foi inaugurada a Praça Kantuta⁷⁸ no Canindé, próximo à estação de metrô Armênia, onde funciona a Feira com artesanatos e comidas típicas todos os domingos. A Praça Kantuta hoje é ponto de referência para vida dos bolivianos em São Paulo, lá se organiza atividades culturais e folclóricas (Fotos 4.42 e 4.43).

O cotidiano migrante é totalmente aberto ao processo criativo, pois sua sobrevivência passa pelas redes sociais migratórias (nem sempre solidárias, às vezes, competitivas e exploratórias da sua condição), pelos vínculos com o local de origem e a recriação do cotidiano no lugar de recepção, sobretudo nas práticas de aquisição de renda a partir da divisão territorial do trabalho imposta. Por isso que os migrantes estão ligados fortemente às áreas de florescimento do circuito inferior. Trata-se da formulação de estratégias territoriais na busca da sobrevivência que se revela pelo uso de diferentes “pedaços” da cidade.

⁷⁷ Entrevista realizada em 15/08/2010.

⁷⁸ Kantuta é o nome de uma flor que tem as cores da bandeira da Bolívia.

Foto 4.42: Bolivianos assistindo atividades culturais na Praça Kantuta - 2010



Fonte: Fonte: Trabalho de Campo; Silvana Cristina da Silva, 18/07/2010.

FOTO 4.43; APRESENTAÇÃO CULTURAL NA PRAÇA KANTUTA - 2011



Fonte: Fonte: Trabalho de Campo; Silvana Cristina da Silva, 01/05/2011.

A Praça Kantuta também é local de negociação e contratação de mão de obra, especialmente para execução de atividades da costura, como a que aparece na Foto 4.44: anúncio de vagas para atividades da costura na cidade de Camanducaia/MG, que oferece moradia, alimentação, rendimentos não inferiores a R\$ 1.000,00 por mês, folgas aos domingos, sábados e feriados, além de saídas à praia. As negociações entre contratantes de mão de obra tornam-se mais intensas ao anoitecer, quando empresas e comerciantes do Bom Retiro e Brás, especialmente comandas por coreanos comparecem à Praça e se estabelece um “mercado de contratações” de trabalhadores.

FOTO 4.44: PROPAGANDA DE VAGA PARA COSTUREIRO (PARA TRABALHAR NA CIDADE DE CAMANDUCAIA/MG) NA PRAÇA KANTUTA - 2011



Fonte: Trabalho de Campo; Silvana Cristina da Silva, 01/05/2011.

A crescente imigração de grupos de bolivianos, bem como de asiáticos revela-se também pelo surgimento de representantes políticos, que inclusive vem concorrendo a cargos políticos, como Ruth Camacho e William Woo filhos de imigrantes (Foto 4.45). Inclusive uma das reivindicações dos grupos de imigrantes na atualidade é o direito ao voto.

FOTO 4.45: PROPAGANDA DE CANDIDATOS A DEPUTADOS - 2010



Fonte: Trabalho de Campo; Silvana Cristina da Silva, 15/08/2010.

A Praça Kantuta também é lugar de atuação de empresas que encontraram nos grupos imigrantes possibilidades econômicas como a multinacional Western Union que trabalha com remessas de dinheiro para vários países do mundo e faz propaganda na Praça Kantuta distribuindo *folders* aos imigrantes (Figura 4.4). Essa empresa nasceu em Nova Iorque e atuava inicialmente como empresa de telegramas, hoje se tornou líder em transferências financeiras com mais de 480 mil agentes em 200 países.

[illegible]

A Aerosur, empresa aérea boliviana com escritório central em Santa Cruz de La Sierra, atua também na Praça Kantuta oferecendo passagens a “preços reduzidos” – conforme a propaganda – aos imigrantes (Foto 4.46). Além disso, a empresa realiza sorteios de passagens durante eventos na Praça. A Aerosur tem rotas até Santa Cruz de La Sierra, Cochabamba, La Paz, Tarija, Cobija, Sucre e Porto Soares e muitos destinos internacionais como Estados Unidos e algumas cidades da Europa.

FOTO 4.46: PROPAGANDA DA EMPRESA AEROSUR NA PRAÇA KANTUTA - 2011



Fonte: Trabalho de Campo; Silvana Cristina da Silva, 01/05/2011.

Outro exemplo de atividades que surgem para atender grupos de imigrantes bolivianos que extrapolam a dinâmica da metrópole é o caso da Pousada Solemar em Praia Grande/SP (Figura 4.5) que direciona seu atendimento aos bolivianos no litoral paulista.

FIGURA 4.5: FOLDER DE POUSADA ESPECIALIZADA NO ATENDIMENTO DE BOLIVIANOS DISTRIBUÍDOS NA PRAÇA KANTUTA - 2010



Fonte: Trabalho de Campo; Silvana Cristina da Silva, 01/05/2011.

A rua Coimbra no Brás é outro lugar de referência dos bolivianos na cidade de São Paulo, ou seja, lugar onde os imigrantes constroem formas de convivência e solidariedade – neste caso sem o sentido moral. Assim como a Praça Kantuta é também lugar de trocas de informações, há pontos de assistência ao imigrante, sobretudo de informações jurídicas, há escritórios de empresas como a Aerosur e aos sábados na rua Coimbra transforma-se em lugar de venda de produtos típicos, roupas e até cartões telefônicos (Foto 4.47). Alguns restaurantes como o El Campeón (Foto 4.48) são referência na culinária boliviana em São Paulo. Esta rua é espaço vivo da economia do circuito inferior. Em um meio construído deteriorado os imigrantes constroem um novo sentido de sociabilidade, criando formas de gerar renda e de adquirir informações úteis à sua sobrevivência na metrópole. O cabeleireiro é ponto de encontro, e além de cortar o cabelo, existem muitos outros serviços oferecidos como a venda de cartões telefônicos (Foto 4.49). A rua Coimbra transformou-se em um lugar tradicional de negociação e de subcontratação de oficinas e de costureiros.

Todos esses lugares compõem um complexo de serviços que se mostram claramente voltados para uma comunidade migrante, ou seja, num mesmo (e pequeno) espaço, pode-se comprar passagem para o país de origem, experimentar comidas típicas e encontrar produtos específicos, telefonar a preços mais baratos, procurar informações de trabalho, de regularização migratória (uma placa em uma casa indica: “*Se hacen tramites: regularización, amnistia...*”), encontrar amigos. Reforça-se, aqui, um uso específico do espaço dirigido a demandas particulares de um grupo. (XAVIER, 2010, p. 115).

FOTO 4.47: DINÂMICA DA RUA COIMBRA NO BRÁS AOS SÁBADOS



Fonte: Foto de Edu Chaves “Rua Coimbra – Braz – São Paulo – Sábado” postada no Fotografar Educhaves Blog. Disponível em <<http://educhaves.wordpress.com/2010/02/01/exposicao-rubicoes-de-sao-paulo-conjunto-nacional/>> Acesso em 09/12/2011.

FOTO 4.48: RESTAURANTE DE COMIDA TÍPICA BOLIVIANA LOCALIZADO NA RUA COIMBRA NO BRÁS



Fonte: site do restaurante El Campeón. Disponível em < http://www.elcampeon.com.br/index.php?option=com_content&view=article&id=6&Itemid=7&lang=pt> Acesso em 09/12/2011.

FOTO 4.49: CABELEIREIRO NA RUA COIMBRA NO BRÁS



Fonte: Foto de Edu Chaves “Rua Coimbra – Braz – São Paulo – Sábado” postada no Fotografar Educhaves Blog. Disponível em < <http://educhaves.wordpress.com/2010/02/01/exposicao-rubicoes-de-sao-paulo-conjunto-nacional/>> Acesso em 09/12/2011.

A modificação do perfil migratório da cidade de São Paulo vem se consolidando, pois além dos bolivianos, há também paraguaios, peruanos, colombianos e população vinda da África (vários países). Já há pressões para ajustes dos sistemas públicos de saúde e educação na cidade no sentido de atender essas demandas. As atividades realizadas por estes nas oficinas de costura na cidade de São Paulo acabam acarretando problemas de saúde característicos.

Segundo Elaine C. da Silva (2009), o aumento do número de casos de tuberculose entre os bolivianos exigiu que a Secretaria Municipal de Saúde, em parceria com a Pastoral do Migrante, adotasse medidas de contenção da doença como: produção de material em espanhol para o esclarecimento; em bairros de maior concentração de população boliviana como Brás, Bom Retiro e Pari, as Unidades Básicas de Saúde (UBSs) passaram a não exigir a apresentação de documentos como pré-requisito para o atendimento; também foram medidas de saúde pública as visitas domiciliares pelos profissionais do Programa Saúde da Família (PSF) e contratação de profissionais bolivianos (para a aproximação dos serviços de saúde com a comunidade boliviana).

As marcas dos imigrantes bolivianos na cidade estão em muitos lugares como os postos de atendimento da Polícia Federal da Lapa e da rua Coimbra⁷⁹, o Centro de Apoio ao Migrante (CAMI) no Canindé, o Centro Pastoral Migrante (CPM) na Libertada, Igreja Nossa Senhora da Paz na Liberdade, onde funciona também a Pastoral Latina, são apenas alguns exemplos de lugares onde os bolivianos marcam presença na cidade de São Paulo.

Sidney da Silva (1996) foi um dos precursores na compreensão da imigração boliviana. Muitos outros trabalhos foram publicados recentemente enfocando temáticas e abordagens diversas sobre a imigração boliviana como Freire da Silva (2009), Xavier (2010), Freitas (2009), Souchaud (2010), entre outros. Souchaud (2010) destaca os aspectos distintos das áreas de concentração dos imigrantes bolivianos, na fronteira, sobretudo na cidade de Corumbá e na cidade de São Paulo, onde há a maior concentração de grupo migratório no território brasileiro. O autor mostra que a função dos grupos migratórios na divisão territorial do trabalho é determinada pelo lugar de destino, por isso em Corumbá os bolivianos trabalham no comércio e em São Paulo no ramo de confecção. Segundo Souchaud (2010) a principal cidade de origem de bolivianos que vivem no Brasil é a cidade de El Alto próxima a La Paz.

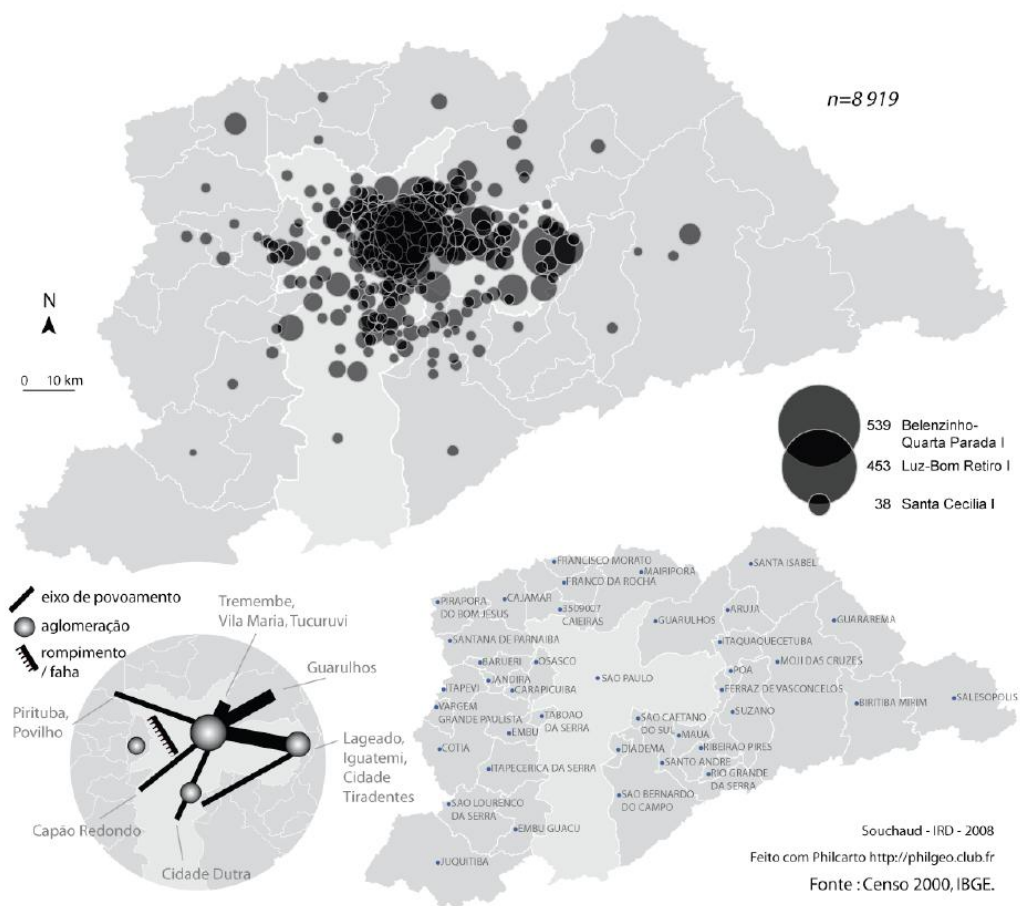
Pensar na integração dos imigrantes bolivianos na cidade de São Paulo é pensar os lugares onde eles realizam suas compras, onde encontram e criam trabalho, onde realizam atividades

⁷⁹ A Polícia Federal, em convênio com o Consulado da Bolívia, abriu um posto de atendimento à comunidade boliviana na rua Coimbra em 2010.

culturais, onde buscam saúde e educação para os filhos e onde buscam informação, deixando sinais na cidade de São Paulo da nova imigração. Um indicativo da integração é o local de moradia, que pode se confundir com o local de trabalho no caso dos trabalhadores das oficinas de costura. “Os migrantes criam suas próprias centralidades pelo frequente e repetido uso de determinados lugares, centralidades que, pouco a pouco, polarizam os fluxos de novos migrantes e tendem a fixar cada vez mais os migrantes mais antigos.” (SOUCHAUD, 2010, p. 09).

O Mapa 4.25 indica dois processos de ocupação territorial dos imigrantes bolivianos: de um lado uma forte concentração no centro, bairros como Brás, Bom Retiro, Pari e Belém; por outro lado há padrão periférico de ocupação, indo para Vila Maria, Tucuruvi e Tremembé, além de transbordar para outros municípios da RMSP, formando outro eixo de concentração de imigrantes bolivianos em Ferraz de Vasconcelos e Guarulhos (SOUCHAUD, 2010).

MAPA 4.25: DISTRIBUIÇÃO DA POPULAÇÃO NASCIDA NA BOLÍVIA RESIDENTE NA REGIÃO METROPOLITANA DE SÃO PAULO (RMSP) EM 2000 (ÁREAS DE PONDERAÇÃO).



Fonte: Souchaud (2010).

A população imigrante boliviana apresenta certo grau de dispersão na cidade de São Paulo e RMSP, entretanto, ainda há forte concentração dessa população nos bairros centrais, devido, sobretudo à simbiose entre local de habitação e local de trabalho, que por sua vez conectam-se com o meio construído oferecido pela cidade à população pobre. Diferentemente de outras atividades do circuito inferior, onde não haveria mais coincidência entre habitar e trabalhar, no caso das confecções ainda há espaço no centro da cidade para essa coexistência. Mesmo dentro das áreas centrais há uma categorização de áreas segundo as condições social dos indivíduos, em geral, as habitações mais precárias e deterioradas configuram-se em opções aos imigrantes bolivianos.

A nova imigração, proveniente principalmente de populações do Sul como os coreanos, chineses, africanos, paraguaios, peruanos e bolivianos, ainda que não faça parte de políticas de estímulo à imigração como no passado, está inserida no contexto do território brasileiro, sobretudo das metrópoles como São Paulo. Daí a necessidade de adaptação das normas em todos os níveis para o atendimento dessa nova população. O cotidiano da cidade, cada dia conta com novas materialidades construídas pela nova imigração, como praças, restaurantes, espaços para atividades culturais e a revalorização de antigos interstícios desvalorizados pelo capital imobiliário e transformados em lugar de habitar e lugar de trabalhar.

Não incorreremos em equívoco, ao afirmar que essa coincidência entre lugar de trabalho e lugar de moradia faz aumentar a exploração que o circuito superior e superior marginal praticam em seu processo de terceirização do trabalho, produzindo mais pobreza, pois permite que os trabalhadores não “desperdicem” tempo com o transporte, os valores dos aluguéis são menores. Ou seja, o espaço construído desvalorizado do centro da cidade de São Paulo, ao abrigar população pobre, é aproveitado como elemento de maior exploração do trabalho nos circuitos superior e superior marginal. Enquanto que para o circuito inferior o espaço desvalorizado do centro da cidade é a oportunidade para a multiplicação do trabalho, ainda que também seja um trabalho extremamente mal remunerado.

4.2.2. OS IMIGRANTES E AS ATIVIDADES DO CIRCUITO INFERIOR NO RAMO DO VESTUÁRIO

Hoje não se pode tratar do circuito espacial de produção do vestuário sem considerar o papel dos imigrantes, especialmente dos bolivianos nas atividades de costura. Há estreitas conexões entre boa parte dos membros desse grupo imigratório e as áreas de especialização do ramo de confecções dos bairros do Brás e Bom Retiro e a etapa da costura no circuito de produção.

As atividades exercidas pelos bolivianos, apesar de algumas modificações neste perfil, são fortemente ligadas à costura, alguns se tornaram donos de oficinas. Algumas questões são frequentemente colocadas: por que os bolivianos compõem a mão de obra da costura na cidade de São Paulo? Por que os brasileiros não concorrem com os migrantes neste ramo de atividade? Por que os bolivianos aceitam trabalhar em condições subumanas? Por que os brasileiros também naturalizaram as condições precárias de permanência deste grupo de imigrantes no país?

Essas questões levam ao debate sobre o papel dos imigrantes nos circuitos produtivos, especialmente do vestuário, a relação desses com a economia urbana da cidade de São Paulo (circuito superior, superior marginal e inferior) e a alguns aspectos sociológicos da sociedade brasileira.

A Tabela 4.26 indica que a maioria das oficinas de costura da cidade de São Paulo pertence a brasileiros, somando 11.175 oficinas (79,4%)⁸⁰ e apenas 2.899 são de propriedade de imigrantes (20,6%), desses os coreanos se destacam com 1.646 oficinas (11,7%). Os bolivianos vêm na sequência com 595 oficinas (4,23%). Os libaneses que dominaram no passado a atividade, aparecem como proprietários de apenas 199 oficinas (1,41%). Há uma diversidade muito grande de nacionalidades que atuam no ramo de confecção como observamos na Tabela 4.26. Entretanto, novamente fazemos uma ressalta quanto a esses dados, pois esses são referidos a oficinas formalizadas e, em função das dificuldades de regularização dos documentos de permanência no Brasil e mesmo dos documentos exigidos para a obtenção do CNPJ na Receita Federal, muitas oficinas de costura de estrangeiros não são registradas. Além do mais, uma parte

⁸⁰ Advertimos que parte dessas oficinas de propriedades de brasileiros pode incluir os descendentes de coreanos e libaneses, uma vez que a imigração desses países é mais antiga, os filhos e netos que perduram na atividade, sobretudo no caso dos coreanos, são brasileiros.

das oficinas oficializadas pode existir apenas para fim de intermediação de encomendas, não produzir de fato.

Contudo, tais dados indicam a proporção de nacionalidades que são proprietárias de oficinas. Essas informações estão de acordo com o que observamos qualitativamente. Inclusive verifica-se que os brasileiros e os coreanos ainda preponderam como proprietários de oficinas, o que aponta para a subordinação dos bolivianos aos brasileiros e coreanos no circuito produtivo ocorre nas seguintes situações: i) ainda que haja oficinas de costura de propriedade de bolivianos formalizadas, estas são subcontratadas pelas oficinas de coreanos e brasileiros por intermediação; ii) as oficinas não formalizadas estão ainda mais sujeitas a esta hierarquia de nacionalidades; iii) as nacionalidades dos trabalhadores que executam a costura possivelmente têm em sua composição bolivianos (em maioria), paraguaios e peruanos, o que indica a fragilidade de tais nacionalidades no circuito de produção.

TABELA 4. 26: OFICINAS DE COSTURA POR PAÍS DE ORIGEM DO PROPRIETÁRIO NO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO - 2010

País	Número de Oficinas	%
Brasil	11175	79,40
Coréia	1646	11,70
Bolívia	595	4,23
Líbano	199	1,41
Japão	75	0,53
Portugal	71	0,50
Argentina	35	0,25
China	33	0,23
Itália	32	0,23
Paraguai	25	0,18
Síria	21	0,15
Uruguai	17	0,12
Grécia	15	0,11
Chile	15	0,11
Israel	11	0,08
Espanha	11	0,08
Peru	9	0,06
França	8	0,06
Canadá	6	0,04
Reino Unido	3	0,02
Estados Unidos	3	0,02
Bélgica	3	0,02
Venezuela	2	0,01
Turquia	2	0,01
Índia	2	0,01
Equador	2	0,01
Austrália	2	0,01
República Dominicana	1	0,01
Nigéria	1	0,01
Jordânia	1	0,01
Iugoslávia	1	0,01
Hungria	1	0,01
Guiana	1	0,01
Filipinas	1	0,01
Dinamarca	1	0,01
Angola	1	0,01
Alemanha	1	0,01
África do Sul	1	0,01
Não identificada	45	0,32
Total	14074	100

Fonte: Dados da Receita Federal; Rais-Caged e SRTESP; Elaboração da autora, 2011.

O padrão de localização das oficinas tem variação segundo as nacionalidades. O Mapa 4.23(página 189) com todas as oficinas mostra que elas estão espalhadas por toda cidade, fica evidente a concentração no Brás e no Bom Retiro, mas também nos distritos do Pari, Itaim Bibi, Jardim Paulista, Tatuapé, Vila Maria, Penha e Casa Verde.

No Mapa 4.26 cartografamos as oficinas de propriedade de brasileiros. As áreas centrais novamente se sobressaem, havendo uma segunda concentração no Itaim Bibi e Jardim Paulista ao Sul e na Casa Verde ao Norte. A Zona Leste destaca-se pela presença de oficinas, ainda que não haja distritos com alta concentração.

Quando mapeamos apenas as oficinas de propriedade dos coreanos esse padrão se altera (Mapa 4.27), pois a tendência é de alta concentração nos distritos do Brás (665 oficinas) e Bom Retiro (777 oficinas), seguidos em terceiro lugar pelo Pari (136 oficinas) e outros distritos com poucas oficinas. Fica claro o domínio nestes bairros da presença coreana na atividade de confecção, sobretudo como proprietários de oficinas. Essa localização concorda com as análises de Xavier (2010) e Souchaud (2010), que relatam a presença mais concentrada dos coreanos nos bairros centrais, porém os bolivianos residem também no centro, mas há outros distritos que estes vêm ocupando mais recentemente, principalmente os recém chegados, destacadamente na Zona Leste. Já os coreanos tendem a se deslocarem para bairros mais elitizados da cidade, na Zona Norte e Sul (XAVIER, 2010)

A localização das oficinas de propriedade de bolivianos (Mapa 4.28) também mostra a concentração no Brás e Bom Retiro, do mesmo modo observamos a importância da Zona Leste para os bolivianos, havendo muitas oficinas espalhadas pelos distritos dessa área. No entanto, há um espraiamento das oficinas para a Zona Norte e presença delas também em alguns distritos ao Sul de São Paulo, indicando uma tendência a dispersão e, sobretudo, a ocupação dos imigrantes bolivianos em áreas pobres da cidade, diferentemente dos coreanos.

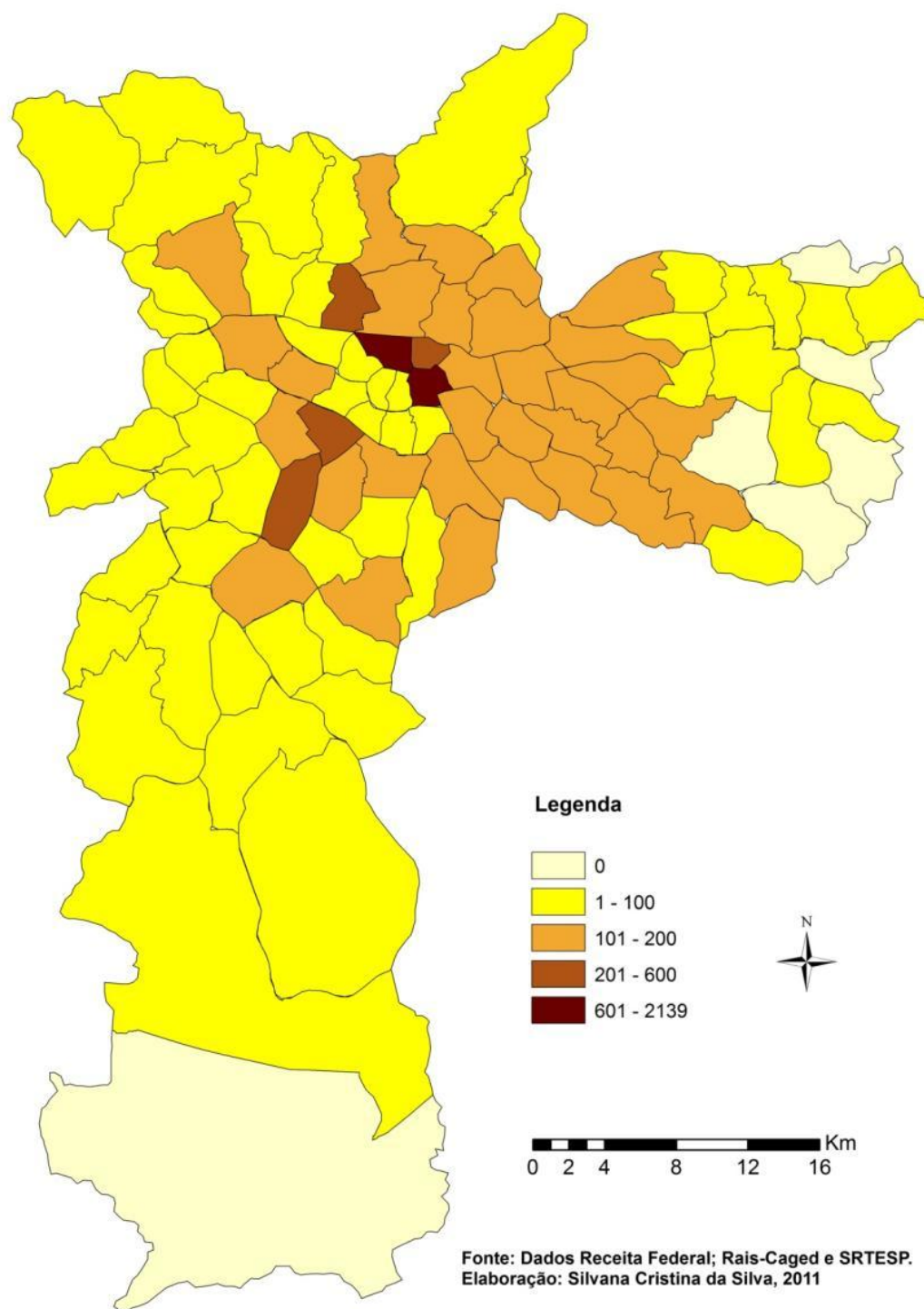
Os libaneses também apresentam um padrão próprio de localização das oficinas (Mapa 4.29), permanecendo no Brás a maior concentração (161 oficinas), seguido pelo distrito do Pari (18 oficinas), havendo presença de poucas oficinas a região Leste e em outras áreas. Fica evidente que as oficinas de propriedade dos libaneses têm forte seletividade espacial, não se localizando em periferias.

O padrão de ocupação das oficinas reafirma a centralidade dos distritos do Brás, Bom Retiro e mesmo do Pari na produção do vestuário. Entretanto, quando analisamos a localização das oficinas, segundo a propriedade por nacionalidades apreendemos as distinções dos padrões de ocupação territorial desses grupos, que corresponde em grande medida à condição de inserção destes grupos na cidade, que segue uma hierarquia dada pela condição socioeconômica. Ou seja, ainda que haja a centralidade do ramo do vestuário nos bairros especializados, cada vez mais os

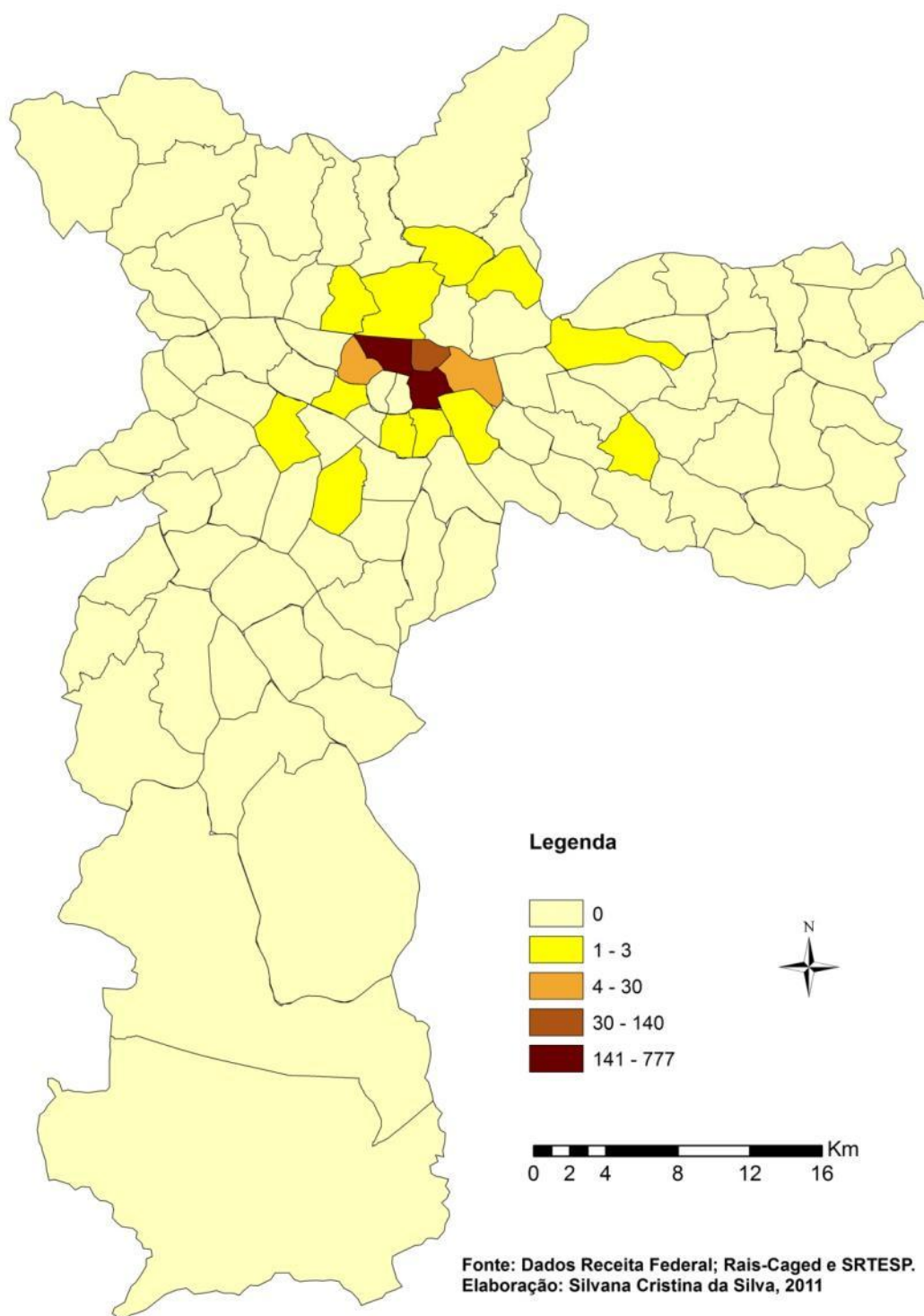
bolivianos estão sujeitos à periferização de suas oficinas, diferentemente dos coreanos e libaneses. Um dos principais elementos que determinam o afastamento dos bairros especializados no ramo de confecção é o preço dos aluguéis. C. Freire da Silva (2008) mostra a formação de uma região de espraiamento da indústria de confecção pelo sistema de subcontratação que alcança a Zona Leste (São Miguel, São Mateus, Itaim Paulista, Itaquera, Guaianazes, Lajeado e Cidade Tiradentes), sobretudo pela convergência dos sistemas de transportes dessas áreas até o Brás. Esse processo também ocorre na Zona Norte (Casa Verde e Vila Maria), porém relaciona-se mais à contiguidade com o Bom Retiro.

Segundo Xavier (2010), os bolivianos mais pobres, assim como os moradores de baixa renda da cidade, buscam as zonas mais distantes do centro em função de custos mais acessíveis de aluguel e, principalmente, facilidade para a aquisição de imóveis. A autora destaca ainda a importância cada vez maior da presença de bolivianos no município de Guarulhos, especialmente nos bairros de Bonsucesso e Pimentas. Xavier (2010) mostra que outro espaço de integração dos bolivianos na cidade é no bairro Casa Verde Alta, onde lojas de comércio típicos, oficinas de costura, restaurantes e mesmo as unidades de saúde, escolas e imobiliárias atestam a presença de bolivianos, sobretudo nos últimos oito anos.

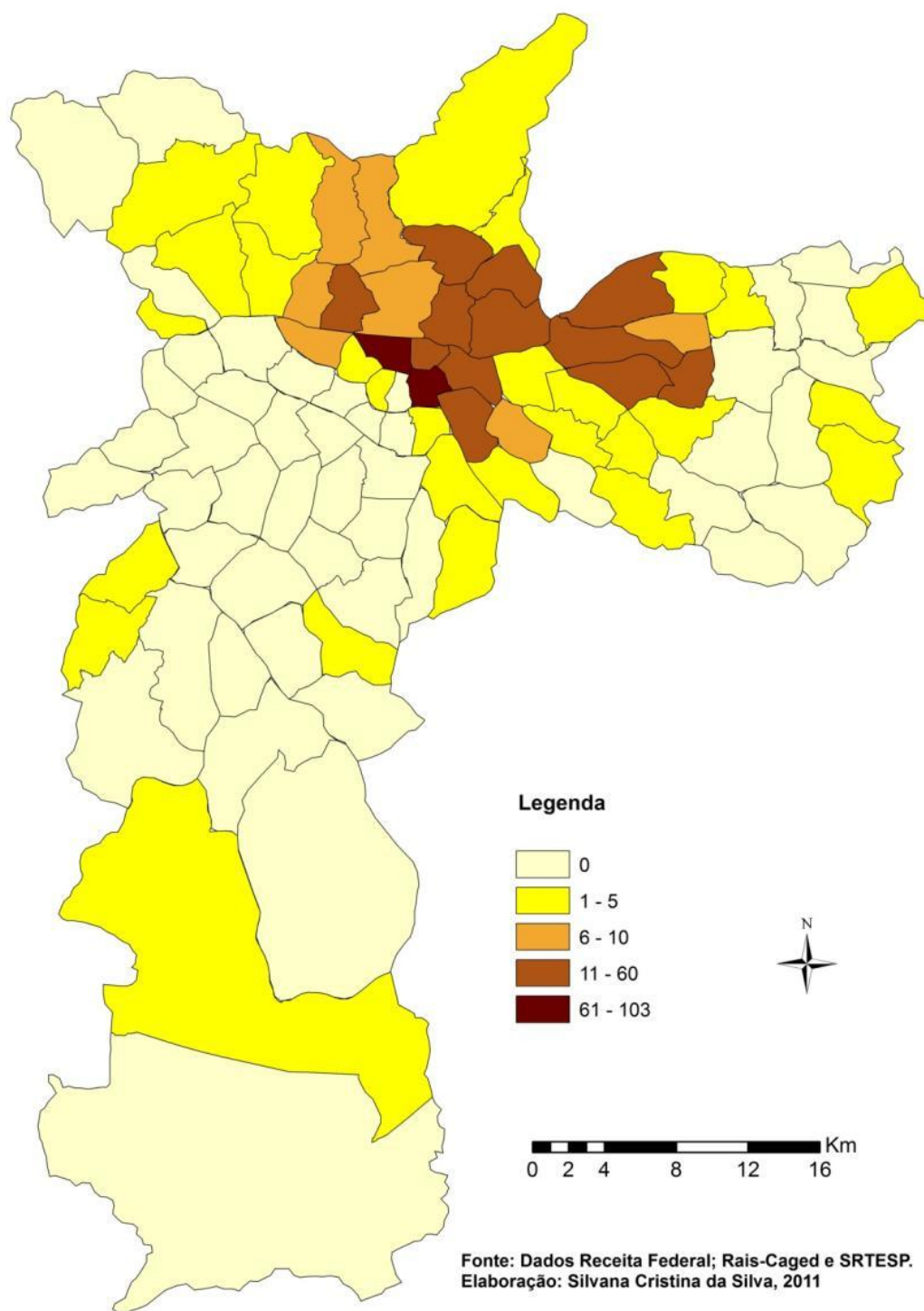
MAPA 4.26: LOCALIZAÇÃO DAS OFICINAS DE COSTURA DE PROPRIEDADE DE BRASILEIROS POR DISTRITOS
EM SÃO PAULO – 2010



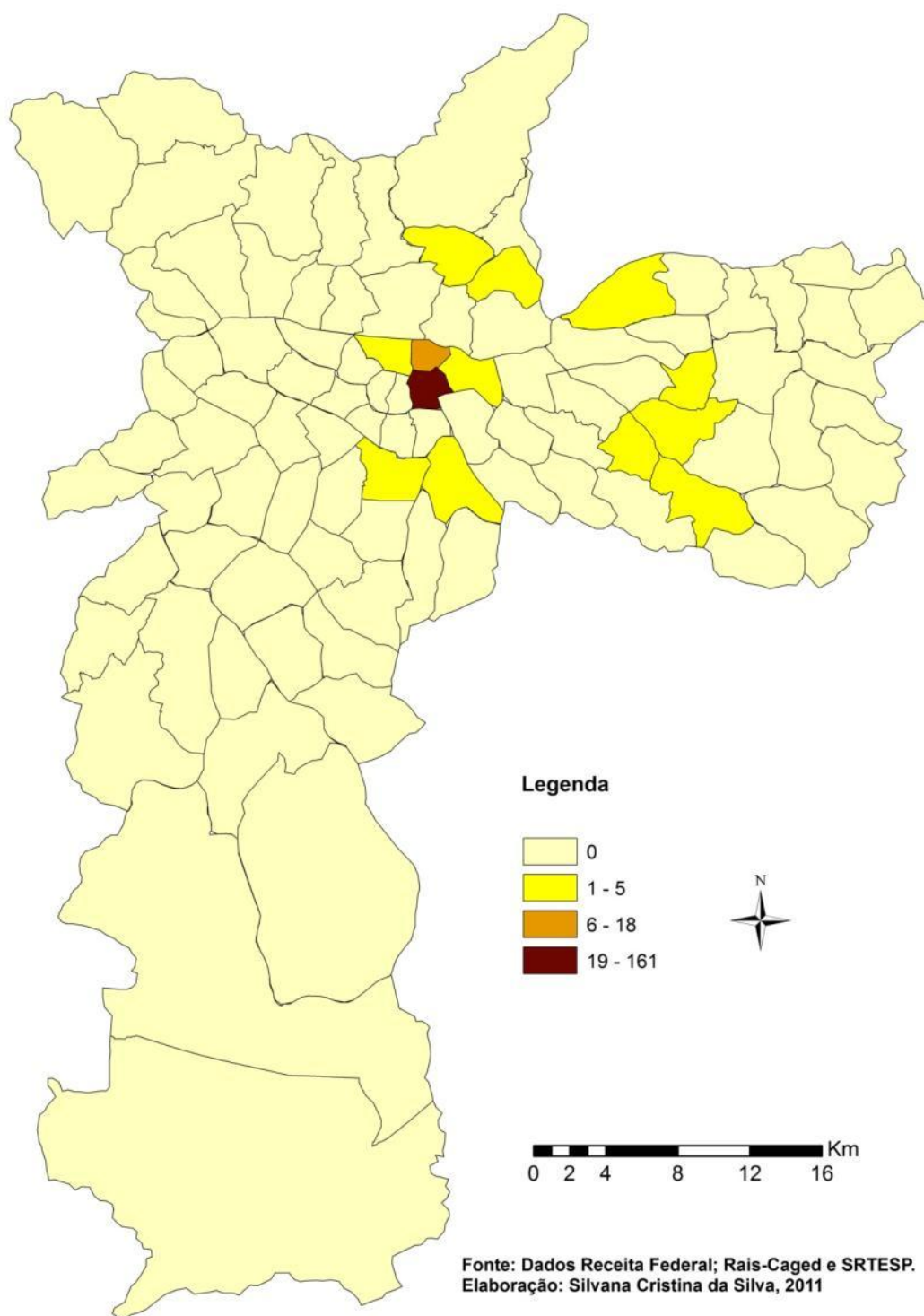
MAPA 4.27: LOCALIZAÇÃO DAS OFICINAS DE COSTURA DE PROPRIEDADE DE COREANOS POR DISTRITOS EM SÃO PAULO – 2010



MAPA 4.28: LOCALIZAÇÃO DAS OFICINAS DE COSTURA DE PROPRIEDADE DE BOLIVIANOS POR DISTRITOS
EM SÃO PAULO – 2010



MAPA 4.29: LOCALIZAÇÃO DAS OFICINAS DE COSTURA DE PROPRIEDADE DE LIBANESES POR DISTRITOS EM SÃO PAULO - 2010



Áreas de forte presença de imigrantes especializados nas atividades de confecção são encontradas em vários lugares do mundo. Algumas características se repetem outras são específicas de cada lugar, e respondem às especificidades da formação socioespacial onde se inserem. Em geral, as grandes metrópoles são as portadoras da capacidade de concentração desse tipo de atividade.

A *situação geográfica* dos bolivianos na cidade de São Paulo remeteria à formação do *habitus* na sociedade que categoriza os indivíduos segundo alguns elementos pré-reflexivos (SOUZA, 2006). Com base em Pierre Bourdieu, Jessé Souza (2006) afirma que o *habitus* diz respeito a esquemas avaliativos compartilhados objetivamente, podendo ser opacos e quase sempre irrefletidos pela sociedade. O *habitus* de classes constitui-se em fios invisíveis que ligam ou separam pessoas. O *habitus* de classes é percebido como um aprendizado não intencional de disposições, inclinações e esquemas avaliativos que permitem aos seus possuidores perceber e classificar, numa dimensão pré-reflexiva, signos opacos da cultura legítima.

A introjeção dessa dimensão pré-reflexiva ocorreria pela herança cultural familiar e da escola em todos os níveis. Haveria nas sociedades modernas, segundo Jessé Souza (2006) a formação de um *habitus* vinculado ao processo de racionalização, despersonalização das pessoas e criação do ideal de eficiência, sendo o Estado uma entidade que materializa essa racionalidade, assim o sucesso dentro dessa sociedade tem como base a “ideologia do desempenho” focada no indivíduo, cuja sustentação ocorre pela meritocracia, qualificação, posição e salário. Desta forma, na sociedade moderna:

[...] classificados, com prêmios equivalentes em salário, *status* ocupacional e prestígio relativos, são os indivíduos que logram se adaptar às demandas implícitas do complexo Estado/mercado. Desclassificados, por outro lado, são todos aqueles que não atendem essas demandas adequadamente e são castigados por baixos salários e baixo respeito social (SOUZA, 2006, p. 77).

Entretanto, esse processo de categorização das pessoas via práticas pré-reflexivas formou-se sob bases de desigualdade e os critérios de racionalidade são aplicados sem reflexão sobre as condições de desigualdades sob as quais cada indivíduo se inseriu, formando o que o autor chama de *habitus* precários nas sociedades periféricas. A hierarquização das pessoas segundo tais elementos teria criado no Brasil uma “invisibilidade da desigualdade e da pobreza”, sobretudo, teria naturalizado a desigualdade. Por isso, para o autor a condição dos negros, além de ser uma questão racial é antes de tudo uma questão de categorização desse grupo pré-reflexivamente

como incapaz de se inserir no mundo da racionalidade, o mesmo poderíamos dizer com relação aos imigrantes de determinadas origens. Eles revelariam em grande medida certa *primitividade*, ou seja, seriam incapazes de se enquadrar no mundo da racionalidade moderna, segundo os elementos pré-reflexivos construídos no território brasileiro.

A condição de fracasso é atribuída ao indivíduo que não se esforçou para o êxito. A oposição entre o trabalho intelectual e o trabalho manual, que chega a ser até 50 vezes mais valorizado no Brasil, se quer chega a ser questionado, o que demonstra a naturalização da hierarquia moral da ideologia do desempenho (SOUZA, 2006). A valorização do indivíduo é dada segundo a utilidade prática do mesmo na sociedade de mercado. Desta forma, podemos destacar que o sistema capitalista funciona a partir de um objetivo único, a extração de *mais-valia*, que no período da globalização ganha novos contornos, entretanto a definição de quem serão os explorados e os exploradores passa por práticas pré-reflexivas, por isso, além da condição de pobreza dos imigrantes de seus países de origem, outros elementos como a condição de responderem às exigências do mercado impõe-se a função exercida por estes indivíduos dentro de uma hierarquia social no novo território de abrigo.

A ocupação dos grupos de bolivianos em diferentes espaços na cidade de São Paulo revela a categorização desse grupo na sociedade brasileira: a função desses imigrantes, que hoje fornecem parte significativa da mão de obra na etapa da costura, expressa o papel atribuído a este grupo na divisão social e territorial do trabalho.

4.3. A FEIRA DA MADRUGADA: UM REDUTO DO CIRCUITO INFERIOR NA METRÓPOLE

A Feira funciona em dois espaços, nas ruas do Brás durante a madrugada (Foto 4.50, 4.51 e 4.52) e no pátio do Pari (Fotos 4.53 e 4.54), espaço público concedido para o uso dos comerciantes⁸¹. Grande parte dos produtos vendidos na Feira é composta por confecções populares, contudo em período bem recente (últimos dois anos) houve forte crescimento da venda de produtos diversos como óculos de sol, relógios, bonés e artigos eletrônicos vendidos, principalmente por chineses. A Feira da Madrugada tem em sua trajetória muitos conflitos.

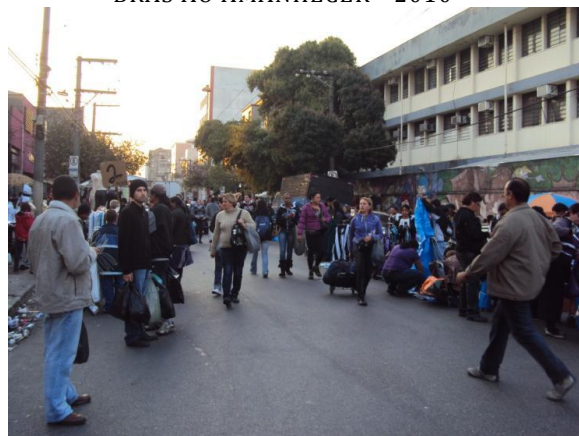
⁸¹ A Feira que funcionava no pátio do Pari foi fechada pela Prefeitura Municipal de São Paulo no último dia 05/08/2011. A Prefeitura reabriu o espaço no dia 27/08/2011 (Portal G1, 26/08/2011), desde então muitos conflitos entre os expositores da Feira e a Prefeitura de São Paulo vem ocorrendo.

FOTO 4.50: PANORAMA DA FEIRA AO AMANHECER - 2010



Fonte: Trabalho de campo realizado em 17/12/2010

FOTO 4.51: FEIRA DA MADRUGA NAS RUAS DO BRÁS AO AMANHECER - 2010



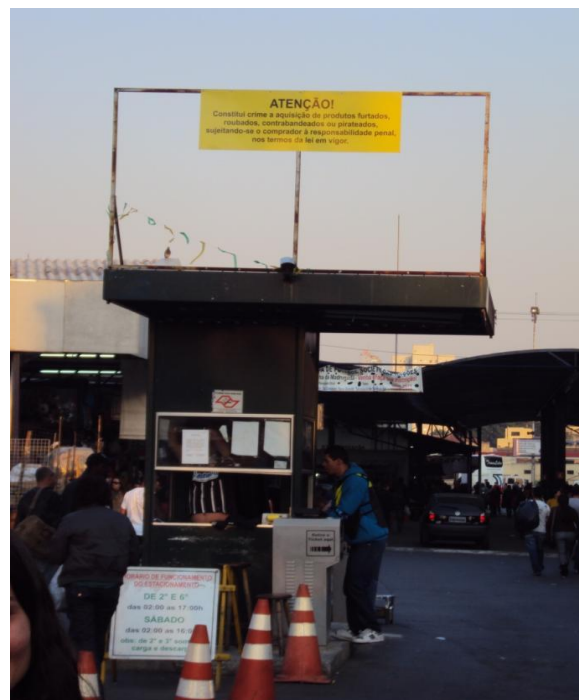
Fonte: Trabalho de Campo realizado em 14/08/2010.

FOTO 4.52: FEIRA DA MADRUGADA NAS RUAS DO BRÁS AO AMANHECER - 2010



Fonte: Trabalho de Campo realizado em 17/12/2010.

FOTO 4.53: ENTRADA DA FEIRA DA MADRUGADA NO PÁTIO DO PARI - 2010



Fonte: Trabalho de Campo realizado em 14/08/2010.

FOTO 4.54: ÁREA INTERNA DA FEIRA DA MADRUGADA NO PÁTIO DO PARI - 2010



Fonte: Site da Feira da Madrugada Shopping, data 16/09/2010. Disponível em < <http://www.feiradamadrugadashopping.com.br/Home/>> Acesso em 25/10/2010.

Segundo Ailton Vicente de Oliveira⁸² (Administrador do Complexo do Pari entre 2009 a 2011), a Feira nasceu do movimento dos camelôs da Rua 25 de março, que buscavam um espaço para vender seus produtos durante a madrugada, evitando os conflitos entre os ambulantes e os lojistas. Na gestão da Prefeita Marta Suplicy (2001-2004) surgem possibilidades de criação de bolsões para abrigar os camelôs das ruas. O pátio do Pari (Fotos 4.55 e 4.56) que pertencia à Rede Ferroviária Federal (gerido pela Superintendência do Patrimônio da União - SPU) é concedido ao uso dos camelôs em 2005, já na gestão do prefeito José Serra (2005-2008). A Feira nasce como um projeto social, em que a maioria dos vendedores originou-se do cadastro da Prefeitura de desempregados e camelôs. Essa área torna-se referência no comércio popular da cidade de São Paulo, especialmente no comércio de roupas.

⁸² Entrevista realizada em 15/07/2011.

FOTO 4.55: TERRENO DA REDE FERROVIÁRIA FEDERAL CONCEDIDO À PREFEITURA DE SÃO PAULO PELA SPU PARA IMPLANTAÇÃO DA FEIRA DA MADRUGADA – 2005



Fonte: Sítio Feira da Madrugada Shopping. Consulta em 22/01/2011; Data da foto: 08/08/2005

FOTO 4.56: TERRENO DA REDE FERROVIÁRIA OCUPADO PELA FEIRA DA MADRUGADA - 2006



Fonte: Sítio Feira da Madrugada Shopping. Consulta: 22/01/ 2011; Data da foto: 11/07/2006

A gestão do terreno passou por muitos conflitos, inclusive jurídicos, sobre o uso e posse desse terreno. Em novembro de 2010 o terreno é doado pela União à Prefeitura Municipal de São Paulo e a Prefeitura lança o Projeto Circuito das Compras, que prevê a substituição da Feira do pátio do Pari por um *shopping center*.

Os conflitos que envolvem a Feira não se restringem à posse da área, mas também aos interesses populares que ultrapassam a escala física do terreno. De fato há muitas pessoas que sobrevivem trabalhando diretamente da Feira, enquanto que há nexos mais largos no território brasileiro estabelecido pelas revendas. Além disso, há o problema da formação de grupos dominantes na Feira que vem ocupando os melhores pontos e comprando dos antigos permissionários os pontos mais rentáveis. Os asiáticos formam a maior parte desse grupo. Outra questão conflituosa envolve os administradores do espaço: em 2005, quando começou a funcionar, a Feira era gerida pelos próprios camelôs, em 2008 passou a ser administrada pela GSA, uma empresa privada, e em 2010-2011 passou a ser coordenada por Ailton Vicente de Oliveira e recentemente foi retomada pela Prefeitura Municipal.

Os dados sobre a Feira mostram um dinamismo do comércio popular no Brás. São cerca de 6.300 bancas cadastradas no pátio do Pari e em torno de 2 mil nas ruas. O movimento é de aproximadamente 35 mil pessoas por dia. Um dos grandes chamarizes do espaço é estacionamento dos ônibus (cerca de 400 vagas). Segundo reportagem do Jornal Valor Econômico⁸³, o Presidente da subcomissão da Câmara de Vereadores para estudos sobre a Feira da Madrugada, o vereador Adilson Amadeu (PTB), avalia que a Feira fatura em torno de R\$ 200 milhões por mês (para o sindicato, esse valor chega a um bilhão de reais por mês).

Esses dados trouxeram à tona a importância desse lugar para a cidade e para o território brasileiro, pois o circuito inferior de atividades de confecções do Brás ganha alcance nacional, sendo a Feira promotora de parte significativa dos fluxos de consumidores. Há muitos lojistas e revendedores que viajam periodicamente para fazer compras na Feira e lojas do Brás, ativando serviços de guia, fretamento de ônibus e atividades de alimentação no próprio lugar.

A Feira não é um fato isolado do contexto do comércio popular da cidade de São Paulo. Na verdade ela representa a luta do comércio popular por espaço dentro do sistema urbano. A

⁸³ Jornal Valor Econômico. “A feira milionária que tira o sono de Kassab”. 22/08/2011. Disponível em < <http://www.valor.com.br/politica/982402/feira-milionaria-que-tira-o-sono-de-kassab> > Acesso em 23/08/2011.

Feira da Madrugada, juntamente com outros espaços do comércio popular sofrem com a ideologia da criminalização por parte do Estado, das grandes empresas e da mídia. Uma vez que os expositores da Feira não têm o registro na prefeitura ou não pagam todos os impostos, acabam sujeitos à criminalização. Assim, verifica-se mais uma expressão da dominação das atividades com características de circuito inferior pelo Estado e pelas empresas do circuito superior.

A Feira da Madrugada representa um reduto do circuito inferior na metrópole de São Paulo e enquanto tal apresenta centralidade para além da metrópole. Daí, a necessidade de qualificação do circuito inferior, isto é, o circuito inferior ele ganha e impõe suas características de acordo com o lugar onde ele se desenvolve. O circuito inferior de São Paulo vincula-se às características de centralidade da metrópole, pois atrai fluxos para além da escala da cidade. O circuito inferior do ramo do vestuário no Nordeste e na Região Sul, por exemplo, apresenta características singulares da divisão territorial do trabalho dessas regiões. Assim, identificamos, no caso de São Paulo, um “circuito inferior de metrópole”, cuja característica essencial é a centralidade que ultrapassa os limites da cidade de São Paulo, chegando à escala nacional. O que mostra que o funcionamento da economia urbana não é dual.

O mais recente movimento de embate e concorrência entre as atividades do circuito superior e inferior no centro antigo expressam-se nos projetos de refuncionalização de um espaço central da cidade: o Projeto Nova Luz no bairro Santa Ifigênia e *Shopping Popular* Feira da Madrugada no Brás. Em ambos, os agentes que vivenciam o cotidiano nos lugares a serem refuncionalizados não foram chamados a dialogar.

Dentro das situações do circuito espacial de produção de vestuário, a Feira da Madrugada representa um dos pilares da etapa do comércio do ramo na metrópole. Durante a Feira é possível verificar o forte dinamismo e a capacidade de atração de fluxos pelas atividades do circuito inferior. Há uma parcela da população, das periferias que suprem suas necessidades de vestuário por meio da Feira, onde encontramos produtos a preços populares. A presença dos lojistas e revendedores que vendem de “porta em porta” em suas cidades de origem também é comum.

Em virtude do comércio de roupas da Feira da Madrugada, lojas do Brás e Bom Retiro, surgiram empresas específicas para realizar excursões, guias turísticos especializados no ramo, transportadores, carregadores de mercadorias, taxistas e um fluxo elevado dos próprios trabalhadores do comércio e de consumidores. Esse cotidiano criou uma vida de relações expressa na ampliação da demanda por novas atividades também do circuito inferior como os

vendedores de cafezinho e bolos, que possuem bancas nas ruas junto aos comércios de confecção e de outros produtos (guarda-chuvas, bonés, CDs e DVDs “piratas”, *pen-drives*, brinquedos, cintos, bolsas, óculos de sol, bijuterias, etc.). Ou seja, o circuito inferior é produtor de trabalho.

Os dados mostram uma enorme tendência ao uso do dinheiro na etapa comercial do circuito espacial de produção, principalmente na Feira, pois traz maiores descontos e indica a demanda por dinheiro líquido no subsistema inferior. Embora haja no bolsão a possibilidade do uso do cartão de crédito em algumas bancas (Foto 4.57), a forma de pagamento predominante é o dinheiro vivo.

FOTO 4.57: PROPAGANDA DO USO DO CARTÃO VISA NA ÁREA INTERNA FEIRA DA MADRUGADA NO PÁTIO DO PARI - 2010



Fonte: Trabalho de Campo, Silvana Cristina da Silva, 13/08/2010

No Quadro 4.3 sistematizamos os dados recolhidos no trabalho de campo sobre a origem dos consumidores frequentadores do Brás e Bom Retiro, verifica-se a centralidade dessas áreas da metrópole para o território nacional, ainda que esses dados não sejam volumosos (foram aplicados 71 questionários), eles indicam o poder de atração de fluxos pelo circuito inferior e superior marginal de São Paulo. Os circuitos inferior e superior marginal presentes na Feira atraem compradores de todo território nacional. Dada a dinâmica da própria Feira, dificilmente conseguiríamos distinguir empiricamente entre esses dois circuitos em toda a Feira, contudo, sem

dimensionar todo seu tamanho e extensão, é possível afirmar que o circuito inferior hoje não se reduz ao interior do espaço urbano da cidade, pois ele apresenta nexos com todas as regiões do país (ver Quadro 4.3).

QUADRO 4.3: ORIGEM DOS CONSUMIDORES DO BRÁS E BOM RETIRO⁸⁴

Estado	Quantidade	Cidade de origem
Acre	1	Tarauacá
Alagoas	1	Maceió
Amapá	1	Macapá
Bahia	1	Salvador
Distrito Federal	2	Brasília
Minas Gerais	4	Juiz de Fora, Campestre, Uberlândia
Mato Grosso do Sul	3	Campo Grande, Nova Andradina e Chapadão
Pará	1	Belém
Paraíba	1	Campina Grande
Piauí	1	Teresina
Paraná	6	Cascavel, Colombo, Curitiba, Foz do Iguaçu
Rio de Janeiro	5	Rio de Janeiro, Bom Jesus, Valença
Rondônia	1	Porto velho
Rio Grande do Sul	1	Caxias do Sul
Santa Catarina	2	Florianópolis, Videira
São Paulo	38	Carapicuíba, São Paulo (17), Araçatuba, Bauru, Cajuru, Cosmópolis, Franca, Guarulhos, Itu, Jaú, Jundiá, Porto Feliz, Quatá, Ribeirão Preto, Santa Fé do Sul, Santo André, Santos e Sorocaba.

Fonte: Silvana Cristina da Silva; Dados sistematizados a partir de Pesquisa de Campo realizada em 18/08 e 19/09/2011.

Além disso, o circuito inferior hoje apresenta etapas, coisa que a proposta teórica original de Milton Santos (2004) não previa. Na proposta original a produção e a comercialização eram realizadas no mesmo local, inexistindo também a etapa da distribuição, daí uma das distinções entre circuito espacial produtivo e os dois circuitos da economia urbana. Contudo hoje, o local de comercialização dos produtos não é, necessariamente, o local de sua produção. A distribuição pode ser realizada por meios de transporte motorizados como pequenas vans, ônibus e metrô, carros particulares adaptados (ou improvisados) ao transporte de cargas ou realizada por “carrioleiros”.

⁸⁴ Foram aplicados 45 questionários no Brás e 26 no Bom Retiro nos dias 18/08/2011 e 19/09/2011.

Outro elemento importante é a “duplicação” da etapa da comercialização. Além das etapas da produção e da comercialização não coincidirem, esta última é duplicada, ou em outros termos, o circuito inferior também é suscetível de produzir para o atacado e para o varejo, em razão da quantidade de mercadorias que é possível produzir. A Feira da Madrugada é um atacado do circuito superior marginal, mas também o é do circuito inferior.

A movimentação no estacionamento de ônibus no pátio do Pari também revela a centralidade dos fluxos de consumidores da Feira da Madrugada. Encontramos ônibus de origens diversas, sobretudo de cidades do interior de São Paulo, do Rio de Janeiro, de Goiás e Sul do país (Foto 4.58). A empresa Expresso de Prata (Foto 4.59), por exemplo, realiza excursões provenientes do oeste do estado de São Paulo, especialmente da cidade de Bauru e região.

FOTO 4.58: ÔNIBUS ORIUNDO DE GOIÂNIA/GO ESTACIONADO NO PÁTIO DO PARI NA FEIRA DA MADRUGADA - 2010



Fonte: Fonte: Trabalho de Campo; Silvana Cristina da Silva, 17/12/2010.

FOTO4. 59: ESTACIONAMENTO DE ÔNIBUS NO PÁTIO DO PARI NA A FEIRA DA MADRUGADA - 2010



Fonte: Fonte: Trabalho de Campo; Silvana Cristina da Silva, 17/12/2010.

Apesar de o circuito inferior incorporar na sua divisão técnica do trabalho o uso de novas tecnologias e do sistema de crédito, como os cartões, ainda existe uma dinâmica própria e criativa conjugada ao funcionamento do circuito inferior na negociação do pagamento.

Dos 71 entrevistados no Brás e Bom Retiro, 47 eram consumidores atacadistas, ou seja, lojistas ou pequenos revendedores que compram nestes bairros para vender em outros lugares. Dos 47 compradores atacadistas, 17 afirmaram que utilizam apenas dinheiro em suas compras, 7 dinheiro e cartão à vista, 4 apenas cheque, 1 apenas cartão de crédito e o restante combinam essas várias formas de pagamento (cartão à vista, cartão de crédito, cheque e dinheiro).

Esses mesmos consumidores atacadistas do Brás e Bom Retiro quando revendem seus produtos nas cidades de origem oferecem muitas formas de pagamento. É interessante notar que dos 47 entrevistados, 14 oferecem como opção de pagamento apenas em dinheiro e crediário, 12 tinham também como opção o pagamento com o uso de cartões. O restante utilizava diversas combinações de formas de pagamento como dinheiro, cheque, crediário, cartão à vista e a prazo. Destacamos que o crediário apareceu nas falas dos entrevistados com diversos nomes e formas de organização como: caderninho, fichinha, nota promissória, fiado e consignado. Em geral, o crediário, que pode se dar nas mais diferentes formas ainda é associado às práticas de amizade,

vizinhança e indicação de conhecidos, ou seja, é oferecida a opção do pagamento no crediário apenas para os mais próximos e os conhecidos como “bons pagadores”. Desta maneira, mesmo que o uso de cartões de crédito tenha se ampliado, algumas práticas “antigas” como o fiado continuam ocorrendo e tendo como base a informação na sua forma *comunicacional*, conformando *horizontalidades* (SANTOS, 2002), que tem como base as relações orgânicas estabelecidas no cotidiano, sem as mediações mais burocratizadas.

Essas mesmas práticas são encontradas quando falamos sobre publicidade nas atividades de revenda dos artigos do vestuário. Dos 47 consumidores atacadistas do Brás e Bom Retiro, 16 pessoas afirmaram que a revenda de vestuário não é a sua única fonte de renda. Essa é uma atividade de complementação de renda e que é, muitas vezes, promovida no ambiente de trabalho principal. A divulgação ocorre entre os colegas e amigos no ambiente de trabalho e familiar. As atividades principais dos revendedores entrevistados foram: funcionário público, bancária aposentada, jornalista, pintor de parede, borracheiro, caminhoneiro autônomo, ajudante de vendas (desempregada), profissional de televendas, motorista, advogada aposentada, cabeleireira (também professora), restauradora, trabalhadora rural, radiologista, policial militar, empresária e enfermeira. Assim, verificamos que a “publicidade” ocorre pela informação comunicacional, pelo “boca a boca”, ou seja, ela ocorre pela troca de informações nutrida pelo cotidiano comum dessas pessoas. Como em relação ao crédito entre esses grupos, pois o fiado é uma prática que se dá pela confiança que se tem entre esses membros.

4.4. AS POLÍTICAS PÚBLICAS NA CIDADE DE SÃO PAULO: RUMOS DO BRÁS E BOM RETIRO

A área central da cidade de São Paulo, incluindo o Brás e o Bom Retiro, em período recente vem passando por um processo de revalorização, em que muitos interesses estão envolvidos, especialmente do capital imobiliário e comercial. O Estado, em suas diversas escalas, mas especialmente na escala municipal de São Paulo, está implantando projetos, cujo objetivo é “revitalizar” as áreas centrais. No entanto, muitos conflitos foram gerados e há movimentos de resistência a esses projetos.

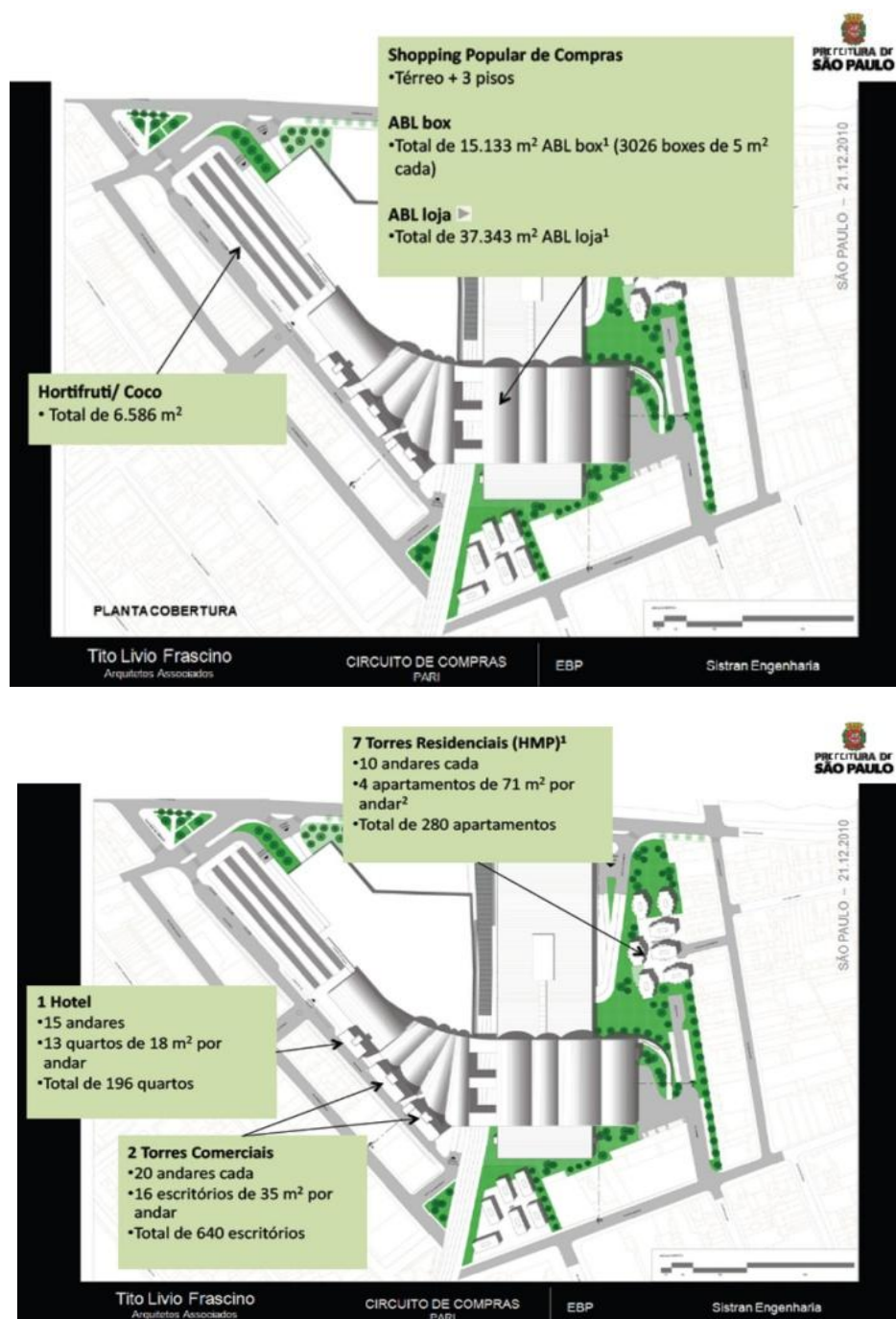
Esse processo nos conduz ao debate proposto por Ribeiro (2004) sobre o *oriente negado*, ou seja, a negação da dor e dos conflitos que geraram formas urbanas é efetuada quando se atualiza os espaços urbanos segundo uma racionalidade tecnocultural para o mercado. A Feira da Madrugada produz um movimento espontâneo e efetivo de pessoas com a finalidade do consumo. Entretanto, esse consumo, ainda que deformado pelo circuito superior que inculca a necessidade de “estar na moda” a toda a população, não é o mesmo promovido pelos grandes empreendimentos comerciais como os *shopping centers*. O combate ao comércio popular representa a força do mercado hegemônico que não busca outra coisa se não o *valor de troca*, nega a todo instante a força criativa do *homem lento* (SANTOS, 2002) que se sustenta não apenas no mercado, mas na sociabilidade (RIBEIRO, 2004).

O projeto de implantação do Circuito das Compras⁸⁵ revela uma retomada do centro pelos atores hegemônicos. O dinamismo das atividades do circuito inferior confinada na Feira da Madrugada despertou entre os agentes do capital imobiliário, comercial, dos grandes bancos e do Estado um novo olhar sobre as materialidades deterioradas do Brás. O meio construído abandonado no passado agora retorna à cena para a promoção das atividades modernas. A força da *destruição criativa* do capital é voraz no sistema urbano.

⁸⁵ O projeto Circuito das Compras foi lançado pela Prefeitura Municipal de São Paulo no dia 03/02/2011. A iniciativa prevê a interligação dos quatro maiores centros comerciais da região central da Capital: Brás, Sé, Santa Ifigênia e Bom Retiro e prevê a instalação de infraestrutura, rede hoteleira e escritórios equipados para atender comerciantes e visitantes. Informações retiradas do site oficial da Prefeitura. Disponível em <http://www.prefeitura.sp.gov.br/portal/a_cidade/noticias/index.php?p=42801> Acesso em 29/03/2011.

O projeto Circuito das Compras prevê a construção de um *shopping* no espaço do pátio do Pari (Figura 4.6). O mercado torna-se um ator político que atua no empresariamento das ações públicas (RIBEIRO, 2005).

FIGURA 4.6: PROJETO DE CONSTRUÇÃO DO SHOPPING POPULAR DO BRÁS



Fonte: Retirado do site da Prefeitura Municipal de São Paulo, 2011.

O projeto Circuito das Compras, onde se insere o *Shopping* Popular do Brás, revela uma complexa interação de grupos sociais e formas urbanas. O espaço é construído desigualmente e condiciona as ações segundo esta desigualdade. O projeto para a construção do *Shopping* Popular do Brás no Pátio do Pari foi desenvolvido pela EBP (Estruturado Brasileira de Projetos) vinculada ao BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social). A relação entre EBP e BNDES ocorre sob a sigla de uma PPP (Parceria Público Privada) com o intuito de desenvolver projetos de viabilidade técnica e econômica para ações em infraestrutura no país. No projeto que envolve o Pátio do Pari (Figura 4.6), encomendado pela Prefeitura, estão envolvidos os bancos Itaú, Bradesco, Citibank, Banco Votorantim, o próprio BNDES e os parceiros do Movimento Brasil Competitivo e foi elaborado pelas seguintes consultorias: Logit (logística), Sundfeld (jurídica), Urban Systems (urbanística), Accenture (financeira), DBI (digital), Burson Marst (comunicação), Sistran (engenharia) e Tito Lívio (arquitetura), não tendo participação alguma dos atuais ocupantes daquela área.

Fica claro então que se trata de um projeto de modernização da área e construção de novas materialidades que terá um conteúdo diferente do atual, ou seja, são atores do circuito superior, agindo por meio dos mecanismos do Estado para apropriar-se das áreas atualmente ocupadas pelo circuito inferior. Esse movimento revela como o capital, em suas diferentes formas, estrutura a cidade, ainda que não tenha força suficiente para acabar com as resistências.

Entre os discursos da globalização sobre as estratégias de sobrevivência dos mais pobres, a ideia da “informalidade” é a que ganhou maior amplitude. Segundo Quijano (1998) e Cacciamali (2000) essa ideia difunde-se com a OIT (Organização Internacional do trabalho) em 1972 no informe “Employment, incomes and equality: a strategy for increasing productive employment in Kenya”, tendo surgido no final da década de 1960 um pouco depois do início da discussão sobre *marginalidade*.

Esta terminologia apareceu com a constatação de que os desempregados e subempregados eram capazes de sobreviver realizando atividades econômicas não reguladas pelo Estado, logo, aqueles que não estão regularizados segundo o Estado, são informais. “O termo ‘informal’ origina-se e difunde-se por meio de inúmeros estudos realizados no âmbito desse programa da OIT, sendo sua apreensão circunscrita pelo conjunto de características expostas a seguir: a) propriedade familiar do empreendimento; b) origem e aporte próprio dos recursos; c) pequena escala de produção; d) facilidade de ingresso; e) uso intensivo do fator trabalho e de tecnologia

adaptada; f) aquisição das qualificações profissionais à parte do sistema escolar de ensino; e g) participação em mercados competitivos e não regulamentados pelo Estado” (OIT, 1972 *apud* CACCIAMALLI, 2000).

Cacciamali (2000), que tem se dedicado ao estudo do setor informal, alega que com o passar do tempo essa categoria foi perdendo a validade. Primeiro porque passou a se referir a atividades não apenas focadas no trabalho, mas no capital, ou seja, passou-se a utilizar o termo informal para as atividades dos pequenos empresários e micro-empresários. Em segundo lugar, a perspectiva do informal insere-se na concepção dos estágios de desenvolvimento territorial em que, com o desenvolvimento dos países subdesenvolvidos, esses atingiriam a plena formalidade. Cacciamali (2000) não fala em informalidade, mas sim em processo de informalidade, isto é, mudanças estruturais em andamento na sociedade e na economia que incidem na redefinição das relações de produção, das formas de inserção dos trabalhadores na produção e nas instituições.

Embora Cacciamali (2000) considere esses processos, a informalidade é estudada por ela pelas novas formas de assalariamento legais como cooperativas de trabalho, empreiteiras de mão de obra, agências de trabalho temporário, locadoras de mão de obra, prestação de serviços temporários, trabalho autônomo, ou seja, são as novas possibilidades da relação capital e trabalho. Antigamente essa relação, era regulada pela carteira assinada, mas agora se convertem em outras possibilidades, no entanto, a perspectiva das relações reguladas pela legislação estatal persiste. Além disso, a autora estuda o trabalho sob a ótica da informalidade, entendida no sentido da OIT (1997), cujo elemento fundante do trabalho informal é que a organização da produção não se baseia na mão de obra assalariada.

A questão que se coloca sobre o formal e informal é que, em grande medida, essa dualidade não explica um processo mais profundo sobre o funcionamento da vida nos territórios periféricos, mais precisamente da vida urbana. A formação de nossas cidades está pautada na dependência de tecnologia, a pobreza gerada por essa dependência e pelos processos de modernização, que acirram a pobreza no período atual. Logo, compreender a existência do comércio popular e das mais diferentes atividades que surgem na cidade para a sobrevivência exige que se pense além da regulação do Estado. Inclusive, as incessantes tentativas do Estado em combater os “informais” evidencia o significado do Estado, para que ele serve e a quem ele serve. Tais medidas só pioram a vida dos pobres urbanos.

A teoria dos dois circuitos da economia urbana surge no sentido de explicar o funcionamento da cidade a partir da relação entre os grupos sociais privilegiados e os menos abastados dentro da sociedade de classes, sendo que tais grupos criam formas urbanas que revelam o profundo imbricamento entre esses grupos. Falar dos imigrantes bolivianos na cidade de São Paulo é também falar das grandes empresas do comércio varejista do vestuário como C&A, Zara, Pernambucanas, Marisa, entre outras, e dos comércios do circuito superior marginal do Bom Retiro e Brás. Não é possível falar que a Zara e a C&A são empresas totalmente formais. A atividade produtiva do circuito de produção de tais empresas passa pelo uso de mão de obra imigrante precarizada e não formalizada. O funcionamento do circuito espacial de produção do vestuário sofreu reorganização na década de 1990 e a principal inovação das grandes empresas do ramo foi o uso da subcontratação de fornecedores de forma sistemática.

Os dois circuitos formam o subsistema urbano, sendo um equívoco a análise da economia urbana por apenas um desses circuitos, pois eles funcionam de forma complementar, concorrente e o circuito inferior subordina-se ao circuito moderno das grandes empresas porque esse último controla as variáveis-chave do período. A base da distinção entre esses dois subsistemas não é o elemento formalidade ou informalidade e sim o modo de organização, capital e tecnologia empregados.

O comércio popular, em suas mais diferentes formas, como ambulante, camelô, o feirante, é criminalizado pelo poder público e pelas grandes empresas por não pagarem devidamente seus impostos. Tornando-os criminosos e desleais com o sistema de competição, por isso poderiam vender ou mesmo produzir a preços reduzidos. Esse movimento de criminalização criou uma forte ideologia na sociedade no sentido dessa não visualizar o funcionamento do sistema urbano e verificar que a grande empresa e o Estado são irmãos. E que a grande empresa sobrevive pelo monopólio e o Estado é quem garante esse monopólio.

Autores como Braudel (1987), Havey (1980), Wallerstein (2002) e Santos (2004) mostram como o capital utiliza-se da estratégia monopolista de mercado, sendo que o Estado age em conluio com as grandes empresas. O fechamento e reorganização da Feira da Madrugada e o Projeto do novo *shopping* no Pátio do Pari, bem como o Projeto Circuito das Compras são ações no sentido de garantir o acesso pelos grandes capitais imobiliários, comerciais, financeiros e de grandes consultorias da informação a espaços privilegiados ao seu desenvolvimento na cidade.

No Brasil, em função de sua organização federativa, o sistema de formalização, diga-se de regularização perante o Estado, é complexo, pois pode haver impostos federais, estaduais e municipais. É fato que, algumas atividades urbanas não sobreviveriam se fossem totalmente enquadradas na legislação. Por isso, inclusive algumas empresas e comércios fecham as portas após pouco tempo de vida, pois a renda proveniente das atividades exercidas por ela não é suficiente se tivessem que pagar todos os impostos e tributos.

Contudo, a modernização tecnológica e gerencial dos sistemas produtivos gera desemprego e mesmo os assalariados não conseguem sobreviver e procuram alternativas de complementação de renda ou mesmo de conseguir alguma renda. O surgimento da Feira insere-se neste contexto urbano. Ainda que possam existir comerciantes melhor situados financeiramente na Feira, possibilidade de existir comerciantes organizados a um modelo de máfia ou mesmo comércio de produtos imitativos de marcas famosas, conhecidos como pirataria⁸⁶. Esses só existem porque não encontraram alternativas à geração de renda.

Ribeiro (2005) reafirma a necessidade de darmos voz ao que ela chama de outro mercado, o *socialmente necessário*, que se distingue do modelo hegemônico.

O mercado socialmente necessário, como memória e projeto, possui raízes ancestrais, ainda anteriores àquelas que alimentam a concepção hegemônica de mercado. O ator proposto-pensado literalmente de baixo para cima, corporificado e territorializado – corresponde, potencialmente, ao circuito inferior (Milton Santos, 1979). Possui formas sobreviventes das sucessivas modernizações que interagem com práticas ancestrais (RIBEIRO, 2005, p.107).

O comércio popular não pode ser caracterizado como criminoso. É necessário avançar no combate essa ideologia das grandes empresas, pois a cidade é complexa, as políticas públicas não podem se basear no dualismo do formal/informal e sim nas questões que estruturam a geração de pobreza. Expulsar os comerciantes populares das áreas de intenso fluxo do centro da cidade apenas privilegia atores já privilegiados.

A análise do uso do território a partir do diálogo entre o circuito espacial de produtivo e os dois circuitos da economia urbana aponta elementos da construção do *período popular da história* (SANTOS, 2000), em que a dinâmica da sobrevivência ganha relevo e as massas resistem e constroem o seu próprio modo de sobrevivência, usando técnicas disponíveis e combatendo o sistema de opressão. Relacionado ao circuito espacial de produção do vestuário e

⁸⁶Sobre o tratamento geográfico do tema pirataria, consultar Tozi (2010) e outros trabalhos do autor.

às atividades do circuito inferior decorrentes desse circuito vêm surgindo muitos protestos⁸⁷, ainda que a grande mídia persista em não revelá-los ou os divulga de maneira distorcida, transmitindo as ideologias de que se tratam de “informais e ilegais”, logo, não seriam dignos de respeito, legitimando assim o uso da violência. A sequência de Fotos 4.60, 4.61, 4.62, 4.63, 4.64 e 4.65 revela parte destes movimentos, fruto do embate por um uso mais democrático da cidade. Ribeiro e Silva (1997) apontam caminhos para a construção mais democrática da cidade, sublinhando a necessidade de superação ao economicismo que hoje orienta as intervenções urbanas, a análise dos impulsos globais numa perspectiva de denúncia dos seus sentidos e a apropriação justa de suas consequências. Além disso, a construção de um ideário democrática conduziria a apropriação social dos espaços urbanos.

⁸⁷ Obviamente que a resistência não pode ser medida apenas por protestos, mais eles em grande medida, expressam a visibilidade dos conflitos, indicando que a hegemonia do capital não é aceita tranquilamente como desejam seus atores.

FOTO 4.60: PROTESTO CONTRA FECHAMENTO DA
FEIRA DA MADRUGADA EM AGOSTO DE 2011



Fonte: R7 notícias, agosto de 2011

FOTO 4.61: PROTESTOS CONTRA FECHAMENTO DA
FEIRA DA MADRUGADA – 28/10/2011



Fonte: R7 Notícias. Disponível em <
<http://noticias.r7.com/sao-paulo/fotos/protestos-de-camelos-entra-no-quarto-dia-20111028.html>> Acesso
04/11/2011.

FOTO 4.62: PROTESTO DO SINDICATO DOS
COMERCIÁRIOS NA RUA OSCAR FREIRE EM SÃO
PAULO CONTRA O USO DE TRABALHO ANÁLOGO AO
ESCRAVO PELAS GRANDES MARCAS - 26/08/2011



Fonte: Gabriela Gasparin/G1

FOTO 4.63: PROTESTO DO SINDICATO DOS
COMERCIÁRIOS NA RUA OSCAR FREIRE EM SÃO
PAULO CONTRA O USO DO TRABALHO ANÁLOGO AO
ESCRAVO PELAS GRANDES MARCAS - 26/08/2011



Fonte: Gabriela Gasparin/G1

FOTO 4.64: PROTESTO DOS CAMELÔS IMIGRANTES CONTRA O FECHAMENTO DA RUA BARÃO DE LADÁRIO ONDE FUNCIONA PARTE DA FEIRA DA MADRUGADA E HÁ CONCENTRAÇÃO DOS IMIGRANTES LATINOS - 2011



Fonte: Bolívia Cultural. Disponível em <http://www.boliviacultural.com.br/ver_noticias.php?id=335> 27/01/2011.

FOTO 4.65: CAMELÔS PROTESTAM CONTRA O FECHAMENTO DA FEIRA DA MADRUGADA NA AVENIDA DO ESTADO EM SÃO PAULO – 06/08/2011



Fonte: Werther Santana/AE, Jornal Estadão, 2011

CONCLUSÕES

Esse trabalho dedicou-se à compreensão do funcionamento do circuito espacial de produção do vestuário da metrópole de São Paulo e como esse circuito cria uma divisão territorial na cidade geradora de atividades do circuito superior e inferior. Nosso objetivo foi mostrar que esse circuito espacial hoje gera muitas atividades econômicas nas áreas de especialização na metrópole e fora dela, sendo tais atividades mobilizadoras de fluxos migratórios.

O entendimento do ramo do vestuário segundo a teoria dos dois circuitos da economia urbana exigiu que realizássemos uma breve periodização da formação das áreas de especialização da cidade de São Paulo. Mostramos como o Brás e o Bom Retiro foram espaços ativos para a cidade e ao mesmo tempo foram recebendo novos conteúdos – novos papéis urbanos – sempre respondendo às novas ordens do período, de chácaras, transformam-se em bairros operários, cujos elementos marcantes foram a imigração européia e a indústria têxtil. Recentemente tornam-se bairros comerciais populares com centralidade que se estende para todo o território nacional. Esse dinamismo já porta novas ações nessa área via processo de revalorização do centro por agentes do circuito superior.

A divisão social e territorial do trabalho decorre da materialização dos diversos circuitos espaciais produtivos, sendo alguns mais amplos, outros mais restritos. As cidades, sobretudo as metrópoles abrigam um complexo emaranhado de circuitos produtivos de diversos ramos que configuram também uma economia urbana complexa, que por sua vez relaciona-se com a rede urbana nacional.

As atividades econômicas na cidade são comandadas por atores com distintos poderes de estruturação do espaço como bancos, corporações, as incorporadoras, consultorias, elites (técnicas e políticas) e o próprio Estado possuem a capacidade de macroestruturar o território pelo poder de mobilização e materialização de suas ações, tais atores pertencem ao circuito superior. O circuito inferior, em geral, compõe-se por atores que usam o território de forma intersticial ou residual, ou seja, os agentes do circuito inferior não têm poder para impor sua vontade sobre agentes hegemônicos e usam a cidade e o território segundo as possibilidades criativas características do circuito inferior. A relação entre esses diferentes agentes na cidade se dá de forma conflituosa, cooperativa, complementar e por dominação do circuito superior sobre o inferior.

O circuito espacial de produção, além de ser uma categoria analítica que aponta as etapas do processo produtivo, revela quem são os atores que comandam a circularidade e a valorização do capital e de “pedaços” da cidade. Realizando o mapeamento das situações existentes dentro do circuito espacial de produção do ramo do vestuário, com ênfase na cidade de São Paulo, encontramos as grandes marcas, as grandes redes de varejo de atuação nacional ou mundial, as empresas de comércio do Brás e Bom Retiro (comandas por coreanos e antigos imigrantes libaneses, árabes e brasileiros) e também a atuação dos novos imigrantes na execução da costura, sobretudo os bolivianos. A interconexão entre agentes do circuito superior e inferior pode ser visualizada por meio da análise do circuito produtivo. Por isso nossa tese verificou que a subcontratação e a terceirização vêm se tornando as formas organizacionais do sistema produtivo do vestuário ideal para que os agentes do circuito superior dominem o circuito inferior e, sobretudo, apropriem-se da flexibilidade tropical característica das atividades de pequena dimensão.

Milton Santos (2005) afirma que, se quisermos diminuir a distância entre o circuito inferior e o superior seria necessário tornar o circuito superior mais inferior, ou seja, não seria pelo aumento do uso da tecnologia e a racionalização organizacional, juntamente com os investimentos do Estado aos grandes empreendimentos o caminho para redução das desigualdades e a redução do trabalho precarizado. Tais ações na verdade vêm ampliando as contradições entre os dois circuitos da economia urbana. O que nossa pesquisa apontou para o ramo do vestuário é um aprofundamento da distância destes dois subsistemas, uma vez que as grandes marcas e redes de varejos contam cada vez mais com o apoio do Estado (em várias esferas) para a expansão de suas atividades, inclusive para a garantia de monopólios. O projeto de construção do Novo Shopping Popular do Brás, no espaço onde funciona a Feira da Madrugada e os enormes financiamentos do BNDES para a expansão das redes de lojas de varejo do vestuário e ao mesmo tempo, o combate das atividades do comércio de rua, o uso da subcontratação de pequenas oficinas de costura (consideradas “ilegais”) revelam a ampliação da distância entre o circuito superior e inferior, o que não significa diminuição do mesmo, pelo contrário, pois a ampliação da oposição e da exploração do circuito superior em relação o inferior significa a expansão da pobreza e a geração de mais atividades do circuito inferior.

Outrossim, destacamos que os distintos agentes dos circuitos produtivos têm poderes desiguais, os pequenos agentes de produção e comercialização de vestuário formam

mircrocircuitos espaciais e são mais dependentes da configuração territorial para o exercício das suas atividades, estes compõem o circuito inferior da economia urbana. Os agentes de porte médio, em geral, pertencentes ao circuito superior marginal, têm uma autonomia relativa em relação ao território, isto é, pelo modo de organização da produção, uso de capital e tecnologia podem expandir o circuito produtivo para além do Brás e Bom Retiro, formando mesocircuitos produtivos, no entanto, continuam com forte dependência das áreas de especialização da produção no ramo do vestuário, sobretudo para a efetivação da etapa do consumo. O que confere a esses agentes uma “autonomia” relativa com relação ao território. As grandes marcas e as redes de varejo do vestuário conformam macrocircuitos produtivos, dado o poder de ação desses agentes, eles podem usar o território de forma a usufruir de todas as possibilidades, uma vez que possuem capacidade de mobilidade e de criação de estratégias territoriais porque detém o controle da variável informação, possibilitando o uso da estratégia de competitividade organizacional. Neste sentido verificamos que a publicidade, as finanças e o Estado são elementos fundamentais na promoção da ação dos agentes do circuito superior.

Identificamos uma especialização do circuito inferior especialmente na etapa da costura e no comércio popular da Feira da Madrugada. Enfatizamos que o circuito inferior da metrópole possui uma centralidade que chega a todo o território nacional. Por isso, aventamos a necessidade de substantivação da denominação circuito inferior para a existência de um *circuito inferior de metrópole*, isto é, um circuito inferior que só tem essa centralidade porque se associa à divisão territorial da metrópole, que por sua vez, insere-se na economia política da urbanização do território brasileiro. O circuito inferior da metrópole de São Paulo gera atividades de pequena dimensão na cidade de São Paulo e para além dela. Ainda que o circuito inferior tenha grande dependência territorial para a realização de suas etapas de produção, como afirmamos, no caso do “circuito inferior de metrópole” ele atrai fluxos. O ramo do vestuário, a etapa da costura atrai fluxos populacionais internacionais e na etapa do comércio, atrai fluxos populacionais de todo o território brasileiro. Além disso, a própria organização das etapas produtivas hoje no circuito inferior é distinta do passado, podendo não haver coincidência entre os locais de produção e comércio, bem como a distribuição modifica-se.

A inserção dos bolivianos nas atividades de costura da metrópole compõe outro elemento da complexa organização territorial de São Paulo. Os imigrantes bolivianos portam a funcionalidade necessária a esse circuito produtivo e lhes foram atribuídas as tarefas menos

nobres do processo produtivo, a execução da costura. A imigração boliviana, como apontamos, relaciona-se a diversos fatores, como a falta de perspectivas de trabalho na Bolívia, a formação de infraestrutura de transporte e comunicação entre o Brasil e os países vizinhos, a própria condição econômica atual do Brasil, além do fato da metrópole ser um lugar gerador de possibilidades de trabalho. Outro elemento explicativo do papel das migrações bolivianas para o território brasileiro vincula-se à formação de uma categorização dos grupos sociais na sociedade a partir de elementos pré-reflexivos, formando um *habitus* segundo perspectiva de Jessé Souza (2006). Nesta análise, além dos elementos territoriais de atração de imigrantes que a metrópole de São Paulo possui, há certas populações que exercerão as atividades mais precárias, essa escolha não se relaciona apenas a questões econômicas, mas também sociais. Assim, sublinhamos a complexidade do funcionamento da economia urbana da cidade de São Paulo.

Também analisamos a importância da Feira da Madrugada como reduto do circuito inferior na cidade de São Paulo, dando relevo aos atuais conflitos de interesses no uso pela área denominada Pátio do Pari onde funciona a Feira. Agentes da Prefeitura, grandes bancos, incorporadoras, consultorias jurídicas, financeiras, entre outros voltaram seus interesses a esse espaço em função dos fluxos intensos de consumidores. Logo, a cidade se reorganiza, segundo novos interesses de valorização e revalorização de “pedaços” da cidade. No entanto, os interesses do *homem lento* são novamente criminalizados e combatidos, sem reflexões sobre a importância desses espaços na metrópole para a geração de renda para populações pobres, excluídas das atividades do circuito superior.

A compreensão do funcionamento do ramo do vestuário a partir do diálogo entre o circuito espacial e os dois circuitos da economia urbana permitiu a identificação dos conflitos na cidade. Conflitos em que a grande mídia divulga de forma enviesada e com o caráter de criminalização. Entretanto, nossa perspectiva mostra a importância de tais atividades para a sobrevivência de uma parte significativa da população. O circuito inferior, que poderia ser potencialmente expressão de um mercado socialmente necessário como apontou Ribeiro (2005), embora o circuito inferior seja deformado pela indução do consumo promovido pelo circuito superior, ele ainda apresenta lógicas internas de funcionamento, muitas vezes, o que interessa não é o lucro, mas a sobrevivência.

A rede de trabalhadores que se espalham por todo o território nacional revendendo artigos do vestuário provenientes do Brás e Bom Retiro aponta uma dinâmica específica do

funcionamento da economia, ainda que tenha vínculos como o circuito superior, não é este que garante a sobrevivência desse número enorme de pessoas. Tal dinâmica talvez indique o nascimento de um novo período, denominado por Santos (2000) de período popular da história, ainda que incipiente. Nesse novo período não seriam os sistemas técnicos e informacionais as variáveis chaves, tão pouco a economia teria a centralidade que tem hoje, mas sim o homem, o bem-estar das coletividades. Neste período, a cultura popular e não a cultura de massa, promovida pela globalização, prevalecerá: as técnicas locais, formas de fazer e de sobreviver fariam parte desse período. A existência humana subordinaria a economia mediante uma nova ética.

REFERÊNCIAS

ABÍLIO, Ludmila Costhek. Trabalho e a acumulação: o caso de um milhão de revendedoras de cosméticos e uma empresa brasileira. In: **II Seminário Internacional Organização e condições do trabalho moderno: Emprego, desemprego e precarização do trabalho**. Campinas, 09 a 11 de agosto de 2011. p 1-26.

ABREU, Alice Rangel de Paiva. Processo trabalho, descentralização da atividade produtiva e segmentação do mercado de trabalho: algumas tendências recentes. In: **Anais da ABEP**, 1984. p. 219-235.

_____. **O avesso da moda: trabalho a domicílio na indústria de confecção**. São Paulo: Ed. Hucitec, 1986.

ALMEIDA, Elisa Pinto de. **A metropolização-periferização brasileira no período técnico científico informacional**. 2000. Dissertação (Mestrado em Geografia), Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2000.

ANDRADE, Margarida Maria. Brás, Mooca e Belenzinho: "bairros italianos" na São Paulo além-Tamanduateí. **Revista do Departamento de Geografia**, v. 8, 1994. p. 97-102

ANTONGIOVANNI, Lúcia. **O meio técnico-científico-informacional brasileiro: a publicidade como um vetor das modernizações**. Dissertação apresentada no Departamento de Geografia da FFLCH-USP, São Paulo, 1999. 116f.

ANTUNES, Ricardo. **Os sentidos do trabalho**. São Paulo: Boitempo, 2009 [1999].

_____. e ALVES, Giovanni. As mutações no mundo do trabalho na era da mundialização do capital. **Educação e Sociedade**. Campinas, vol. 25, n. 87, p. 335-351, maio/ago. 2004. Disponível em <<http://www.cedes.unicamp.br>> Acesso em: 15/03/2012.

ARROYO, Mónica. São Paulo e os fluxos internacionais de mercadorias: a espessura de uma Região Metropolitana. In: Carlos, A. F. e Oliveira (orgs). **Geografias de São Paulo – A metrópole do século XXI**, volume 2. São Paulo: Contexto, 2004. p.85-103.

_____. A vulnerabilidade dos territórios nacionais latino-americanos: o papel das finanças. In: LEMOS Amália Inés de, SILVEIRA, María Laura, ARROYO, Mónica (org.). **Questões territoriais na América Latina**. Buenos Aires: Clacso, 2006.

_____. “A economia invisível dos pequenos”. In: **Le Monde Diplomatique**. Brasil, ano 2, no. 15, outubro de 2008.

ARAÚJO, Angela Maria Carneiro. ; AMORIM, Elaine Regina Aguiar . Redes de subcontratação e trabalho a domicílio na indústria de confecção: um estudo na região de Campinas. **Cadernos Pagu**, Campinas, v. 17/18, p. 267-310, 2001.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE AGÊNCIAS DE PUBLICIDADE. Propaganda & Marketing. 23 de janeiro de 2012. Disponível em < <http://www.abapnacional.com.br/imprensa-clipping.cfm>> Acesso em 29/01/2012.

BAUDRILLARD, Jean. **A sociedade do consumo**. Rio de Janeiro: Elfos Ed.; Lisboa: Edições 70, 1995.

BENZAQUEN, J. F. O Fórum Social Mundial e a Internet: possíveis espaços de articulações globais contra-hegemônicas. In: **X Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais**, 2009, Braga. X Congresso Luso-Afro-Brasileiro sociedades desiguais e paradigmas em confronto, 2009. pp. 132-145.

BORIN, Paula. **Divisão Interurbana do Trabalho e Uso do Território nos Municípios de Águas de Lindóia (SP), Lindóia (SP), Serra Negra (SP), Socorro (SP) e Monte Sião (MG)**. Dissertação do Programa de pós graduação em Geografia, FFLCH/USP, 2003.

BRAGA, José Carlos de Souza. A financeirização da riqueza - a macroestrutura financeira e a nova dinâmica dos capitalismos centrais. **Economia e Sociedade** (UNICAMP), Campinas - SP, n. 2, 1993.

BRAGA MARTES, Ana Cristina e SPRANDEL, Marcia Anita. **Mercosul e as migrações: Os movimentos nas fronteiras e a construção de políticas públicas regionais de integração**. Brasília: Conselho Nacional de Imigração, 2008.

BRAUDEL, Fernand. **A dinâmica do capitalismo**. Rio de Janeiro: Rocco, 1987 [1985].

BRITO, Maria das Graças Moura. **A “colcha de retalhos” da Metrópole Paulista: simples aglomerados ou sistemas produtivos e inovativos na indústria do vestuário?** Dissertação do Programa de pós-graduação de Política Científica e Tecnológica, Unicamp. Campinas, 2005. 122f

BUNGE, Mario. **La ciencia, su método y su filosofía**. Buenos Aires: Siglo Veinte, 1975

CACCIAMALI, M. C. **Globalização e processo de informalidade**. **Economia e Sociedade** (UNICAMP), IE - UNICAMP, São Paulo, v. 2000, n. julho, p. 153-175, 2000.

CANO, Wilson. **As raízes da concentração industrial em São Paulo**. Rio de Janeiro: DIFEL, 1997.

CARDOSO, Ana Maria Vieira. **Família de cidades: a atividade têxtil em Americana e entorno**. 2004. Dissertação de mestrado. Departamento de Geografia do Instituto de Geociências da UNICAMP. Campinas. 179f

CARLOS, Ana Fani. **Espaço e tempo na metrópole**. São Paulo: Contexto, 2001.

_____. **São Paulo: do capital industrial ao capital financeiro**. In: CARLOS, A. F. A.; OLIVEIRA, A. U. (Org.) **Geografias de São Paulo**. São Paulo: Contexto, 2004. v.2.

_____. A metrópole de São Paulo no contexto da urbanização contemporânea. In: **Estudos avançados**, 23 (66), 2009. p. 303-314.

CARVALHO, Marly Monteiro de e SERRA, Neusa. **Estratégias competitivas da cadeia têxtil e vestuário paulista**. São Paulo: IPT, 1998. Disponível em <http://www.abepro.org.br/biblioteca/ENESEP1998_ART161.pdf> Acesso em 15/10/2008.

CATAIA, Márcio. Territorialidade estatal e outras territorialidades: novas formas de uso dos territórios na América Latina. Conflitos, desafios e alternativas. **Scripta Nova** (Barcelona), v. XII, p. 270/99, 2008.

C&A. (2009). **Relatório de sustentabilidade 2009 – De pessoas, por pessoas, para pessoas**. Disponível em < http://www.cea.com.br/front/pdf/relatorio_portugues.pdf> Acesso em 20/02/2011.

C&A. **We C&Are - Acting sustainably** (2011). Disponível em < http://www.c-and-a.com/pt/pt/corporate/fileadmin/mediathek/master/downloads/CSR_Report_2010_en.pdf> Acesso em 30/11/2011.

CHESNAIS, François. **A Mundialização do Capital**. São Paulo: Xamã Editora, 1996. 335 p.

CHOI, Keum Joa. Além do arco-Íris: a imigração coreana no Brasil. Dissertação da área de História – FFLCH-USP. São Paulo, 1991. 244f

CORDEIRO, Helena Kon. O papel da Região Metropolitana de São Paulo entre os principais pontos da economia transacional no espaço brasileiro. **Revista Ciência e Cultura**. Campinas: SBPC, 40, (3), 1988.

CORRÊA, Roberto Lobato. “Interações Espaciais”. In: CASTRO, I. E de, GOMES, P. C. da, CORRÊA, R. L. (orgs.) **Explorações Geográficas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997. p. 279-318.

_____. Concentração bancária e os centros de gestão do território. In: CORREA, Roberto Lobato. **Estudos sobre a rede urbana**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006 [1989]. p. 61-99.

DEDECCA, C. S. Desregulamentação e desemprego no capitalismo avançado. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v. 10, n. 1, p. 13-20, 1996.

DE SOTO, Hermando. **El outro sendero – la revolución informal**. Lima: Instituto Libertad y Democracia, 1992.

DIAS, Priscilla Simone. **Território e Informação: o circuito da produção publicitária na cidade de São Paulo**. Dissertação do Programa de pós graduação em Geografia do Instituto de Geociências da Unicamp, 2008. 112f.

EVASO, Alexander Sergio. “Considerações sobre um fragmento da metrópole em fragmentação: o Bom Retiro”. In: SOUZA, M. A. de (org.) **Território Brasileiro. Usos e Abusos**. Campinas: Edições Territorial, 2003. p.258-282.

FREIRE DA SILVA, Carlos. **Trabalho Informal e Redes de Subcontratação: Dinâmicas Urbanas da Indústria de Confecções em São Paulo**. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação do Departamento de Sociologia da FFLCH- Universidade de São Paulo. São Paulo, 2008. 150f.

FREITAS, Patrícia Tavares de. **Imigrantes em torno de um circuito de produção e distribuição de roupas na cidade de São Paulo - histórias de territórios e deslocamentos**. In: Bolletín MIIUrb /AL, n°2, p. 15-18, diciembre de 2007. Disponível em < <http://www.miurbal.net/documents/miurbul02.pdf>> Acesso em 20/09/2008.

_____. **Imigração e experiência social: o circuito de subcontratação transnacional de força-de-trabalho boliviana para o abastecimento de oficinas de costura na cidade de São Paulo**. Dissertação do Programa de Pós Graduação em Sociologia do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas UNICAMP. Campinas, 2009. 289f

G1 (2011). **Procuradora diz ter achado mais 6 grifes em blitz contra trabalho escravo**. Disponível em < <http://g1.globo.com/sao-paulo/noticia/2011/08/procuradora-diz-ter-achado-mais-6-grifes-em-blitz-contra-trabalho-escravo.html>> Acesso em 19/08/2011.

GEORGE, Pierre. **A ação do homem**. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1968.

GEORGE, Pierre. **Geografia Econômica**. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1970 [1958].

GALETTI, Roseli. Migrantes estrangeiros no centro de São Paulo: coreanos e bolivianos. In: PATARRA, N. L. (org.) **Emigração e imigração internacionais no Brasil contemporâneo**. São Paulo: FNUAP, 1996.

GOMES, Sueli de Castro. **Do comércio de retalhos à Feira da Sulanca: uma inserção de migrantes em São Paulo**. Dissertação de mestrado. Depto. de Geografia FFCH-USP, 2002. 226f.

GRIMM, Flávia. “Teoria dos dois circuitos da economia urbana: debates e contextos preliminares”. In: **Anais XVI Encontro Nacional dos Geógrafos Crise, práxis e autonomia: espaços de resistência e de esperanças** - Espaço de Socialização de Coletivos – Realizado de 25 a 31 de julho de 2010. Porto Alegre - RS, 2010.

GUIA Abril, 2010. Disponível em < <http://manequim.abril.com.br/faculdades-de-moda/faculdades-de-moda-no-brasil/>>, Acesso em 27/10/2010.

GOTTMANN, Jean. “The Evolution of the concept of territory”. In: **Social Science Information**, Vol. 14, No. ¾, 1975. p. 29-47

GORZ, André. **O Imaterial. Conhecimento, Valor e Capital**. São Paulo: Annablume, 2005. p.9-106.

GRUPO GUARARAPES (2009), Apresentação Institucional, 2011. Disponível em < http://www.mzweb.com.br/guararapes/web/arquivos/Apresenta%C3%A7ao_Institucional___3T11.pdf> Acesso em 07/12/2011.

GRUPO LINX. Pernambucanas amplia sistema de logística interna. Disponível em < <http://www.grupolinx.com.br/imprensa/releases/logPernambucanas.pdf>> Acesso em 20/11/2011.

HARVEY, David. **Condição pós-moderna. Uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural**. São Paulo: Edições Loyola, 1999 [1989].

_____. **A justiça social e a cidade**. São Paulo: Hucitec, 1980 [1973].

_____. “O trabalho, o capital e conflito de classes em torno do ambiente construído nas sociedades capitalistas avançadas”. Tradução Flávio Villaça. **Espaço e Debates**. No. 6, Junho/setembro, 1982. p. 6-35

HYMER, Stephen. **Empresas multinacionais: a internacionalização do capital**. Rio de Janeiro: Grall, 1978.

INDITEX. **Dossier de prensa**. (2011). Disponível em < <http://www.inditex.es/es/prensa/informacion/dossier>> Acesso em 10/08/2011.

JENKINGS, Isabella e AMORIM, Elaine R. A. Produção e desregulamentação na indústria têxtil e de confecção. In: ANTUNES, Ricardo (org.). **Riqueza e miséria do trabalho no Brasil**. São Paulo, Boitempo, 2006.

KONTIC, Branislav. **Inovação e Redes Sociais: a indústria da moda em São Paulo**. Tese (Doutorado em Sociologia). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2007. 157f

LANGENBUCH, Juergen Richard. **A estruturação da Grande São Paulo: estudo de geografia urbana**. São Paulo: IBGE (Série Biblioteca Geográfica Brasileira), 1971.

LAZO, Albino Ruiz. Dos Andes a São Paulo. **Braudel Papers**, n. 28, 2001. p.1-15. Disponível em < <http://pt.braudel.org.br/publicacoes/braudel-papers/28.php>>, Acesso em 26/03/2011.

LEITE, Márcia, 2004, “Tecendo a precarização: trabalho a domicílio e estratégias sindicais na indústria de confecção em São Paulo”. **Revista Trabalho, Educação e Saúde**, Vol. 2, No 1, março.

LENCIONI, Sandra. **Reestruturação urbano-industrial: centralização do capital e desconcentração da metrópole de São Paulo – a indústria têxtil**. Tese de doutorado. FFLCH-USP. São Paulo, 1991. 286f.

_____. Cisão territorial da indústria e integração regional no Estado de São Paulo. In: GONÇALVES, M. F. et al. (Org). **Regiões e cidades, cidades nas regiões: o desafio urbano-regional**. São Paulo: UNESP/ANPUR, 2003.

LIPIETZ, A. **Miragens e Milagres**, São Paulo Nobel, 1988.

LOJKINE, Jean. **A Revolução Informacional**. São Paulo: Cortez, 1995. p. 229-310.

LUPATINI, Márcio Paschoino. **As transformações produtivas na indústria têxtil-vestuário e seus impactos sobre a distribuição territorial da produção e a divisão do trabalho industrial**. Dissertação do Programa de pós-graduação de Política Científica e Tecnológica, Unicamp. Campinas, 2004. 168f.

MARISA (2011). **Perfil Institucional 2011**. Disponível em < http://www.mzweb.com.br/marisa/web/arquivos/AMAR3_ApresentacaoInstitucional_2T11_PO RT.pdf> Acesso em 07/11/2011.

MARISA (2009). **Perfil Institucional 2009**. Disponível em < <http://www.marisa.com.br/RI/>>. Acesso em 26/04/2010.

MARTIN, André Roberto. **O bairro do Brás e “A deterioração urbana”**. Dissertação de mestrado em geografia – Departamento de Geografia da FFLCH-USP, São Paulo: 1984. 187p.

_____. e FRUGÓLI Jr. "Braz do Brazil, Braz de todo o mundo". **Revista do Departamento de Geografia**, no. 6, São Paulo, Universidade São Paulo, 1992. p. 105-111.

MARTIN, RON. “Teoria econômica e Geografia Humana. In: GREGORY, Derek; MARTIN, Ron; SMITH, Graham (orgs.). **Geografia Humana: sociedade, espaço e ciência social**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1996 [1994].

MARX, Karl. Introdução à crítica da economia política. In: Marx, K. **Contribuição à crítica da economia política**. São Paulo: Martins fontes, 1983.

MESTRE, Ana Paula. **Trajetórias Geográficas: Os micros circuitos de produção têxteis de Americana -SP (1990 - 2005)**. Monografia de conclusão de curso apresentada ao Departamento de Geografia da Unicamp, 2005.

MILESI, Rosita. **Por uma nova Lei de Migração: a perspectiva dos Direitos Humanos**. Instituto de Migrações e Direitos Humanos, 2010. Disponível em < http://www.mp.go.gov.br/portalweb/hp/41/docs/por_uma_nova_lei_migracao.pdf> Acesso em 15/06/2010.

MONTENEGRO, Marina Regitz. **O circuito inferior da economia urbana na cidade de São Paulo no período da globalização**. Dissertação de mestrado do Depto. de Geografia, FFLCH-USP. 2006.

MONTENEGRO, Marina. Circuito inferior central na cidade de São Paulo em sua relação com a densidade de fluxos e com o meio construído. **Mercator** - Revista de Geografia da UFC, ano 08, número 15, 2009.

MORAES, Antonio Carlos Robert de. “Los circuitos espaciales de la producción y los círculos de cooperación en el espacio.” In: **Aportes para el estudio del espacio socio-económico III**. Yanes, L. e Liberali, A. M., (orgs.). Buenos Aires, El Coloquio, 1991. p.153-177

NÚCLEO DE ECONOMIA INDUSTRIAL E TECNOLOGIA DO INSTITUTO DE ECONOMIA DA UNICAMP. **Relatório de acompanhamento setorial: têxtil e confecções**. In:

Projeto: Boletim de Conjuntura Industrial, acompanhamento Setorial, Panorama da Indústria e Análise da Política Industrial, maio de 2008.

NUN, José. Superpoblación relativa, ejército industrial de reserva y masa marginal, *In: Revista Latinoamericana de Sociología*. v. 5, nº. 2, jul, 1969.

PINTAUDI, Silvana Para uma leitura das formas de comércio varejista na cidade. *In: Cidades*, v. 7, n. 11, 2010. pp. 179-190.

_____. A cidade e as formas de comércio. *In: Novos caminhos da Geografia*, São Paulo, 1999. p. 143-159.

PRED, Allan. **Sistema de cidades em economias adiantadas. Crescimento passado, processos presentes e opções de desenvolvimento futuro**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1979 [1977].

PROCHNIK, Victor *et alli*. **Estudo da competitividade de cadeias integradas no Brasil: impactos das zonas de livre comércio cadeia: têxtil e confecções - nota técnica final**. Campinas, Universidade Estadual de Campinas, 2002.

QUIJANO, A. **La Economia Popular y sus caminos en America Latina**. Mosca Azul, Mosca Azul, 1998.

REPÓRTER BRASIL (2011a). **DPU ajuíza ação contra a Collins por trabalho escravo**. Disponível em < <http://www.reporterbrasil.org.br/exibe.php?id=1858>> Acesso em 10/05/2011.

_____(2011b). **Trabalho escravo é encontrado na cadeia da Pernambucanas**. Disponível em < <http://www.reporterbrasil.com.br/exibe.php?id=1874>> Acesso em 12/04/2011.

_____(2011c). **Roupas da Zara são fabricadas com mão de obra escrava**. Disponível em < <http://www.reporterbrasil.org.br/exibe.php?id=1925>> Acesso em 16/08/2011.

_____. (2010a) **Costureiras são resgatadas de escravidão em ação inédita**. Disponível em <<http://www.reporterbrasil.org.br/exibe.php?id=1801>> Acesso em 17/11/2010.

_____(2010b). **Escravizados produziram coletes de recenseadores do IBGE**. Disponível em < <http://www.reporterbrasil.com.br/exibe.php?id=1813?>> Acesso em 20/10/2010.

_____. (2010c). **Escravidão de imigrantes é flagrada em oficina ligada à Marisa**. Disponível em <<http://www.reporterbrasil.org.br/>>, 17/03/2010.

_____(2006). **MPT alerta para trabalho escravo em fornecedores da C&A**. Disponível em <<http://www.reporterbrasil.org.br/exibe.php?id=617>> Acesso em 15/04/2010.

REVISTA ÉPOCA. **Eles estão na moda**. 18 de fevereiro de 2008. Disponível em < <http://epocanegocios.globo.com/Revista/Epocanegocios/0,EDG81539-8385-12,00-ELES+ESTAO+NA+MODA.html>> Acesso em 26/03/2011.

REVISTA DA FOLHA. **Paisagem Diferente**. 13 de fevereiro de 2005. Disponível em: <http://www.etni-cidade.net/coreanos_clipping.htm> Acesso em 20/12/2010.

RIBEIRO, Ana Clara Torres. "Oriente negado: cultura, mercado e lugar". **Cadernos PPG-AU/FAUFBA**, v. II, p. 97-107, 2004.

_____. Território e humanismo concreto: o mercado socialmente necessário. *In: Formas em crise: utopias necessárias*. Rio de Janeiro: Arquimedes Edições, 2005. p. 93-111.

_____. E SILVA, Cátia Antonia da - Impulsos globais nas metrópoles da periferia capitalista . *In: Territórios em Redefinicion: lugar y mundo en América latina*, CICCOLELLA, P. (Org.) - 6o Encuentro de Geógrafos de América Latina, Buenos Aires, marzo, 1997. p. 347-371.

RICUPERO, Bernardo. Bom Retiro dos Imigrantes. **Braudel Papers**, n. 28, 2001. p.15-16. Disponível em < <http://pt.braudel.org.br/publicacoes/braudel-papers/28.php>>, Acesso em 26/03/2011.

SANTOS, Kauê Lopes dos. Uma Financeirização da Pobreza? O sistema financeiro e sua capilaridade no circuito inferior da economia urbana na cidade de São Paulo. **X SIMPURB**, 29 de outubro a 02 de novembro, Florianópolis 2007.

SANTOS, BOAVENTURA DE SOUSA. "Os Processos da globalização". *In: Santos, Boaventura de Sousa (org.), Globalização: fatalidade ou utopia?* Porto: Edições Afrontamento, 2001.

SANTOS, Milton. « Le circuit inférieur: le soi-disant secteur informel ». **Les Temps Modernes**, novembro, XXX année, 1976, pp. 741-755.

_____. **As Cidades nos Países Subdesenvolvidos**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1965.

_____. "Desenvolvimento econômico e urbanização em países subdesenvolvidos: os dois subsistemas de fluxo da economia urbana e suas implicações espaciais". *In: Boletim Paulista de Geografia*, 53:fevereiro de 1977. p. 35-60.

_____. **Pobreza Urbana**. São Paulo: Edusp, 2009c [1978].

_____. "O retorno do território". *In: Santos, Milton, Souza, Maria Adélia de, Silveira, Maria Laura (orgs.), Território, globalização e fragmentação*. São Paulo, Hucitec/Anpur, 1994.

_____. **O espaço dividido: os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos**. São Paulo: Edusp, 2004 [1979].

_____. Circuitos espaciais da produção: um comentário. *In: SOUZA, Maria Adélia de; SANTOS, Milton (Org.). A construção do espaço*. São Paulo: Nobel, 1986a. p. 121-134.

_____. **O trabalho do geógrafo no Terceiro Mundo**. São Paulo: Hucitec, 1986b.

_____. **O espaço do cidadão**. São Paulo: Nobel, 1987.

_____. **Metrópole corporativa e fragmentada: o caso de São Paulo**. São Paulo: Edusp, 2009a [1990].

- _____. **Urbanização Brasileira**. São Paulo: Hucitec, 2005 [1993].
- _____. **Por uma economia política da cidade**. São Paulo: Edusp, 2009b [1994].
- _____. **Técnica, Espaço, Tempo – Globalização e meio técnico-científico-informacional**. São Paulo: Edusp, 2008a [1994].
- _____. **A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção**. São Paulo: Edusp, 2002 [1996].
- _____. “Da política dos estados à política das empresas”. In: **Cadernos da Escola do Legislativo**. Belo Horizonte, 1997.
- _____. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal**. São Paulo: Record, 2000.
- _____. O futuro das megacidades: dualidade entre o poder e a pobreza. **Cadernos Metrópole**. 1 o. semestre de 2008b, p. 15-25.
- _____. **Técnica, Espaço, Tempo – Globalização e meio técnico-científico-informacional**. São Paulo: Edusp, 2008b [1994].
- SANTOS, Milton e SILVEIRA, María Laura. **O Brasil Território e Sociedade no Início do Século XXI**. Rio de Janeiro: Record, 2001.
- SASSEN, Saskia. **New York city’s informal economy**. In: Institute for Social Science Research Volume IV. 1988-89 - Conference on Comparative Ethnicity: The Conference Papers, June 1988 (University of California, Los Angeles), 1988.
- _____. **The global city: New York, London, Tokio**. Princeton, Princeton University Press, 1991.
- _____. **As cidades na economia mundial**. São Paulo: Studio Nobel, 1998.
- SECRETARIA DE HABITAÇÃO. “Urbanização de Favelas – A Experiência de São Paulo” Prefeitura do Município de São Paulo, SEHAB, São Paulo, Superintendência de Habitação Popular, Ano de Publicação: 2008, 119 p. Disponível em < http://cidadeinformal.prefeitura.sp.gov.br/?page_id=71 > Consulta em 04/09/2011.
- SENNETT, Richard. **A cultura do novo capitalismo**. Rio de Janeiro: Record, 2006.
- SILVA, Adriana Maria Bernardes da. **A contemporaneidade de São Paulo. Produção de Informações e reorganização do território brasileiro**. Tese de Doutorado. Departamento de Geografia, FFLCH- USP, 2001. 282f.
- _____ e Castillo, Ricardo Abid. Dinámicas metropolitanas en la era de la globalización: la promoción inmobiliaria para empresas en la ciudad de São Paulo, Brasil. **Revista Eure** (Vol. XXXIII, Nº 98), pp. 45-56, Santiago de Chile, mayo de 2007.

SILVA, Catia Antonia da. Crise da modernidade e trabalho em contextos metropolitanos. *In: Anais do X Encontro de Geógrafos da América Latina* – 20 a 26 de março de 2005 – Universidade de São Paulo, 2005. pp. 14336-14350.

SILVA, Elaine C. da. Rompendo Barreiras: Os bolivianos e o acesso aos serviços de saúde na cidade de São Paulo. **Travessia**, no. 63, jan, 2009.

SILVA, Sidney. **Costurando sonhos. Trajetória de um grupo de imigrantes bolivianos em São Paulo**. São Paulo: Paulinas, 1997.

_____. A praça é nossa. Faces do preconceito num bairro paulistano. **Travessia – Revista do Migrante**, São Paulo, Centro de Estudos Migratórios, n.51, 2005a.

_____. **Bolivianos. A presença da cultura andina**. São Paulo: Lazuli, 2005b.

_____. A. Bolivianos em São Paulo: entre o sonho e a realidade. **Estudos Avançados**. May/Aug. 2006, vol.20, no. 57. 2006. p.157-170.

SILVEIRA, María Laura. Globalización y circuitos de la economia urbana em ciudades brasileñas. *In: Cuaderno del CENDES*, ano 21, n. 57, 2004.

_____. Por que há tantas desigualdades sociais no Brasil? *In: ALBUQUERQUE (org.) Que país é esse?* São Paulo: Editora Globo, 2005. p. 141-178.

_____. Globalización y territorio usado: imperativos y solidaridades. *In: Cuadernos del Cendes*. Año 25, n° 69, tercera época, septiembre-diciembre, 2008.

_____. Região e Globalização: pensando um esquema de análise. *In: REDES, Santa Cruz do Sul*, v. 15, n. 1, p. 74 - 88, jan./abr. 2010.

_____. Modernizações territoriais e os dois circuitos da economia urbana. **XIV- Encontro Nacional da ANPUR**. Rio de Janeiro, 2011.

SILVEIRA, Márcio Rogério. As cinco revoluções e evoluções logísticas e seus impactos sobre o Território brasileiro. Em: SILVEIRA, Márcio Rogério; LAMOSO, Lisandra Pereira; MOURÃO, Paulo Fernando Cirino (Orgs). **Questões nacionais e regionais do território brasileiro**. Expressão Popular, 2008. pp. 13-42.

SLATER, David. **Capitalismo e desarrollo regional**. Publicación Del CDELA, Amsterdã, 1982.

SOJA, Edward. Geografias pós-modernas. A reafirmação do espaço na teoria social crítica. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993.

SOUCHAUD, Sylvain. **A imigração boliviana em São Paulo**. 2010a. Disponível em < <http://hal.ird.fr/ird-00486059/fr/>> Acesso em 09/12/2011.

_____. A imigração boliviana em São Paulo. *In: H. Póvoa Neto, A. P. Ferreira, et al (Ed.). Deslocamentos e reconstruções da experiência migrante*. Rio de Janeiro: NIEMUFRJ/ Garamond, 2010b.

_____. CARMO, Roberto Luiz do; FUSCO, Wilson (2007) Mobilidade Populacional e Migração no Mercosul: A fronteira do Brasil com Bolívia e Paraguai, **Teoria & Pesquisa**, XVI (1), São Carlos, UFSCar, pp. 39-60.

SPOSITO, Maria Encarnação Beltão. **Capitalismo e Urbanização**. São Paulo: Contexto, 1998.

_____. Dinâmica econômica, poder e novas territorialidades. In: SPOSITO, Eliseu Savério .(Org.) **Dinâmica econômica, poder e novas territorialidades**. Presidente Prudente: GASPERR,1999.

SPOSITO, Eliseu Savério. Território, logística e mundialização do capital. In: SPOSITO, Eliseu Savério .(Org.) **Dinâmica econômica, poder e novas territorialidades**. Presidente Prudente: GASPERR,1999.

SOUZA, Jessé (Org.). **A invisibilidade da desigualdade brasileira**. Belo Horizonte: UFMG, 2006.

SOUZA, Maria Adélia de. **A identidade da metrópole**. São Paulo: Hucitec, 1994.

_____. Cidade: lugar e geografia da existência. In: SILVA, Sylvio Bandeira de Melo e VASCONCELOS, Pedro de Almeida (orgs.). **Novos estudos de geografia urbana**. Salvador: Ed. da Universidade Federal da Bahia, 1999, p. 9-18.

SOUZA, MARCOS BARCELLOS DE, “A atualidade do debate da marginalidade social: notas contra o predomínio do pragmatismo e do individualismo no estudo das relações de trabalho”. Disponível em: <<http://www.estudosdotrabalho.org/anais6seminariodotrabalho/indice.htm>> Acesso em 20/09/2010.

YAN, Eun Mi. **“Geração 1.5” dos imigrantes coreanos em São Paulo: identidade, alteridade e educação**. Tese de Doutorado da Faculdade de Educação da Universidade São Paulo, 2011.

TAYLOR, Peter J.; FLINT, Colin. **Geografía Política: Economía-mundo, Estado-nación y Localidad**. Madrid: Trama Editorial, 2002 [1985].

TOMELIN, Mário. **O quaternário: seu espaço e poder**. Brasília: Editora UNB, 1988.

VELTZ, Pierre. **Mondialisation, villes et territoires**. Paris: Editora PUF, 2005 [1996].

WALLERSTEIN, Immanuel. **O Fim do mundo como o concebemos – ciência social para o século XXI**. Editora Revan: Rio de Janeiro, 2002.

XAVIER, Iara Rolnik. **Projeto migratório e espaço. Os migrantes bolivianos na Região Metropolitana de São Paulo**. Dissertação de mestrado apresentado no Instituto de Filosofia e Ciências Humanas do Departamento de Demografia da UNICAMP, 2010. 271 f.

XAVIER, Marcos Antonio de Moraes. **Os elos entre os circuitos da economia urbana brasileira no atual período. Os atacadistas distribuidores e seu papel intermediário**. Tese do Programa de pós-graduação em Geografia do Instituto de Geociências da Unicamp, 2009. 222f.

Sites consultados

Empresa de logística: Grupo Linx

<http://www.grupolinx.com.br/imprensa/log59.asp>

ABVTEX – Associação Brasileira do Varejo Têxtil

<http://www.abvtex.org.br/index.php>

Sindicato da Indústria do Vestuário

<http://www.sindinvest.org.br>

Associação Brasileira da Indústria Têxtil

<http://www.abit.org.br/site/>

Câmara dos Dirigentes Lojistas do Bom Retiro

<http://www.cdlbr.org.br/site/>

Ministério do Trabalho

<http://www.mt.gov.br/site/>

Organização Não Governamental Contra o Trabalho Escravo no Brasil:

<http://www.reporterbrasil.org.br/>

Prefeitura Municipal de São Paulo

<http://www.prefeitura.sp.gov.br/>

Sindicato das Costureiras de São Paulo e Osasco

<http://www.costureirassp.org.br/>

Feira da Madrugada

<http://www.feiradamadrugadashopping.com.br/>

Uol

<http://noticias.uol.com.br/ultnot/internacional>

O Globo

<http://oglobo.globo.com/economia/controladora-da-lojas-riachuelo-dobra-lucro-para-518-milhoes-3158592>

Grupo Guararapes Confecções S/A

http://www.mzweb.com.br/guararapes/web/conteudo_pt.asp?idioma=0&tipo=19905&conta=28

BNDES

http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/bndes/bndes_pt/Institucional/Sala_de_Imprensa/Noticias/2009/Todas/20091207_guararapes.html

Associação Brasileira das Empresas de Cartão de Crédito e Serviços (Abecs)

<http://www.abecs.org.br/site/>

Jornal Novas da Galícia:

<http://www.novasgz.com/pdf/ngz17.pdf>

Conselho Nacional de Imigração:

http://www.mte.gov.br/trab_estrang/est_origem.pdf

Jornal Valor econômico:

<http://www.valor.com.br/politica/982402/feira-milionaria-que-tira-o-sono-de-kassab>

Rede de Pesquisa: Globalization and World Cities – GawC

<http://www.lboro.ac.uk/gawc/index.html>

APÊNDICE

Método e Metodologias de Pesquisa

Relatamos neste anexo o caminho metodológico utilizado no desenvolvimento da pesquisa. Sublinhamos que método e metodologia não se dissociam, pois a investigação científica exige a adoção de teorias, conceitos e procedimentos de pesquisa adequados e coerentes a cada temática.

Moraes e Costa (1984) distinguem método de interpretação e método de pesquisa. O primeiro diz respeito à forma de interpretação da realidade, ou seja, trata-se da visão de mundo (decorrente de sistemas políticos e filosóficos) que norteia a pesquisa. O segundo trata-se da operacionalização da pesquisa, isto é, de um conjunto de técnicas utilizadas em determinado estudo, constituindo-se em uma metodologia de trabalho. Entendemos que outras definições são possíveis e legítimas, porém compartilhamos com esses autores tais propostas de definição de método e metodologia.

O princípio de método que norteou nossa tese foi considerar o objeto de estudo da Geografia o espaço geográfico, um conjunto indissociável de objetos e ações, que funcionam de forma contraditória como propõe Milton Santos (2002). O espaço seria uma instância social, ou seja, ele se impõe sobre as ações e, ao mesmo tempo, recebe tais ações. A compreensão do ramo do vestuário da metrópole de São Paulo no contexto da economia urbana da cidade de São Paulo foi realizada a partir do uso da teoria dos dois circuitos da economia urbana (circuito superior e inferior), dos conceitos de território usado, período técnico-científico-informacional, a categoria analítica circuito espacial de produção, além de conceitos que auxiliaram o desenvolvimento da tese como verticalidade, horizontalidade, homem lento, flexibilidade tropical, meio ambiente construído, interações espaciais e formação socioespacial. Todos esses conceitos e categorias foram definidos e desenvolvidos ao longo da tese e nortearam a metodologia de pesquisa.

Quanto à metodologia um grande desafio foi a coleta e análise de dados, que por motivos de carência de estatísticas e censos de determinados temas abordados foi necessário o uso de métodos qualitativos. A pesquisa quantitativa como pressupostos fundamentais da disciplina Geografia foi exacerbado durante as décadas de 1950 e 1960. O que acabou gerando certa rejeição de parte das pesquisas geográficas no uso das estatísticas em período posterior no movimento de renovação da Geografia. No entanto, ela apresenta papel importante na compreensão do mundo, ainda que tenhamos que usar os dados não como verdades absolutas,

mas sim como indicadores de processos. Aliamos no desenvolvimento da pesquisa dados quantitativos e qualitativos.

Os métodos qualitativos dentro da Geografia são poucos estudados dentro de uma perspectiva epistemológica. Em geral, a pesquisa qualitativa em Geografia humana é executada com base em outras ciências sociais. Considerando esse contexto, tentamos em nosso trabalho usar métodos qualitativos já consolidados dentro das ciências humanas, adaptando-as e criando formas de tornar a análise espacial mais inteligível.

Bauer, Gaskell & Allum (2008), destacam de maneira geral quatro dimensões do processo de pesquisa: princípios do delineamento (principais estratégias como levantamento de amostragem, estudo de caso, estudo comparativo, levantamento por amostragem, por painel, experimento, observação participante, etc.), geração de dados (entrevista individual, grupos focais ou questionários, filme, registros audio-visuais, observação sistemática, coleta de documentos, etc.), análise dos dados (formal, modelagem estatística, análise estrutural, informal, análise de conteúdo, etc.) e interesse do conhecimento. Além disso, os autores classificam em dois os modos de dados sociais: informal e formal que podem advir de meios diferentes (texto, imagem e som). Utilizamos em nosso trabalho várias dessas formas de aquisição de informações, sendo os dados quantitativos e qualitativos complementares.

A coleta e geração de dados para essa pesquisa ocorreu pelos seguintes procedimentos: a) trabalhos de campo para observação dos processos (imigração e especialização produtiva de alguns bairros) com uso do registro fotográfico; b) também realizamos entrevistas (abertas e com roteiros) com agentes envolvidos nos processos estudados e c) análise de relatórios das empresas do ramo vestuário, reportagens de jornais e organizações não governamentais.

a) Os principais trabalhos de campo realizados foram:

- 13/09/2009 – Trabalho de campo no Brás para reconhecimento das ruas e dinâmica do bairro;
- 12/09/2009 – Trabalho de campo no Bom Retiro para reconhecimento das ruas e dinâmica do bairro;
- 17/07/2010 – Trabalho de campo no Brás: registro fotográfico;
- 18/07/2010 – Trabalho de campo na Praça Kantuta: reconhecimento da dinâmica e registro fotográfico;

- 12/08/2010 – Trabalho de campo e registros fotográficos das ruas do Brás;
- 13/08/2010 – Trabalho de campo na Feira da Madrugada: coleta de dados e informações sobre os fluxos no local e registro fotográfico;
- 17/12/2010 – Trabalho de campo na Feira da Madrugada e Mega Pólo Shopping no Brás;
- 01/05/2011 – Pesquisa de campo na Praça Kantuta: entrevistas informais e registro fotográfico;
- 14/04/2011 a 16/04/2011 – Pesquisa de campo no Brás;
- 18/04/2011 a 20/04/2011 – Pesquisa de campo no Bom Retiro;
- 01/05/2011 – Trabalho de campo na Praça Kantuta;
- 15/07/2011 e 16/07/2011 – Trabalho de campo na Feira da Madrugada e Brás;
- 11/08/2011 – Trabalho de Campo na Rua Coimbra no Brás;
- 12/08/2011 – Trabalho de Campo na Feira da Madrugada;

b) As entrevistas realizadas:

- 14/07/2009 – Entrevista com Sônia Maria Nunes Pastoral do Migrante (roteiro de questões elaborado previamente);
- 17/09/2009 – Entrevista com secretária da Câmara dos Dirigentes Lojistas do Bom Retiro (roteiro de questões elaborado previamente);
- 25/05/2010: Entrevista com Viviane Balbino, assistente de *Marketing* do Shopping Mega Pólo Moda do Brás.
- 20/05/2010 – Observação, entrevistas informais e registro fotográfico nas ruas do Brás;
- 08/06/2010 – Entrevistas realizadas na Superintendência Regional do Trabalho do Estado de São Paulo (SRTESP) com os superintendentes Renato Bigname e Suêco Cecília Uski (roteiro de entrevista elaborado previamente);
- 21/06/2010 – Entrevista com a secretária executiva da Associação dos Lojistas do Brás (Alobrás), Inês Ferreira (roteiro de questões elaborado previamente);
- 06/07/2010 – Entrevista à advogada Tatiana Waldman (roteiro de entrevista elaborado previamente) do CAMI (Centro de Atendimento ao Migrante) em São Paulo;
- 13/07/20010 – Entrevista com o coordenador do CAMI, Paulo Illes (roteiro de entrevista elaborado previamente);

- 14/07/2010 – Entrevista com Ana Palmira da Superintendente Regional do Trabalho em Campinas (roteiro de entrevista elaborado previamente), precursora das fiscalizações em oficinas de costura de imigrantes na cidade de São Paulo;
- 12/08/2010 – Entrevistas e coleta de dados na SRTESP com os auditores fiscais do trabalho: Renato Bigname e Luiz Alexandre Farias;
- 12/08/2010 – Entrevista com Daniel Colquer, proprietário de uma oficina de costura (roteiro de entrevista elaborado previamente) e registros fotográficos das ruas do Brás;
- 14/08/2010 – Entrevista César da Associação dos Bolivianos da Feira da Madrugada (roteiro de entrevista elaborado previamente) no Shopping da Juta do Brás;
- 09/12/2010 – Entrevista com Cristina (nome fictício) guia de excursão de “sacoleiras” em Campinas (roteiro de entrevista elaborado previamente);
- 16/12/2010 – Aplicação de questionários no Brás e Feira da Madrugada;
- 14/04/2011 a 16/04/2011 – Entrevistas informais no Brás;
- 18/04/2011 a 20/04/2011 – Entrevistas informais no Bom Retiro;
- 05/08/2011 – Entrevista com ex-administrador da Feira da Madrugada: Advogado Dr. Ailton Vicente de Oliveira (roteiro de entrevista elaborado previamente);
- 11/08/2011 – Entrevista com comerciante da Feira da Madrugada (roteiro de entrevista elaborado previamente);
- 18/08/2011 – Aplicação de questionários no Brás e Bom Retiro;
- 19/09/2011 – Aplicação de questionários no Brás e Bom Retiro;
- 22/08/2011 – Entrevista com funcionário de empresa do ramo de confecção (roteiro de entrevista elaborado previamente);
- Alguns agentes não puderam ser identificados nesta lista de entrevistas;

c) análise de relatórios das empresas do ramo vestuário, reportagens de jornais e organizações não governamentais:

- Relatórios aos investidores das Lojas Renner, Marisa, C&A, Grupo Guararapes, Zara e Inbrands e consulta aos *sites* institucionais de dessas empresas;
- Análise de relatório da SRTESP;
- Coleta de informações nas reportagens da Agência de notícias Repórter Brasil sobre o trabalho escravo no ramo do vestuário;
- Coleta de informações da mídia em geral;
- Coleta de informações no CEMISP (Centro de Estudos Migratórios de São Paulo);
- Coleta de dados no RAIS-CAGED: número de ocupados e estabelecimentos do ramo do vestuário;
- Coleta de dados na SRTESP: os dados sobre as oficinas de costura foram solicitados pela SRTESP para a Receita Federal e disponibilizados para nossa pesquisa. Esse banco de dados (cerca de 14 mil oficinas) continham as informações por bairro (não padronizados). Realizamos a uniformização desse banco de dados para o mapeamento na base distrital do município de São Paulo.

A preparação para a execução das atividades de campo e entrevistas ocorreu por meio de leituras, mapeamento dos principais agentes do processo, escolha dos entrevistados, agendamentos, elaboração de roteiros de entrevistas (abertas/questionários) e agendamento (via telefone ou e-mail).

Após a coleta das informações qualitativas e quantitativas foram elaborados, os quadros, tabelas, mapas e as análises das entrevistas. Sublinhamos que nem todos os agentes levantados inicialmente foram entrevistados, pois alguns não se dispuseram a dar entrevistas.

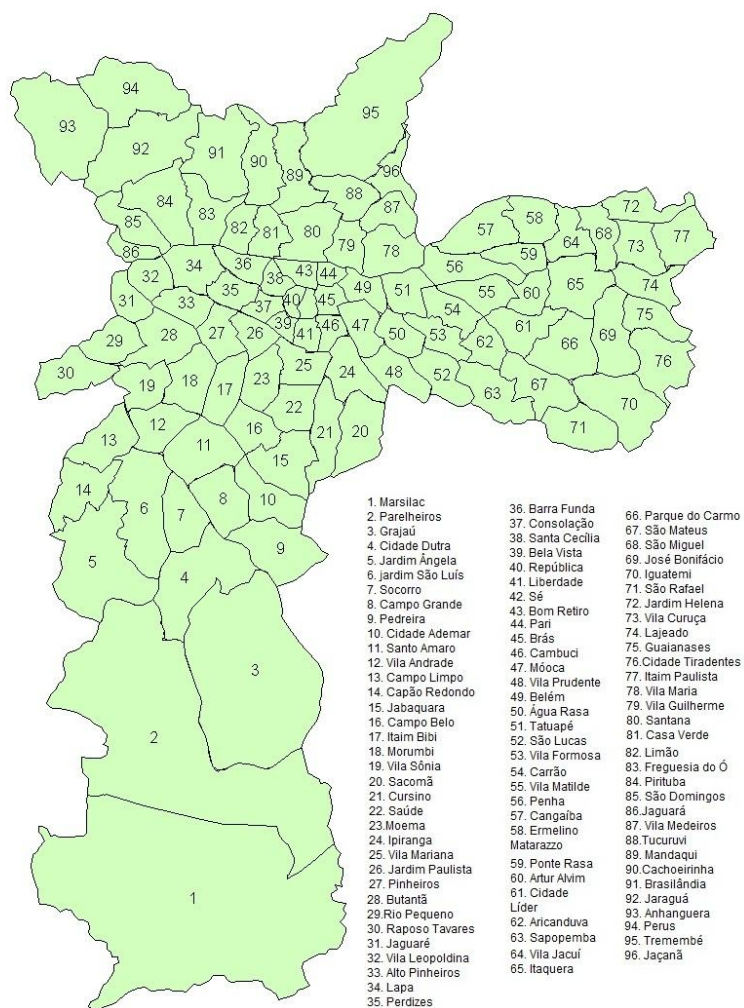
Referências

Bauer, M. W. & Gaskell, G. (Orgs.) (2002). **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático**. (P. A.Guareschi, Trad.). Petrópolis: Vozes, 2002 [2000].

MORAES, Antonio Carlos Robert & COSTA, Wanderley Messias da. **Geografia crítica: a valorização do espaço**. São Paulo: HUCITEC, 1987.

ANEXO I

Mapa: Localização dos distritos do município de São Paulo - 2011

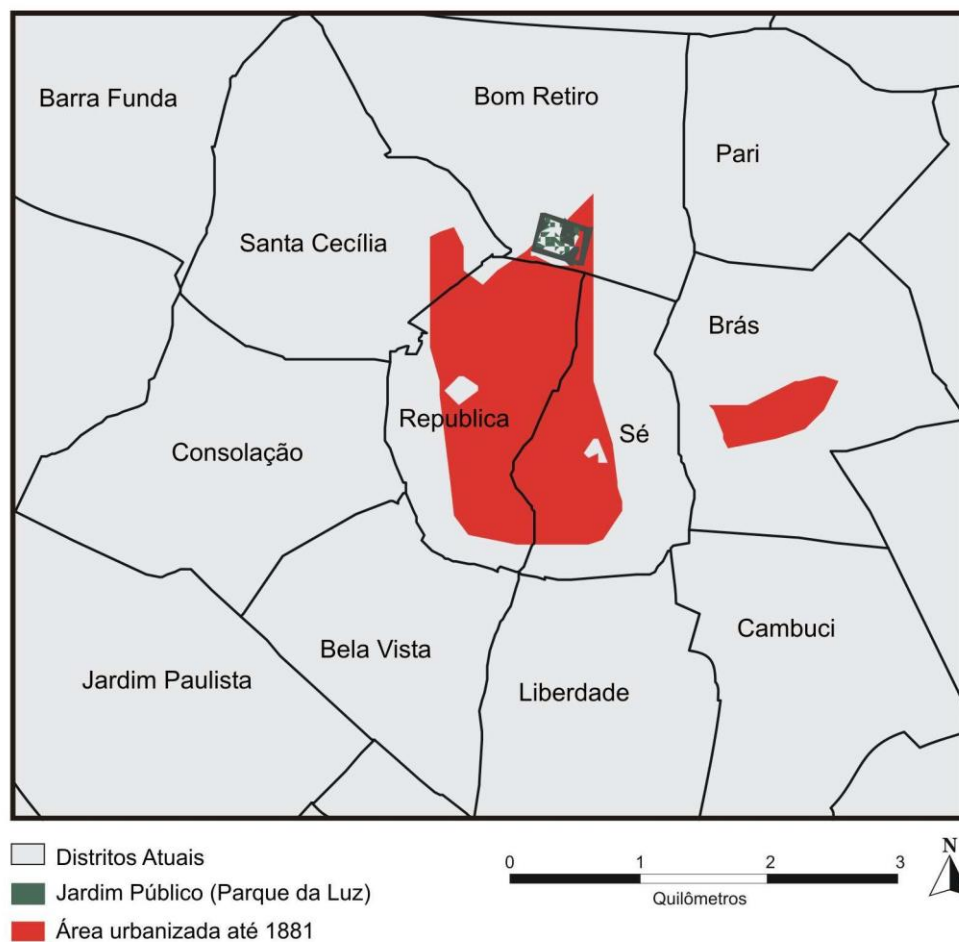


Fonte: Base IBGE; Elaboração: Silvana Cristina da Silva, 2011.

*Sem escala

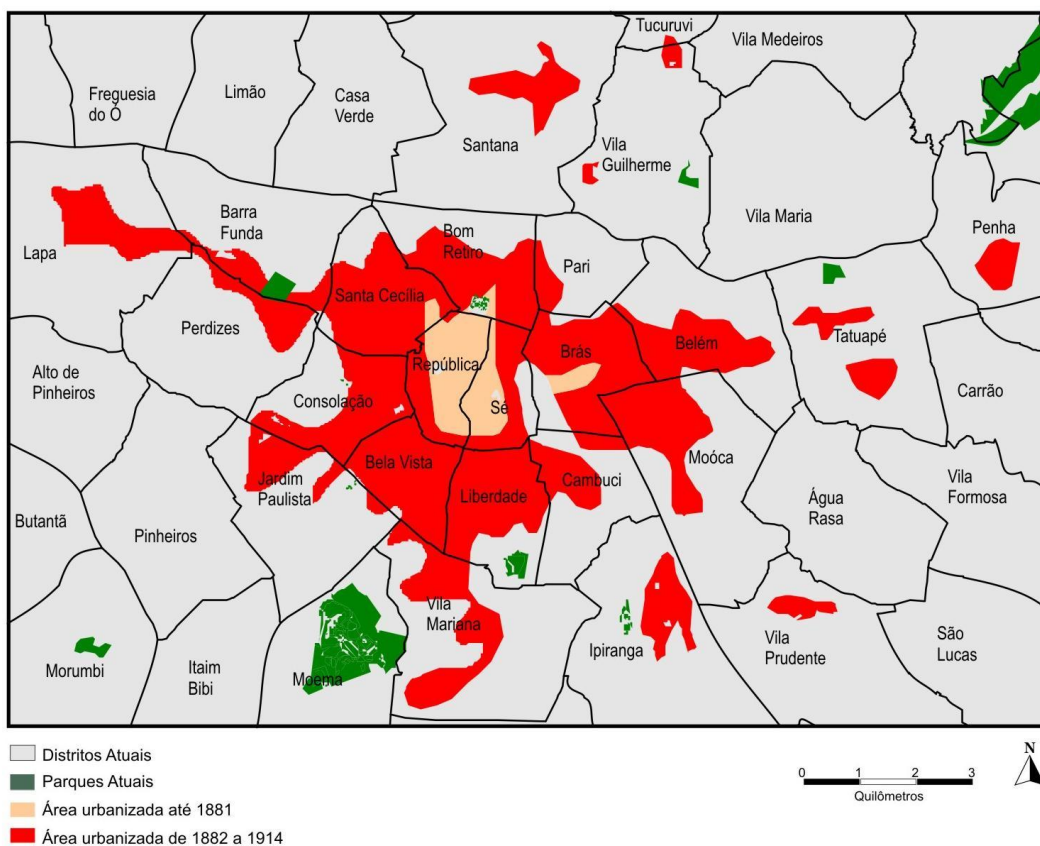
ANEXO II

Mapa 01: Área urbanizada da cidade de São Paulo até 1872



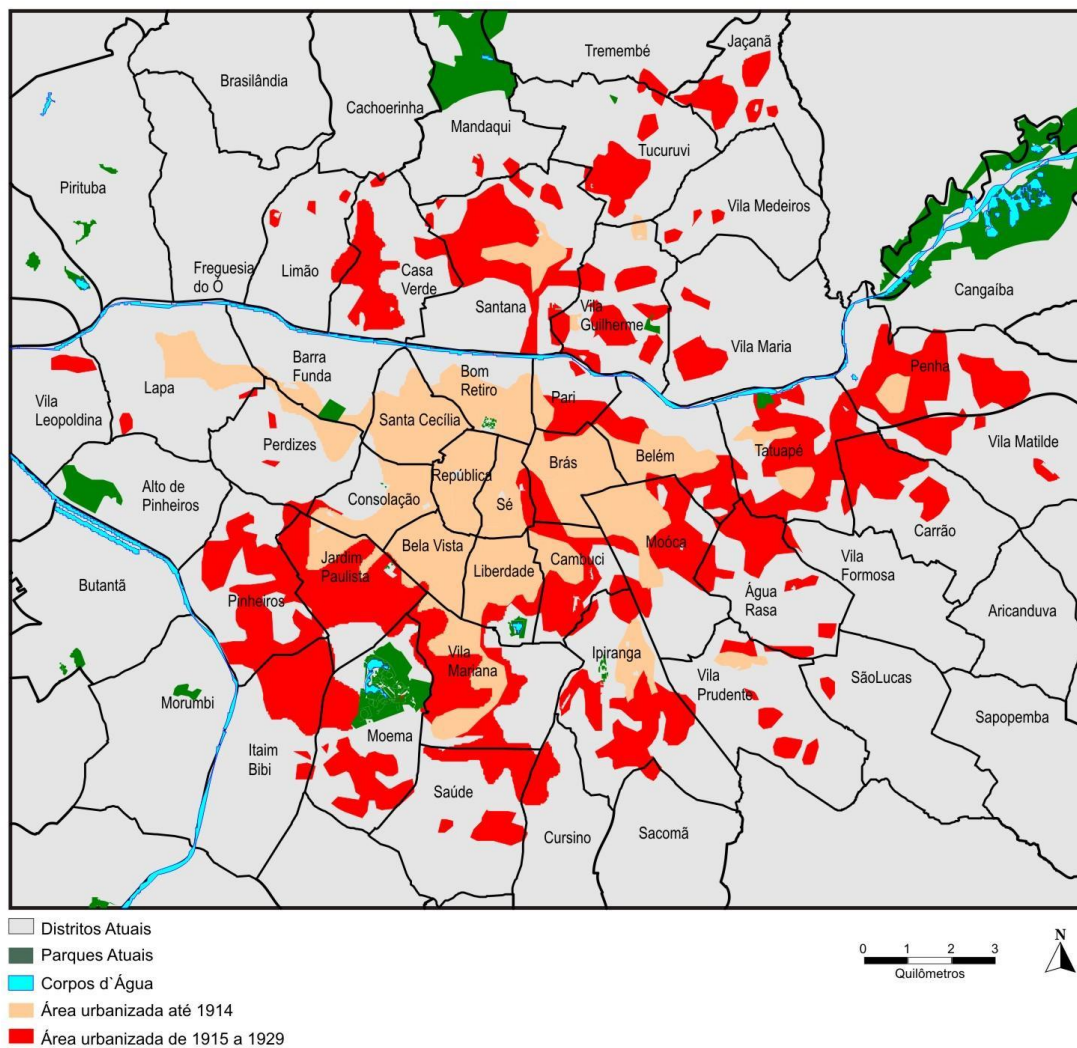
Fonte: Empresa Paulista de Planejamento Metropolitano – EMPLASA (2002/2003); Adaptação Secretaria Municipal de Planejamento (Sempla/Dipro); Disponível em <<http://sempla.prefeitura.sp.gov.br>> Consulta em 05/01/2010

Mapa 02: Área urbanizada da cidade de São Paulo entre 1882 a 1914



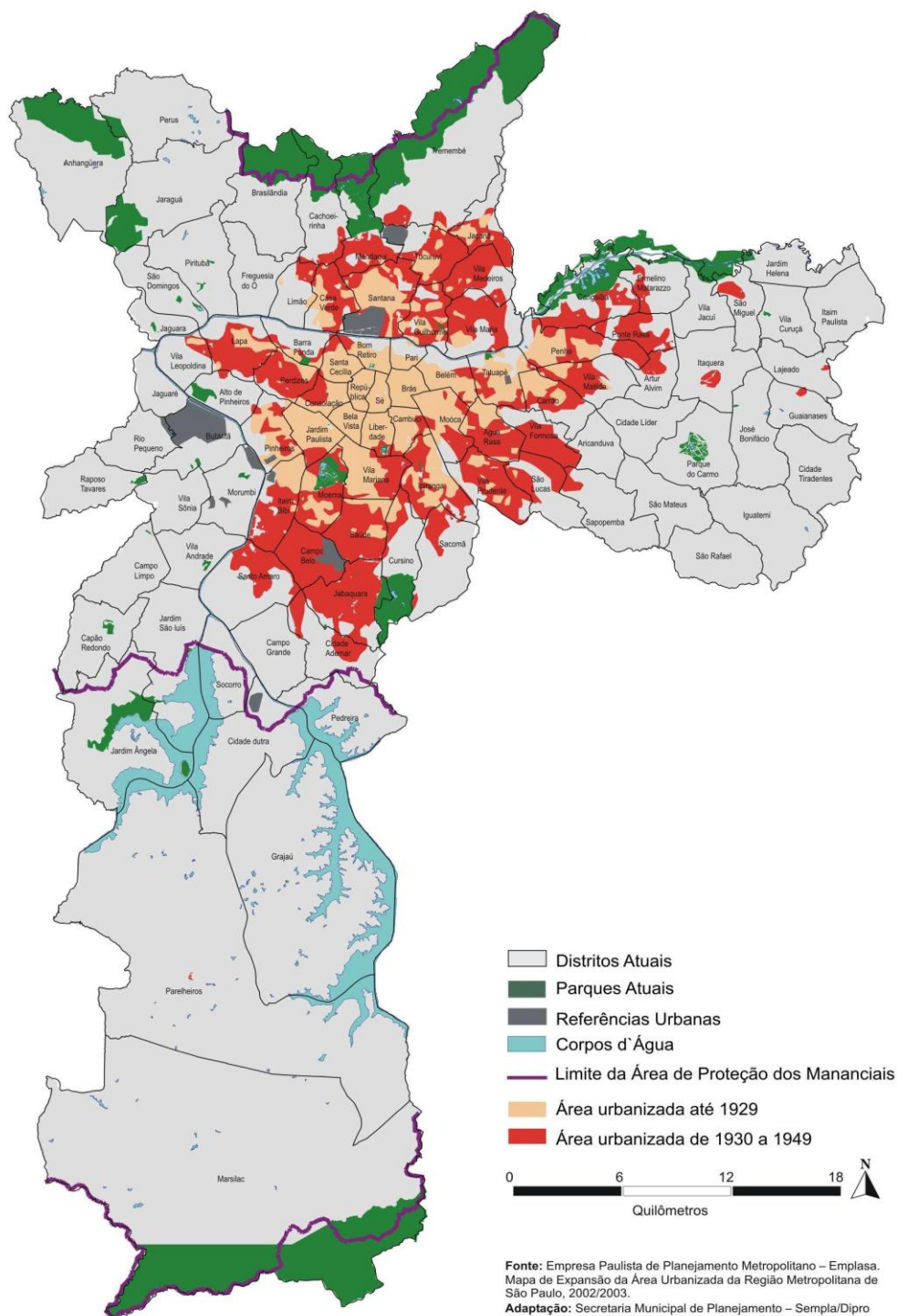
Fonte: Empresa Paulista de Planejamento Metropolitano – EMPLASA (2002/2003); Adaptação Secretaria Municipal de Planejamento (Sempla/Dipro); Disponível em <<http://sempla.prefeitura.sp.gov.br>> Consulta em 05/01/2010

Mapa 03: Área urbanizada da cidade de São Paulo entre 1915 a 1929



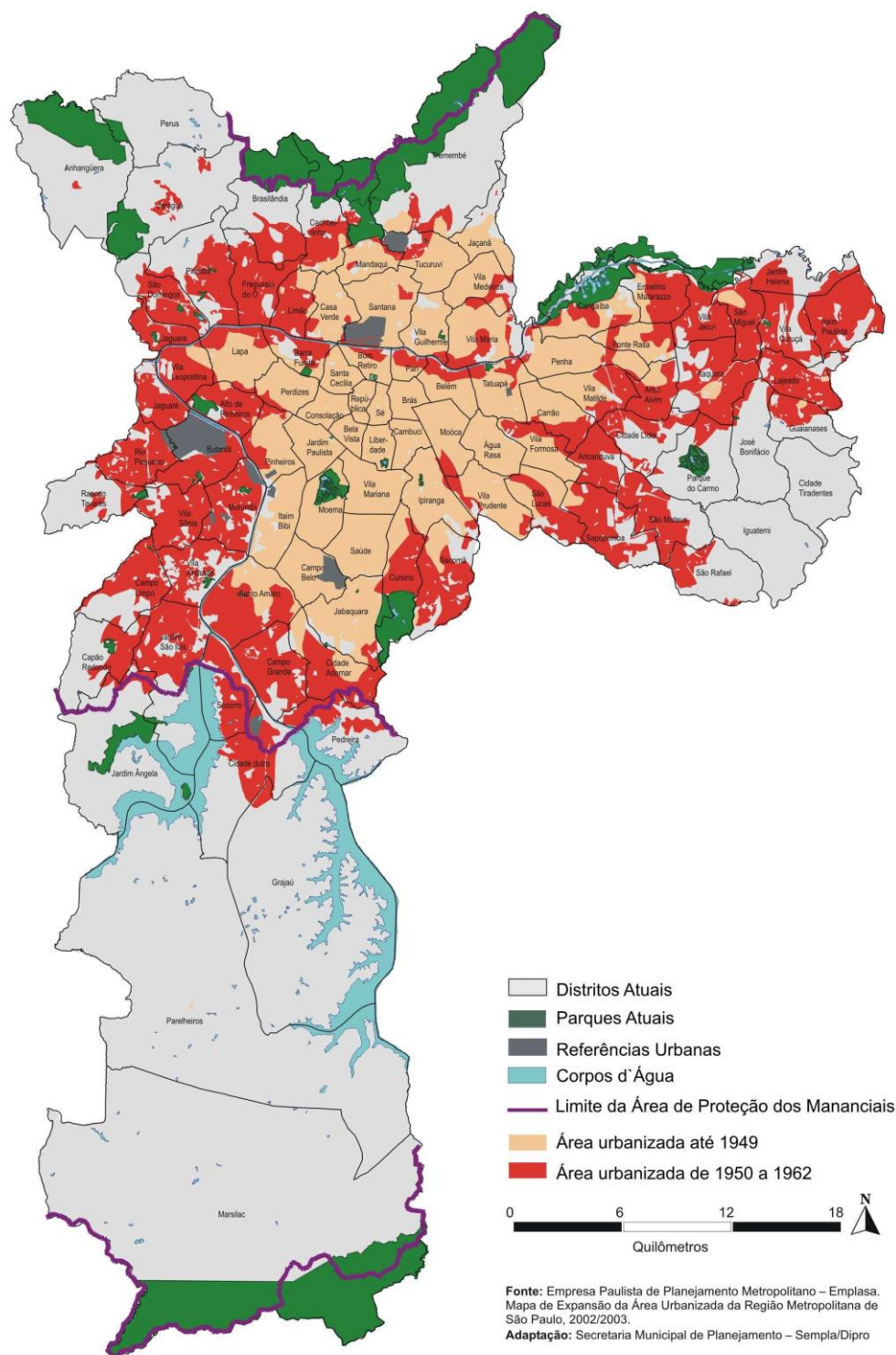
Fonte: Empresa Paulista de Planejamento Metropolitano – EMPLASA (2002/2003); Adaptação Secretaria Municipal de Planejamento (Sempla/Dipro); Disponível em <<http://sempla.prefeitura.sp.gov.br>> Consulta em 05/01/2010

Mapa 04: Área urbanizada da cidade de São Paulo entre 1930 a 1949



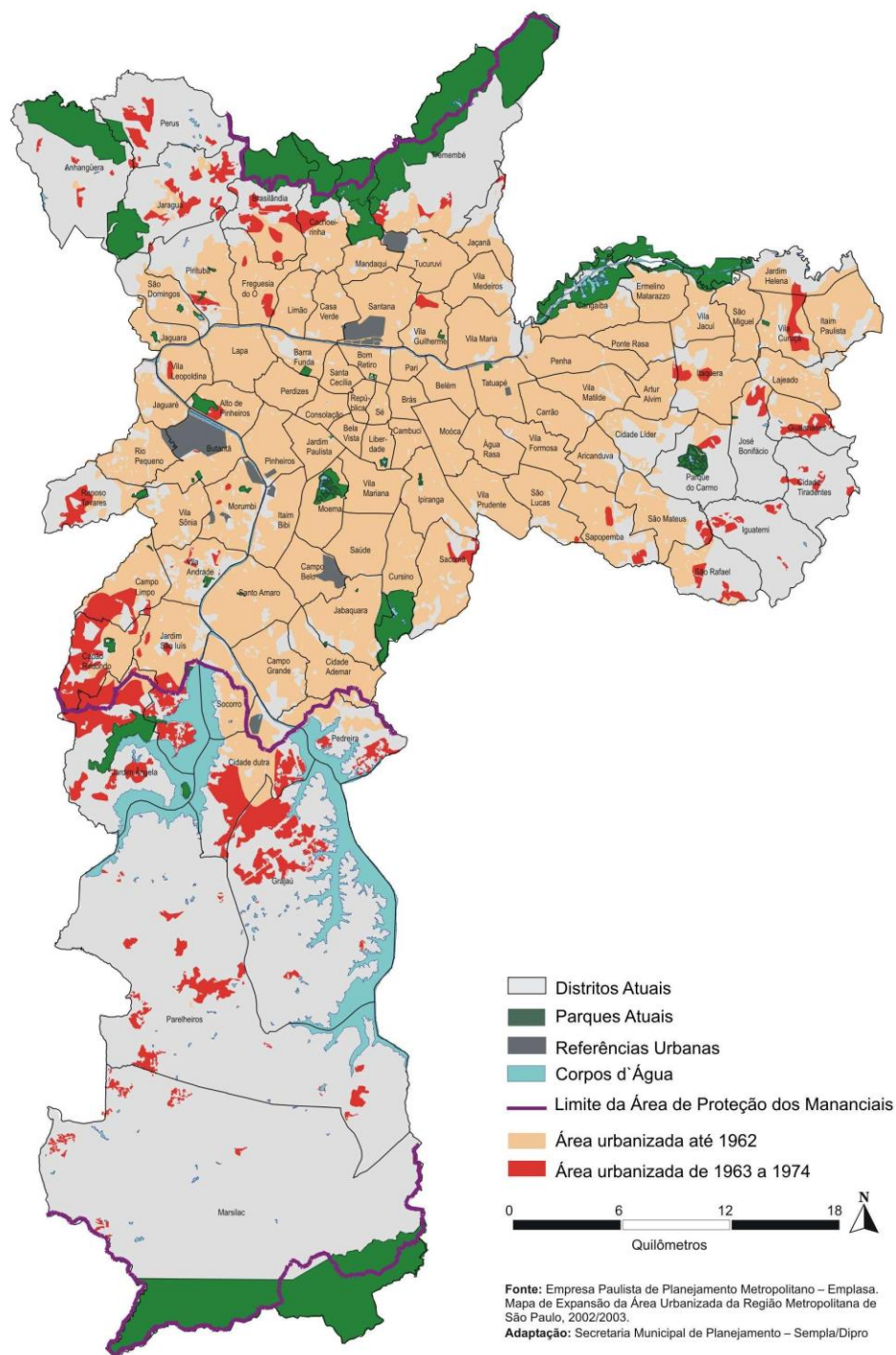
Fonte: Empresa Paulista de Planejamento Metropolitano – EMPLASA (2002/2003); Adaptação Secretaria Municipal de Planejamento (Sempla/Dipro); Disponível em <<http://sempla.prefeitura.sp.gov.br>> Consulta em 05/01/2010

Mapa 05: Área urbanizada da cidade de São Paulo entre 1950 a 1962



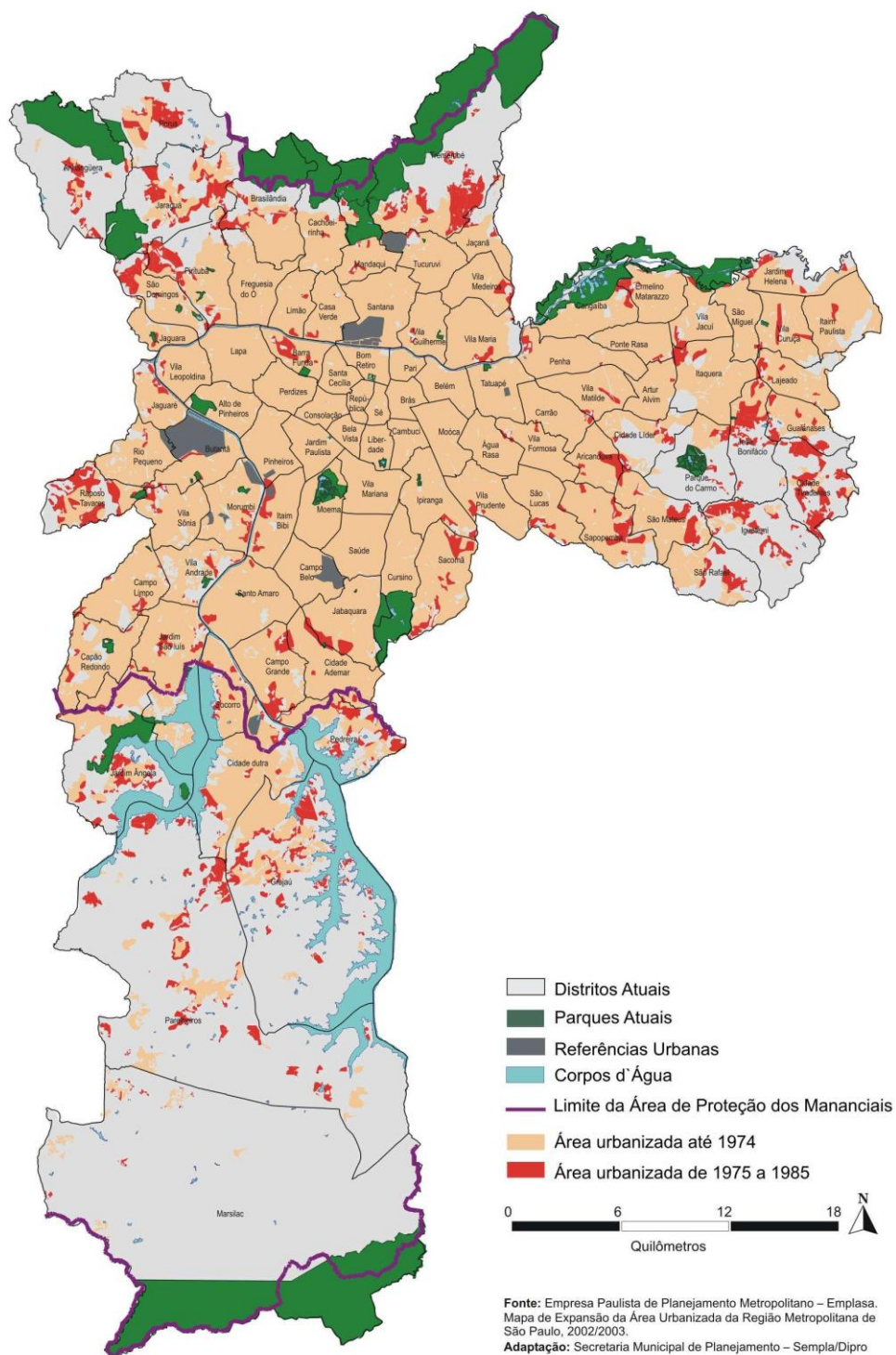
Fonte: Empresa Paulista de Planejamento Metropolitano – EMLASA (2002/2003); Adaptação Secretaria Municipal de Planejamento (Sempla/Dipro); Disponível em <<http://sempla.prefeitura.sp.gov.br>> Consulta em 05/01/2010.

Mapa 06: Área urbanizada da cidade de São Paulo entre 1963 e 1974



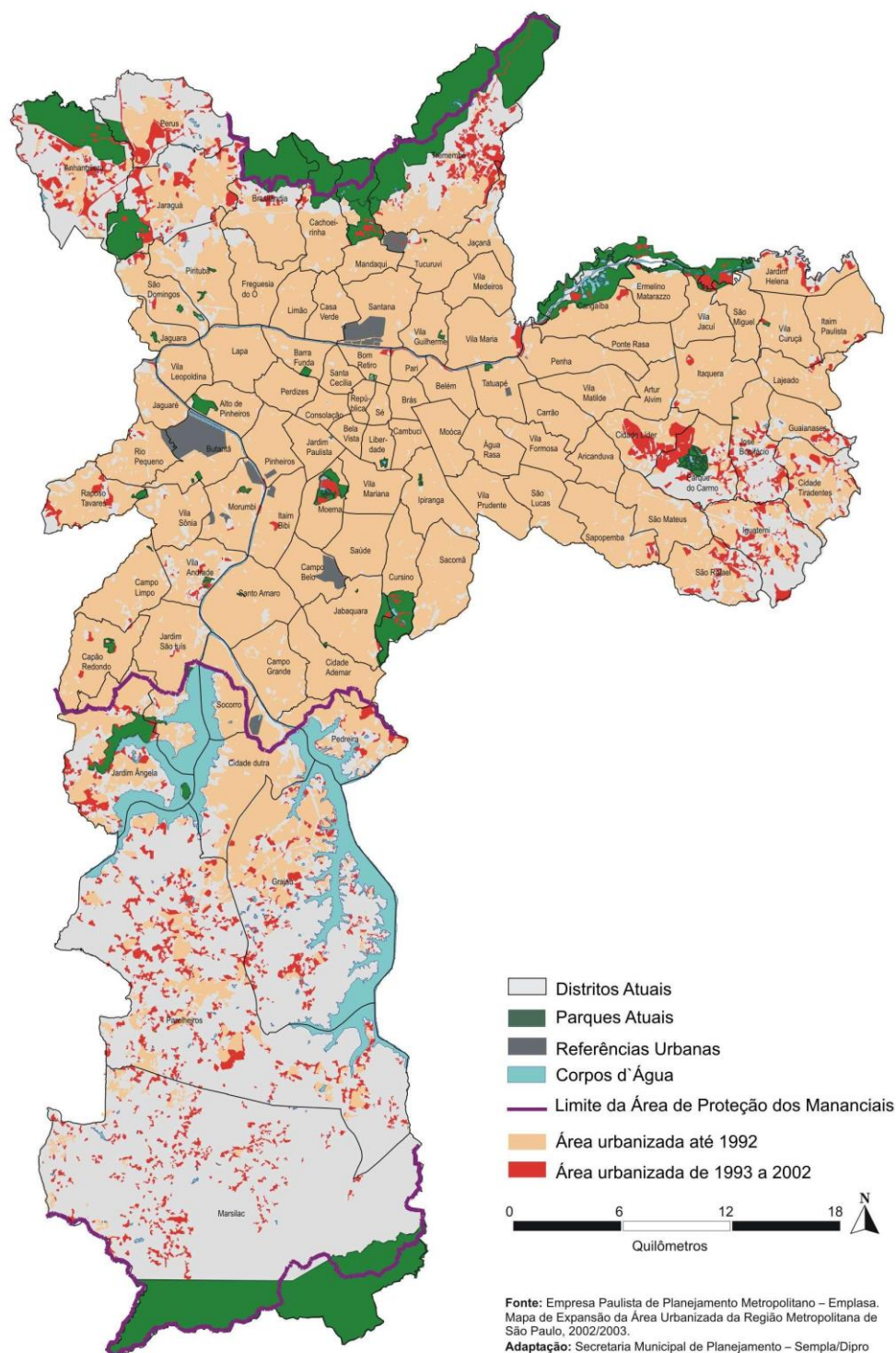
Fonte: Empresa Paulista de Planejamento Metropolitano – EMLASA (2002/2003); Adaptação Secretaria Municipal de Planejamento (Sempla/Dipro); Disponível em <<http://sempla.prefeitura.sp.gov.br>> Consulta em 05/01/2010.

Mapa 07: Área urbanizada da cidade de São Paulo entre 1975 a 1985



Fonte: Empresa Paulista de Planejamento Metropolitano – EMLASA (2002/2003); Adaptação Secretaria Municipal de Planejamento (Sempla/Dipro); Disponível em <<http://sempla.prefeitura.sp.gov.br>> Consulta em 05/01/2010.

Mapa 08: Área urbanizada da cidade de São Paulo entre 1993 a 2002



Fonte: Empresa Paulista de Planejamento Metropolitano – EMLASA (2002/2003); Adaptação Secretaria Municipal de Planejamento (Sempla/Dipro); Disponível em <<http://sempla.prefeitura.sp.gov.br>> Consulta em 05/01/2010.

ANEXO III

Tabela A: Lojas da Rede Pernambucanas por municípios – janeiro de 2011

Município	Número de lojas
São Paulo	31
Curitiba	8
Belo Horizonte	4
Campinas	3
Guarulhos	3
Ribeirão Preto	3
Campo Grande	3
Osasco	2
Santo André	2
Santos	2
São Bernardo do Campo	2
São Carlos	2
São José do Rio Preto	2
Taubaté	2
Aparecida de Goiânia	2
Maringá	2
Joinville	2
Adamantina	1
Amparo	1
Andradina	1
Aniaí	1
Aracatuba	1
Araraquara	1
Assis	1
Atibaia	1
Avaré	1
Bariri	1
Barra Bonita	1
Barretos	1
Barueri	1
Batatais	1
Bauru	1
Bebedouro	1
Birigui	1
Botucatu	1
Bragança Paulista	1
Cacapava	1
Campos do Jordão	1
Canão Bonito	1
Caraguatatuba	1
Carapicuíba	1
Catanduva	1
Cotia	1
Cruzeiro	1
Cubatão	1
Diadema	1
Dracena	1
Pinhal	1
Fernandópolis	1
Franca	1
Franco da Rocha	1
Garça	1
Guaíra	1
Guaratinguetá	1
Guarujá	1
Indaiatuba	1
Itanhaém	1
Itanecirica da Serra	1
Itapetininga	1
Itapeva	1
Itapira	1
Itápolis	1
Itaquaquecetuba	1
Itararé	1
Itu	1
Ituverava	1
Jaboticabal	1
Jacaré	1
Jales	1
Jau	1
Jundiaí	1
Laranial Paulista	1

Leme	1
Lencóis Paulista	1
Limeira	1
Lins	1
Lorena	1
Mairiporã	1
Marília	1
Matão	1
Mauá	1
Mirandópolis	1
Mococa	1
Mogi das Cruzes	1
Mogi Guacu	1
Mogi Mirim	1
Monte alto	1
Olímpia	1
Ourinhos	1
Pederneiras	1
Penápolis	1
Pereira Barreto	1
Peruíbe	1
Piedade	1
Pindamonhangaba	1
Piracicaba	1
Piraju	1
Pirassununga	1
Poá	1
Porto Ferreira	1
Praia Grande	1
Presidente Epitácio	1
Presidentes Prudente	1
Registro	1
Ribeirão Pires	1
Rio Claro	1
Santa Bárbara d'Oeste	1
Santa Cruz do Rio Pardo	1
Santa Fé do Sul	1
Santa Isabel	1
São Caetano do Sul	1
São João da Boa Vista	1
São José do Rio Pardo	1
São José dos Campos	1
São Roque	1
São Vicente	1
Sertãozinho	1
Socorro	1
Sorocaba	1
Sumaré	1
Suzano	1
Taquaritinga	1
Taquarituba	1
Tatuí	1
Tupã	1
Ubatuba	1
Vargem Grande do Sul	1
Votuporanga	1
Araras	1
Anápolis	1
Goiânia	1
Itumbiara	1
Alfenas	1
Araguari	1
Araxá	1
Barbacena	1
Betim	1
Conselheiro Lafaiete	1
Contagem	1
Frutal	1
Governador Valadares	1
Guaxupé	1
Inatinga	1
Itaiubá	1
Itaúna	1
Ituiutaba	1
Iturama	1
Lavras	1

Machado	1
Muzambinho	1
Ouro Fino	1
Passos	1
Pocos de Caldas	1
Pouso Alegre	1
Santa Luzia	1
São Sebastião do Paraíso	1
Teófilo Otoni	1
Ubá	1
Uberaba	1
Uberlândia	1
Varginha	1
Muriae	1
Rondonópolis	1
Varzea Grande	1
Cassilândia	1
Coxim	1
Jardim	1
Miranda	1
Parnaíba	1
Três Lagoas	1
Aquidauana	1
Apucarana	1
Assis Chateaubriand	1
Bandeirantes	1
Campo Largo	1
Campo Mourão	1
Cascavel	1
Castro	1
Cianorte	1
Cornélio Proença	1
Foz do Iguaçu	1
Francisco Beltrão	1
Goioerê	1
Sete Quedas	1
Guarapuava	1
Ibiporã	1
Irati	1
Ivarinorã	1
Jacarezinho	1
Lana	1
Londrina	1
Marechal Cândido Rondon	1
Medianeira	1
Palmas	1
Palmeira	1
Paranaguá	1
Paranavaí	1
Pato Branco	1
Ponta Grossa	1
Santo Antônio da Platina	1
São José dos Pinhais	1
São Mateus do Sul	1
Telêmaco Borba	1
Toledo	1
Umuarama	1
União da Vitória	1
Blumenau	1
Cacador	1
Chapadão	1
Concórdia	1
Criciúma	1
Florianópolis	1
Itajaí	1
São José	1
Videira	1
Total	273

Tabela B: Lojas da Rede C&A por municípios – janeiro de 2011

Município	Número de lojas
São Paulo	23
Rio de Janeiro	20
Belo Horizonte	6
Salvador	6
Curitiba	5
Fortaleza	5
Recife	5
Belém	4
Brasília	4
Natal	4
Porto Alegre	4
Campinas	3
Goiânia	3
Guarulhos	3
Maceió	3
Manaus	3
Santo André	3
São Luís	3
Aracaju	2
Duque de Caxias	2
Feira de Santana	2
João Pessoa	2
Juiz de Fora	2
Niterói	2
Osasco	2
Ribeirão Preto	2
São Gonçalo	2
São José dos Campos	2
Vitória	2
Aracatuba	1
Araraquara	1
Balneário Camboriú	1
Barueri	1
Bauru	1
Campina Grande	1
Campo Grande	1
Campos dos Goytacazes	1
Caruaru	1
Caxias do Sul	1
Contagem	1
Cotia	1
Cuiabá	1
Diadema	1
Florianópolis	1
Franca	1
Guaratinguetá	1
Itabuna	1
Itu	1
Jaboatão dos Guararapes	1
Joinville	1
Jundiaí	1
Limeira	1
Londrina	1
Macaé	1
Mauá	1
Moji das Cruzes	1
Nova Iguaçu	1
Novo Hamburgo	1
Pelotas	1
Petrolina	1
Piracicaba	1
Pocos de Caldas	1
Porto Velho	1
Praia Grande	1
Presidente Prudente	1
Rio Claro	1
Santa Bárbara d'Oeste	1
Santos	1
São Bernardo do Campo	1
São Carlos	1
São José	1
São José do Rio Preto	1

São Vicente	1
Suzano	1
Taboão da Serra	1
Taubaté	1
Teresina	1
Urberlândia	1
Vila Velha	1
Volta Redonda	1
Votorantim	1
Total	181

Tabela C: Lojas da Rede Riachuelo por municípios – janeiro de 2011

Município	Número de lojas
São Paulo	10
Rio de Janeiro	6
Salvador	6
Belo Horizonte	5
Manaus	5
Brasília	4
Campo Grande	4
Fortaleza	4
Belém	3
Curitiba	3
Goiânia	3
Maceió	3
Natal	3
Osasco	3
Recife	3
Ribeirão Preto	3
Aracaju	2
Campinas	2
Guarulhos	2
João Pessoa	2
Londrina	2
Maringá	2
Mossoró	2
Santos	2
São José dos Campos	2
São Luís	2
Taguatinga	2
Teresina	2
Uberlândia	2
Anápolis	1
Aparecida de Goiânia	1
Aracatuba	1
Bauri	1
Blumenau	1
Campina Grande	1
Campos dos Govtacazes	1
Canoas	1
Cascavel	1
Caxias do Sul	1
Contagem	1
Diadema	1
Dourados	1
Duque de Caxias	1
Feira de Santana	1
Florianópolis	1
Foz do Iguaçu	1
Guaratininguetá	1
Jacareí	1
Jundiaí	1
Marília	1
Mauá	1
Mogi das Cruzes	1
Nova Iguaçu	1
Palmas	1
Porto Alegre	1
Santa Maria	1
Santo André	1
São Bernardo do Campo	1
São José do Rio Preto	1
Taboão da Serra	1
Valparaíso de Goiás	1
Vila Velha	1
Vitória	1
Vitória da Conquista	1
Votorantim	1
Total	130

Tabela D: Lojas da Rede Renner por municípios – janeiro de 2011

Município	Número de lojas
São Paulo	16
Rio de Janeiro	13
Curitiba	6
Porto Alegre	5
Belo Horizonte	4
Brasília	4
Campinas	4
Salvador	3
Canoas	2
Caxias do Sul	2
Florianópolis	2
Fortaleza	2
Manaus	2
Santos	2
Anápolis	1
Aparecida de Goiânia	1
Aracaju	1
Balneário Camboriú	1
Bauru	1
Blumenau	1
Cachoeirinha	1
Campo Grande	1
Cascavel	1
Contagem	1
Cuiabá	1
Duque de Caxias	1
Goiânia	1
Guarulhos	1
Jaboatão dos Guararapes	1
João Pessoa	1
Joinville	1
Juiz de Fora	1
Jundiaí	1
Maringá	1
Natal	1
Niterói	1
Novo Hamburgo	1
Osasco	1
Pelotas	1
Piracicaba	1
Porto Velho	1
Recife	1
Ribeirão Preto	1
Rio Grande	1
Santa Maria	1
Santo André	1
São Bernardo do Campo	1
São João de Meriti	1
São José	1
São José do Rio Preto	1
São José dos Campos	1
São José dos Pinhais	1
São Leopoldo	1
Sorocaba	1
Taboão da Serra	1
Taquatinga	1
Taubaté	1
Tubarão	1
Uberlândia	1
Vila Velha	1
Vitória	1
Total	114

Tabela E: Lojas da Rede Zara por municípios – janeiro de 2011

Municípios	Número de Loias
São Paulo	10
Brasília	3
Rio de Janeiro	3
Salvador	2
Porto Alegre	2
Campinas	2
Vitória	1
Goiânia	1
Belo Horizonte	1
Curitiba	1
Londrina	1
Recife	1
Caxias do Sul	1
Florianópolis	1
Ribeirão Preto	1
Belém	1
Total	32

Tabela F: Lojas da Rede Marisa por municípios – janeiro de 2011

Município	Número de lojas
São Paulo	39
Rio de Janeiro	14
Porto Alegre	9
Belo Horizonte	9
Recife	7
Salvador	6
Fortaleza	6
Curitiba	5
Campinas	5
Brasília	5
Osasco	4
Manaus	4
Goiânia	4
Taquatinga	3
São Luís	3
São José dos Campos	3
São Gonçalo	3
São Bernardo do Campo	3
Santo André	3
Natal	3
Maceió	3
João Pessoa	3
Guarulhos	3
Canoas	3
Belém	3
Vitória	2
Teresina	2
Taubaté	2
São José dos Pinhais	2
São José do Rio Preto	2
São Carlos	2
Santos	2
Porto Velho	2
Ponta Grossa	2
Niterói	2
Mossoró	2
Mogi das Cruzes	2
Mauá	2
Londrina	2
Jundiaí	2
Joinville	2
Florianópolis	2
Feira de Santana	2
Duque de Caxias	2
Diadema	2
Contagem	2
Campo Grande	2
Campina Grande	2
Bauri	2
Aracaju	2
Aparecida de Goiânia	2
Vitória da Conquista	1
Vila Velha	1
Valparaíso de Goiás	1
Valinhos	1
Uberlândia	1
Tubarão	1
Taboão da Serra	1
Suzano	1
Sorocaba	1
Sete Lagoas	1
São Vicente	1
São Leonoldo	1
São João de Meriti	1
São Caetano do Sul	1
Santo Amaro	1
Santa Maria	1
Santa Bárbara d'Oeste	1
Rio Verde	1
Rio Grande	1
Rio Claro	1
Rio Branco	1

Ribeirão Preto	1
Recanto das Emas	1
Queimados	1
Presidente Prudente	1
Praia Grande	1
Pocos de Caldas	1
Piracicaba	1
Petrolina	1
Pelotas	1
Patos de Minas	1
Passo Fundo	1
Palmas	1
Palhoca	1
Nova Iguaçu	1
Montes Claros	1
Maringá	1
Marília	1
Macapá	1
Macaé	1
Limeira	1
Laies	1
Juiz de Fora	1
Jaú	1
Jacareí	1
Jaboatão dos Guararapes	1
Itu	1
Itaquaquecetuba	1
Itapetininga	1
Itaiaí	1
Itaguai	1
Itabuna	1
Itaboraí	1
Inatinga	1
Indaiatuba	1
Imperatriz	1
Guaruiá	1
Guaratinguetá	1
Gama	1
Franca	1
Foz do Iguaçu	1
Ferraz de Vasconcelos	1
Dourados	1
Divinópolis	1
Cuiabá	1
Cubatão	1
Chapécó	1
Ceilândia	1
Caxias do Sul	1
Catanduva	1
Caruaru	1
Caraguatatuba	1
Botucatu	1
Blumenau	1
Barueri	1
Barretos	1
Balneário Camboriú	1
Araraquara	1
Aracatuba	1
Anápolis	1
Total	285

Tabela G: Lojas Ellus por municípios – janeiro de 2011

Município	Número de Loias
São Paulo	14
Rio de Janeiro	8
Brasília	4
Curitiba	3
Manaus	2
Salvador	2
Fortaleza	2
Goiânia	2
Campinas	2
Presidente Prudente	2
Maceió	1
Vitória	1
Cuiabá	1
Rondonópolis	1
Sinop	1
Campos Grande	1
Dourados	1
Belo Horizonte	1
Uberlândia	1
Belém	1
Marabá	1
João Pessoa	1
Londrina	1
Recife	1
Teresina	1
Natal	1
Porto Alegre	1
Porto Velho	1
Florianópolis	1
Barueri	1
Bauru	1
Ribeirão Preto	1
São José do Rio Preto	1
São José dos Campos	1
Aracaju	1
Total	66

Autora: Silvana Cristina da Silva
Correio Eletrônico: silvana25@gmail.com